

UNIVERSIDADE DE BARCELONA
FACULDADE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FÍSICA E ANÁLISE GEOGRÁFICA
REGIONAL

TESE DOUTORAL

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RECÔNCAVO SUL
BAIANO: O caso do Município de Cachoeira - Bahia - Brasil

ÁUREA CÔRTEZ NUNES DE OLIVEIRA FONSECA

BARCELONA, 2006

UNIVERSIDADE DE BARCELONA
FACULDADE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA FÍSICA E ANÁLISE GEOGRÁFICA
REGIONAL
PROGRAMA DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TESE DOUTORAL

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RECÔNCAVO SUL
BAIANO: O caso do Município de Cachoeira - Bahia - Brasil

ÁUREA CÔRTEZ NUNES DE OLIVEIRA FONSECA

DIRETOR DA TESE
PROF. DR. JOSÉ LUIS LUZÓN BENEDICTO

BARCELONA, 2006

Fonseca, Áurea Côrtes Nunes de Oliveira
Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil / Áurea Côrtes Nunes de Oliveira Fonseca. - 2006.
343 f.

Tese (Doutorado) – Universidade de Barcelona – Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional.
Diretor da tese: Prof. Dr. José Luis Luzón Benedicto.

1. Desenvolvimento regional - Bahia. 2. Economia – Bahia – aspectos sócio-econômicos. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Turismo. 5. Globalização. I. Benedicto, José Luis Luzón, dir. II. Universidade de Barcelona. III. Título.

CDD: 338.98142

A MINHA FAMÍLIA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela sua infinita sabedoria e inimaginável poder, concedendo-me o dom da vida, para que assim eu pudesse realizar este grande sonho.

A minha família, pela força, ânimo e compreensão.

À Universidade de Barcelona, pela oportunidade desta realização.

À Universidade Federal da Bahia, pela viabilidade das condições de pesquisa.

À Universidade Salvador, pelo apoio para que este sonho se tornasse realidade.

Ao Prof. Dr. José Luís Luzón Benedicto, pela orientação e supervisão que possibilitaram o bom desenvolvimento da investigação e a realização deste trabalho.

À Profa. Dra. Creuza Lage, que, com seu nível profissional e sua estimulante presença, colaborou de forma decisiva desde o primeiro passo até a conclusão desta obra.

A Joseval Palma, pelo seu apoio profissional e paciência no decorrer desta investigação.

A Francisco Muniz, pela colaboração.

A todos os profissionais e amigos que direta ou indiretamente tenham colaborado com conhecimento, apoio técnico, ânimo e amizade.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido tendo como objetivo analisar o processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul Baiano, com enfoque sobre o papel que o Município de Cachoeira vem desempenhando nesse contexto, com vistas a identificar a influência da globalização nas ações que subsidiem um planejamento regional e local, visando garantir qualidade de vida à comunidade. A metodologia utilizada fundamentou-se nos estudos de Santos (1994) e Benko (1999), para a análise dos efeitos da globalização sobre o desenvolvimento da área em estudo, de Luzón & Spínola (2001) para o desenvolvimento regional e local, e de Lage (2002) para as ações de planejamento territorial. Como procedimentos metodológicos, procedeu-se uma análise diacrônica do desenvolvimento sócio-econômico da Região e do Município de Cachoeira utilizando-se dados bibliográficos e documentais. O trabalho de campo, com entrevistas estruturadas junto aos órgãos públicos e privados, permitiu uma análise sincrônica explicativa do papel desempenhado atualmente por Cachoeira no contexto regional. As análises e interpretações dos resultados obtidos permitiram constatar que Cachoeira vem passando por um processo de declínio sócio-econômico onde políticas públicas e privadas implementadas no município não conseguiram atingir os seus objetivos. Entretanto, a estratégia mais promissora para o crescimento do Município de Cachoeira é o turismo, vetor de desenvolvimento, que privilegia em primeiro lugar o aspecto social como alavancador da economia, tendo como pressuposto básico a questão da sustentabilidade do desenvolvimento, novo paradigma mundial. Assim, a arte e a cultura aparecem como fatores importantes para alavancar o desenvolvimento local colocando-a nos espaços de capital internacional.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, globalização, declínio sócio-econômico, planejamento regional e local, sustentabilidade e turismo.

RESUMEN

Este trabajo fue elaborado teniendo como objetivo analizar el proceso de desarrollo regional del Recóncavo Sur de Bahia, con enfoque sobre el papel que el Municipio de Cachoeira viene desempeñando en este contexto, con vista a identificar el influjo de la globalización sobre el desarrollo en las acciones que auxilian un planeamiento regional y local, visando garantizar calidad de vida a la comunidad. Se utilizó la metodología bajo los estudios de Santos (1994) y Benko (1999), para análisis de los efectos de la globalización sobre el desarrollo de la área en estudio; de Luzón & Spínola (2001), para el desarrollo regional y local; e de Lage (2002), para las acciones de planeamiento del territorio. Como procedimientos metodológicos se procedió un análisis diacrónica del desarrollo socio-económico de la Región y del Municipio de Cachoeira utilizándose datos bibliográficos y documentales. El trabajo de campo, con entrevistas estructuradas cercano a órganos públicos y privados, permitió un análisis sincrónica explicativa del papel desempeñado actualmente por Cachoeira en el contexto regional. Los análisis y interpretaciones de los resultados obtenidos permitiran constatar que Cachoeira viene pasando por un proceso de declinación socio-económica donde políticas públicas y privadas ejecutadas en el municipio no logran alcanzar sus objetivos. Sin embargo, la estrategia más prometedora para el crecimiento del Municipio de Cachoeira es el turismo, vector de desarrollo que privilegia en primer lugar el aspecto social como estimulador de la economía, teniendo como premisa básica la cuestión de la sustentabilidad del desarrollo, nuevo paradigma mundial. Así, la arte y la cultura asómanse como factores importantes para impulsar el desarrollo local poniéndola en los espacios de capital internacional.

Palabras-llave: desarrollo regional, globalización, declinación socio-económica, planeamiento regional y local, sustentabilidad y turismo.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO	1
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
1.2.1 Estado da Arte	9
1.2.2 Desenvolvimento Regional e Local	11
1.3 METODOLOGIA	28
CAPÍTULO 2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO RECÔNCAVO SUL BAIANO	33
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	33
2.1.1 A Baía de Todos os Santos	36
2.2 CARACTERÍSTICAS GEO-ECOLÓGICAS	43
2.2.1 Potencial ecológico	43
2.2.2 Condições Biopedológicas	55
2.3 CARACTERIZAÇÃO GEO-AMBIENTAL DOS SUBESPAÇOS DO RECÔNCAVO SUL	57
CAPÍTULO 3. O POVOAMENTO REGIONAL	59
3.1 O SISTEMA DE OCUPAÇÃO	59
3.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A TENDÊNCIA DO DECLÍNIO DOS RITMOS DE CRESCIMENTO URBANO NAS REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO DA BAHIA	63
3.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO RECÔNCAVO SUL	70
3.4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO RECÔNCAVO SUL	75
CAPÍTULO 4. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO	81
4.1 TENDÊNCIAS DOS MECANISMOS DEMOGRÁFICOS NO ESTADO DA BAHIA	83
4.2 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS	92
4.2.1 Regiões Econômicas do Estado da Bahia	92
4.2.2 Recôncavo Sul	100
4.3 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	108
4.4 CRESCIMENTO TOTAL	114
CAPÍTULO 5. O ESTADO DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO	117
5.1 TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DOS COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BAIANA NO SÉCULO XX: EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA ETÁRIA	117

5.2 O ESTADO DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL	131
CAPÍTULO 6. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO	136
6.1 UMA VISÃO DA ECONOMIA REGIONAL	136
6.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS DO RECÔNCAVO SUL	141
6.2.1 Setor Primário	141
6.2.2 Setor Secundário	152
6.2.3 Setor Terciário	158
6.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RECÔNCAVO SUL	161
6.4 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DO RECÔNCAVO SUL	164
6.4.1 Energia Elétrica	165
6.4.2 Transportes	170
6.4.3 Serviços de Saneamento Básico	175
6.4.3.1 Abastecimento de Água	175
6.4.3.2 Esgotamento Sanitário	177
6.4.3.3 Limpeza Urbana e Coleta de Lixo	177
6.5 FATORES POTENCIAIS E RESTRITIVOS AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	178
CAPÍTULO 7. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUA PROBLEMÁTICA	181
7.1 EDUCAÇÃO	181
7.1.1 Elementos Estruturais do Sistema Educacional	181
7.1.2 Aspectos Funcionais do Sistema de Educação	190
7.2 SAÚDE	195
7.2.1 Imunização	196
7.2.2 Doenças Transmissíveis de Notificação Compulsória	199
7.2.3 Mortalidade	200
7.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO RECÔNCAVO SUL ..	203
 SEGUNDA PARTE	
CAPÍTULO 8. O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	206
8.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	206
8.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DE CACHOEIRA	208
8.2.1 Divisão Territorial	213
8.3 CARACTERÍSTICAS GEO-ECOLÓGICAS	216
8.3.1 Potencial Ecológico	216
8.3.2 Condições Biopedológicas	218
8.4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE CACHOEIRA	219
8.5 O APOGEU ECONÔMICO, SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL DE CACHOEIRA	223
8.6 O PROCESSO DE DECADÊNCIA DE CACHOEIRA	230

CAPÍTULO 9. O PANORAMA ATUAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	241
9.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA	241
9.2 ANÁLISE SOCIAL	243
9.2.1 Educação	243
9.2.2 Saúde	245
9.3 ANÁLISE ECONÔMICA	248
9.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA FÍSICA	254
9.5 ANÁLISE DAS FINANÇAS DO MUNICÍPIO	260
CAPÍTULO 10. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	268
10.1 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO	269
10.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO REPRESENTATIVO DA ARTE E CULTURA DE CACHOEIRA	275
10.2.1 Arquitetura Religiosa	276
10.2.2 Arquitetura Civil	280
10.3 MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EXISTENTES EM CACHOEIRA	290
10.3.1 O Catolicismo Cachoeirano	290
10.3.2 Festas Religiosas, Cívicas e Profanas	292
10.3.3 Candomblé, Uma Religião Afro-Brasileira	300
CONCLUSÃO	312
BIBLIOGRAFIA	316
ANEXOS	323
Anexo A – Cópia do Termo da Criação da Vila de N. Sra. Do Rosário do Porto da Cachoeira Encontrada no Livro da Câmara, de fl. 3: Verso à fl. 21, Autenticada pelo Secretário da Câmara	323
Anexo B – Termo de Vereação do Dia 25 de Junho, Data em Que Foi Aclamada a Regência de Sua Alteza Real	325
Anexo C – Ata da Sessão Extraordinária de 20 de Fevereiro de 1832	327
Anexo D – Ata do Dia 26 de Fevereiro de 1832	332
Anexo E – Lei de 13 de Março de 1837 – Nº 43	333
Anexo F – Decreto Nº 68.045, de 13 de Janeiro de 1971	334
LISTA DE TABELAS	336
LISTA DE FIGURAS	341
LISTA DE QUADROS	343

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

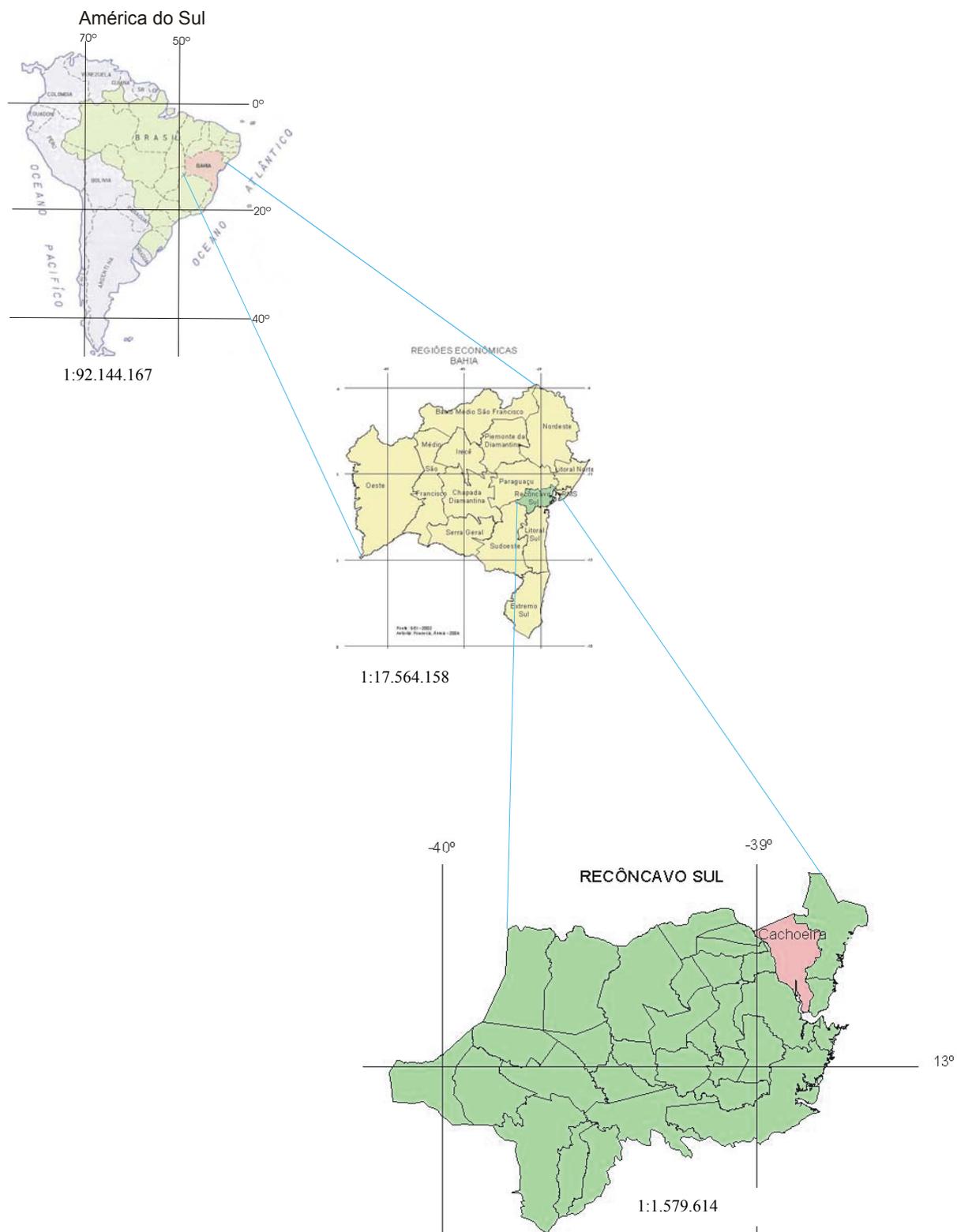
O atual cenário econômico mundial traz à tona discussões importantes. Uma delas envolve relações entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento local, objeto de investigação deste trabalho, que visa a desenvolver um estudo sobre “Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia - Brasil”.

Todos reconhecem a influência que exerce sobre o homem o lugar do seu nascimento e onde ele vive sua infância e adolescência. Tudo se reveste de beleza, identificação e amor, onde o “ser filho” inspira as mais belas emoções. Foi isso que aconteceu com a autora deste trabalho. O amor pela terra natal, Cachoeira, município que se encontra na Região Recôncavo Sul Baiano, fez com que esta área fosse escolhida como objeto de estudo, devido ao estado de deterioração do seu patrimônio e as dificuldades que vem enfrentando com o acentuado índice de desemprego.

A Região Recôncavo Sul encontra-se no Estado da Bahia, quinto estado do país em extensão territorial, localizado na Região Nordeste do Brasil, compreendendo 564.692,67 km², o que corresponde a 6,64% do território e a 36,34% da Região Nordeste brasileira (SEI, 2002). De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, é o quarto estado mais populoso do país, com uma população de 13.070.250 habitantes (8.772.348 na zona urbana e 4.297.902 na zona rural), correspondendo a 27,38% da população do Nordeste brasileiro e a 7,70% da população do país, como também o estado nordestino mais industrializado e um dos mais dinâmicos em termos econômicos, contando com o maior contingente de habitantes rurais do país, ou seja, cerca de 33% da população baiana e 13% e 29% das populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente.

Fig. 1

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: UFBA-Laboratório de Estudos Ambientais e Gestão do Território – LEAGET - 2004

Autoria: Fonseca, Áurea - 2004

O Estado da Bahia encontra-se economicamente dividido em 15 regiões: (Fig. 01) RG 01 – Metropolitana de Salvador; RG 02 – Litoral Norte; RG 03 – Recôncavo Sul; RG 04 – Litoral Sul; RG 05 – Extremo Sul; RG 06 – Nordeste; RG 07 – Paraguaçu; RG 08 – Sudeste; RG 09 – Baixo-Médio São Francisco; RG 10 – Piemonte da Diamantina; RG 11 – Irecê; RG 12 – Chapada Diamantina; RG 13 – Serra Geral; RG 14 – Médio São Francisco e RG 15 – Oeste, conforme figura abaixo. (SEI, 2002)

Fig. 2



A Região Recôncavo Sul Baiano, uma das portas de acesso dos portugueses quando do descobrimento do Brasil, tendo herdado em face dessa circunstância um complexo urbano secular de rara importância no contexto nacional, atualmente reúne 33 municípios, totalizando 10.662 km², 1,88% da superfície do Estado da Bahia (564.692,67 km²), e compreende a área geográfica do entorno da Baía de Todos os Santos, maior baía e mais importante ponto de

referência da costa brasileira, que abriga outras pequenas baías, enseadas, lagamares, praias, ilhas, como também recebe as águas de inúmeros rios, sobressaindo-se o Paraguaçu. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, a Região Recôncavo Sul abrigava um contingente de 684.550 habitantes (287.746 na zona rural e 390.804 na zona urbana), detendo cerca de 5,24% da população estadual (13.070.250). Quanto à densidade demográfica, apresentava-se como a segunda maior região do Estado (64,20 hab./km²), situando-se acima da média baiana (23,16 hab./km²).

Nessa região, pioneira na formação econômica baiana e brasileira, a partir da fertilidade de suas terras, sob os auspícios da natureza através do Rio Paraguaçu e da sociedade mercantil dos portugueses, foi concebida e fortalecida a cultura da cana-de-açúcar, dando contornos ao primeiro complexo de exportação do país, segundo Darcy Ribeiro (1995).

Essa região, que tinha como principal referência econômica o Município de Cachoeira e cujo papel no processo histórico e de produção do Espaço Baiano diz muito da sua importância geográfica, encontra-se decadente, não por força de qualquer processo de valorização ambiental e sócio-cultural da região em si, mas pelo efeito conjunto de vários fatores. Em primeiro lugar, uma herança social, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe deixou uma estrutura muito rígida e estéril; em segundo, uma industrialização altamente concentrada e especializada — petróleo e derivados —, totalmente desapojada por programas de reestruturação regional e de valorização social; e, por fim, determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região as melhores opções de articulação desta com o resto do país. Como consequência, tem-se um quadro atual de profunda depressão sócio-econômica, agravada pela falta de dinâmica das atividades locais e da estagnação sócio-cultural.

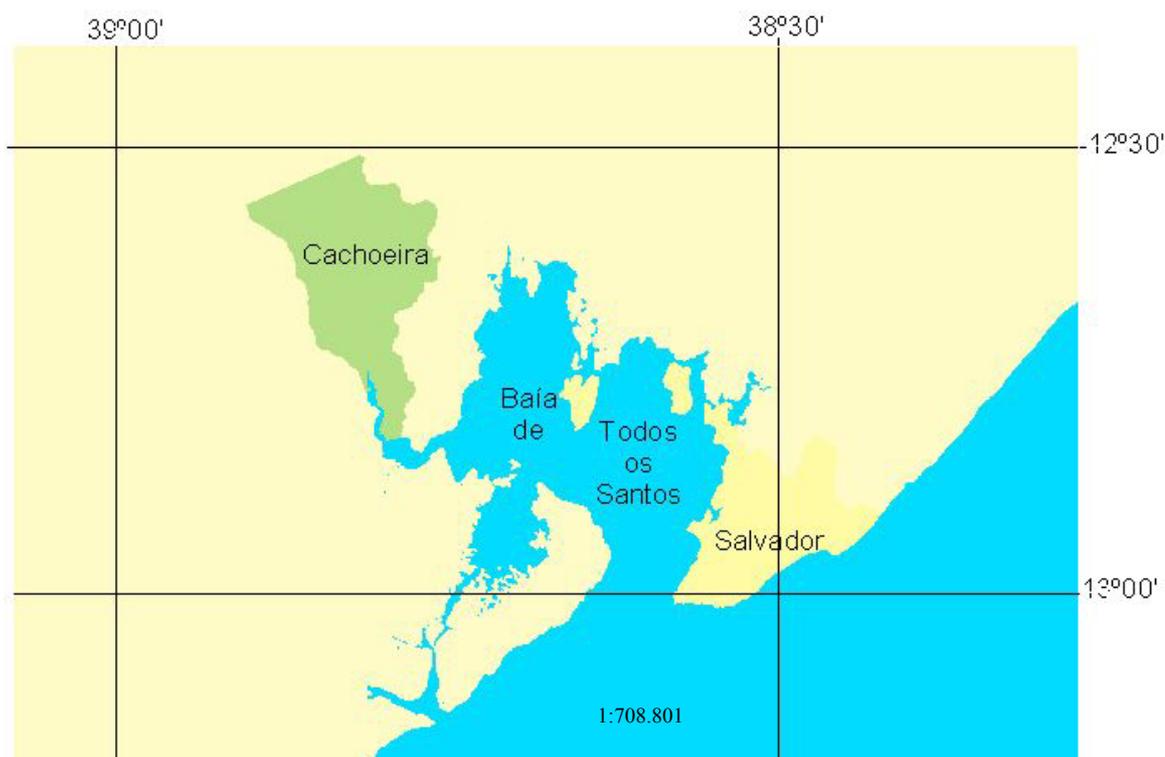
A região Recôncavo Sul Baiano tem como uma das suas características básicas a pluralidade de seu ambiente cultural, que com suas tradições, seu acervo monumental e sua beleza natural, representa uma possibilidade de desenvolvimento para a região, pois como centro original e irradiador da civilização brasileira, tem o mais profundo significado para a memória e identidade do país.

É importante ressaltar que o potencial endógeno da região objeto de estudo, a cultura, é um dos elementos fundamentais desta investigação, por se considerar um veículo impulsor de desenvolvimento.

Dentro do Recôncavo Sul Baiano encontra-se o Município de Cachoeira como reduto dos mais importantes para a conservação e o resgate dos valores culturais, uma vez que a sua condição de espaço cultural dessa região apresenta-se como uma perspectiva de revitalização do seu papel no desenvolvimento regional.

Fig. 3

Localização do Município de Cachoeira na Baía de Todos os Santos



Fonte: SEI, 1998

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2004

O Município de Cachoeira, fundado no século XVI, está situado na Região Recôncavo Sul do Estado da Bahia, à margem esquerda do Rio Paraguaçu, encravado num vale, a 110 km de Salvador (capital do estado), com uma população de 30.416 habitantes, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, divididos equitativamente entre

a zona urbana (15.831) e a zona rural (14.585), ocupando um espaço territorial de 403 km², que abrange o distrito de Santiago do Iguape, o distrito de Belém e o distrito sede; entretanto, seu espaço físico compreendia uma superfície muito maior, à borda da Baía de Todos os Santos, zona do solo massapé, onde floresceu a cultura do principal produto do Brasil Colônia, o açúcar, e a zona transitória para o sertão, onde desenvolveu a cultura do fumo.

O distrito sede, uma das mais antigas cidades do Estado da Bahia, possui enorme acervo cultural, com muitas tradições, personagens importantes, monumentos impregnados de história, uma arquitetura civil e religiosa valiosa, folclore variado e uma rica história guerreira, que lhe valeu, inclusive, o título de “Cidade Monumento Nacional”. Essa cidade deixou, através dos tempos, sua marca na história, fato que pode ser verificado a todo instante ao se percorrer suas ladeiras, ruas e becos calçados em pedra e admirar os velhos casarões, assim como igrejas e capelas que testemunham a inspirada arquitetura barroca, erigida numa época em que a região tinha importante significado econômico, e que retratam o elevado espírito de um povo que convive, paralelamente, com a religião afro-brasileira, de grande expressão na cidade.

Toda essa riqueza de detalhe nas construções, as cores, a disposição dos sobrados, praças e monumentos formam um harmonioso conjunto arquitetônico, reconhecido mundialmente como um dos maiores e mais expressivos da América Latina.

O Município de Cachoeira teve sua organização espacial estruturada numa sócio-economia baseada no açúcar, no fumo e no comércio, até os meados do século XX, gozando nesse período de grande importância econômica, política e cultural, desempenhando um papel de integração entre Salvador (capital do estado) e todo o interior, devido a sua situação geográfica, à presença de uma burguesia atuante e ao sistema de transporte da época, que lhe permitiram essa função estratégica. Todavia, o fim da mineração da Chapada Diamantina e do ciclo da cana-de-açúcar, o declínio da agricultura voltada para a exportação, a decadência da estrada de ferro e do porto fluvial, como também a exploração do petróleo e a implantação de um novo modo de transporte mais ágil, deslocaram para outras cidades o eixo das relações comerciais, fazendo com que Cachoeira entrasse num processo de estagnação, com deterioração de seu patrimônio, enfrentando sérios problemas de ordem social e econômica.

Não havia por que nem como deter a mudança dos hábitos nem o desenvolvimento tecnológico. Hoje, cabe aos cachoeiranos unir esforços no sentido de tirar Cachoeira do estado em que se encontra, visando a melhorar a qualidade de vida para gerações atuais e futuras.

O Município de Cachoeira foi durante séculos o pólo regional do Recôncavo Sul Baiano. Atualmente, devido a uma série de fatores, esse município encontra-se estagnado; porém, existem perspectivas de revitalização sócio-econômica, fundamentadas em sua rica história, em seu importante acervo arquitetônico no estilo barroco, em sua cultura fortemente enraizada nas manifestações africanas, além da sua privilegiada localização geográfica. Todo esse potencial é passível de conferir ao Recôncavo Sul Baiano e ao Município de Cachoeira um desenho de desenvolvimento na mais perfeita conjugação: economia e cultura.

Com este trabalho, questiona-se os fatores responsáveis pelo processo de decadência do Município de Cachoeira no contexto do desenvolvimento regional do Recôncavo Sul, como também as perspectivas de revitalização sócio-econômica desse município no contexto regional e acredita-se que o assunto seja importante para toda a comunidade, por se tratar da relação entre cultura e desenvolvimento local, como também regional.

Para o estudo da Região Recôncavo Sul, e em particular do Município de Cachoeira, conta-se com o apoio de instituições públicas e privadas, associações, programas e planos de governo, ONGs, publicações existentes e alguns outros meios que formam a base da revisão bibliográfica e a coleta de dados e informações gerais, somados aos resultados dos questionários aplicados, os quais muito contribuíram para a análise da situação atual em que se encontram.

Diante do quadro apresentado, foi necessária uma investigação sistemática sobre o processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul, como também um estudo sobre o papel que o Município de Cachoeira vem desempenhando nesse contexto, em busca de estratégias de desenvolvimento sustentável, que numa ação sinérgica entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade em geral potencializem os recursos disponíveis e emergentes com vistas à reversão desta situação.

O objetivo fundamental desta investigação é analisar o processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul e o papel do Município de Cachoeira nesse contexto, com vistas a apresentar proposições que subsidiem o planejamento regional e local.

Para alcançar este objetivo principal, o mesmo foi desmembrado em seis objetivos específicos, que são:

1. Caracterizar o processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul;
2. Contextualizar o Município de Cachoeira nesse processo;
3. Avaliar em que medida as entidades públicas, privadas e a comunidade, estão envolvidas com o desenvolvimento local do Município de Cachoeira;
4. Elaborar um diagnóstico do patrimônio cultural do Município de Cachoeira, com vistas para o desenvolvimento regional do Recôncavo Sul e o desenvolvimento local;
5. Investigar a possibilidade de um plano de revitalização do patrimônio cultural do Município de Cachoeira voltado para o desenvolvimento de suas atividades turísticas, contribuindo assim para a geração de empregos e aumento da arrecadação do Município;
6. Avaliar o interesse da comunidade para a importância da aquisição de conhecimentos, habilidades e comportamentos ambientalmente comprometidos, visando a melhorar a qualidade de vida local.

Quanto à originalidade deste trabalho, acredita-se que seja o único que se propôs até o momento a investigar a cultura do Município de Cachoeira como fator preponderante para o desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.1 Estado da arte

Centro original da civilização brasileira, o Recôncavo Sul Baiano tem o mais profundo significado para a memória e identidade do Brasil, o que é comprovado pelo grande número de estudos realizados, constituindo-se num verdadeiro desafio para instituições governamentais e privadas na busca de soluções que permitam, mantendo intacta a cultura local, proporcionar o desenvolvimento e progresso de suas cidades.

Tais estudos desenvolvidos sobre o Recôncavo Sul Baiano, desde a sua ocupação no século XVI até os dias atuais, possibilitam caracterizar o estado da arte dessa região e do Município de Cachoeira.

A riqueza bibliográfica sobre a região do Recôncavo Sul Baiano pode ser estimada no levantamento bibliográfico organizado por Mello e Silva, Soto e também Souza (1997), que se caracteriza por apresentar referências importantes nas áreas humanas e sociais como a Geografia, Sociologia e Planejamento Econômico, Pedologia, etc.

Outro levantamento bibliográfico importante é encontrado no livro “Cachoeira e cachoeiranos: uma bibliografia”, de Rocha (2001), que apresenta um total de 339 publicações analisadas considerando a década da edição, como também o autor, o assunto e o tipo de publicação (periódicos e não-periódicos).

A publicação mais antiga localizada nesta pesquisa foi “Arrematações de Cachoeira”, que se encontra no Arquivo Público da Cidade de Cachoeira, datado de 1758, e a mais recente foi um livro intitulado “História da Cidade da Cachoeira”, da autoria de Francisco José de Mello; porém, após sua pesquisa, algumas obras foram publicadas, dentre elas o livro intitulado “Cachoeira - III Séculos de História e Tradição”, da autoria de Jadson Luiz dos Santos, como também uma Dissertação de Mestrado sobre o Recôncavo Sul Baiano que foi apresentada na UNIFACS.

Segundo Rocha (2001), entre os dois pontos extremos de sua pesquisa, 1751 a 2001, foram localizadas muitas obras, das quais várias foram reeditadas, merecendo destaque o livro

“História da Bahia”, de autoria do Prof. Luis Henrique Dias Tavares, cuja primeira edição ocorreu em 1950 e do qual constam oito reedições, a última das quais em 1987.

Quanto ao número de publicações, observa-se que do material localizado no período de sua pesquisa o maior quantitativo é composto por obras editadas e reeditadas a partir da década de 1970. Com relação ao número de autores, foram localizados 194, e dentre estes 82% escreveram apenas uma obra que de alguma forma trata do tema deste trabalho. Vale informar que a análise feita contempla apenas uma edição e que Aristides Augusto Milton, cachoeirano, é o autor com a maior quantidade de trabalhos editados que tratam deste assunto, perfazendo um total de 14, seguido por Pedro Celestino da Silva, com oito obras. Entretanto, o primeiro é autor de “Ephemérides Cachoeiranas”, registro cronológico diário de fatos ocorridos na referida cidade, publicados mês a mês na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a maioria durante o ano de 1898, como também que esta obra foi lançada em 1903 pela Topografia Baiana e reeditada pela UFBA em 1979.

Quanto ao assunto, foram identificados 326, todos relacionados ao Recôncavo Sul Baiano; e quanto ao tipo de publicação, foram identificados 16 tipos diferentes, como: almanaque, anais, artigo, conferência, dicionário, discurso, dissertação de mestrado, documento, enciclopédia, estatuto, legislação, livro, mensário, relatório, tese de doutorado e texto montagem. Considerando o material não periódico, à exceção dos trabalhos acadêmicos, foram identificadas 99 editoras e a UFBA se destaca com edição ou co-edição de muitos trabalhos, seguida da Typografia Nacional.

Com relação aos trabalhos acadêmicos, ou seja, dissertações e teses, foram encontradas 29 (vinte e nove), a maioria das quais defendida na década passada na Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Janeiro, Universidade de São Paulo e na Universidade Federal da Bahia. Foram localizados também 74 (setenta e quatro) artigos, publicados nos seguintes periódicos: Revista do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia, Diário Oficial do Estado da Bahia, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Revista Militar Brasileira, Revista da Academia de Letras da Bahia, Revista de Cultura da Bahia, Revista de Estatística e Divulgação da Cidade do Salvador, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Universitas.

O resultado da pesquisa de Rocha (2001), evidencia que há bastante tempo a Região do Recôncavo Sul Baiano, assim como o Município de Cachoeira, vem merecendo a atenção de autores, envolvendo a análise de geógrafos, geólogos, arquitetos, economistas, historiadores, artistas, agrônomos, veterinários, sociólogos, assistentes sociais, etc.

A Faculdade Adventista da Bahia, localizada na Região do Recôncavo Sul Baiano, Município de Cachoeira, criou o Núcleo de Estudos do Recôncavo em Administração e Negócios (NERAN), grupo de pesquisa do Curso de Administração, formado por professores com a participação intensa dos alunos, constituindo-se assim em uma das ferramentas para o compromisso social da Faculdade. O Centro de Estudos do Recôncavo (CRE), órgão do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, também localizada na Região Recôncavo Sul Baiano, no campus avançado do Município de Santo Amaro da Purificação, tem por objetivo o estudo, resgate e investigação da história e da cultura da região; para tanto, congrega pesquisadores nas áreas de Antropologia, História, Geografia, Arqueologia, Sociologia Educação e Letras.

Esta investigação apresenta como embasamento teórico conceitual os estudos sobre o desenvolvimento regional e local, e para tanto utilizou-se a Teoria de Desenvolvimento Endógeno, embora não desprezando outras teorias. Dessa maneira, para o bom desempenho do trabalho, vários autores foram selecionados, como se observa a seguir.

1.2.2 Desenvolvimento Regional e Local

Neste início de milênio, observa-se que o mundo transforma-se de maneira dinâmica e também que as teorias e políticas de desenvolvimento regional e local sofreram profundas transformações, devido às modificações ocorridas nos processos produtivos, aliadas ao persistente declínio de regiões fortemente industrializadas e à rápida ascensão econômica de novas regiões.

O desenvolvimento é um processo que busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade na distribuição da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo sempre em conta um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Em outras palavras, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento. Enquanto este último representa o aumento no acúmulo de

riquezas, geradas pelos agentes econômicos instalados num país ou região, o desenvolvimento significa o resultado da melhor utilização possível, em termos de bem-estar social junto ao conjunto da população desse país ou região, dessa riqueza.

Nesse contexto, o mundo vem vivenciando o avanço de uma segunda geração de políticas de desenvolvimento regional. A primeira geração, ainda muito em voga em nosso país, corresponde à atração de empresas para as regiões periféricas, caracterizando-se como medidas de desenvolvimento exógeno, o qual canaliza uma parte do crescimento global da economia nacional para as regiões periféricas. Esse processo esteve muito presente nas décadas de 1960 e 1970. A idéia era formar pólos de crescimento, que estimulariam a expansão das regiões mais atrasadas.

Se, por um lado, esse tipo de política ofereceu resultados positivos, especialmente por ser pragmático, provocando um impacto no emprego e na renda, contribuindo para a descentralização produtiva e a redução das disparidades regionais, além de colaborar para o crescimento das economias nacionais, os resultados dos investimentos externos, por outro lado, nem sempre tiveram efeitos suficientes para desencadear processos de crescimento auto-sustentável. Na prática, o mesmo tende a gerar disfunções, sendo a mais importante a alteração do funcionamento dos mercados de trabalho, ou seja, as plantas produtivas externas costumam converter-se em enclaves econômicos, mantendo escassas vinculações com o sistema local. A sua atuação tende a limitar o surgimento e o crescimento das empresas locais, embora algumas a ele se associem. Diante disso, as políticas de desenvolvimento externo nem sempre geram processos de desenvolvimento econômico auto-sustentado, criando um sistema mal-sucedido nas áreas atrasadas, nem tanto porque está sendo fomentado um modelo de crescimento alheio a seu entorno, mas, sim, porque não é aproveitado o potencial local de crescimento, ocorrendo a exportação de recursos para as áreas mais desenvolvidas.

O centro do problema está na reestruturação dos sistemas produtivos, de forma a ajustá-los às novas condições tecnológicas, comerciais e institucionais, especialmente num mundo cada vez mais globalizado, que faz com que muitas regiões e cidades necessitem fazer frente ao inevitável declínio de suas economias, enquanto outras descobrem novas oportunidades nos mercados. Assim, a política de desenvolvimento regional configura-se como sendo o modo pelo qual os governos locais definem e aplicam a política de desenvolvimento e intervêm ativamente nos processos de reestruturação positiva.

No mundo todo, e especialmente na América Latina, o aumento da concorrência associado ao processo de globalização criou um contexto de incertezas em escala internacional, já que cidades e regiões competem entre si para manterem os investimentos locais e atraírem empresas e investimentos originários do exterior. Essa mudança na organização dos mercados provoca uma mudança no rumo dos processos de desenvolvimento.

Segundo José Luiz Luzón (1997), em épocas passadas o conceito de desenvolvimento estava fortemente vinculado ao de crescimento econômico, porém, a partir da década dos anos setenta do século passado, emergiu o conceito de desenvolvimento como um fenômeno complexo.

Esse mesmo autor, em 2001, trata da complexidade do desenvolvimento, chamando a atenção para suas causas e conseqüências que afetam diversas esferas do ser humano e colocando que o desenvolvimento é econômico, uma vez que se precisa gerar excedentes para lograr uma acumulação de capital; é social na medida que determinadas formas de relação entre os seres humanos facilitam a vida cotidiana e oferecem formas de defesa frente à diversidade; é político, pois o bom governo é a forma de exercer o poder do modo mais justo em benefício da maioria; e é cultural, na medida que o conhecimento permite avançar no processo de desenvolvimento.

Atualmente observa-se no cenário mundial a tendência de que a região torne-se sujeito de desenvolvimento. A consecução dessa tendência dependerá da capacidade coletiva para construir política e socialmente as regiões.

“Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e em definitivo, passiva, em outra, organizada, coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de mobilizar-se por projetos políticos coletivos, isto é, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento”. (Boisier, 1996).

O desenvolvimento regional torna-se, assim, “um processo localizado de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (Boisier, 1996).

Para que isso ocorra de forma autêntica, são necessários alguns atributos inerentes ao processo de desenvolvimento, como: um crescente processo de autonomia regional, o que significa capacidade crescente de definir seu próprio destino; uma crescente capacidade regional para apropriar-se do excedente econômico ali gerado, a fim de revertê-lo na própria região, diversificando sua base econômica e conferindo sustentabilidade de longo prazo a seu crescimento; um crescente movimento de inclusão social, o que implica uma melhoria na repartição da renda regional entre as pessoas e uma permanente possibilidade de participação da população nas decisões de competência da região; um crescente processo de conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental e do manejo racional dos recursos naturais da região; uma crescente autopercepção coletiva de “pertença” regional, isto é, de identificação da população com sua região (Boisier, 1996).

Este mesmo autor acrescenta que a gestão do desenvolvimento regional em contraposição com o conceito normativo de planificação deve definir uma estratégia que contemple, para toda a região, o seguinte conjunto de variáveis: produtos e mercados, pois cada região deve decidir o que produzir e onde vender, conquistando mercados em nível regional, nacional e internacional; projetos e financiamentos, uma vez que, como uma empresa, com visão de longo prazo, cada região deve manter atualizado um banco de projetos de investimentos produtivos e outro de fontes financeiras nacionais e internacionais; recursos humanos e emprego, pois não há outro objetivo mais importante para uma região que maximizar o emprego e/ou oportunidades de investimento para seus próprios habitantes. Trata-se de apoiar projetos que concretizem tal meta, assim como desencadear programas de aperfeiçoamento ou reciclagem de mão-de-obra; imagem corporativa e promoção, uma vez que as regiões são os novos atores na competição por capital e tecnologia. Mesmo que seja prudente selecionar e privilegiar investimentos e tecnologias que não conflitem com os interesses da região, é necessário sair e competir. Exige-se desenvolver uma imagem corporativa da região que sirva de base para “vender” a região e seus produtos. (Boisier, 1996).

Um processo de desenvolvimento regional com esses atributos torna-se o projeto político da região, o qual se estrutura a partir de uma imagem futura da sociedade e de seu ambiente. Sem dita imagem não pode haver um caminho coletivo a percorrer, porque não se sabe o que se quer, onde se quer chegar e para que se quer chegar lá de forma proposta.

Assiste-se, portanto, nos dias atuais, a uma grande preocupação sobre o desenvolvimento regional, principalmente nas regiões periféricas, as que deixaram de ser, ou nunca foram atrativas aos grandes investimentos, e observa-se que a alavancagem do desenvolvimento regional tenha como princípios a “sustentabilidade” e a “endogenização”, com vistas a potencializar os recursos locais e evitar mais degradação ambiental e exclusão social.

Assim, a sustentabilidade e a endogenização devem passar a compor a nova racionalidade que baliza o desenvolvimento regional, ou seja, as estratégias de desenvolvimento propostas devem obedecer a outra racionalidade que não seja apenas a da acumulação do capital e do consumismo.

Sem dúvida, essa mudança impõe um tremendo desafio aos planejadores do desenvolvimento regional, pois historicamente a seletividade na ocupação e organização do espaço ou ordenação do território foi determinada predominantemente pela racionalidade econômica, não a ambiental e, muito menos, a social. A mudança nesse referencial exige uma nova conscientização: uma consciência ambiental crítica e uma sólida consciência de territorialidade.

Um processo de desenvolvimento regional que represente um projeto próprio, assumido regionalmente, apresenta um grau elevado de complexidade. Porém, o desenvolvimento sob a lógica de uma nova racionalidade que não a do padrão hegemônico, com certeza, é mais complexo ainda. Muitas experiências têm tentado fazê-lo, porém poucas têm conseguido avançar além das intenções.

O importante é que se tenha clareza disto: desenvolvimento não supõe apenas o crescimento econômico. Por mais que isso possa parecer lógico, muitos planos de desenvolvimento, regionais ou municipais, não passam de um conjunto de estratégias que buscam alcançar o crescimento econômico e a elevação do produto interno bruto municipal ou regional. A preservação ambiental se resume, normalmente, a um conjunto de indicações que buscam atacar as conseqüências, não chegando às causas. Além do mais, o processo de discussão desses planos, em geral, é pouco participativo ou privilegia a participação de segmentos da sociedade regional (Dallabrida, 1998).

Alavancar o desenvolvimento de uma região, com base nos princípios da sustentabilidade e da endogenização, talvez seja a única oportunidade possível de potencializar os recursos — humanos, materiais e não-materiais — locais, ou, nas palavras de um célebre geógrafo, a oportunidade de “libertação dos excluídos” (Santos, 1997).

Por tudo isso, parece significativo assumir, de uma vez por todas e com seriedade, a sustentabilidade e a endogenização como princípios balizadores do desenvolvimento regional.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Na concepção do Banco Mundial, “a consecução de desenvolvimento sustentável e equitativo, segue sendo o maior desafio que faz frente à raça humana. O desenvolvimento equitativo não se tem alcançado. A pobreza de massa subsiste e as disparidades aumentam entre e dentro dos países”.

Segundo Goulet (1999), não se pode contestar a pergunta: “É sustentável o desenvolvimento”? sem que se defina outras questões, como: “Que é a riqueza genuína”? e “Que é o desenvolvimento autêntico”? Analisando estas questões, ele afirma que os economistas definem a riqueza como o acesso de uma sociedade a um suprimento sempre crescente de bens materiais cada vez mais diversos. Mas, a riqueza genuína pode estar em outro lugar que é o de consumo de massa. Esse mesmo autor acrescenta que, de acordo com várias experiências e testemunhos, os bens materiais têm puramente valor instrumental e que bens qualitativos constituem a verdadeira riqueza humana. Sobre o “desenvolvimento autêntico”, Goulet (1999) cita os três conflitos de valor, que constituem o bem-viver. Em primeiro lugar, o que é uma boa vida? Uns prezam os luxos materiais, o egoísmo individual e a competição econômica, típicos de uma situação de recursos abundantes, resultando em desigualdades sociais. Outros valorizam a colaboração, a amizade, a saúde e um alto grau de igualdade econômica, alcançado num sistema sócio-econômico associativista-comunitário, com uso disciplinado de recursos. Em segundo lugar: em que deve estar fundamentada a justiça social? Uns defendem que num governo de maioria, num contrato social onde a justiça se apóia na autoridade herdada, constituída, em que os direitos individuais têm prioridade. Outros, num estado de direito em que os direitos sociais e econômicos coletivos têm prioridade sobre os indivíduos, visando a assegurar o suprimento das necessidades básicas de

toda a sociedade. Em terceiro lugar: que critérios a sociedade deve adotar na sua postura em relação à natureza? Uns admitem que a natureza seja vista como um estoque de matérias-primas para exploração futura pelos homens. Para outros, a natureza deve ser vista como “o útero da vida” no qual os humanos têm o seu ser e cujos ritmos e leis devem respeitar.

Através da análise desses conflitos, e tentando encontrar soluções para essas perguntas, Goulet (1999) resume que uma sociedade autenticamente desenvolvida é a que proporciona respostas normativas e institucionais satisfatórias para essas questões de valores. Portanto, a sustentabilidade necessita ser garantida em quatro domínios principais: econômico, político, social e cultural. A viabilidade econômica depende do uso dos recursos de maneira que não se esgotem e de padrões de manejo para que não destruam a vida. A sustentabilidade política se baseia em dar a todos os membros de uma sociedade uma responsabilidade para sua própria sobrevivência e isto não pode ser conseguido se ditos membros não têm liberdade, direitos invioláveis, um nível mínimo de segurança econômica e que possam crer que o sistema político no qual vivem persegue algum bem comum e não meros interesses particulares. Por fim, se o desenvolvimento é para ser social e culturalmente sustentável, os fundamentos da vida comunitária e os sistemas simbólicos devem ser protegidos.

Em todos estes conceitos, buscam-se argumentos que possam justificar o que é um discurso formado pelos organismos implicados e a prática realidade. Sevilla Guzmán et al. (2000) estabelecem que o desenvolvimento sustentável é um falso discurso ecologista desenhado pelos organismos internacionais, através de uma construção teórica ecotecnocrática, que transmite a mensagem de que o planeta está em perigo, não porque os países ricos estejam desenvolvendo uma forma de produção e consumo desenfreada de energia e recursos que contaminam e destroem os equilíbrios naturais; e sim porque os países pobres têm um grande crescimento de população e deterioram a natureza, devido a sua pobreza e degradante apropriação dos recursos naturais, mediante a poda das árvores e uma agricultura cientificamente marginalizada.

Assim, as transações, através das quais se articulam os estados, têm realizado todo um processo de elaboração teórica do conceito de desenvolvimento sustentável, encaminhado a caracterizar as formas de deterioração da biosfera, para encarar o problema. Este processo como toda construção social, possui sua própria história. Na Conferência de Estocolmo de

1972 e nos trabalhos do Clube de Roma, da mesma época, surge um primeiro aviso dos problemas ambientais através do Informe 2000, elaborado em 1980, como um diagnóstico do “estado do mundo”, e o estabelecimento do método para encarar a crise ecológica, através do informe Brundtland, no qual se define oficialmente o desenvolvimento sustentável. Por último, na Cumbre do Rio de Janeiro se elaborou a estratégia institucional do desenvolvimento sustentável.

Não se pode dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável seja algo novo, já que é amplamente utilizado nas últimas três décadas do século passado. Porém foi a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) que consolidou, na década de 1980, o uso deste termo, dando-lhe um conteúdo mais explícito, tomando em consideração variáveis ambientais, sociais e internacionais para definir um programa de ação de longo prazo para toda a comunidade mundial (Jiménez Herrero, 1989).

Portanto, a idéia do desenvolvimento sustentável satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender suas próprias necessidades sugere dois conceitos fundamentais: o primeiro trata das necessidades, em particular, as essenciais aos pobres, aos quais se deveria outorgar prioridade preponderante; e o segundo se refere à idéia das limitações que impõem os recursos do meio ambiente, o estado da tecnologia atual, da organização social e da capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas (Jiménez Herrero, 1989).

O desenvolvimento sustentável centra sua atenção na relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada de estoques de recursos naturais. A grande preocupação de seus estudiosos está voltada às gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores.

No Brasil, a questão regional tem uma história longa e bastante conhecida. O caso do Nordeste, em especial, mereceu um tratamento diferenciado a partir da criação da SUDENE, a qual, efetivamente, chegou a garantir um processo de desenvolvimento regional importante, ainda que distante do sonho de se verem resolvidos os graves problemas sociais que afetam a região. Com o colapso do modelo de desenvolvimento do pós-guerra, baseado no que muitos chamam de paradigma taylorista-fordista, no Keynesianismo e nas condições estruturais

definidas, em nível mundial, pelos tratados de Bretton Woods, novas configurações se apresentam como indicação da possibilidade de um novo modo de regulação, alterando os dados da equação do problema regional, inclusive no Brasil.

O fato é que, assim como ocorreu com a industrialização brasileira, o desenvolvimento regional, planejado e instigado pelo Estado, num momento posterior, chegou a um impasse, decorrente tanto da crise dos anos 80 do século passado e seus efeitos diretos sobre o crescimento e a capacidade de ação estatal, quanto do impacto da reestruturação do sistema capitalista em nível global, da chamada globalização e da terceira revolução industrial, que altera os padrões tradicionais de articulação política e econômica entre o local, o global e o nacional. O final do século XX foi marcado, em especial, por transformações cruciais não apenas nos processos produtivos nos diferentes setores de produção de mercadorias e serviços, inclusive as indústrias culturais e de entretenimento, mas no conjunto dos modos de vida e de consumo das mais amplas camadas da população, apontando para uma transformação profunda do sistema em nível global, pela ação, em grande medida, das tecnologias da informação e da comunicação.

O tema desenvolvimento regional é retomado com intensidade. Os indicadores sociais e econômicos, sobretudo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com grande divulgação, têm revelado disparidades muito acentuadas, entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres. Sintomaticamente, os estados do Nordeste e do Norte apresentam-se nas piores posições desse indicador.

Há, contudo, uma resistência muito grande em pensar o apoio às regiões mais pobres nos termos das décadas de 1960 e 1970, com base em incentivos fiscais e uma série de outros instrumentos de apoio à industrialização ou à modernização agrícola, em torno de um projeto nacional desenvolvimentista.

Recentemente, as visões sobre o desenvolvimento regional têm procurado dar conta de três tipos de transformações na economia mundial, que são entrelaçadas entre si. Uma primeira diz respeito às mudanças tecnológicas e seus efeitos sobre a organização da produção, com a introdução do regime de produção flexível; a segunda refere-se à abertura comercial e à desregulamentação nos fluxos financeiros internacionais; e a terceira,

relacionada com as duas primeiras, trata da fragilização do Estado nacional e de sua crescente incapacidade em adotar políticas ativas de desenvolvimento, que estariam passando cada vez mais a ser de responsabilidade de governos locais ou estaduais, dentro de uma linha conhecida como o desenvolvimento de base local.

A partir dessas transformações, têm-se formado duas visões sobre o desenvolvimento regional brasileiro nos últimos tempos: uma primeira que destaca a crise de um projeto nacional de desenvolvimento e aponta o risco de fragmentação econômica do território e uma segunda que enfatiza o caráter local do desenvolvimento econômico.

Para a primeira visão, numa perspectiva mais crítica, digamos assim, dos efeitos da globalização sobre o desenvolvimento regional brasileiro, as recentes transformações econômicas tecnológicas e organizacionais tenderiam a resultar no aprofundamento das desigualdades entre as regiões. Nessa perspectiva, aquelas regiões que apresentam condições mais adequadas, em termos de capacitação de recursos humanos, aglomeração de empresas em segmentos de elevado conteúdo tecnológico e infra-estrutura econômica, apresentariam vantagens locais sobre as áreas mais atrasadas, atraindo os investimentos mais importantes.

Essa tendência seria agravada pelo fato de que, com a globalização, o Estado nacional, mais fragilizado, não daria conta de encaminhar um projeto de desenvolvimento com alcance nacional, contemplando todas as regiões. Em um contexto de abertura comercial e financeira, apenas as áreas que apresentam maiores vantagens competitivas se integrariam à economia mundial e enfraqueceriam seus laços econômicos com as demais regiões nacionais, aumentando a heterogeneidade econômica e social do território brasileiro.

Prosseguindo nessa trajetória de ruptura do longo processo de articulação entre as regiões brasileiras, no limite, poder-se-ia conduzir à fragmentação econômica do país. Tão somente com a retomada de um projeto de desenvolvimento industrial, em conjunto com reformas sociais, seria possível pensar em um crescimento sustentado e integrado para toda a extensão do território brasileiro.

Para Pacheco (1996), o longo processo de soldagem das economias regionais brasileiras sofreu uma interrupção abrupta a partir da crise da economia nacional na década de

1980. A trajetória errática da economia brasileira a partir de então teria quebrado os “nexos de solidariedade” entre as estruturas produtivas regionais. E mais, para ele a complementaridade dessas estruturas só pode ser assegurada nos marcos de um processo de construção de uma economia nacional integrada, com baixo grau de abertura no mercado interno. Ou seja, a crise econômica nacional dos anos 80 do século passado e a abertura comercial concorrerem para quebrar a articulação da economia nacional.

Com isso, teria se agravado a heterogeneidade econômica e social do país, em um processo de fragmentação do território. Regiões pobres poderiam contar apenas com manchas ou pólos de desenvolvimento em meio a extensas áreas estagnadas. Ao lado do agravamento das disparidades inter-regionais teria se acentuado a heterogeneidade econômica intra-regional.

No caso do Nordeste, a região de menor renda per capita e onde se concentra uma parcela significativa da pobreza no país, surgiram, ao longo desse processo de soldagem com a economia nacional, diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e dinâmicas. Tais estruturas equivaleriam ao que se chama na literatura de “frentes de expansão” ou “pólos dinâmicos” e até mesmo de “enclaves”.

A força do conceito de fragmentação está em apontar que algumas áreas e regiões se vinculariam diretamente com a economia mundial, enquanto sua capacidade de estimular as demais áreas do país seria reduzida. Com isso, surgiram no território nacional distritos, pólos ou ilhas de prosperidade, relativamente pouco articuladas.

Em linhas gerais, seriam acentuadas as disparidades entre as regiões e dentro das regiões, dado que as transformações no regime de produção e no regime comercial seriam favoráveis à reconcentração das atividades nas áreas mais desenvolvidas. A reversão da desconcentração espacial da indústria, apoiada por diversos estudos, que teria se verificado a partir do final dos anos 80 do século passado, já seria um sintoma desse processo.

Outros autores têm-se revelado mais otimistas sobre as perspectivas abertas pelas transformações na economia mundial, relativas às mudanças tecnológicas, à abertura comercial e à liquidez financeira, até há pouco tempo existente na economia mundial.

Nessa visão, as mudanças tecnológicas e organizacionais, aliadas à abertura das economias nacionais, seriam favoráveis a estratégias locais de desenvolvimento, a partir de políticas adotadas pelos governos estaduais e municipais. Ressurge com força a idéia de distritos marshalianos e de pólos locais de desenvolvimento.

Um outro aspecto apontado é o de que, com a abertura comercial, seria eliminado o problema de tamanho mínimo de mercado, verificado em economias nacionais fechadas, permitindo que as regiões que conseguissem estabelecer vantagens locais pudessem produzir para o mercado mundial. O desenvolvimento local poderia inclusive propiciar a redução das disparidades regionais no Brasil, para aquelas regiões ou estados que lograssem construir externalidades positivas. O desenvolvimento estaria aberto para todos.

Nessa perspectiva, são destacadas as novas bases da competitividade e os novos fatores de produção, em acordo com a teoria do desenvolvimento endógeno. Entre eles, os investimentos em educação, C&T e informação que criariam condições de contexto ou ambiente para circulação de conhecimento entre firmas e instituições de pesquisa, propiciando o desenvolvimento a partir das forças produtivas locais, ou, na medida em que lograssem criar vantagens locais, através da atração de empresas.

Dessa maneira, um conjunto de soluções locais poderia conduzir ao desenvolvimento mais harmônico do território brasileiro, possibilitando, no limite, uma convergência nas rendas per capita dos estados. Para Benko (1999), o fortalecimento da idéia de desenvolvimento local endógeno estaria relacionado com a própria falta de dinamicidade da economia mundial. Segundo o autor, até o início da década de 1970 o desenvolvimento estava ligado a um processo de difusão de um crescimento a partir de um centro. Fundava-se na grande escala, nas grandes organizações, verticalmente integradas e na multiplicação dos fenômenos econômicos. Esses processos de difusão do crescimento, todavia, estariam enfraquecidos e a teoria do desenvolvimento endógeno surgiria com um caráter ideológico, dada a falta de perspectivas de desenvolvimento.

Assim, é a Teoria do Desenvolvimento Endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção e afirma que o crescimento depende de acumulação de capital físico, humano e técnico.

Ao propor a endogenização do processo de desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a necessidade de buscar, na região, uma pauta comum de necessidades e aspirações, pois existem diferenciações internas e contradições de interesses. Essa pauta comum deve constituir o conjunto de interesses e aspirações da coletividade regional.

O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, desde então evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado e, na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender por que o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo ela dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região.

Nesse caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Daí concluiu-se que a região dotada desses fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pôde então ser definido como: “(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido” (Amaral Filho, 1996).

A capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira, econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais

producente possível, os fatores produtivos da região. A segunda, sócio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (Vázquez Barquero, 1988).

Segundo Amaral Filho, a idéia do desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando sempre à consolidação de um desenvolvimento local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta.

Um grande avanço da teoria endógena é considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento da região. Mais do que isso, na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente de modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

Antonio Vázquez Barquero (1988) argumenta que o desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância à sociedade local e aos processos de organização e relação social, permite que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região. Em suas palavras: “Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um número de custos e se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos sem criar um certo conflito e contradições no processo de adaptação” (Vázquez Barquero, 1988).

A endogenização do processo de desenvolvimento regional contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional e resulta de uma sólida e ativa consciência de territorialidade. Com isso não se está apregoando nenhum tipo de bairrismo ou regionalismo, nenhum fechamento da região em si mesma, nenhum retorno incondicional à tradição, próprio dos movimentos reacionários. Ao contrário, busca-se reafirmar as aspirações universais como resultado de uma troca permanente, de um diálogo do local com o global. Nesse diálogo, os agentes locais devem assumir o papel de principais interlocutores. Isso tudo

reforça a assertiva de que, para construir um processo de desenvolvimento regional autônomo, na perspectiva do local, “é preciso colocar na ordem do dia das pessoas modelos futuros de desenvolvimento enquanto subversão do modelo contemporâneo de desenvolvimento” (Becker, 1996).

Desencadear um processo de desenvolvimento regional endógeno é reconhecer que o desenvolvimento regional é, fundamentalmente, resultado do que a comunidade regional é capaz de fazer por si mesma, mais do que o Estado ou quaisquer outros agentes externos possam fazer. Significa uma vontade dos agentes locais de controlar o desenvolvimento e seu próprio destino. Para tal, pressupõe a existência de um Estado e estruturas institucionais democráticas, um Estado submetido ao controle da sociedade civil.

A forte tendência contemporânea ao desenvolvimento endógeno resulta da consciência dos fracassos de experiências de desenvolvimento de caráter normativo, decididas em outro lugar e junto a políticos com pouca representatividade popular, ou com um processo racionalizador, com conteúdo ideológico proposto pelos agentes hegemônicos planetários, que chega aos lugares com objetos e normas estabelecidas para servi-los. Trata-se de processos de transposição mimética de modelos exógenos e transferência de padrões culturais, formas de produção, de consumo e tecnologias, que impõem uma nova ordem ao lugar, gerando fragmentação e desordem.

O desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, a partir da criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. Estimulando-se as potencialidades endógenas, ou fatores internos, os efeitos perniciosos da globalização tendem a ser minimizados.

A contribuição da teoria endogenista foi mostrar que os fatores de produção decisivos eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Esses fatores eram qualidades das instituições, acesso ao conhecimento e à informação, capital social e humano e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Conclui-se, portanto, que as regiões dotadas desses recursos ou direcionadas estrategicamente para desenvolvê-los internamente tinham melhores condições de alcançar

um desenvolvimento acelerado e equilibrado. Assim, o desenvolvimento de uma região está indissolúvelmente ligado ao potencial de seus fatores internos e à qualidade de suas organizações sociais e cívicas.

Desenvolvimento Local é um processo orgânico, um fenômeno humano, portanto, não padronizado, que envolve os valores e os comportamentos dos participantes, promove práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor e conclama a adoção de parcerias para mobilizar os recursos e as energias, tudo isto com o intuito de apontar para diferentes caminhos segundo as características e a capacidade de cada economia e comunidade local. É um processo em que o social se integra ao econômico. A distribuição da renda e o crescimento econômico adquirem uma dinâmica comum, pois os atores governamentais e privados tomam decisões para o aumento da produtividade e competitividade das empresas, para resolver os problemas locais e melhorar a qualidade de vida da população.

Assim, observa-se que o conceito de Desenvolvimento Local apóia-se na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

A idéia básica desse paradigma é que o sistema produtivo dos países cresce e se transforma utilizando o potencial de desenvolvimento dos territórios através dos investimentos das empresas e dos agentes governamentais sob o controle crescente da comunidade local.

Além do aspecto econômico, o desenvolvimento local articula três grandes questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos.

Este processo busca contribuir para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios/mesorregiões, pela presença da nova figura do gestor social contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas, centralizadores ou simples administradores de

recursos. Esse novo gestor deve ser também facilitador do desenvolvimento do território, articulador, que amplia os espaços de participação, com postura democrática e transparente.

A estratégia do desenvolvimento local se propõe a potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constróem o bem-estar da sociedade, além de desenvolver os aspectos produtivos. Assim, a articulação entre sociedade e economia, tecnologia e cultura pode se realizar melhor a partir do local. O global e o local são complementares, criam sinergia social e econômica.

A participação da sociedade favorece o controle social sobre o desenvolvimento, efetivando o espaço local como o “lócus” privilegiado da formação do cidadão. A participação é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar pelas decisões tomadas, tornando os cidadãos sujeitos do processo de desenvolvimento local. A efetiva participação eleva o ator à condição de agente de mudança e a comunidade organizada à de protagonista pró-ativa do processo de Gestão Social. Busca-se a melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia e independência, compreensão do meio ambiente como um ativo de desenvolvimento e construção de novos paradigmas éticos que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para a realização humana.

Tudo que foi apresentado mostra claramente a importância da teoria do desenvolvimento endógeno para as análises efetuadas nesta investigação, por tratar-se de uma teoria que focaliza cuidadosamente a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. Os seus pressupostos oferecem explicações lógicas ao processo de desenvolvimento do Recôncavo Sul, região que no passado teve grande importância econômica, política e cultural e atualmente apresenta-se como um evidente reflexo de fatores que de forma direta ou indireta reduziram sua importância hierárquica, modificando de forma drástica a configuração do espaço regional. Nesse contexto, é relevante situar a questão da globalização, que foi excludente em relação a determinadas regiões, entre elas a região em estudo, como uma das causas das transformações do espaço, considerando que este é a base de sua operacionalização. Hoje a região encontra-se com suas cidades degradadas, sua população sem perspectivas num horizonte de curto e médio prazos e seu capital sumariamente destruído, configurando-se como um espaço territorial fragmentado. Dentro

desse contexto está Cachoeira, município que durante séculos configurou-se como pólo regional do Recôncavo Sul Baiano, devido ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, e que atualmente encontra-se submetido a processos semelhantes; porém, devido a sua condição de espaço cultural da região, apresenta-se como perspectiva de revitalização sócio-econômica, encontrando explicações em tal teoria, face ao potencial endógeno aí existente, representado pela sua cultura, tendo o turismo, sua vocação natural, como vetor de desenvolvimento sustentável local e regional. Entende-se, portanto, que todos os esforços possíveis devem ser empreendidos, tanto pelo setor público como pelo privado e toda a comunidade, para que os objetivos previstos sejam alcançados.

Assim, face a essa condição explicativa dos fenômenos regionais e locais, elegeu-se a teoria do desenvolvimento endógeno como marco de referência para esta pesquisa.

1.3 METODOLOGIA

Este trabalho reúne condições para uma investigação sistemática sobre o processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul, como também um estudo sobre o papel que o Município de Cachoeira vem desempenhando nesse contexto, em busca de alternativas para que possa sobreviver de forma sustentável.

Tratando-se de um trabalho de investigação em Ciências Sociais, será utilizado o método científico, com abordagem indutiva de caráter exploratório e com enfoque qualitativo complementado com dados quantitativos.

O tema escolhido para este trabalho pertence à categoria estudo de caso, uma vez que o mesmo proporciona ao investigador aprofundar estudo sobre um tema determinado em um tempo limitado, além de requerer uma aproximação cientificamente planejada, uma identificação de variáveis e uma análise de como se inter-relacionam entre si, como também permite ao investigador trabalhar no tema que realmente o interessa.

O problema da pesquisa que se levanta caracteriza-se nas seguintes questões: quais os fatores responsáveis pelo processo de decadência do Município de Cachoeira no contexto

do desenvolvimento regional do Recôncavo Sul Baiano e quais as perspectivas de revitalização sócio-econômica desse Município no contexto regional?

A hipótese que baliza este trabalho é a seguinte: o processo de decadência de Cachoeira no contexto do desenvolvimento regional do Recôncavo Sul Baiano se deve às políticas governamentais, à iniciativa privada e à comunidade em geral, que até o momento não se dispuseram a usar o potencial endógeno existente, a cultura, como veículo impulsor de desenvolvimento, uma vez que Cachoeira como espaço histórico e cultural apresenta-se como uma perspectiva de revitalização no desenvolvimento local e regional.

Esta hipótese está relacionada com o desenvolvimento de uma metodologia que possibilita a avaliação da informação que caracteriza a região estudada – resultando que a cultura pode ser um mecanismo de desenvolvimento endógeno para o local, que reúne condições devido às suas origens culturais, ao seu patrimônio histórico-artístico e às manifestações populares, assim como à sua localização e outros atributos naturais que formam um rico complexo de fatores necessários ao seu desenvolvimento.

Espera-se que o resultado deste trabalho possa ultrapassar os limites acadêmicos, tornando-se uma efetiva contribuição para a elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento regional do Recôncavo Sul e o desenvolvimento do Município de Cachoeira.

Uma das intenções do estudo é facilitar ao leitor informações sobre a situação atual da Região do Recôncavo Sul e, em particular, do Município de Cachoeira, abordando os principais problemas que afetam o desenvolvimento econômico e tentar oferecer reflexões sobre o tema, baseadas nos resultados da investigação, esperando que concorde com o caminho de conferir ao Recôncavo Sul e ao Município de Cachoeira um novo desenho de desenvolvimento na mais perfeita conjugação: economia e cultura.

O trabalho foi desenvolvido em três fases distintas, cujos resultados de cada fase contribuíram para a composição dos diferentes capítulos da tese.

A primeira fase compreendeu a análise do processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul e para tanto foram efetuados:

- Levantamento informativo sobre as políticas voltadas para o desenvolvimento do Recôncavo Sul;
- Visitas técnicas de reconhecimento da área de estudo;
- Análise das políticas, planos e programas públicos e privados com vistas ao desenvolvimento regional do Recôncavo Sul;
- Caracterização das potencialidades sócio-econômicas do Recôncavo Sul.

Essa fase resultou na estruturação dos capítulos referentes à caracterização do processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul e no mapeamento temático correspondente.

A segunda fase correspondeu à inserção de Cachoeira no contexto regional, onde foi realizada uma análise diacrônica referente a todo processo histórico que compreende a origem e formação do Município de Cachoeira e uma análise sincrônica explicativa do papel atual de Cachoeira no Recôncavo Sul e para tanto foram efetuados:

- Levantamento e análise documental que permitiu definir a inserção de Cachoeira nos ciclos econômicos da Bahia e do Recôncavo Sul;
- Levantamento e análise do acervo cultural do Município de Cachoeira;
- Levantamento e análise da atual situação sócio-econômica da área em estudo;
- Análise da contribuição do acervo cultural no desenvolvimento econômico local.

Os resultados desta fase estão representados pelos mapas, gráficos e capítulos referentes à contextualização do Município de Cachoeira no Recôncavo Sul.

A terceira fase correspondeu à fase de diagnose e prognose do desenvolvimento local, onde se pretendeu estabelecer uma avaliação das políticas públicas e privadas implementadas no Município de Cachoeira e uma avaliação da participação comunitária, culminando com o estabelecimento de cenários pessimista e otimista, com vistas a proposições voltadas para o desenvolvimento local.

Resultados Obtidos

- Caracterização do processo de desenvolvimento regional do Recôncavo Sul;
- Contextualização do Município de Cachoeira neste processo;
- Avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento local do Município de Cachoeira;
- Estabelecimento de prognoses para um programa de desenvolvimento local;
- Sensibilização da comunidade local sobre a importância da preservação do seu patrimônio cultural;
- Divulgação dos resultados junto à comunidade científica e a comunidade local em seminários, congressos e eventos.

Materiais Utilizados

Pesquisa de documentos históricos, compreendendo:

- Levantamento sobre a região do Recôncavo Sul e o Município de Cachoeira, abrangendo aspectos histórico-culturais, sócio-econômicos, políticos e geográficos;
- Levantamento de dados estatísticos considerados básicos, coletados nos Censos (Demográficos, Agropecuários, Industriais, Comerciais e de Serviços) editados pelo IBGE e pela SEI;
- Levantamento do acervo cultural do Município de Cachoeira.

Pesquisa de campo, através de:

- Observação direta das condições atuais do acervo cultural do Município de Cachoeira;
- Entrevistas estruturadas previamente e/ou aproveitando oportunidades emergentes com autoridades, lideranças comunitárias, professores, representantes dos setores produtivos e o povo em geral.

Análise e interpretação dos dados conforme as técnicas metodológicas existentes.

Os resultados estão representados através de cartogramas, diagramas, gráficos, etc.

Este trabalho compreende dez capítulos agrupados em duas partes: a primeira, referente à Região Recôncavo Sul Baiano e a segunda, ao Município de Cachoeira.

Dando continuidade a essa estrutura, apresenta-se, a seguir, o capítulo onde se analisa a Configuração Espacial do Recôncavo Sul.

CAPÍTULO 2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

Em termos espaciais, a região que circunda a Baía de Todos os Santos é denominada de Recôncavo. A proximidade desse acidente geográfico operou, ao longo do tempo, um sentido convergente, possibilitando o surgimento de aglomerações humanas, mais tarde transformadas em povoados, vilas e cidades.

O Recôncavo Baiano está dividido em duas regiões distintas, a Região Metropolitana de Salvador, que abrange os Municípios de Salvador (capital do Estado), Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz, e a Região do Recôncavo Sul, que abrange os Municípios de Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo.

Centro original da civilização brasileira, o Recôncavo Baiano tem o mais profundo significado para a memória e identidade do Brasil, o que é comprovado pelo grande número de estudos realizados, constituindo-se num verdadeiro desafio para instituições governamentais e privadas na busca de soluções que permitam, mantendo intacta a cultura local, proporcionar o desenvolvimento e progresso de suas cidades.

Este capítulo analisa a configuração espacial do Recôncavo Sul, região dotada de grande heterogeneidade como espaço territorial.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

O Recôncavo Sul compreende a faixa de terra que contorna a Baía de Todos os Santos, a maior baía do litoral brasileiro. Conforme figura abaixo, reúne 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe,

Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo, abrangendo uma área de 10.662 km², 1,88% da superfície do Estado da Bahia, e suas coordenadas geográficas se estendem de 12°23' a 13°24' lat. S e de 38°38' a 40°10' long. W.

Fig. 4

Municípios do Recôncavo Sul



Fonte: SEI – 2002

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2004

Segundo a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Região Recôncavo Sul, do ponto de vista ambiental e da história de sua ocupação, abrange diversas áreas com características diferenciadas, que podem ser agrupadas da seguinte forma: a) áreas de influência do litoral, onde se encontra o Recôncavo tradicional, abrangendo os Municípios de Aratuípe, Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Felipe, São Félix e Saubara; b) áreas intermediárias entre o litoral e o semi-árido, abrangendo zonas conhecidas como tabuleiro e de transição, abrangendo os Municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Amargosa, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das

Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Santa Terezinha, Santo Antonio de Jesus, São Miguel das Matas, Sapeçu e Varzedo; c) áreas do contato do semi-árido, compreendendo zonas de caatinga e de planalto, abrangendo os Municípios de Brejões, Itatim, Milagres e Nova Itarana; e d) as áreas do Vale do Jiquiriçá, abrangendo os Municípios de Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, e Ubaíra, que encerram elementos naturais marcantes, caracterizados por um conjunto de serras (CAR, 2000).

Atualmente, a Região Recôncavo Sul encontra-se dividida em unidades espaciais menores, conhecidas como subespaços regionais, e para definição de tais subespaços considerou-se, num primeiro momento, a área de influência determinada pela aplicação da técnica de regionalização, baseada no modelo potencial, e, num segundo momento, os limites político-administrativos e a superfície territorial dos municípios que compõem cada área de influência, além das características geoambientais das referidas áreas.

Dessa forma, os subespaços para a Região Recôncavo Sul decorrem da identificação das áreas de influência ao nível subzonal. Com a aplicação da mencionada metodologia, obteve-se, para esta Região, a delimitação de sete subespaços, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1

Subespacialização da Região Recôncavo Sul

Nº	Subespaços	Municípios Componentes
I	Baixadas Litorâneas	Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré, Salinas da Margarida.
II	Subaé/Baixo Paraguaçu	Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, São Félix, Saubara.
III	Tabuleiros Pré-Litorâneos	Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Muritiba, São Felipe e Sapeçu.
IV	Tabuleiros Interioranos	Amargosa, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Santo Antonio de Jesus, São Miguel das Matas, Varzedo, Castro Alves, Elísio Medrado, Santa Terezinha.
V	Vale do Jiquiriçá	Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Ubaíra.
VI	Sertão/Caatinga	Itatim, Milagres.
VII	Cafeeiro	Brejões, Nova Itarana.

Fonte: CAR – 2000

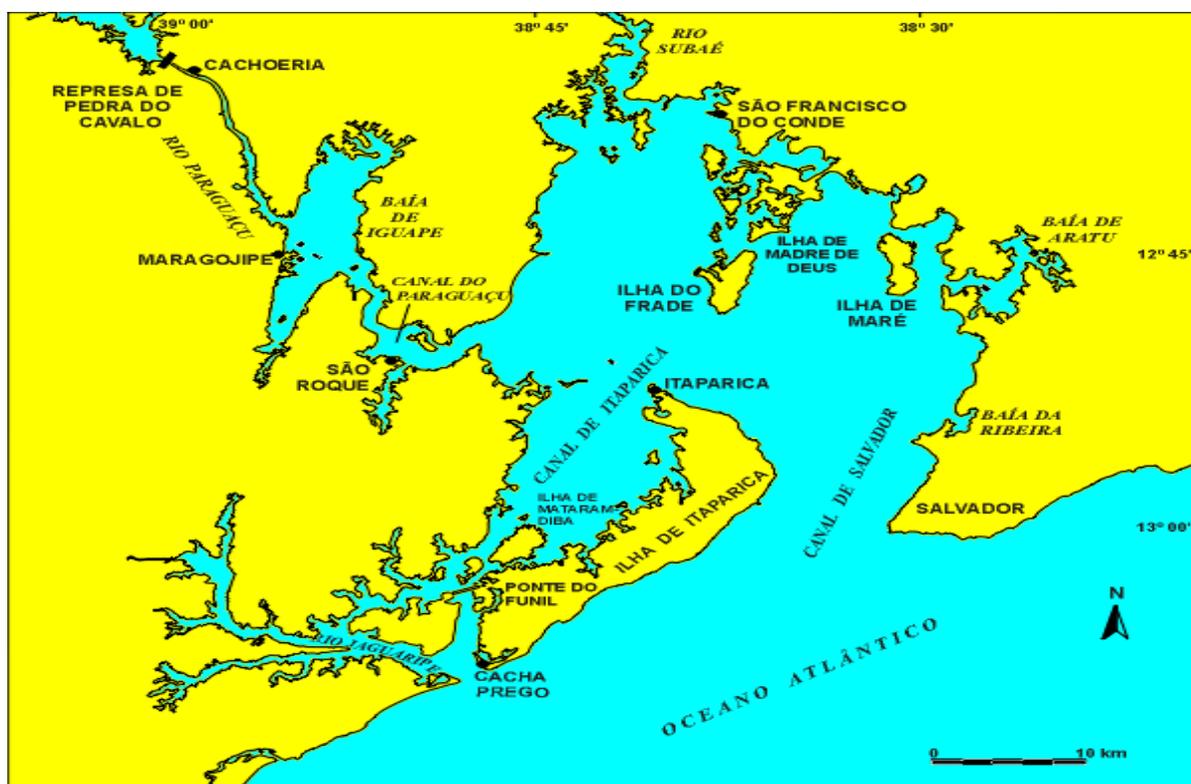
Elaboração: Fonseca, Áurea - 2004

2.1.1 A Baía de Todos os Santos

Descoberta pelo navegador Américo Vespúcio, durante uma missão de reconhecimento da costa brasileira em 1º de novembro de 1501, dia dedicado a Todos os Santos, deu nome ao Estado da Bahia. Maior baía navegável e um dos mais favoráveis locais para o lazer náutico das Américas, com cerca de 1.086 km² de extensão entre o Oceano Atlântico e o Continente, é uma reentrância costeira, podendo ser geomorfologicamente classificada como “baía de maré”. A morfologia desta baía está fortemente controlada por falhas geológicas associadas à Bacia Sedimentar do Recôncavo. A estrutura das falhas, em graben, caracterizada por deslocamentos verticais de blocos, promove a ocorrência de vários altos topográficos e explica a existência de numerosas ilhas dentro da baía. A maior dessas ilhas, Itaparica, localiza-se a SW e delimita os canais de Salvador e Itaparica. O canal de Salvador, a leste, tem 9 km de largura e constitui a entrada principal da baía, tanto em termos de navegação como de fluxo de água.

Fig. 5

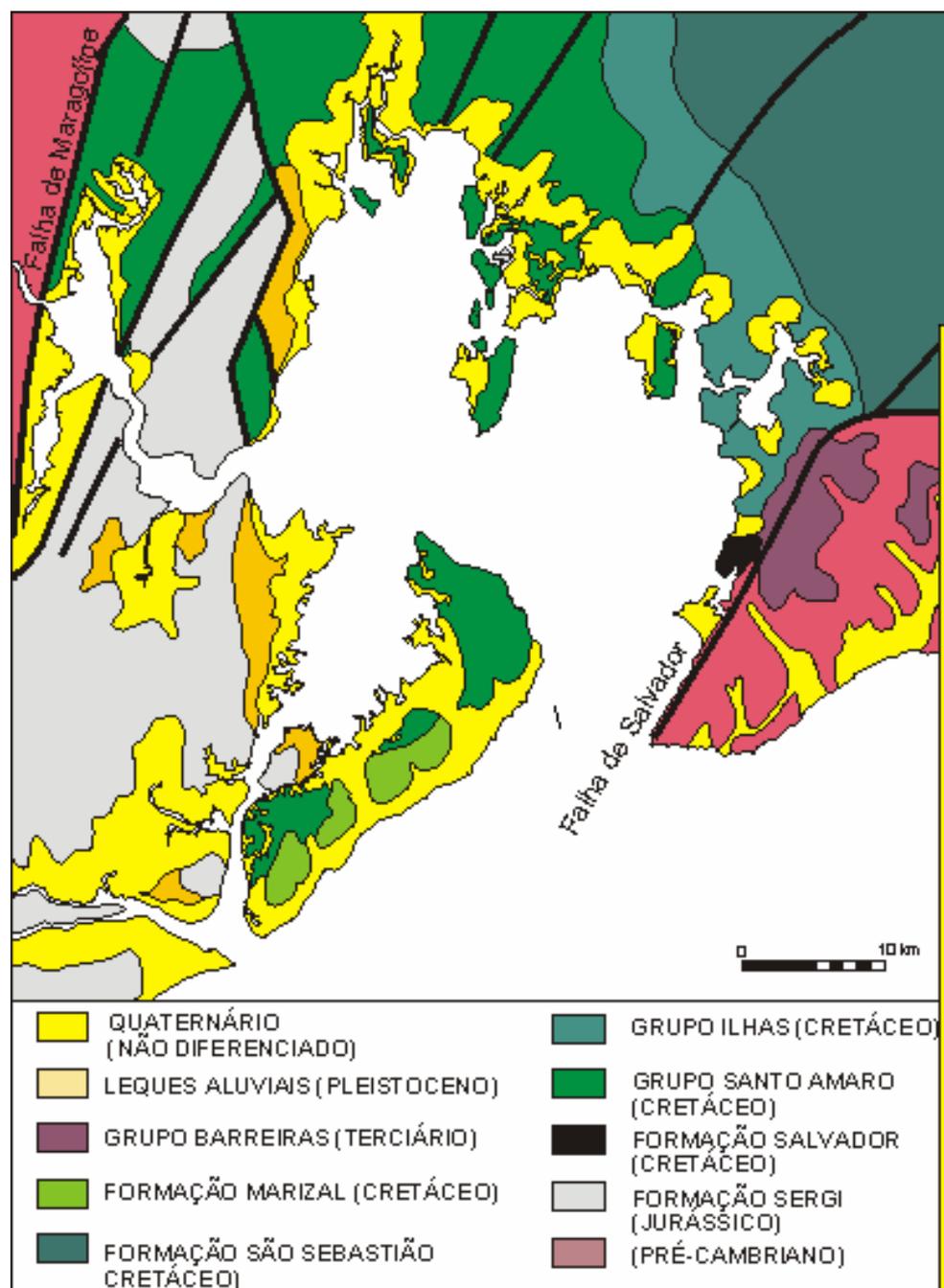
Baía de Todos os Santos – BTS



Fonte: SEI, 2002

A Baía de Todos os Santos está localizada em um graben encaixado em rochas precambrianas, preenchido por rochas sedimentares jurássicas e cretácicas da Bacia do Recôncavo, conforme figura abaixo.

Fig. 6
Carta Geológica da BTS



Fonte: CPGG – UFBA, 2003

A origem da baía está relacionada a reativações neotectônicas de antigas linhas de fraturas cretácicas durante o quaternário, que promoveram o afundamento de vários blocos com direção geral NE-SW. Tais reativações parecem se estender até o Recente, ao identificar desnivelamentos de linhas de praias quaternárias dentro da baía. A ocorrência de abalos sísmicos em escala histórica corrobora o acentuado grau de atividade tectônica ao qual a região vem sendo submetida.

As rochas sedimentares da Bacia do Recôncavo afloram ao redor de toda a baía, sendo a única exceção à exposição do embasamento cristalino ao longo da Falha de Salvador. No setor leste e norte da baía, assim como nas várias ilhas, folhelhos do Cretáceo Inferior (arenitos e siltitos) denominados por Grupo Santo Amaro caracterizam a maioria dos afloramentos. Na margem sudoeste e ao longo do canal do Paraguaçu predominam os arenitos do Jurássico Superior intercalados com folhelhos (Formação Sergi). A presença dos arenitos nesse setor é responsável pela geomorfologia de “canyon” encontrada ao longo do canal do Paraguaçu. Já na Baía de Iguape, folhelhos e siltitos da Formação Santo Amaro ocorrem em contato brusco com o embasamento Pré-Cambriano ao longo da Falha de Maragogipe.

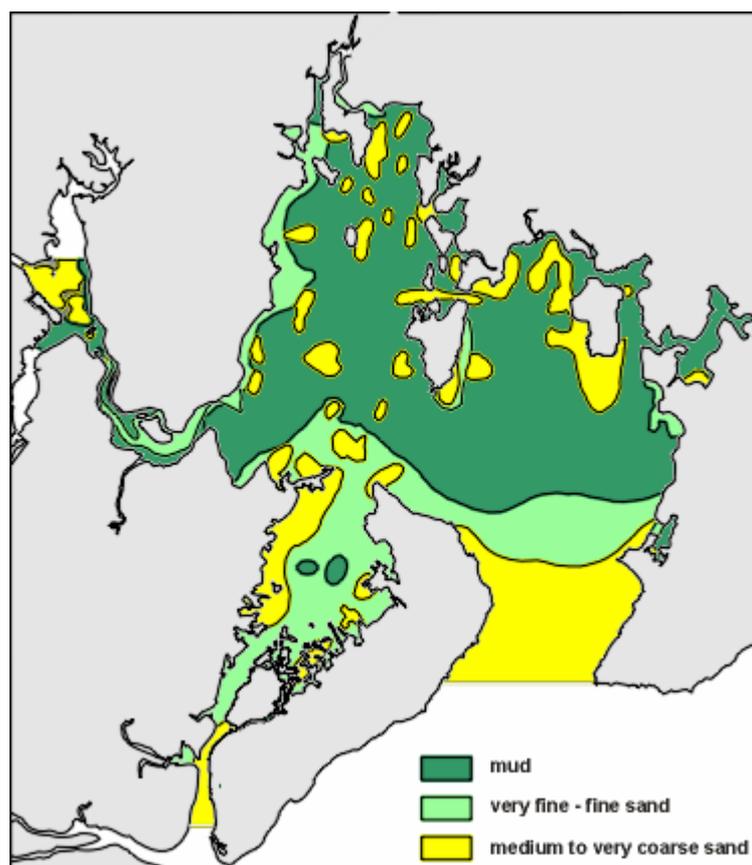
Depósitos quaternários, incluindo leques aluviais, terraços marinhos e depósitos de manguezais ocorrem nas margens da baía, especialmente na sua metade ocidental, mais rasa. Os leques aluviais são restritos à vizinhança das colinas existentes nos arenitos da Formação Sergi, também na metade ocidental da baía.

A textura dos sedimentos superficiais de fundo da Baía de Todos os Santos varia desde argila a areia muito grossa. A figura abaixo mostra a distribuição geral de três classes de sedimentos. Areias médias a muito grossas são encontradas nas duas entradas da Baía de Todos os Santos, na foz do Rio Paraguaçu (na Baía de Iguape), ao longo da margem oeste do Canal de Itaparica e junto à Ilha de Maré, bem como em zonas esparsas na parte central da Baía de Todos os Santos. Areias finas a muito finas ocorrem principalmente ao longo do Canal de Itaparica, como um cinturão contínuo através da parte central da Baía de Todos os Santos e, continuamente, ao longo da margem oeste da Baía de Todos os Santos, adentrando pelo Canal do Paraguaçu. Os sedimentos lamosos caracterizam a maior parte da metade norte da Baía de Todos os Santos e são também bem evidentes dentro do Canal do Paraguaçu, na Baía de Aratu e na parte voltada para o mar da Baía de Iguape. Os sedimentos arenosos dentro da Baía de Iguape formam um delta progradante sobre uma região lamosa mais profunda no

Canal do Paraguaçu (o impacto da Barragem de Pedra do Cavalo, construída em 1985, sobre o aporte dos sedimentos fluviais, ainda não foi avaliado).

Fig. 7

Carta dos Sedimentos da BTS



Fonte: CPGG – UFBA, 2003

A Baía de Todos os Santos, considerada como área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, é bordejada por exuberantes manguezais nos estuários dos rios Paraguaçu, Subaé, Jaguaripe, Cobre, dentre outros, em mais de 60% de seu perímetro, apresentando uma riqueza de flora e fauna com inigualáveis paisagens de costões rochosos e praias arenosas, restingas e apicuns, com a singularidade de agregar duas pequenas baías em seu interior: a baía do Iguape e a de Aratu.

O entorno da Baía de Todos os Santos apresenta os mais elevados índices de densidade demográfica do Estado. Nos dezesseis municípios que são banhados pelas suas

águas, incluindo a Cidade de Salvador, capital do estado e primeira capital do Brasil, perfazendo um total aproximado de duzentos quilômetros de borda, moram cerca de três milhões de baianos, vivendo nas cercanias de um parque industrial fundamentado na indústria química e de exploração, refino e processamento de petróleo, além da indústria de celulose e de extração e beneficiamento de recursos minerais. A atividade comercial se mostra significativa, com portos e terminais marítimos e uma capacidade hoteleira dentro dos padrões internacionais. Mais de 60% da geração de capital no Estado se concentra neste espaço. Em síntese, este ambiente se mostra como um didático modelo de desenvolvimento urbano industrial dentro de uma perspectiva concentradora de terra e renda.

No passado, foi o maior porto marítimo do Hemisfério Sul, fundamental para a circulação de riquezas, especialmente a cana-de-açúcar e gêneros alimentícios, para o abastecimento de Salvador, e no presente é alvo de grandes investimentos públicos e privados que visam ao incremento do turismo náutico e do ecoturismo, por reunir excelentes condições, como ventos regulares, temperatura média anual de 26°C, águas abrigadas e inúmeros roteiros e cenários históricos naturais.

Uma grande marina privada foi implantada na Baía de Todos os Santos, na Cidade de Salvador, próximo ao Elevador Lacerda, que hoje dispõe de 300 vagas para embarcações de qualquer porte, com toda a infra-estrutura moderna disponível. Por outro lado, o Centro Náutico da Bahia, uma iniciativa do Governo do Estado, além de abrigar embarcações, promove e coordena atividades náuticas no Estado.

A travessia Itaparica-Salvador é a principal competição de natação que acontece anualmente no interior da Baía, durante o verão. Além desta, existem outras provas dentro do Circuito Baiano de Águas Abertas, como também regatas tradicionais.

A captação de eventos náuticos para a Baía de Todos os Santos se fundamenta na sua trajetória histórica, que já viu aportar em suas águas abrigadas desde naus e caravelas, canoas dos habitantes nativos, saveiros – que ao longo do tempo tornaram-se a embarcação e meio de transporte mais característico da área –, a modernos veleiros oceânicos, transatlânticos de luxo, até mesmo o iate da Rainha Elizabeth, da Inglaterra.

A maior e principal celebração que acontece anualmente em suas águas é a Procissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, no dia 1º de janeiro, quando a galeota Gratidão do

Povo conduz a imagem do Bom Jesus em um longo percurso desde o Cais do Porto ao Porto da Barra e daí até a Igreja da Boa Viagem, acompanhada por centenas de embarcações.

Outro aspecto singular da Baía de Todos os Santos é a conjugação da beleza dos cenários naturais e históricos, escondidos sob as suas águas. Esses cenários revelam surpresas para os adeptos do mergulho, que se deparam com a formação de recifes de corais e destroços de embarcações naufragadas ao longo da sua colonização. Em frente ao Porto da Barra, a uma profundidade de 12 metros e com uma visibilidade de 10 a 15 metros, estão belíssimos recifes de corais. Para mergulhadores experientes, os corais de fora ou “Parede” ficam no meio da Baía, entre Itaparica e Salvador. Os “Paredões”, a uma milha de Salvador, estão entre 25 a 45 metros de profundidade e, na maré enchente, a visibilidade varia entre 15 a 20 metros. As formações de corais e recifes próximos a Ilha de Maré têm profundidade máxima de 11 metros e visibilidade de até 15 metros na horizontal. Em frente ao cais do porto, no quebra-mar Norte, há um ponto interessante para mergulhos noturnos, com grande quantidade de vida marinha. Em frente à praia de Aratuba, em Itaparica, os recifes de corais Pontinha e Caramunhãs, a duas milhas da costa, oferecem rica paisagem submarina.

Entre batalhas, invasões e tempestades, foram diversas as embarcações que naufragaram na Baía de Todos os Santos e os mais conhecidos e registrados historicamente são: a nau Nossa Senhora de Jesus, que em 1610 foi atacada por holandeses da Companhia das Índias Ocidentais e naufragou na entrada da baía; sete naus portuguesas que em 1624 foram incendiadas e afundaram; duas naus flamengas e uma lusitana que em 1627 foram para o fundo da baía durante combate entre portugueses e holandeses pela posse da cidade de Salvador (capital do Estado); duas naus holandesas e uma portuguesa que, em 1674, naufragaram após uma batalha; o navio Santa Escolástica, que em 1648 afundou na saída da baía; o galeão Sacramento, português, que naufragou em 1668, cujas peças e objetos dele retirados estão expostas no Museu Náutico da Bahia; o galeão Nossa Senhora do Bom Sucesso, que naufragou em 1700; o galeão espanhol San Pedro, que em 1714 também naufragou nesta baía; o galeão Nossa Senhora do Rosário, que em 1737 afundou, carregado de jóias, ouro, louças, âmbar e pimenta; e o navio Bretanha, conhecido como “Navio de Dentro”, cujos destroços encontram-se na baía, protegidos pelos corais, e é um ponto ideal para mergulhos de batismo.

Vale ressaltar que as ilhas que formam o arquipélago da Baía de Todos os Santos têm características comuns, como praias de águas cristalinas, mar calmo, vegetação densa,

predominando manguezais, coqueirais e bananais, além de vestígios da Mata Atlântica; e que das ilhas existentes as principais são: Itaparica, Madre de Deus, Maré, Frades, Medo, Bom Jesus dos Passos, Vacas, Capeta, Maria Guarda, Joana, Bimbarras, Santo Antonio, Cajaíba, Cal, São Gonçalo, Matarandiba, Saraíba, Mutá, Olho Amarelo, Caraíbas, Malacaia, Porcos, Carapitubas, Canas, Ponta Grossa, Fontes, Pati, Santos, Coqueiros, Itapipuca, Grande, Pequena, Madeira, Chegado, Topete, Guarapira, Monte Cristo, Coroa Branca e Uruabo.

Costuma-se dizer que a Baía de Todos os Santos é o berço da cultura baiana, mas sua importância vai muito além, uma vez que foi através de inúmeras rotas nessa imensa hidrovia que se efetuou a conquista do interior baiano. A partir de meados do século passado, impactos antrópicos abalaram seu equilíbrio e alteraram profundamente seu ecossistema. O surgimento de rodovias desativou a articulação navegação/ferrovia. Por outro lado, indústrias foram instaladas, sem qualquer planejamento estratégico, intensificando assim os processos de urbanização na Cidade de Salvador (capital do Estado) e em seus subúrbios ferroviários, como também a pressão demográfica contribuiu para o surgimento de favelas.

Desse modo, o crescimento populacional foi acelerado, sem a correspondente instalação de equipamentos de infra-estrutura, principalmente esgotamento sanitário e limpeza urbana e essa ocupação desordenada do solo, com a falta de infra-estrutura e com os desmatamentos, provocaram o desequilíbrio ecológico, que afeta a saúde dos moradores da região, a fauna e a flora marítima e terrestre da Baía de Todos os Santos.

Diante desse quadro, o Governo do Estado tem investido em programas de preservação ambiental, visando a melhorar a qualidade de vida de mais de 2,5 milhões de pessoas que vivem na região, além de recuperar o equilíbrio ecológico da Baía de Todos os Santos, local de extraordinário potencial econômico, especialmente no setor de turismo.

2.2 CARACTERÍSTICAS GEO-ECOLÓGICAS

2.2.1 Potencial Ecológico

Clima

Com relação ao clima, o Recôncavo Sul tem uma paisagem que apresenta fortes variações do ponto de vista climatobotânico. As temperaturas extremas podem chegar a 29,5°C (média das máximas) e 17,6°C (média das mínimas).

A variabilidade da precipitação em algumas localidades do Recôncavo Sul permite identificar áreas com precipitações acima de 1.800mm, consideradas úmidas, e abaixo de 800mm, semi-áridas. Entre esses extremos aparecem as áreas úmidas a subúmidas, entre 1.800 e 1.200mm, e subúmidas a seco, entre 1.200 a 800mm.

O balanço hídrico, apresentado no Meio Físico da Bacia do Recôncavo Sul e do Paraguaçu, mostra que na faixa litorânea não há deficiência hídrica. Já em Santo Antônio de Jesus apresenta um tipo climático de transição, com deficiência hídrica entre os meses de novembro a março, totalizando 188 mm, caracterizando-se como seco a subúmido. Em Santa Terezinha, mais ao norte, já é tipicamente semi-árido, com deficiência hídrica em todos os meses, totalizando 711 mm. Quanto ao excedente hídrico, os Municípios de Santa Inês, Santo Antônio de Jesus e São Felipe representam o limite onde este não ocorre mais.

Geologia

As feições geológicas do Recôncavo Sul estão representadas pelo Planalto Cristalino e pela Bacia Sedimentar do Recôncavo. Esta Bacia apresenta-se na região limitada pelas Falhas de Salvador e de Maragogipe. A constituição geológica desta Bacia foi explicada quando da caracterização da Baía de Todos os Santos.

Na parte Oeste da Baía de Todos os Santos, o Planalto Cristalino, limitado pela Falha de Maragogipe, constitui-se de terrenos com diferentes graus de metamorfismo, associados às rochas charnockíticas, gnaisses, endebritos, meta-gabros, meta-andesitos, meta-basaltos, meta-diacitos migmatitos, granulitos e rochas intrusivas, em geral, de idade arqueana,

resultando em planaltos e superfícies onduladas e muito onduladas, depressões, morrotes e pequenas serras. As superfícies de feições tabulares estão associadas aos depósitos eluvionais e coluvionares, relacionados com as antigas superfícies de aplainamento. Na parte Leste da Baía de Todos os Santos, o Planalto Cristalino encontra-se limitado pela Falha de Salvador com um rejeito de 3.000m. A Leste da Falha de Maragogipe, predominam feições pouco movimentadas, associadas à sedimentação recente e à formação da Bacia Sedimentar do Recôncavo, compostas por folhelhos vermelhos, com intercalações subordinadas de arenitos, pertencentes à Formação Aliança, e por arenitos da Formação Sergi, além de arenitos e conglomerados da seqüência areno-argilosa, argilo-arenosa e carbonática-pelítica da Formação Taipu-Mirim.

Como recursos mais importantes na Região, tem-se o manganês, a turfa, o petróleo, o gás natural, o quartzo e os materiais para construção civil, embora haja outras ocorrências como a salgema, a barita e o ferro. O manganês já foi um recurso explorado na região, mas há necessidade de pesquisas mais detalhadas.

Geomorfologia

Observam-se, do ponto de vista geomorfológico, os domínios, as regiões e as unidades geomorfológicas expressas a seguir:

Quadro 2

Domínios, Regiões e Unidades Geomorfológicas do Recôncavo Sul

Domínios	Regiões	Unidades
Planaltos Inumados	Planalto Cimeiro	Planalto dos Geraizinhos
	Baixos Planaltos	Tabuleiros Interioranos
Planaltos Cristalinos	Planalto Soerguido	Serras Marginais
	Planalto Rebaixado	Tabuleiros Pré-Litorâneos
Bacias e Coberturas Sedimentares do Recôncavo e Depósitos Sedimentares	Planície Litorânea	Planície Marinha e Fluviomarinha
		Baixada Litorânea (Tabuleiros do Recôncavo)
Depressão Interplanáltica	Depressão Sertaneja	Pediaplano Sertanejo

Fonte: Dados obtidos a partir do Projeto RADAMBRASIL

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2004

Planaltos Inumados

Este domínio se compõe das unidades do Planalto dos Geraizinhos e dos Tabuleiros Interioranos. O primeiro abrange uma pequena parcela do Município de Nova Itarana, dominada por uma topografia tabular e formada por depósitos detríticos do Terciário e Quaternário. Os planos inclinados, em certos casos, dão lugar a lombadas de grande extensão e de pequenas altitudes. Os vales são amplos, limitados por rampas coluviais, formando pseudodolinas, delimitados por escarpas da ordem de 200m. O Planalto dos Geraizinhos apresenta um mosaico de solos composto de: latossolo vermelho amarelo álico, solo de baixa fertilidade natural, com toxidez de alumínio trocável e alto grau de intemperização, profundo e bem poroso; cambissolo eutrófico, que se caracteriza pela elevada fertilidade natural, recobrimdo uma pequena superfície dissecada nas proximidades de Nova Itarana. A principal limitação desse solo à exploração agrícola é de ordem climática. A suscetibilidade à erosão depende da profundidade do perfil, da presença de camada impermeável e da declividade do terreno; podzólico vermelho-amarelo eutrófico, situado nas encostas, apresenta normalmente, boas reservas de nutrientes e argila de alta atividade; planossolo solódico, relativo às regiões de clima semi-árido, ocorre, normalmente, em áreas de relevo plano, constituindo-se em porções terminais de escoamentos superficiais. Esse grupo de solos, altamente suscetível à erosão, apresenta graves restrições às explorações agropecuárias.

Os Tabuleiros Interioranos caracterizam-se por altitudes em torno dos 200 a 300m. Os topos são nivelados e pouco elevados, apresentando áreas de aplainamento e outras dissecadas. Trata-se de pediplano transformado em lombas, colinas, outeiros e formas de topo tabular, de encostas convexas e convexo-côncavas. Nas formas tabulares, formam-se vales rasos superpostos aos planos. O solo predominante é o latossolo amarelo álico, com ocorrência de solos podzólicos vermelho-amarelo álico. Os latossólicos apresentam características favoráveis ao manejo, são profundos e porosos, embora a fertilidade natural seja baixa, enquanto que os podzólicos, apesar de apresentarem boas características de agregação e estruturação, possuem suscetibilidade à erosão.

Planaltos Cristalinos

Os Planaltos Cristalinos dividem-se em Soerguidos (Serras Marginais) e Rebaixados (Tabuleiro Pré-Litorâneo). As Serras Marginais apresentam altitudes superiores a 400m,

podendo atingir 600m com intensa dissecação e interflúvios acompanhando as redes de drenagem. As diferenças altimétricas entre o topo e o fundo do vale podem atingir até 200m, gerando encostas abruptas que, por vezes, apresentam vertentes rochosas, predominando um desnível, com ocorrência do álico, que tem, na baixa fertilidade natural e na topografia, as principais restrições à exploração agrícola.

Os Tabuleiros Pré-Litorâneos abrangem grande parte da área e apresentam altitudes entre 100m e 200m. Esta unidade é limitada, a oeste, pelas serras Marginais e, a leste, pela Falha de Maragogipe, caracterizando-se por um relevo bastante uniforme, com vertentes convexo-côncavas e com topos abaulados, onde certos trechos compõem uma paisagem de “mares de morros”. Os Tabuleiros Pré-Litorâneos apresentam um alto grau de heterogeneidade de solos, predominando os podzólicos vermelho-amarelo álico e eutrófico, latossolos amarelos, latossolos vermelhos-amarelo álico e distrófico e brunizém avermelhado.

Coberturas Sedimentares

No Recôncavo, dividem-se em Planície Litorânea e Baixada Litorânea. A primeira estende-se por toda a faixa litorânea (enseadas e desembocaduras de rios) e forma extensas praias e manguezais. Sua morfodinâmica é comandada pela ação marinha, fluvial e fluviomarina, em que os processos de colmatagem estão ligados à ação dos climas úmidos sobre as litologias sedimentares argilosas dos tabuleiros adjacentes. A Baixada Litorânea situa-se a leste da Falha de Maragogipe e abrange relevos com altitudes que, raramente, ultrapassam a 100m e cujos interflúvios são, geralmente, convexos. Esta unidade apresenta colinas monoclinais, basculadas por pequenos falhamentos, ocorrendo um forte domínio de movimentos de massa, especialmente a solifluxão. Dominam os vertissolos, provenientes da decomposição de rochas sedimentares como o folhelho, que são suscetíveis à erosão. Estes solos abrangem áreas próximas a Santo Amaro e são utilizados para o plantio da cana-de-açúcar. As areias quartzosas distribuem-se amplamente pela unidade, apresentando possibilidade de uso muito restrito, devido à baixa fertilidade natural. As areias são normalmente exploradas com coqueirais e recobertas de dendê, sobretudo nas áreas cujos dendezais são subespontâneos. As areias quartzosas marinhas, formadas de material arenoso de origem marinha, ocupam principalmente a faixa litorânea. Os solos indiscriminados de mangues correspondem às formações fluviomarinhas halomórficas, ricos em matéria

orgânica, e são de fundamental importância para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas marinho e estuarino.

Depressão Interplanáltica

Compreende a Depressão Sertaneja que envolve a quase totalidade dos Municípios de Milagres, Itatim, Santa Terezinha, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu. Esta unidade é formada por longo e extenso processo de pediplanação, ligado aos diversos ciclos erosivos que atuaram sobre o continente sul-americano. A cobertura pedológica apresenta as seguintes classes de solos: planossolo solódico, que ocorre normalmente, em áreas de relevo plano e possui graves restrições quanto ao uso, sendo altamente suscetível à erosão; brunizém avermelhado, que se caracteriza por solos minerais com elevado teor de matéria orgânica e de bases, ocorrendo em áreas de relevo ondulado a suave ondulado e em pequeno percentual da área e litólico eutrófico, que associado a áreas de relevo mais acidentado, embora possua um alto teor de bases, tem, na alta pedregosidade, na pouca profundidade e numa topografia movimentada, as principais limitações para a sua utilização agrícola.

Rede Hidrográfica

Na área limítrofe do Recôncavo Sul, as principais bacias são a do Rio Jaguaripe e a do Rio da Dona, enquanto as demais compreendem partes do curso médio e inferior da bacia do Rio Jiquiriçá, do curso inferior do Rio Paraguaçu, além da bacia do Rio Subaé.

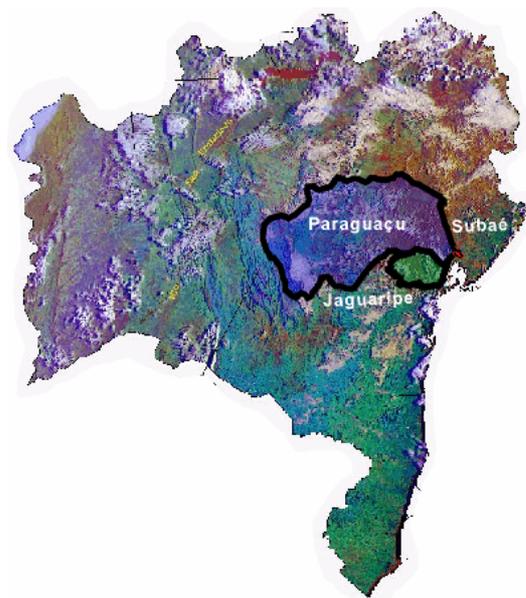
O grau de comprometimento ambiental dos recursos hídricos do Recôncavo Sul é bastante diferenciado. A elevada antropização dos ecossistemas vem provocando efeitos de curto, médio e longo prazos, traduzidos no assoreamento e no aumento do escoamento superficial, dentre outros. A Bacia do Jiquiriçá é a que se encontra em situação mais preocupante, embora o grau de preservação das demais não seja muito alentador.

Outro aspecto importante, vinculado à questão ambiental dos recursos hídricos na Região, diz respeito à qualidade dos ambientes estuarinos, como manguezais e restingas. Estes abrangem parte do Município de Salinas da Margarida (São Roque do Paraguaçu). Os ecossistemas estuarinos encontram-se, ainda, em praticamente toda a Baía de Iguape, na qual se destacam o Município de Maragogipe e parte do extremo sudeste de Cachoeira. Os

mangues e as restingas dominam também as porções oriental e norte de Saubara na foz do Rio Acupe, onde se localiza o distrito de igual nome. Aparecem ainda ao longo da foz do Rio Subaé e Taripe, nas proximidades de Santo Amaro, sendo que esta última área se apresenta bastante comprometida.

Fig. 8

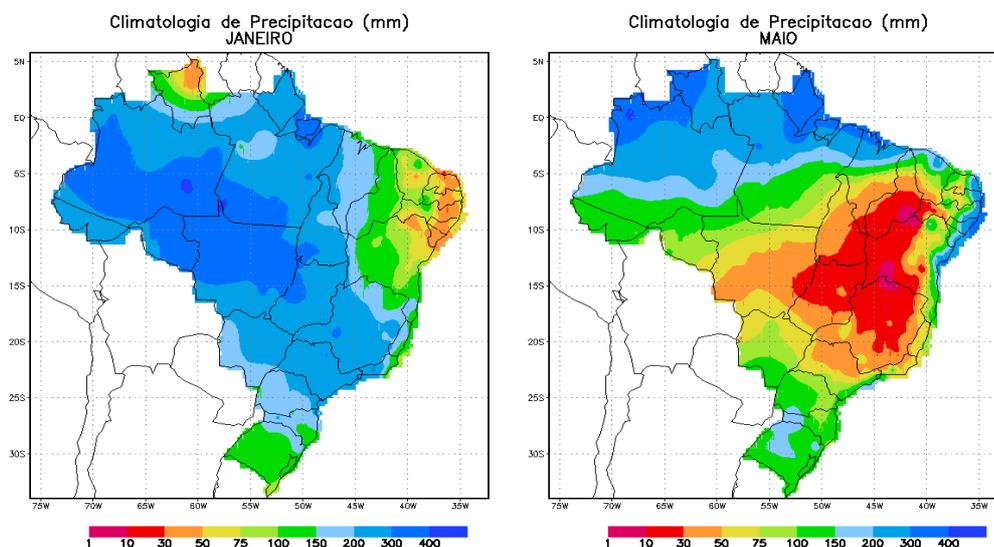
Bacias Hidrográficas da Baía de Todos os Santos



Fonte: CPGG – UFBA, 2003

As bacias hidrográficas afluentes à Baía de Todos os Santos possuem uma área de captação de mais de 60.000 km² e descarregam atualmente cerca de 95 m³/s de água doce na baía (incluindo a descarga das bacias marginais). As bacias apresentam atributos físicos contrastantes (extensão, clima, relevo, declividade, solo, vegetação, etc.) e o regime pluviométrico é aquele que maior influencia as descargas fluviais. As maiores descargas de água doce acontecem em dois períodos distintos: no verão, associado à maior precipitação na cabeceira do rio e aumento das descargas no Rio Paraguaçu, e no inverno, associado à precipitação concentrada no litoral e maior vazão das pequenas bacias marginais à baía, segundo figura abaixo.

Fig. 9



Fonte: CPGG – UFBA, 2003

OBS.: Distribuição da pluviosidade no período de verão (a) e inverno (b). Note-se que no verão as maiores precipitações no Estado da Bahia ocorrem no interior, o que é oposto ao inverno, quando a precipitação concentra-se no litoral.

Dezenove estações fluviométricas, que operam ou operaram de forma intermitente desde 1920, permitem caracterizar o comportamento fluviométrico das três maiores bacias de drenagem. Todos os dados aqui apresentados foram disponibilizados pela Secretaria de Recursos Hídricos, Governo do Estado da Bahia. O Quadro abaixo resume os dados das séries das estações fluviométricas.

Quadro 3

Estações Fluviométricas das Bacias de Drenagem Afluentes da Baía de Todos os Santos

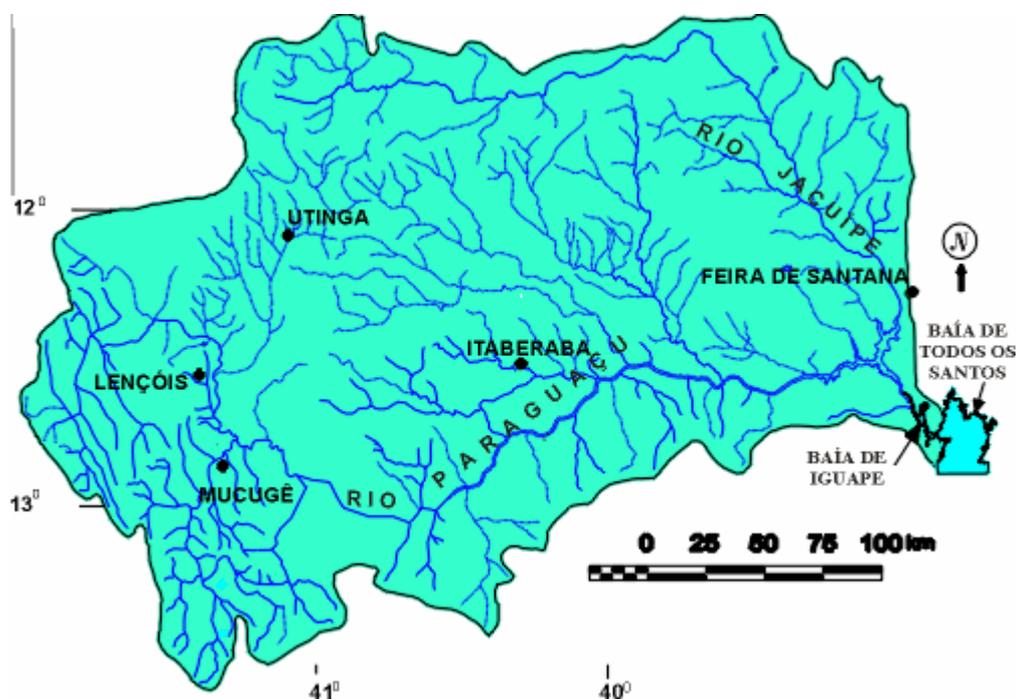
Número	Código Estação	Estação	Latitude	Longitude	Intervalo
1	51490000	<u>Pedra do Cavalo</u> (antes da construção da Barragem de Pedra do Cavalo)	12°36'00"	38°24'24"	1964 – 1978
	51999100	Pedra do Cavalo (entrada)	12°36'00"	38°24'24"	1985 – 2000
	51999520	<u>Pedra do Cavalo</u> (saída)	12°36'00"	38°24'24"	1986 – 2000
2	51550000	Ponte Rio Branco	12°17'00"	39°00'00"	1929 – 1993
3	51350000	Argoim	12°33'00"	39°32'32"	1946 – 1993
4	51120000	Andaraí	12°48'00"	41°17'17"	1940 – 1993
5	51170000	Utinga	12°29'00"	41°12'12"	1949 – 1979
6	51310000	Macajuba	12°11'00"	40°23'23"	1969 – 1977
7	51410000	França	11°35'00"	40°36'36"	1965 – 1989
8	51560000	<u>Jaguaripe</u>	13°02'00"	38°24'24"	1949 – 2000
9	51060000	<u>Subaé</u>	12°31'00"	38°44'44"	1968 – 1989

Fonte: CPGG – UFBA, 2003

O Rio Paraguaçu

O Rio Paraguaçu nasce na Chapada Diamantina, nos brejos da “Farinha Molhada”, vertente ocidental do Morro do Ouro, na Serra do Cocal, à altitude de 1.200 metros acima do nível do mar e à distância de 24 km do Arraial do Sincorá, perto do Município de Barra da Estiva. É um dos mais importantes rios do Estado da Bahia, com um curso de 520 km, a partir de sua nascente na Chapada Diamantina até sua desembocadura na Baía de Iguape, setor ocidental da Baía de Todos os Santos. É navegável por embarcações de pequeno a médio porte no alto e médio curso e, no baixo curso, num percurso de 60 km, desde os Municípios de Cachoeira e São Félix até sua foz.

Fig. 10
O Rio Paraguaçu



Fonte: CPGG – UFBA, 2003

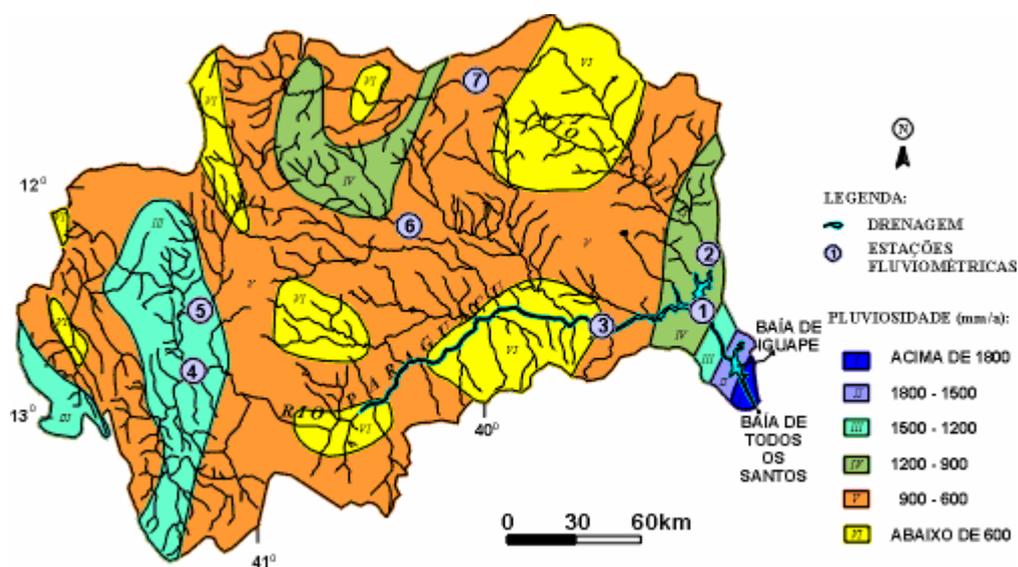
A descoberta do Rio Paraguaçu é atribuída a Cristóvão Jacques, comandante da primeira expedição guarda-costa que chegou ao Brasil em 1526, tendo como objetivo principal conter o contrabando de pau-brasil pelos franceses. Segundo o primeiro historiógrafo brasileiro, Frei Vicente do Salvador, Cristóvão Jacques, ao chegar no baixo curso do Rio Paraguaçu, na ilha denominada dos Franceses, afundou duas naus francesas contendo mercadorias diversas.

A bacia hidrográfica do Paraguaçu, a mais importante concentração fluvial, de domínio inteiramente estadual, está localizada na região centro-leste do Estado da Bahia, ocupando uma área de 55.317 km², que corresponde a cerca de 10,14% do território baiano. Delimitada pelas coordenadas 11°17' e 13°36' de latitude sul e 38°50' e 42°01' de longitude oeste, faz limites ao norte com a bacia do Rio Itapicuru, a oeste com o Rio São Francisco, ao sul com o Rio das Contas e com a bacia do Recôncavo Sul, e a leste com a bacia do Recôncavo Norte e com a Baía de Todos os Santos, onde tem a sua desembocadura.

Devido à grande extensão da bacia, as precipitações ocorrem de maneiras distintas: a maior parte da bacia tem características e clima semi-árido com áreas de baixa pluviosidade durante todo o ano e com alto risco de secas, conforme figura abaixo. Sendo assim, seus tributários permanecem intermitentes a maior parte do ano e as chuvas, quando ocorrem, são de maneira torrencial, gerando consideráveis descargas; nas cabeceiras dos rios, na região mais elevada da Chapada Diamantina, há predominância de chuvas orográficas, sendo concentradas nos meses de primavera e verão. Os valores de precipitação no alto Paraguaçu variam de 500 mm/a a 1.300 mm/a e as áreas de maiores precipitações são restritas a uma faixa de 50 km de largura próximo ao litoral, sendo a chegada de frentes frias o fator preponderante na pluviosidade, que se concentra nos meses de abril a julho e alcança valores superiores a 1.800 mm/a já na Baía de Todos os Santos.

Fig. 11

Pluviosidade da Bacia de Drenagem do Rio Paraguaçu



Fonte: SRH 1993, 1996

A construção de barramentos sempre exerceu grande influência nas vazões do Rio Paraguaçu. Dezesesseis barramentos podem ser identificados hoje no médio e baixo curso, sendo que o maior deles é a Barragem de Pedra do Cavalo, situada a cerca de 40 km de sua foz, na Baía de Todos os Santos, e a aproximadamente 110 km da Cidade de Salvador. Cerca

de 4 km à jusante do local da barragem localizam-se as cidades de Cachoeira e São Félix, respectivamente às margens esquerda e direita do Rio Paraguaçu.

O reservatório tem uma extensão de cerca de 48 km, ao longo do curso d'água, e sua área de influência compreende os Municípios de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Cachoeira, Muritiba, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Santo Estêvão e Antônio Cardoso.

O aproveitamento visa à regularização do rio para controle de enchentes, abastecimento de água da Grande Salvador, Feira de Santana, Região Fumageira, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira e região de Santo Estêvão, irrigação agrícola e geração de energia elétrica, para o que foi conduzido um estudo de otimização desses usos múltiplos para a sua compatibilização.

Quanto ao controle de enchentes, aproveitando um volume reservado de 699×10^6 m³, entre as cotas 120 m e 124 m, permitirá que, estando o reservatório na cota máxima normal (120 m), a onda de tipo cheia, com um pico de 4.510 m³/s, possa ser laminada completamente, sem provocar enchentes nas cidades a jusante (Cachoeira e São Félix), descarregando pelo vertedouro uma vazão que nunca deverá superar os 2.000 m³/s. Com a implantação de um eficiente sistema de previsão de vazões, o controle de enchentes poderá ser estendido para uma onda de pico de até 5.940 m³/s, correspondente a um tempo de retorno de 100 anos.

Com relação ao abastecimento de água, a distribuição de água potável contempla a Grande Salvador (até o limite de 21 m³/s), o Sistema Integrado de Feira de Santana (até 1,96 m³/s) e o Sistema Integrado da Zona Fumageira (até 0,19 m³/s), além do abastecimento de Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos e da região de Santo Estêvão.

O projeto de Aproveitamento Pedra do Cavalo contempla também a utilização de parte da vazão regularizada para o desenvolvimento da agricultura irrigada na área de influência do reservatório e estudos de reconhecimento de solos, realizados pela DESENVALE, indicam um potencial de 25.000 ha de áreas potencialmente irrigáveis, distribuídas da seguinte maneira: Tabuleiro de Cruz das Almas, 15.000 ha; Tabuleiro de Santo

Estêvão, 8.000 ha; Conceição da Feira, 2.000 ha. Esses projetos estão incluídos no Programa de Irrigação da SEAGRI, para início dos estudos, desde 1996.

No que diz respeito à geração de energia, a proximidade do grande centro de carga representado pela Região Metropolitana de Salvador coloca a Usina Hidroelétrica de Pedra do Cavalo numa situação excepcional como fonte de energia elétrica para o sistema regional, podendo atuar como fornecedor de energia de ponta e como elemento de melhoria da confiabilidade e estabilização elétrica do sistema, suprindo energia no caso de eventuais interrupções das longas linhas de transmissão que chegam a essa área populosa e industrializada. O projeto básico da usina hidrelétrica, com capacidade de geração de 600 MW, sendo 300 em unidades convencionais e 300 em reversíveis, está concluído e a implantação das unidades geradoras já está incluída no planejamento da CHESF.

Com o objetivo de favorecer o reequilíbrio do meio ambiente e o crescimento das atividades econômicas regionais, a DESENVALE implantou uma estação de piscicultura, próxima à Barragem Pedra do Cavalo, destinada à produção de alevinos de espécies variadas, visando ao povoamento do reservatório e ao repovoamento do Rio Paraguaçu e seus formadores, bem como incentivar o desenvolvimento da piscicultura no âmbito do produtor rural. Na primeira fase, a estação foi dimensionada para produzir, anualmente, três milhões de alevinos, com espécies escolhidas e quantificadas em função das características e necessidades ecológicas, buscando obtenção de nível ótimo de produção auto-sustentável. Na segunda fase de implantação, a estação de piscicultura, mediante uma pequena ampliação e adequação das técnicas de produção, fomentará o desenvolvimento da piscicultura ao nível do produtor, quer de forma isolada quer consorciada com outras explorações, para finalidade econômica ou de subsistência alimentar das populações locais e regionais.

O projeto Pedra do Cavalo também estuda a possibilidade de implantação de um sistema de transporte fluvial de passageiros, veículos e cargas, que interligará todos os municípios situados no entorno do reservatório.

Devido à grande extensão navegável do lago e a sua localização privilegiada em relação a Salvador, Feira de Santana e Cachoeira, o mesmo oferece condições atraentes para o desenvolvimento de atividades turísticas no reservatório e em seu entorno, tais como navegação esportiva e de recreio, pesca, implantação de clubes, hotéis, pousadas, etc.

2.2.2 Condições Biopedológicas

Solos

As classes de solos predominantes correspondem à dos podzólicos e dos latossolos, os quais, embora profundos, são, na sua grande maioria, de baixa fertilidade natural, necessitando de correções e adubações para serem explorados e manejados adequadamente. Além desses solos, destacam-se também os de caráter vértico, conhecidos como massapês, de alta fertilidade natural, onde se desenvolveram as explorações de cana-de-açúcar.

Vegetação

No Recôncavo Sul, apesar do alto grau de antropização existente na região, que já alterou em grande parte ambientes de singularidade ecológica, é possível ainda observar vestígios das formações vegetais originais. Recentemente, o Departamento de Defesa Florestal – DDF/SEAGRI realizou um levantamento da vegetação com base em imagens LANDSAT, encontrando diversas formações. No sentido leste para oeste, mapearam-se as seguintes formações: mangues; restingas (arbórea e/ou arbustiva); floresta perenifólia e vegetação secundária; mistos de vegetação secundária/caducifólia; caatinga (arbórea e arbustiva, entre outras). Convém salientar que a quase totalidade do Recôncavo Sul encontra-se alterada com pastagens, culturas permanentes (cacau, café, laranja, etc.), culturas temporárias (fumo, mandioca, feijão, etc.). A Tabela abaixo apresenta a distribuição da cobertura vegetal na Região Recôncavo Sul.

Tabela 1
Distribuição da Cobertura Vegetal
Região Recôncavo Sul – 1999.

Formações	Área (ha)	% da área
Floresta Ombrófila Primária	2.655,6	0,265
Floresta Ombrófila (estágio de regeneração de médio a avançado)	17.050,0	1.702
Floresta Ombrófila (estágio inicial de regeneração)	61.607,5	6.151
Manguezal	12.947,1	1.293
Restinga	4.730,3	0,472
Brejo	4.532,3	0,453
Floresta estacional	51.793,1	5.172
Mata Ciliar	276,1	0,027
Antropismo (reflorestamento, pastagens, agricultura, etc.)	845.908,0	84,464
Total	1.001.500,0	100,00

Fonte: DDF – Departamento de Desenvolvimento Florestal, 1999. (1) Dados estimados sobre imagens LANDSAT.

Adaptação: Fonseca, Áurea - 2004

Quanto às unidades de conservação, o Recôncavo Sul possui uma grande diversidade paisagística, com um potencial restrito para a viabilização de áreas de conservação do tipo Área de Proteção Ambiental – APA, onde é permitida a ocupação humana, embora com usos controlados, tais como: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, Estações Ecológicas e parques. A Serra da Jibóia, localizada entre os Municípios de Elísio Medrado, Varzedo, São Miguel das Matas, Santa Terezinha e Castro Alves, constitui, inclusive, uma excelente área para a imediata implantação de uma APA.

As zonas costeiras, especialmente os manguezais de Jaguaripe, de Salinas da Margarida, de Maragogipe e o entorno da Baía de Iguape, entre outras, representam áreas fundamentais para a preservação e o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

2.3 CARACTERIZAÇÃO GEO-AMBIENTAL DOS SUBESPAÇOS DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

O quadro abaixo apresenta a caracterização geo-ambiental dos subespaços da Região Recôncavo Sul:

Quadro 4

Caracterização Geo-Ambiental dos Subespaços do Recôncavo Sul

Subespaços	Condicionantes Bioclimáticos	Condicionantes Morfoclimáticos	Tendências da Dinâmica
Baixadas Litorâneas	Temperatura média anual entre 25,1°C, 25,4°C, pluviosidade média anual entre 1.600 e 2.400mm e período chuvoso entre abril e junho. Clima entre úmido e subúmido. Floresta ombrófila densa, formações com influência marinha herbáceas, gramíneo-lenhosa e fluviomarinha, manguezais.	Condicionante morfoclimática fraca (alta umidade). Escoamento laminar e difuso intenso. Movimentos laterais sob influência fluviomarinha. Uso diversificado. Predisposição a solifluxão laminar e creeping.	Estabilidade, variando de média a alta, ligada à intensidade dos agentes da dinâmica. Instabilidade alta em ambientes de maior fragilidade.
Subaé/Baixo Paraguaçu	Temperatura média anual de 25,4°C, pluviosidade média anual entre 1.000 e 1.800mm e período chuvoso entre abril e junho. Clima entre úmido e subúmido. Floresta ombrófila densa, floresta estacional semidecidual, formações com influência fluviomarinha (arbóreas).	Condicionante morfoclimática fraca (alta umidade). Predisposição a solifluxão laminar e creeping. Escoamento difuso intenso. Dissecação homogênea e diferencial.	Estado de equilíbrio intermediário com tendência à média e à alta instabilidade, pela retirada de cobertura vegetal ou intensidade dos agentes da dinâmica.
Tabuleiros Pré-Litorâneos	Temperatura média anual de 24,2°C, pluviosidade média anual entre 800 e 1.400mm, e período chuvoso entre abril e junho. Clima entre úmido e subúmido. Floresta estacional decidual e semidecidual contato caatinga, floresta estacional e floresta ombrófila densa.	Condicionante morfoclimática fraca a média (possibilidade de curta seca). Forte erosão superficial (sulcos e ravinas). Domínio de pastagens e culturas temporárias. Movimentos de massa. Escoamento, difusão e semiconcentrado, produzindo sulcos e ravinas. Constantes movimentos de massa (rastejamento e coluvionamento). Corrosão nas depressões sobre os tabuleiros.	Estado de equilíbrio com tendência à instabilidade média.

Tabuleiros Interioranos	<p>Temperatura média anual entre 22,8°C e 24,7°C, pluviosidade média anual entre 582 e 1.800mm e período chuvoso entre janeiro e junho.</p> <p>Clima semi-árido a subúmido e úmido.</p> <p>Floresta ombrófila densa, floresta estacional semidecidual, caatinga arbórea densa e aberta, floresta estacional decidual.</p>	<p>Condicionante morfoclimática média, pela alternância de estações variando de seca a úmida. Forte erosão superficial (sulcos e ravinas). Domínio de pastagens e culturas temporárias. Morfogênese físico-química. Constantes movimentos de massa (rastejamento e coluvionamento. Corrosão nas depressões sobre os tabuleiros.</p>	<p>Estado de equilíbrio com tendência à instabilidade média e forte instabilidade morfodinâmica.</p>
Vale do Jiquiriçá	<p>Temperatura média anual entre 23,4°C e 24,0°C, pluviosidade média anual entre 800 e 1.400mm e período chuvoso entre fevereiro e maio.</p> <p>Clima entre seco a subúmido e úmido a subúmido.</p> <p>Floresta ombrófila densa, floresta estacional semidecidual e decidual.</p>	<p>Condicionante morfoclimática média a forte. Forte erosão superficial com sulcos, ravinas e tendência a movimentos de massa. Zona de terraço fluvial afetada pelas cheias. Escoamento laminar intenso.</p>	<p>Tendência à forte instabilidade morfodinâmica.</p>
Sertão/caatinga e Cafeeiro	<p>Temperatura média anual entre 21,5°C e 24,3°C, pluviosidade média anual entre 460 e 1.018mm e chuvas distribuídas entre dezembro e março.</p> <p>Clima entre semiárido e subúmido.</p> <p>Floresta estacional decidual, caatinga arbórea aberta e caatinga densa, floresta estacional decidual.</p>	<p>Condicionamento morfoclimático forte, marcante alternância climática (seca/úmida). Intenso remanejamento de material superficial e colmatação. Escoamento lateral e difuso intenso e subsuperficial. Morfogênese mecânica. Erosão superficial de moderada a forte (ravina e voçorocas).</p>	<p>Estado de equilíbrio com tendência à instabilidade média e forte instabilidade morfodinâmica.</p>

Fonte: CAR - 2000

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2004

CAPÍTULO 3. O POVOAMENTO REGIONAL

3.1 O Sistema de Ocupação

O Recôncavo Sul Baiano, região que se constitui numa área de ocupação humana das mais antigas do Brasil, devido às primeiras tentativas de povoamento que datam de meados do século XVI, com o regime das sesmarias, teve na monocultura canavieira a principal responsável por seu processo de formação econômico-social, o que contribuiu para que a dita região se tornasse num grande centro produtor de açúcar da Colônia, consolidando-se, assim, como um dos principais núcleos de povoamento de então. Dessa forma, a organização territorial e a distribuição espacial dos habitantes na região tiveram como base uma atividade eminentemente rural, sendo o engenho de açúcar o aglutinador de pessoas em seu entorno. Atividade de cunho agrário-exportadora, a cana-de-açúcar situou-se, inicialmente, no Recôncavo Sul, região que se mostrou favorável ao seu desenvolvimento, devido às suas terras propícias a essa cultura, o massapê, como também à sua localização geográfica, por ser uma área mais próxima do litoral, dada a necessidade de escoar a produção pelo porto de Salvador, a fim de poder se expandir, em seguida, para o interior.

Seu cultivo, solução encontrada pelos colonizadores para efetivar a ocupação permanente da colônia e sua formação econômico-social, baseava-se no sistema de grande lavoura, com alta concentração de terras, mão-de-obra e rendas, e tinha como objetivo a produção de açúcar para a exportação, integrando-se ao sistema capitalista mercantil vigente na época. Estruturou-se a base de um regime senhorial tendo o engenho de açúcar como unidade sócio-econômica e cultural. Sobre essa importância do engenho, observa Zorzo (1999:37): “Acoplado ao comércio e à exploração do principal produto cultivado na região, a cana-de-açúcar, o engenho firmou-se como o principal móvel da ocupação, articulador dos braços da sociedade e ordenador do território”. As tarefas próprias da fabricação do açúcar exigiam, segundo descrições da época e depoimento de historiadores, um grande número de pessoas, sem contar com as profissões correlatas ou subsidiárias e o grande número de moradores ocupados no campo. Houve também, com a fabricação do açúcar, a renovação do parque industrial e a introdução de avanços tecnológicos com a vinda de imigrantes das Ilhas dos Açores, especializados nesse tipo de produção. (SEI, 2003).

A base interna de sustentação dessa atividade calcava-se na monocultura, no latifúndio, no engenho e no trabalho escravo. Entretanto, o centro de decisões era exógeno, pois a corte, que fixava os preços, formulava a política econômica e, em última instância, assessorava a comercialização do açúcar em troca de proteção contra ataques externos e, de certa forma, como uma espécie de pagamento pela concessão das terras. Conforme Caio Prado Jr. (1976: 33 –36), assim como os demais colonos europeus, o português não emigrou para se tornar trabalhador braçal. Ademais, o tamanho das propriedades, aliado às condições naturais adversas, obrigava ao emprego de grande número de trabalhadores. Inicialmente cogitou-se o uso da mão-de-obra indígena. No entanto, o índio não se mostrou “bom trabalhador”, na ótica do colonizador. O sistema de troca de trabalho por mercadoria não estava mais atraindo os nativos, e as tentativas de escravização, embora necessárias para atender aos objetivos do colono, não deram os resultados esperados. Não se adaptavam ao estilo de vida sedentário, nem se mostravam dispostos a aceitar pacificamente a disciplina e métodos das atividades agrícolas.

Apesar do elevado custo, a atividade açucareira mostrou-se bastante rentável até o final do século XVII, quando surgiram os primeiros sinais de decadência, que iriam culminar com a estagnação da cultura, nos tempos atuais. A primeira crise, entre 1680-1690, coincidiu com a expulsão dos holandeses e o início da produção antilhana, que quebrou o monopólio da produção açucareira brasileira no mercado mundial. Como conseqüência imediata, verificou-se a queda dos preços, afetando a rentabilidade dos engenhos. A segunda crise, entre 1695-1705, foi determinada pela escassez da mão-de-obra escrava, conseqüente do deslocamento de grande contingente desta população para a exploração das minas de ouro em terras distantes.

A recuperação da economia açucareira ocorreu nos primeiros anos do século XIX, conseqüente da revolução industrial e da urbanização. A elevada cotação desse produto agrícola, nesse período, deveu-se ao aumento da demanda por parte da Inglaterra, em razão de uma maior geração de suas riquezas, seguida pelos demais países da Europa. Todavia, com o início da produção do açúcar de beterraba, por volta de 1821, em decorrência das pressões sofridas contra o tráfico escravo provocando a elevação dos custos com a mão-de-obra, desencadeou-se mais outra crise na produção açucareira brasileira. Desta feita, ocorreu uma redução dos preços no mercado mundial e uma elevação dos custos de produção, forçando a intervenção governamental.

No decorrer do século XIX, com a abolição da escravatura, surgiu a necessidade de modernização da economia açucareira. O engenho foi substituído pela usina, demandando, conseqüentemente, maiores investimentos em tecnologia. A competitividade do açúcar brasileiro permaneceu em baixa, quando comparado com os outros produtores mundiais, forçando o governo brasileiro a dirigir a produção para o mercado interno, através da criação de uma política protecionista, primeiramente, através de subsídios, e, a seguir, via o estabelecimento de cotas de produção e outras compensações, a depender da região produtora.

As sucessivas crises apresentaram reflexos mais nefastos na economia do Recôncavo, não só pelo alto grau de endividamento dos usineiros, mas, basicamente, pela incapacidade desses empresários em promoverem mudanças necessárias para a competição numa estrutura capitalista urbana e industrial, que começou a surgir no País a partir dos anos 30.

Outro vetor de povoamento da região Recôncavo Sul surgiu com a expansão da cultura do fumo, que, inicialmente, ocupou áreas de tabuleiros, circunvizinhas àquelas cultivadas com cana-de-açúcar. A estrutura produtiva da cultura do fumo apresentou semelhanças com a monocultura da cana-de-açúcar, desde a sua inserção no sistema capitalista, em função do modo de produção condizente com a divisão internacional do trabalho, até na forma de sustentação econômica firmada na agroindústria, além de ter sido, inicialmente, exportadora como foi a cana-de-açúcar.

O fumo, que já era cultivado desde o final do século XVI, cresceu em importância, chegando a ser usado como moeda para a aquisição de negros na África e ocupar o segundo lugar como produto de exportação, entrando em decadência a partir do início das restrições ao tráfico negreiro. Sua produção seguia o modelo açucareiro: latifúndio e mão-de-obra escrava. Entretanto, seus produtores não tinham o prestígio dos senhores de engenho.

As diferenças estruturais que caracterizaram a economia fumageira surgiram, num primeiro momento, com a introdução de atividades agrícolas complementares, que foram incorporadas ao sistema desde a sua implantação. Desta forma, as áreas plantadas com a lavoura do fumo não faziam parte do regime *plantation*, mas coexistiam com as lavouras de subsistência, numa distribuição fundiária com a predominância da pequena propriedade e através de uma forma de produção que comportava o arrendamento e a parceria.

Esta singularidade proporcionou uma forma diferenciada de acumulação capitalista, vez que, ao mesmo tempo em que estava atrelada ao sistema agrário exportador, também apresentava vínculos com atividades complementares, criando salvaguardas que tornaram este sistema mais refratário às crises cíclicas que tanto afetaram a economia açucareira. Dessa forma, estava garantida uma maior sobrevivência econômica a esse sistema no Recôncavo.

Em torno dos sistemas canavieiro-açucareiro e fumageiro, desenvolveram-se na região o de subsistência e o pecuário. Outros cultivos menos importantes apareciam nas áreas restantes, como a mandioca, o dendê, o coco, a piaçava e os citros. Esses sistemas eram integrados, reflexos e complementares, com pouca autonomia, sendo que o açucareiro e o fumageiro ligavam-se ao setor exportador da economia brasileira, enquanto o de subsistência e o pecuário eram tributários dos primeiros e serviam aos rarefeitos e incipientes núcleos urbanos.

Outros fatores responsáveis pela formação, expansão e consolidação dos núcleos urbanos da região podem ser indicados como os seguintes: os meios de transportes utilizados no início da colonização (os carros-de-boi, o lombo dos animais, as costas dos homens e o transporte flúvio-marítimo), as feiras livres e o transporte ferroviário. A existência destes últimos fatores, a partir do final do século passado, imprimiu uma nova dinâmica ao processo de povoamento regional, resultando na atual configuração de seu espaço regional. (CAR, 2002).

Assim, ainda de acordo com a CAR (2002), observa-se que a atividade agropecuária regional foi marcada por explorações que, durante muitos anos, desempenharam um importante papel na economia baiana, com um expressivo peso no produto interno do Estado, além de ter sido responsável pela absorção de um grande contingente de mão-de-obra. Porém, a redução de áreas e a da produção, bem como a perda da produtividade, têm acarretado, para o setor agrário, uma diminuição da importância outrora exercida na economia estadual, pela falta de inovações tecnológicas e pelo esgotamento dos recursos naturais.

No que se refere à indústria, a região apresenta como atividade mais importante a produção de papel e papelão em Santo Amaro, que, em anos recentes, atravessou períodos de dificuldades. Na verdade, não existe na região uma base industrial significativa, cujas razões

reportam-se à falta de uma base econômica forte, decorrente de sucessivas crises enfrentadas por seus dois principais produtos – a cana-de-açúcar e o fumo.

Ressalte-se a implantação da indústria calçadista nos Municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Santo Amaro, Amargosa e Santo Antônio de Jesus, onde serão instaladas três fábricas desse gênero, a fim de diversificar e interiorizar a matriz industrial da região. (CAR, 2002).

A região assume também, dada sua situação geográfica, a função de espaço de comunicação e transação comerciais na Bahia e fora dela. No Estado, relaciona-se com a Região Metropolitana de Salvador e a Região Paraguaçu (onde se situa Feira de Santana), além de possuir fácil acesso rodoviário para o Sudoeste e Sul do País. Fora das fronteiras estaduais, localiza-se no eixo rodoviário de interligação das economias do Sudeste com as do Nordeste, que acaba por proporcionar uma situação vantajosa para muitos de seus municípios.

Assim, pode-se observar que o surgimento do povoamento da região do Recôncavo Sul se deu num processo eminentemente rural, com o latifúndio, através da monocultura da cana-de-açúcar, com o trabalho escravo e com o engenho como aglutinador das populações em seu entorno.

3.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A TENDÊNCIA DO DECLÍNIO DOS RITMOS DE CRESCIMENTO URBANO NAS REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO DA BAHIA

Entre 1980 e 2000, o contingente urbano da Bahia saltou de 4.660.304 para 8.772.348 habitantes. Tal movimento se fez com taxas de crescimento sugestivas de imigração líquida, mas decrescentes quando se comparam os períodos 1980-1991 e 1991-2000 (3,79% ao ano e 2,51% ao ano, respectivamente). Todas as regiões econômicas arrefeceram o ritmo de crescimento da população urbana do primeiro para o segundo período.

Tal tendência prevaleceu apesar de, entre os censos demográficos de 1991 e 2000, terem sido criadas novas áreas urbanas e ampliados perímetros urbanos já existentes, em 62% dos municípios baianos. Em geral, tais alterações abarcaram a maior parte das unidades

municipais de cada região; apenas na Chapada Diamantina, menos da metade dos municípios passou por esse processo (45,61% deles). Desse modo, embora parte do território rural de 1991 passasse a ser considerada urbana em 2000, em decorrência de decreto municipal, o que implicou na elevação do contingente urbano, houve redução do ritmo de crescimento demográfico urbano.

Analisando-se as taxas de crescimento das regiões referentes a 1991-2000, verifica-se que apenas o Litoral Norte e o Litoral Sul denotaram ritmo de crescimento inferior a 2% ao ano em sua área urbana, apesar dos ajustes. Todas as demais regiões econômicas apresentaram taxas elevadas, ou seja, seriam sugestivas de imigração líquida, não fossem os ajustes urbanos. Em verdade, a redefinição de limites entre as áreas urbanas e rurais não permite estabelecer com certeza quanto desse crescimento decorre de ganhos demográficos.

No primeiro período, excluindo-se o Recôncavo Sul (2,18% ao ano, ritmo associado ao crescimento sem ganhos ou perdas demográficas expressivas), todas as regiões econômicas apresentaram crescimento urbano por imigração líquida e com taxas bastante elevadas, variando de 2,84% ao ano a 9,23% ao ano.

Tabela 2

População Urbana Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente

Bahia – Regiões Econômicas, 1980-2000.

Crescimento/ Grande Área	Regiões Econômicas	População			Taxa Média Geométrica de Cresc. Anual (%)	
		1980	1991	2000	1980/91	1991/00
Sugestivo de Imigração Líquida						
LITORAL	Extremo Sul	124.299	328.127	487.111	9,23	4,49
SEMI-ÁRIDO	C. Diamantina	76.355	130.874	183.343	5,02	3,82
CERRADO	Oeste	102.921	190.243	262.058	5,74	3,62
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	230.525	369.288	487.940	4,29	3,14
SEMI-ÁRIDO	B. M. São Francisco	106.683	186.672	243.612	5,22	3,00
SEMI-ÁRIDO	Irecê	103.198	169.381	218.480	4,61	2,87
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	72.051	112.772	144.996	4,16	2,83
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	119.581	194.899	245.223	4,54	2,58
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	434.750	655.727	814.615	3,81	2,44
LITORAL	RMS	1.696.318	2.421.340	2.973.880	3,29	2,31
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	420.119	607.743	741.291	3,41	2,23
LITORAL	Recôncavo Sul	257.639	326.633	396.804	2,18	2,19
SEMI-ÁRIDO	P. da Diamantina	137.812	240.748	291.332	5,20	2,14
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos						
LITORAL	Litoral Norte	220.348	299.941	356.347	2,84	1,93
LITORAL	Litoral Sul	555.705	782.382	925.316	3,16	1,88
BAHIA		4.660.304	7.016.770	8.772.348	3,79	2,51

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

Os elevados ritmos de crescimento urbano verificados nas regiões refletiram a expressiva ampliação do percentual desses residentes em cada uma delas. Até 1980, apenas duas regiões, a RMS e Litoral Norte, registraram grau de urbanização superior a 50%. Em 1991, quando a Bahia pôde ser considerada urbana, esse número chegou a oito. Além das já citadas, o Extremo Sul, Sudoeste, Litoral Sul, Recôncavo Sul, Paraguaçu e Baixo-Médio São Francisco (BMSF) passaram, também, a ter a maior parte da população residindo em áreas consideradas urbanas pelos critérios censitários.

Em 2000, a Bahia contava com 67,12% de seus habitantes em meio urbano e 11 de suas regiões econômicas encontravam-se urbanizadas, tendo a RMS, o Extremo Sul e o Litoral Sul níveis de urbanização mais elevados que o Estado. As quatro regiões econômicas em que a população rural prevalecia sobre a urbana pertencem ao Semi-Árido (Serra Geral, Médio São Francisco (MSF), Nordeste e Chapada Diamantina), conforme Tabela abaixo.

Tabela 3
Grau de Urbanização dos Municípios, por Ordem Decrescente
Bahia – Regiões Econômicas, 1980-2000.

Grandes Áreas	Regiões Econômicas	Grau de Urbanização		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	96,02	96,99	98,42
LITORAL	Extremo Sul	27,23	61,54	73,27
LITORAL	Litoral Sul	49,35	56,61	68,01
LITORAL	Litoral Norte	55,98	64,68	67,12
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	48,90	60,19	65,29
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	44,11	54,96	65,16
SEMI-ÁRIDO	Baixo M. São Francisco	37,21	54,49	59,78
SEMI-ÁRIDO	Irecê	37,36	46,90	58,57
LITORAL	Recôncavo Sul	45,51	51,93	57,97
CERRADO	Oeste	30,56	43,34	53,82
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	30,82	39,92	51,23
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	27,27	37,14	43,40
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	28,86	36,18	42,96
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	26,40	33,60	41,48
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	19,84	27,30	36,12
BAHIA		49,29	59,12	67,12

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

O processo de urbanização do espaço baiano avançou com maior rapidez nas regiões mais próximas ao litoral. Tal situação remete ao próprio perfil do processo de colonização da Bahia e à sua dinâmica de expansão econômica. Desse modo, ainda pelos dados de 2000, os níveis mais elevados de urbanização foram encontrados em quatro das cinco regiões situadas na porção costeira.

Em relação ao peso relativo dessas populações no conjunto estadual, mais uma vez a RMS apresentou posição destacada nos três anos censitários, sempre englobando mais de 30% dos moradores urbanos do Estado. Apesar dessa posição de destaque, sua participação relativa vem declinando progressivamente frente ao conjunto urbano do Estado, conforme Tabela abaixo. A mesma tendência de retração de importância relativa foi observada nas regiões Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul e Sudoeste, que figuravam entre as mais urbanizadas da Bahia em 2000. Acrescente-se que, em relação às regiões Litoral Norte e Litoral Sul, a perda de peso relativo pode estar associada também ao fato de seu crescimento urbano, além de estar em queda, ter sido dos mais baixos dentre as regiões econômicas.

Em contraposição, as seis regiões com os menores contingentes urbanos elevaram sua contribuição na composição do contingente urbano do Estado: Oeste, Serra Geral, BMSF, Irecê, Chapada Diamantina e MSF. Seguiram também essa tendência o Extremo Sul e Nordeste. De todo modo, as regiões permaneceram na mesma posição no que se refere à importância de sua população urbana em relação à Bahia em 1980, 1991 e 2000.

Tabela 4

Participação Relativa da População Urbana das regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente

Bahia – Regiões Econômicas, 1980-2000.

Grandes Áreas	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	36,40	34,51	33,90
LITORAL	Litoral Sul	11,92	11,15	10,55
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	9,33	9,35	9,29
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,01	8,66	8,45
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	4,99	5,26	5,56
LITORAL	Extremo Sul	2,67	4,68	5,55
LITORAL	Recôncavo Sul	5,53	4,66	4,52
LITORAL	Litoral Norte	4,73	4,27	4,06
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	2,96	3,43	3,32
CERRADO	Oeste	2,21	2,71	2,99
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	2,57	2,78	2,80
SEMI-ÁRIDO	Baixo M. São Francisco	2,29	2,66	2,78
SEMI-ÁRIDO	Irecê	2,21	2,41	2,49
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	1,64	1,87	2,09

SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	1,55	1,61	1,65
BAHIA		100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

Adaptação: FONSECA, Áurea C. - 2004

Conforme o último censo, vê-se que as regiões podem ser divididas em quatro grandes grupos, de acordo com o porte demográfico urbano. A RMS detinha quase 3 milhões de moradores. Três regiões registraram mais de 500 mil e menos de 1 milhão de habitantes, (Litoral Sul, Paraguaçu e Sudoeste). Entre 300 mil e 500 mil, estavam as regiões Nordeste, Extremo Sul, Recôncavo Sul e Litoral Norte. As demais, Piemonte da Diamantina, Serra Geral, BMSF, Irecê, Chapada Diamantina e MSF, no Semi-Árido e Oeste, no Cerrado, registraram menos de 300 mil moradores urbanos.

Entre 1991 e 2000, a Bahia pela primeira vez experimentou redução absoluta de população rural, refletindo-se na taxa de crescimento demográfico de $-1,32\%$ ao ano. Isso significa a elevação das perdas líquidas já verificadas entre 1980 e 1991 ($0,11\%$ ao ano). Deve ser observado, contudo, que, apesar de os estudos e projeções apontarem para a tendência à diminuição da população rural do Estado, a redefinição dos limites das áreas urbanas que avançaram sobre as rurais não permite afirmar que as taxas de crescimento observadas reflitam exclusivamente emigração; pode-se mesmo dizer que parte das perdas rurais decorreu da própria transformação de povoados rurais em distritos ou da incorporação daqueles por áreas urbanas preexistentes.

Observando-se os ritmos de crescimento demográfico das regiões econômicas entre 1980-1991 e 1991-2000, verifica-se que todas experimentaram emigração líquida nos dois períodos. Entre 1980-1991, em nove das regiões, as taxas, mesmo baixas, eram positivas. No período seguinte, somente o Litoral Norte e o Baixo Médio São Francisco não revelaram redução absoluta de moradores.

Observando-se a Tabela abaixo, verifica-se que o Extremo Sul, Paraguaçu, Irecê, Piemonte da Diamantina, Litoral Sul e RMS cresceram em ritmos inferiores aos do conjunto rural baiano.

Para verificar onde majoritariamente residia a população rural da Bahia, a Tabela mostra que, em 2000, os cinco maiores contingentes pertenciam, predominantemente, a regiões que compõem o Semi-Árido (Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste e Chapada Diamantina) e apenas uma, a Litoral Sul, situava-se na área litorânea. Nessas cinco regiões encontravam-se mais de 50% dos moradores rurais do Estado. De todo modo, a distribuição dos habitantes no meio rural mostrou-se bem mais equilibrada do que aquela verificada no meio urbano.

Numa visão mais abrangente, a RMS constituía-se no menor contingente rural da Bahia, com seus 47.651 moradores. Por seu turno, a Região Nordeste, com a quarta maior população e o segundo menor grau de urbanização da Bahia, seguidamente figurou como a região de maior população rural (687.498 habitantes em 2000) e apresentou elevação contínua de sua importância relativa frente ao Estado (13,52% em 1980, 15,04% em 1991 e 16,01% em 2000), ainda que apresentando taxas de crescimento demográfico decrescentes (1,08% ao ano e -0,65% ao ano).

Tabela 5

Participação Relativa da População Rural das Regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente

Bahia – Regiões Econômicas, 1980-2000.

Grandes Áreas	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	13,52	15,04	16,01
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	11,49	11,08	10,13
LITORAL	Litoral Sul	11,89	12,36	10,13
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,16	8,29	9,17
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	6,44	7,19	7,54
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	6,65	6,80	7,44
LITORAL	Recôncavo Sul	6,43	6,23	6,70
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	6,45	7,47	6,45
CERRADO	Oeste	4,88	5,13	5,23
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	3,70	4,10	4,48
LITORAL	Extremo Sul	6,93	4,23	4,14
LITORAL	Litoral Norte	3,61	3,38	4,06
SEMI-ÁRIDO	Baixo M. São Francisco	3,76	3,21	3,81
SEMI-ÁRIDO	Irecê	3,61	3,95	3,60
LITORAL	RMS	1,47	1,55	1,11

BAHIA	100,00	100,00	100,00
--------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

3.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DO RECÔNCAVO SUL

Em termos absolutos, observou-se aumento contínuo da população urbana da Região Recôncavo Sul, entre 1980, 1991 e 2000 (257.639 hab., 326.633 hab. e 396.804 hab., respectivamente). Conforme a Tabela abaixo, verifica-se que, entre esses mesmos anos, a grande maioria dos municípios (31) ampliou seu contingente urbano, ao passo que apenas um (Maragogipe) apresentava trajetória oscilante – exibiu perdas no primeiro período e ganhos no segundo.

O município de Itatim não apresentou população urbana em 1980, por ter sido criado em 1989, tornando-se impossível também o cálculo de sua taxa de crescimento entre 1980-1991.

Com relação às alterações ocorridas nos limites das áreas urbanas de 21 dos 33 municípios da região, pode-se dizer que influenciaram no aumento do crescimento urbano regional, uma vez que das 21 unidades que registraram taxas de crescimento compatíveis com ganhos migratórios urbanos, apenas seis não passaram pelo processo de redefinição dos limites urbano e rural após o censo de 1991, a saber: Itatim, Brejões, Muniz Ferreira, Milagres, Nova Itarana e Elísio Medrado. Na Tabela abaixo se observa que, desse grupo, apenas Milagres não exibiu a imigração líquida em 1980-1991, pois crescia sem perdas ou ganhos migratórios significativos.

Salinas da Margarida, São Félix, Jaguaripe, Ubaíra e Nazaré registraram, em 1991-2000, crescimento positivo, mas que não sugere ganhos ou perdas migratórios líquidos. No período anterior, Jaguaripe e Ubaíra, que possuíam ganhos demográficos líquidos, arrefeceram seu índice de crescimento. Salinas da Margarida, São Félix e Nazaré, ao contrário, deixaram de apresentar perdas líquidas.

No segundo período, com emigração líquida sem perda absoluta, estavam Ubaíra (1,37% ao ano), Nazaré (1,30% ao ano) e Maragogipe (0,31% ao ano). Entretanto, no primeiro período, Ubaíra apresentava taxa indicativa de imigração líquida (3,12% ao ano; Nazaré, a mesma tendência de 1991-2000 (1,16% ao ano); e Maragogipe perdia população em termos absolutos (0,17% ao ano).

Desses municípios, nos dois períodos analisados, 1980-1991 e 1991-2000, seis apresentavam taxas de crescimento superiores à da região.

No ano de 2000, em 23 municípios a população situava-se abaixo de 10 mil habitantes, sendo que 13 tinham menos de 5 mil moradores, conforme Tabela abaixo. Somente seis municípios (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Cruz das Almas, Nazaré, Maragogipe e Amargosa) apresentavam população acima de 20 mil habitantes. É importante ressaltar que, dos municípios constituintes desse grupo, apenas Nazaré e Maragogipe não sofreram reajustes em suas áreas urbanas, conforme mencionado anteriormente.

As maiores populações urbanas da região eram a de Santo Antônio de Jesus, a de Santo Amaro e a de Cruz das Almas, com, respectivamente, 66.245, 44.505 e 39.604 habitantes em 2000, vindo a seguir a de Nazaré (23.011 hab.), a de Maragogipe (21.043 hab.) e a de Amargosa (20.884 hab.). Já com menos de três mil habitantes, encontravam-se os municípios de menor população no último ano censitário: São Miguel das Matas (2.772 hab.), Varzedo (2.627 hab.), Elísio Medrado (2.514 hab.), Nova Itarana (2.497 hab.), Santa Terezinha (1.859 hab.) e Dom Macedo Costa (1.297 hab.).

No que se refere ao grau de urbanização, constatou-se que o Recôncavo Sul, a partir de 1991, tornou-se urbanizado, com 51,93% de sua população residindo em áreas urbanas. Concordando com a tendência mais geral da região, de ampliação da participação do contingente urbano no total, as unidades do Recôncavo Sul elevaram seus níveis de urbanização. Contudo, a análise do processo de urbanização, no período de 1991-2000, ficou prejudicada pelas alterações urbano-rurais em 21 de seus 33 municípios.

Tabela 6
População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Por
Ordem Decrescente
Recôncavo Sul – 1980-2000.

Crescimento/Municípios	População			Taxa Média Geom. de Cresc. Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
Sugestivo de Imigração Líquida					
Saubara	4.819	5.469	10.076	1,16	7,03
Cabaceiras do Paraguaçu	1.148	1.846	3.305	4,41	6,69
Varzedo	981	1.704	2.627	5,15	4,93
Dom Macedo Costa	580	853	1.297	3,57	4,77
Itatim	0	6.254	8.700	—	3,74
Brejões	2.415	3.352	4.568	3,03	3,50
São Miguel das Matas	1.525	2.040	2.772	2,68	3,47
Jiquiriçá	2.010	3.386	4.588	4,86	3,43
Santa Terezinha	1.063	1.378	1.859	2,39	3,38
Laje	2.991	3.849	5.118	2,32	3,22
Amargosa	11.915	15.831	20.884	2,62	3,13
Muniz Ferreira	1.782	2.524	3.301	3,22	3,03
Milagres	5.944	7.200	9.359	1,76	2,96
Mutuípe	4.402	6.943	8.984	4,23	2,90
Cruz das Almas	24.555	30.908	39.604	2,11	2,79
Aratuípe	3.308	3.738	4.787	1,12	2,79
Nova Itarana	1.176	1.960	2.497	4,75	2,73
Elísio Medrado	1.038	1.997	2.514	6,13	2,59
Santo Antonio de Jesus	33.741	52.855	66.245	4,16	2,54
Governador Mangabeira	5.020	5.338	6.684	0,56	2,53
Muritiba	12.545	14.709	17.905	1,46	2,21
São Felipe	4.998	6.906	8.250	2,98	2,00
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Sapeaçu	4.518	6.347	7.524	3,14	1,91
Salinas da Margarida	3.387	3.902	4.611	1,30	1,87
São Félix	7.149	7.420	8.748	0,34	1,85
Jaguaripe	2.825	3.943	4.632	3,08	1,81
Ubaíra	5.051	7.085	8.010	3,12	1,37
Nazaré	18.047	20.491	23.011	1,16	1,30
Cachoeira	13.780	14.193	15.831	0,27	1,22
Castro Alves	11.573	13.187	14.647	1,19	1,17
Sugestivo de Emigração Líquida					
Santo Amaro	36.128	40.894	44.505	1,13	0,94
Conceição dos Almeida	6.368	7.659	8.318	1,69	0,92
Maragogipe	20.857	20.472	21.043	-0,17	0,31
Total	257.639	326.633	396.804	2,18	2,19

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

Tabela 7
Grau de Urbanização dos Municípios, por Ordem Decrescente
Recôncavo Sul – 1980-2000.

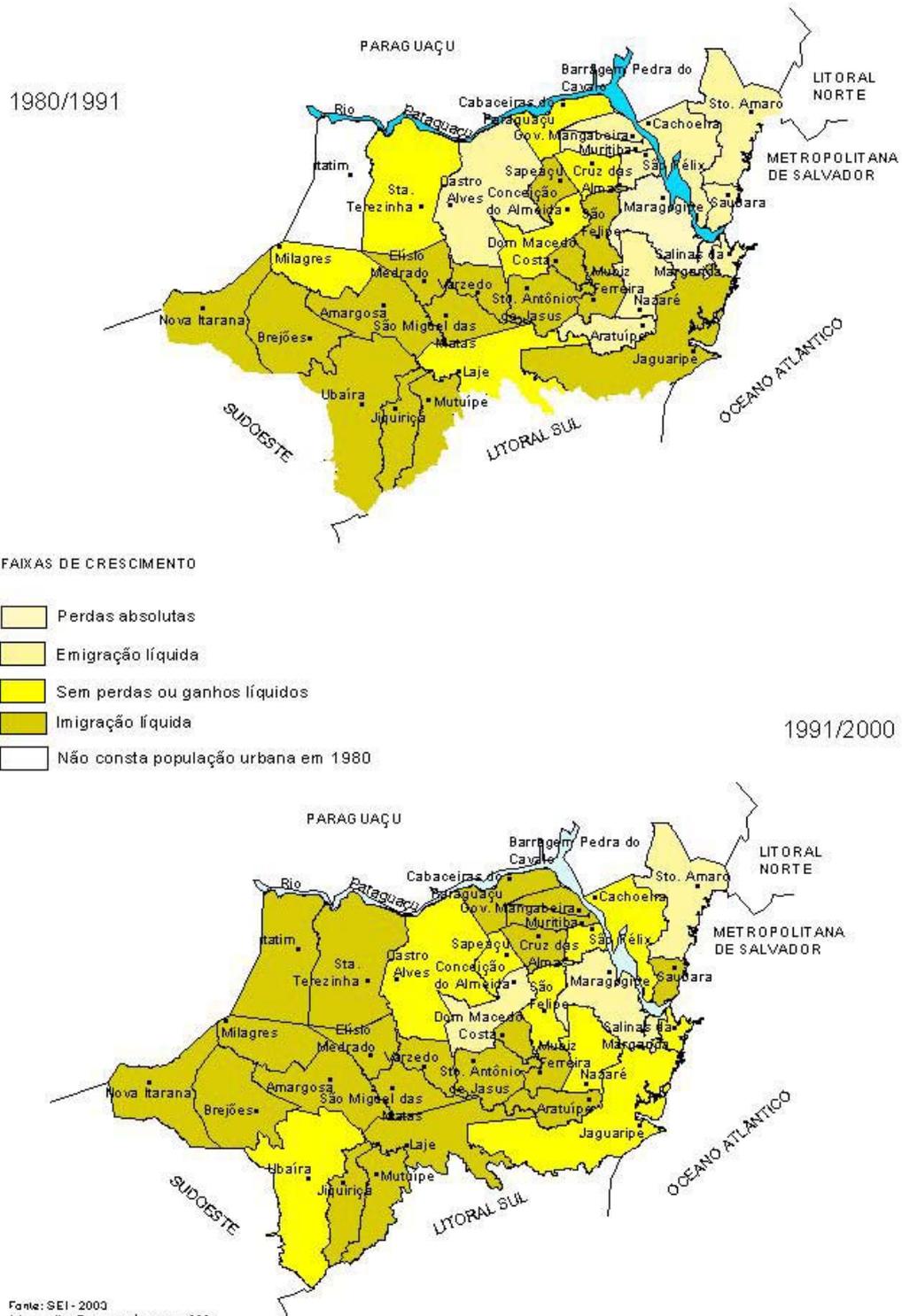
Municípios	Grau de Urbanização (%)		
	1980	1991	2000
Saubara	64,80	68,23	98,85
Nazaré	76,47	78,95	87,28
Santo Antonio de Jesus	72,12	82,16	85,62
Milagres	65,91	77,44	77,56
Santo Amaro	71,55	75,51	76,19
Cruz das Almas	64,02	67,40	74,66
Itatim	0,00	62,30	68,50
Amargosa	47,26	56,49	67,13
São Félix	46,90	60,91	63,86
Murituba	65,23	59,95	58,43
Castro Alves	43,54	49,25	57,30
Aratuípe	44,25	47,86	57,12
Maragogipe	50,55	52,75	52,20
Cachoeira	49,30	50,17	52,05
Muniz Ferreira	29,46	40,19	47,56
Sapeaçu	34,92	41,78	45,74
Salinas da Margarida	43,61	43,89	44,43
Conceição do Almeida	34,60	41,31	43,98
Mutuípe	25,41	33,88	43,91
São Felipe	28,29	34,35	40,79
Governador Mangabeira	29,52	29,89	38,94
Ubaíra	27,74	34,05	38,89
Nova Itarana	16,82	29,54	37,88
Dom Macedo Costa	10,60	21,85	34,61
Jaguaripe	25,98	28,49	34,51
Jiquiriça	21,48	28,79	33,64
Elísio Medrado	13,46	25,48	31,98
Varzedo	15,38	19,67	30,29
Brejões	22,71	25,70	29,77
São Miguel das Matas	15,60	21,91	27,66
Laje	19,01	21,01	26,11
Santa Terezinha	15,22	15,55	21,38
Cabaceiras do Paraguaçu	9,66	12,71	21,26
Total	45,51	51,93	57,97

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

Figura 12

Crescimento Demográfico da População Urbana por Município
Região Econômica Recôncavo Sul - BA, 1980 - 2000



3.4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DO RECÔNCAVO SUL

Vinte e um dos 33 municípios da Região Recôncavo Sul sofreram alterações que aumentaram sua área urbana – e, portanto, a população – e diminuíram o contingente rural entre 1991 e 2000.

Dos 12 municípios restantes, ou seja, que não experimentaram alteração entre as áreas urbanas e rurais, Milagres foi o único com imigração líquida, em 1991-2000, situação que se inverteu em relação a 1980-1991, quando o município exibia perdas absolutas (-3,14% ao ano).

Conforme a Tabela abaixo, no segundo período Salinas da Margarida e Brejões registravam taxas indicativas de ausência de perdas ou ganhos significativos. O primeiro elevou seu ritmo de crescimento, uma vez que, de 1980 a 1991, apresentou perdas líquidas. Brejões permaneceu com a mesma tendência nos dois períodos.

Tabela 8
População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente
Recôncavo Sul – 1980-2000.

Crescimento/Municípios	População			Taxa Média Geom. de Cresc. Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
Sugestivo de Imigração Líquida					
Muritiba	6.687	9.825	12.739	3,56	2,93
Milagres	3.074	2.098	2.708	-3,41	2,88
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Salinas da Margarida	4.379	4.989	5.766	1,19	1,62
Brejões	8.219	9.689	10.776	1,51	1,19
Sugestivo de Emigração Líquida					
Jiquiriçá	7.348	8.377	9.050	1,20	0,86
Itatim	10.300	3.785	4.000	-8,70	0,62
Maragogipe	20.403	18.339	19.271	-0,96	0,55
Santo Amaro	14.366	13.266	13.909	-0,72	0,53
São Félix	8.094	4.762	4.951	-4,71	0,43
Cachoeira	14.173	14.097	14.585	-0,05	0,38
Sapeaçu	8.421	8.845	8.926	0,45	0,10
Laje	12.741	14.470	14.483	1,16	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
São Miguel das Matas	8.252	7.271	7.248	-1,14	-0,04
Conceição do Almeida	12.039	10.883	10.594	-0,91	-0,30
Santo Antonio de Jesus	13.043	11.476	11.123	-1,16	-0,35
Muniz Ferreira	4.267	3.756	3.640	-1,15	-0,35
Cabaceiras do Paraguaçu	10.742	12.677	12.242	1,52	-0,39
Ubaíra	13.157	13.724	12.585	0,38	-0,96
Elísio Medrado	6.675	5.842	5.346	-1,20	-0,98
Santa Terezinha	5.919	7.482	6.837	2,15	-1,00

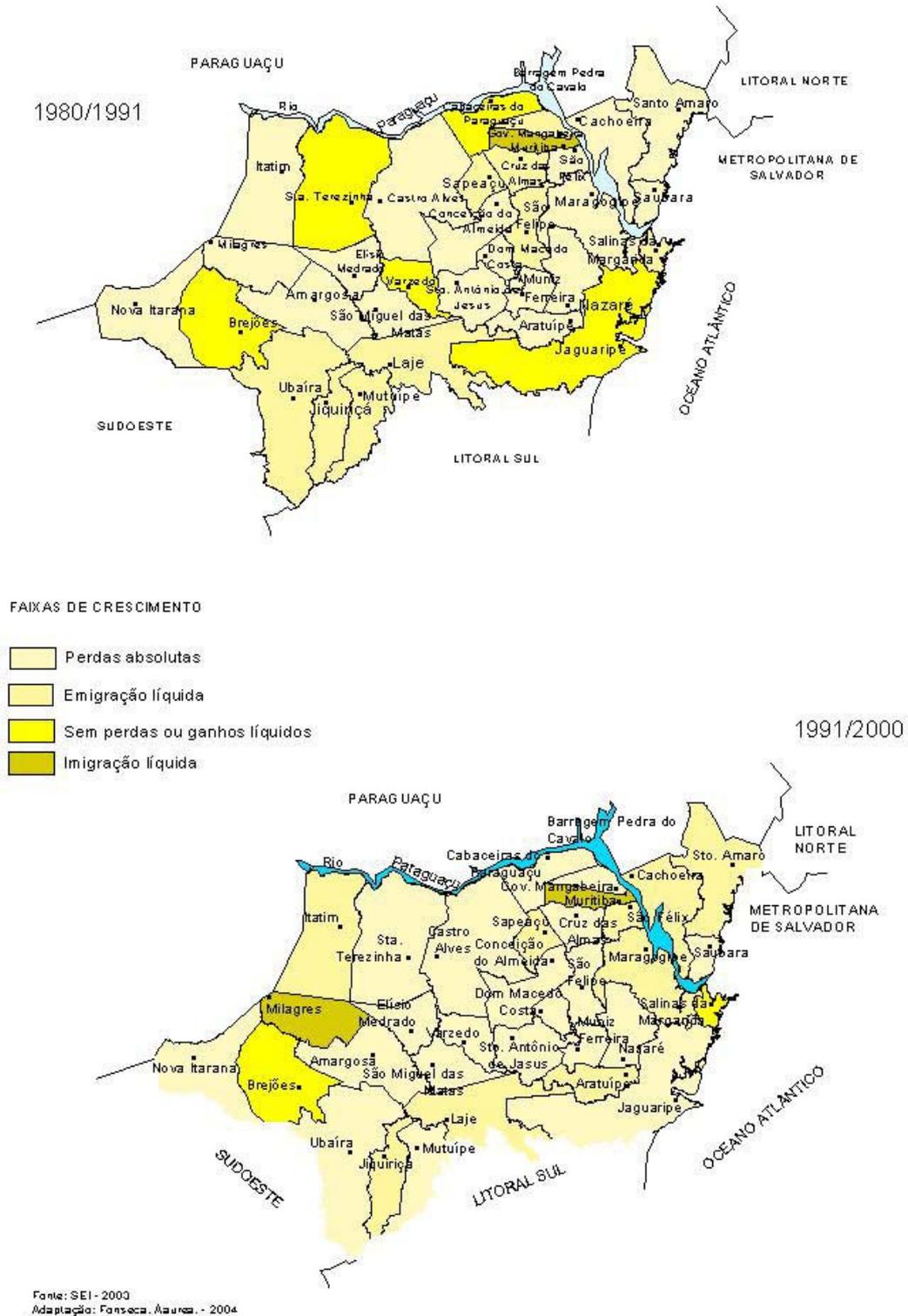
São Felipe	12.669	13.201	11.978	0,37	-1,07
Cruz das Almas	13.803	14.950	13.445	0,73	-1,17
Jaguaripe	8.049	9.897	8.790	1,90	-1,31
Aratuípe	4.167	4.073	3.594	-0,21	-1,38
Nova Itarana	5.816	4.676	4.095	-1,96	-1,46
Varzedo	5.397	6.958	6.046	2,34	-1,55
Mutuípe	12.925	13.548	11.478	0,43	-1,83
Amargosa	13.296	12.195	10.224	-0,78	-1,94
Governador Mangabeira	11.984	12.521	10.481	0,40	-1,96
Dom Macedo Costa	4.892	3.051	2.451	-4,20	-2,40
Castro Alves	15.009	13.586	10.914	-0,90	-2,40
Nazaré	5.552	5.463	3.354	-0,15	-5,28
Saubara	2.618	2.547	117	-0,25	-28,98
Total	308.476	302.319	287.746	-0,18	-0,55

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. - 2004

Figura 13

Crescimento Demográfico da População Rural por Município
Região Econômica Recôncavo Sul - BA, 1980 - 2000



Três municípios – Itatim, Maragogipe e São Felix – observaram emigração líquida sem perda absoluta, em 1991-2000. É importante mencionar que todos eles exibiram, em 1980-1991, taxas negativas. Em outros termos, ampliaram seus ritmos de crescimento demográfico.

Dentre os municípios com perda absoluta de moradores rurais, em 1991-2000, estavam Muniz Ferreira, Ubaíra, Elísio Medrado, Jaguaripe, Nova Itarana e Nazaré. No período anterior, Jaguaripe se apresentava sem perdas ou ganhos migratórios líquidos; Ubaíra exibiu taxa indicativa de emigração líquida sem perdas absolutas; Muniz Ferreira, Elísio Medrado e Nova Itarana já apresentavam perdas demográficas absolutas com índices mais elevados do que os de 1991-2000. Nazaré também já registrava perda populacional, mas acentuou consideravelmente seu ritmo de perdas (de -0,15% ao ano para -5,28% ao ano).

Dos 12 municípios em análise, sete possuíam, no segundo período, taxas de crescimento superiores à da região; no entanto, em 1980-1991 ocorreu o inverso, posto que sete municípios exibiam índices inferiores à taxa regional. Em termos absolutos, observou-se que não havia município com número de habitantes superior ou igual a 20 mil, em 2000; considere-se, porém, que um grupo formado por 16 municípios apresentava populações com mais de 10 mil moradores. Vale notar que em 17 municípios com populações inferiores a 10 mil habitantes, nove detinham menos de cinco mil residentes, conforme Tabela abaixo.

No que se refere à participação relativa, a Tabela abaixo tem valor informativo sobre os pesos relativos, não servindo para análises comparativas entre os períodos em função das alterações já citadas nas áreas urbanas e rurais.

Torna-se importante citar Maragogipe, município que possui o maior contingente rural da região, com população de 20.403, 18.339 e 19.271 habitantes, nos três anos em análise (1980, 1991 e 2000, correspondentemente).

Tabela 9
Participação Relativa da População Rural dos Municípios no Rural da Região por
Ordem Decrescente
Recôncavo Sul – 1980-2000.

Municípios	População (%)		
	1980	1991	2000
Maragogipe	6,61	6,07	3,70
Cachoeira	4,59	4,66	5,07
Laje	4,13	4,79	5,03
Santo Amaro	4,66	4,39	4,83
Cruz das Almas	4,47	4,95	4,67
Muritiba	2,17	3,25	4,43
Ubaíra	4,27	4,54	4,37
Cabaceiras do Paraguaçu	3,48	4,19	4,25
São Felipe	4,11	4,37	4,16
Mutuípe	4,19	4,48	3,99
Santo Antonio de Jesus	4,23	3,80	3,87
Castro Alves	4,87	4,49	3,79
Brejões	2,66	3,20	3,74
Conceição do Almeida	3,90	3,60	3,68
Governador Mangabeira	3,88	4,14	3,64
Amargosa	4,31	4,03	3,55
Jiquiriçá	2,38	2,77	3,15
Sapeaçu	2,73	2,93	3,10
Jaguaripe	2,61	3,27	3,05
São Miguel das Matas	2,68	2,41	2,52
Santa Terezinha	1,92	2,47	2,38
Varzedo	1,75	2,30	2,10
Salinas da Margarida	1,42	1,65	200
Elísio Medrado	2,16	1,93	1,86
São Félix	2,62	1,58	1,72
Nova Itarana	1,89	1,55	1,42
Itatim	3,34	1,25	1,39
Muniz Ferreira	1,38	1,24	1,27
Aratuípe	1,35	1,35	1,25
Nazaré	1,80	1,81	1,17
Milagres	1,00	0,69	0,94
Dom Macedo Costa	1,59	1,01	0,85
Saubara	0,85	0,84	0,04
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

Tabela 10
População Total, Urbana e Rural e Taxa de Urbanização por Município
Região Recôncavo Sul – 2000.

Nº de Ordem	Municípios	População Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização
1	Aratuípe	8.381	4.787	3.594	57,1
2	Jaguaripe	13.422	4.632	8.790	34,5
3	Nazaré	26.365	23.011	3.354	87,3
4	Salinas da Margarida	10.377	4.611	5.766	44,4
5	Cachoeira	30.416	15.831	14.585	52,4
6	Maragogipe	40.314	21.043	19.271	52,2
7	Santo Amaro	58.414	44.505	13.909	76,2
8	São Félix	13.699	8.748	4.951	63,9
9	Saubara	10.193	10.076	117	98,9
10	Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	3.305	12.242	21,2
11	Conceição do Almeida	18.912	8.318	10.594	44,0
12	Cruz das Almas	53.049	39.604	13.445	74,7
13	Governador Mangabeira	17.165	6.684	10.481	37,6
14	Muritiba	30.644	17.905	12.739	58,4
15	São Felipe	20.228	8.250	11.978	40,8
16	Sapeaçu	16.450	7.524	8.926	45,7
17	Amargosa	31.108	20.884	10.224	67,1
18	Castro Alves	25.561	14.647	10.914	57,3
19	Dom Macedo Costa	3.748	1.297	2.451	34,6
20	Elisio Medrado	7.860	2.514	5.346	32,0
21	Muniz Ferreira	6.941	3.301	3.640	47,6
22	Santa Terezinha	8.696	1.859	6.837	21,4
23	Santo Antônio de Jesus	77.368	66.245	11.123	85,6
24	São Miguel das Matas	10.020	2.772	7.248	27,7
25	Varzedo	8.673	2.627	6.046	30,3
26	Jiquiriçá	13.638	4.588	9.050	33,6
27	Laje	19.601	5.118	14.483	26,1
28	Mutuípe	20.462	8.984	11.478	43,9
29	Ubaíra	20.595	8.010	12.585	38,9
30	Itatim	12.700	8.700	4.000	68,5
31	Milagres	12.067	9.359	2.708	77,6
32	Brejões	15.344	4.568	10.776	29,8
33	Nova Itarana	6.592	2.497	4.095	37,9
	Recôncavo Sul	684.550	396.804	287.746	58,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Adaptação: FONSECA, Áurea C. – 2004.

CAPÍTULO 4. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

O crescimento demográfico do Estado da Bahia vem apresentando declínio nos últimos anos. Os cálculos baseados no mais recente levantamento realizado pelo IBGE, o Censo Demográfico de 2000, apontam um crescimento médio anual entre 1991-2000, da ordem de 1,08% ao ano, ritmo de crescimento este que corresponde a cerca da metade daquele registrado entre 1980-1991, situado em torno de 2,09% ao ano, conforme tabela abaixo.

Tabela 11

**População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual
Estado da Bahia – 2000.**

Estado da Bahia	População			Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
	9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,09	1,08

Fonte:SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Tal redução no ritmo de crescimento demográfico reflete uma série de transformações da dinâmica sócio-demográfica baiana, que teve origem nas primeiras décadas do século XX e vêm se realizando de forma descontínua e não-linear, alcançando os primeiros anos do século XXI. No que se refere aos mecanismos endógenos da reprodução demográfica, iniciou-se, nesse período, uma das mais importantes mudanças estruturais, convencionalmente designadas pelos demógrafos de transição demográfica. Paralelamente a essas modificações também ocorreram redefinições nos mecanismos exógenos de reprodução com a emergência de novas tendências nos movimentos migratórios, que tradicionalmente exerceram forte impacto no crescimento demográfico do Estado da Bahia.

Para melhor compreensão dos significados e conseqüências desses processos, é necessário considerar alguns princípios básicos que configuram a demografia enquanto ciência social: primeiro, que o crescimento de uma população aberta, isto é, sujeita à entrada e saída de pessoas, expressa o resultado líquido do jogo de influências multidirecionais entre quatro mecanismos demográficos – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração – que juntos constituem os determinantes básicos tanto do ritmo quanto da forma de um

determinado padrão de reprodução demográfica. Os dois primeiros componentes definem o processo de sucessão das gerações ou a dinâmica endógena da reprodução demográfica cuja velocidade de desdobramento é captada pelo conceito de crescimento vegetativo resultante do jogo conjugado entre fecundidade e mortalidade; quanto aos componentes exógenos, estes definem o saldo migratório, resultante líquido dos movimentos de imigração e emigração que interferem no crescimento da população, contribuindo para uma maior ou menor expansão.

Todos esses mecanismos demográficos se encontram, por sua vez, articulados a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais inerentes ao contexto social no qual essa população se encontra articulada. Como demonstrou Souza (1996-1997), a reprodução sócio-biológica que define o processo de sucessão das gerações envolve a realização combinada e encadeada dos seguintes mecanismos: procriação, preservação da sobrevivência e da saúde, exercício da sexualidade (dentro ou fora do casamento) e criação-socialização dos filhos. Os dois primeiros mecanismos são propriamente demográficos e de natureza sócio-biológica, enquanto os dois últimos são mecanismos propriamente sociais, e constituem pré-condições decisivas para a realização dos primeiros. Como cada um desses mecanismos é estruturado por relações sociais, Souza (1997) os conceitua enquanto dimensões da vida social mais ou menos configuradas em padrões. Esses padrões não são autônomos, mas inter-relacionados e articulados a processos mais gerais da sociedade, entre eles o circuito da produção e circulação de bens e serviços.

Conclui-se, portanto, que a manutenção dos padrões de reprodução demográfica requer uma certa estabilidade na vida social e que mudanças de diferentes intensidades podem desencadear ajustes ou redefinições nos sistemas dessas práticas.

A outra esfera da reprodução demográfica, que envolve os componentes exógenos, é mais facilmente perceptível como articulada a diversos circuitos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, entre eles, o da produção e circulação de bens e serviços. No entanto, é necessário ressaltar que não há uma relação de causa e efeito, uma determinação dessas esferas sobre a demográfica, mas uma relação de sobredeterminação entre elas ou uma relação dialética. Assim, os movimentos migratórios, bem como os diversos mecanismos que envolvem a reprodução endógena de uma determinada população, não são meros reflexos da esfera econômica nem tampouco motivados por elementos exclusivamente biológicos, fruto de instintos e impulsos incontroláveis.

Os mecanismos que articulam e dão sentido à reprodução demográfica dos indivíduos numa determinada sociedade não são apenas influenciados pelas diversas esferas da sociedade: também exercem influência sobre elas. Assim, o ritmo, a forma, a intensidade e a velocidade com que se realiza a reprodução demográfica de uma determinada população possuem rebatimentos nos demais âmbitos da sociedade. Por exemplo, a diminuição do ritmo e da intensidade da reprodução demográfica endógena pode dificultar o circuito de produção e circulação de bens e serviços, devido à redução da oferta de mão-de-obra; esta, por sua vez, pode ser compensada pelos movimentos de imigração, que com certeza terão desdobramentos na esfera cultural, entre outras, mediante a incorporação de pessoas portadoras de novos *habitus* (Bourdieu, 1989). Tal fato pode implicar, entre outros aspectos, redefinições nos padrões de diferentes mecanismos que envolvem a reprodução sócio-biológica e no estoque de população disponível para dar continuidade ao processo de sucessão das gerações. O crescimento demográfico (seja global ou vegetativo) de uma determinada população se pauta por mecanismos sociais, ao tempo em que traz implicações sobre os diversos âmbitos da sociedade na qual essa população se encontra inserida.

Assim, as redefinições nos padrões de reprodução demográfica encontram-se articuladas a modificações nas diversas esferas sociais e não existe um único padrão a ser seguido pelas sociedades, mas uma diversidade de padrões e interações sociais que os indivíduos estabelecem coletivamente e que dão sentido à sua existência. Nessa perspectiva, Souza (1996) nos fala que o processo comumente designado pelos demógrafos de transição demográfica implica a consolidação de padrões distintos dos que vigoravam anteriormente, sem que isso signifique a repetição de modelos vivenciados por outras sociedades ou a uniformização mediante a configuração de um único padrão.

4.1 TENDÊNCIAS DOS MECANISMOS DEMOGRÁFICOS NO ESTADO DA BAHIA

A Bahia, com suas particularidades que envolvem diferenças de temporalidade, ritmo, forma, velocidade e intensidade, tem vivenciado, desde o século XX, uma transição demográfica mediante dois movimentos diferentes, não-lineares e descontínuos, com transursos temporais distintos, conforme demonstram Souza e Muricy (2001).

O primeiro desses movimentos transcorreu desde as primeiras décadas do século XX até a metade dos anos 1960. Caracterizou-se pela combinação de um declínio persistente da mortalidade, a partir de níveis altos, que se acelerou depois de 1940, com uma elevação dos níveis médios globais da fecundidade, que já eram altos anteriormente. Essa combinação de tendências dos componentes demográficos endógenos resultou tanto numa insatisfação do ritmo do crescimento vegetativo quanto num rejuvenescimento da composição por idade da população. Com tais características, esse movimento de mudança sócio-demográfica de largo curso significou a consolidação, com generalização para todas as camadas sociais e regiões da Bahia, de um padrão de reprodução demográfica acelerada ou de alguns padrões dessa natureza (SOUZA E MURICY, 2001).

O segundo movimento vem transcorrendo desde meados dos anos 1960 até este início do século XXI, caracterizando-se pela continuidade do declínio da mortalidade, combinado a um declínio persistente e acelerado da fecundidade, que atingiu níveis muito baixos em fins dos anos 1990. Uma tal combinação de tendências, por sua vez, vem provocando uma acentuada desaceleração do ritmo de crescimento vegetativo e um envelhecimento da população. Assim, esse segundo movimento, cuja realização dependeu do transcurso do primeiro, expressa inequivocamente a emergência e consolidação de novos padrões de reprodução demográfica endógena ou de sucessão das gerações, envolvendo mudanças mais ou menos radicais, de uma geração a outra, nos sistemas de práticas sociais referidas à preservação da sobrevivência e da saúde, ao casamento e exercício da sexualidade, à procriação para a constituição de proles e à criação-socialização de filhos para a formação de descendências.

Antes de examinar os níveis e as principais tendências dos mecanismos demográficos nos dois momentos descritos, é necessário situar em que contexto histórico baiano tais redefinições aconteceram para que seja possível perceber os fatores sociais econômicos, políticos e culturais que mais contribuíram para os desdobramentos ocorridos nos mecanismos demográficos.

Como destacam Souza e Muricy (2001), as tendências de redução da mortalidade e de elevação da fecundidade que configuraram o primeiro movimento da transição demográfica só se tornaram plenamente visíveis a partir do pós-guerra, embora tenham se iniciado entre fins do século XIX e começo do século XX. Nesse período, a Bahia vivenciou

profundas transformações nas esferas sociais, econômicas e culturais que resultaram na constituição e consolidação de uma sociedade industrial e urbana, com uma conformação bastante diferente da que havia até então.

No primeiro período em análise, entre 1940-1970, as mudanças sócio-demográficas, de largo curso, encontram-se relacionadas a uma certa melhoria das condições de vida e de sobrevivência, para amplos setores da sociedade baiana. Tais melhorias foram propiciadas pela retomada do crescimento econômico, após um longo período de estagnação, decorrente da retração das culturas de cana-de-açúcar e fumo, assim como da atividade de transformação associada a esses cultivos, que funcionavam como sustentáculo da economia baiana, em particular do Recôncavo. Nesse período foram instalados no Recôncavo Baiano a Petrobrás, em meados dos anos 1950, e o Centro Industrial de Aratu, na década de 1960.

As mudanças sócio-demográficas comentadas também são frutos dos investimentos básicos em infra-estrutura, educação, saúde e previdência social demandados pela construção da nova estrutura capitalista-industrial e urbana na Bahia, assim como no conjunto do País. No campo da saúde destacam-se as ações e investimentos governamentais direcionados para a implantação dos sistemas públicos de atenção à saúde das classes populares, inclusive os de proteção materno-infantil, apesar de suas restritas coberturas. Neste período também se observa um forte incremento das ações e campanhas de saúde pública centradas sobretudo na educação sanitária, na difusão de novas práticas de higiene, na ampliação da cobertura das campanhas de vacinação e em medidas de saneamento (cf. SOUZA: 1996 e SEI-CRH: 1999).

Essas políticas e ações sociais foram se desdobrando gradativamente e implicando declínios continuados nos níveis de mortalidade aqui e ali, sobretudo entre crianças e mulheres em idade reprodutiva, e contribuíram, por sua vez, para a elevação nos níveis de fecundidade nas camadas populares, que eram majoritárias na população total da Bahia. As elites e camadas médias com maior acesso à escolarização e aos serviços de saúde já registravam declínios dos níveis de mortalidade e de fecundidade desde fins do século XIX ou do início da República, como demonstrou Souza (1996).

Além das possibilidades concretas de melhor preservação da saúde e da sobrevivência, os investimentos governamentais nesse campo também resultaram num maior contato e numa conseqüente incorporação, por boa parte da população, do discurso médico

vigente. Tal aspecto contribuiu de maneira significativa para modificações nos cuidados relativos à preservação da saúde e, em particular, nos cuidados das mães com sua prole, no processo de socialização dos filhos e no próprio exercício da sexualidade.

Entre outros aspectos nos quais é possível se perceber a influência do discurso médico na modificação dos sistemas de práticas sociais articulados à reprodução demográfica, pode-se destacar mudanças nos padrões etários da fecundidade ocorridas entre 1940-1970. Nesse período, se observa a redução do nível de fecundidade no grupo de 45-49 anos e o aumento mais expressivo nos grupos etários de 20-34 anos. Como afirmam Souza e Muricy (2001), as alterações nas práticas de procriação efetivamente exercidas verificaram-se em dois sentidos: primeiro, no de uma postergação da idade ao casar como também do nascimento do primeiro filho; segundo, do de uma antecipação, socialmente muito generalizada, do encerramento das carreiras reprodutivas para antes dos 40 anos ou dos 35 anos de idade.

A mentalidade pró-natalista que permeava várias das políticas sociais dirigidas às classes trabalhadoras até 1960, também contribuiu para as modificações nos sistemas de práticas sociais relacionados diretamente ao processo de sucessão das gerações. Entre essas políticas sociais, destacam-se as medidas do Governo Federal que, a partir de 1940, passaram a garantir direitos e benefícios sociais ao trabalhador assalariado de ambos os sexos, tais como: a criação das leis trabalhistas, a fixação do salário-mínimo, a montagem dos sistemas de Previdência Social e a criação do salário-família, do auxílio-natalidade e da licença gestante. Essas medidas propiciaram melhorias das condições de vida para parcelas significativas da população, ao tempo em que funcionaram inicialmente como um suporte ou estímulo à formação de proles ou descendências muito numerosas de seis e mais filhos. Nos anos 1960 e 1970, vários desses direitos e benefícios foram estendidos aos trabalhadores autônomos e rurais, assim como às empregadas domésticas, ainda que vários desses benefícios tenham perdido o valor real, juntamente com o do salário mínimo (SOUZA, 1996).

Apesar das modificações ocorridas nas diversas esferas da sociedade baiana, o Estado permanece eminentemente rural até 1970, quando a população urbana ainda era inferior a 50% da população total. Essa predominância da população rural contribuiu para a transição demográfica baiana se realizasse com maior atraso em relação aos demais estados do Sudeste e Sul do País, como relatam Souza e Muricy (2001). “Ocorre que o tipo de expansão econômica do período 1940-1970, mesmo implicando um crescimento da parcela

assalariada da força-de-trabalho, não impediu a multiplicação de atividades econômicas às estruturadas por formas não-assalariadas de trabalho, tais como a produção simples de mercadorias e a produção para o autoconsumo, que usavam mão-de-obra familiar. Embora esse fato não se constituísse num determinante da generalizada preferência por proles e descendências numerosas, com origem histórica bem antiga, possibilitava aos casais das classes populares e camadas médias a reprodução de múltiplos arranjos ou estratégias de sustentação de famílias com muitos filhos, tanto em áreas rurais como urbanas. Esses arranjos, entretanto, eram correntes nas áreas rurais, onde prevalecia uma pequena agricultura de subsistência, que se manteve expressiva na Bahia até fins dos anos 1960”.

Tal situação começa a se modificar, de modo mais significativo, na década de 1970, com uma série de redefinições ocorridas na economia baiana, assim como no conjunto da brasileira, que passa a ser comandada pelo grande capital nacional e internacional e pelos grandes investimentos estatais. Os níveis de emprego se expandiram muito nesse período, em que pese o fato de as atividades implantadas terem sido de capital intensivo. Na década de 1980, os efeitos negativos do modelo econômico adotado começam a se delinear mais claramente, dando início a uma crise generalizada que combinou momentos de retração das atividades produtivas com hiperinflação e rebaixamento do valor real dos salários, isso em amplos segmentos sociais, verificando-se momentos de controle inflacionário com desemprego estrutural.

Em razão dessa mudança no caráter do desenvolvimento foram realizados, entre 1965-1980, novos e importantes investimentos, privados e públicos, no campo da preparação da força de trabalho e da preservação da saúde dos trabalhadores, sobretudo para os empregados nos setores industriais, comerciais e de serviços mais modernos e dinâmicos. A expansão das formas regulares ou irregulares de assalariamento da força-de-trabalho, inclusive no campo, foi acompanhada pela extensão de direitos trabalhistas e da Previdência Social a diversas categorias de trabalhadores, envolvendo o acesso à atenção médica do INAMPS e do FUNRURAL e a possibilidade de aposentadoria por invalidez e velhice (SOUZA, 1996). Muitos trabalhadores mutilados e doentes ou precocemente envelhecidos pelas condições de vida e trabalho começaram a receber essa proteção do Estado, que aliviava os encargos partilhados entre os vários filhos, o que influiu na redução tanto da mortalidade adulta masculina quanto das expectativas de apoio dos filhos na velhice. Depois de 1986, porém, tal proteção estatal minguou, com a deterioração do valor real das aposentadorias e

pensões e com a crise da Previdência Social. Mais recentemente, o processo de terceirização vem agravando as condições de vida das classes assalariadas, como ressaltam Borges e Druck (1993).

Entre os anos 1970 e 1980, expandem-se as possibilidades de trabalho assalariado para as mulheres, sobretudo as mais escolarizadas (ANDRADE, 1988-1992), sendo que essas oportunidades, com o aprofundamento da crise, reduziram-se relativamente menos do que as dos homens. Tal tendência possibilitou uma elevação do nível de vida de uma parcela significativa da sociedade baiana, viabilizando a ampliação dos horizontes de sobrevivência das mulheres e seus filhos. Mas também implicou novas dificuldades domésticas para a criação de muitos filhos, o que estimulou uma rápida difusão de novas práticas de restrição da procriação, visando à constituição de proles bem pequenas.

A esses fatores se somaram as modificações relacionadas ao processo de urbanização, que envolvem aumentos significativos nos custos de habitação, de socialização e escolarização dos filhos. Estes, por sua vez, passaram a sobreviver em proporções maiores, o que reforçou as pressões ou estímulos para que os casais das classes populares abandonassem as velhas práticas de *deixar vir os filhos* até altas paridades ou idades avançadas e adotassem novas práticas de constituição de proles pequenas ou de encerramento das carreiras reprodutivas em idades mais jovens e em paridades bem baixas, como 1, 2, ou 3 filhos no máximo (cf. SOUZA: 1996 e SEI-CRH: 1999).

Por fim, ocorre a substituição da mentalidade pró-natalista, que permeava as políticas e ações governamentais dirigidas às classes populares, pela concepção antinatalista, que já era predominante entre as classes média e alta da sociedade baiana entre 1940-1970, como demonstrou Souza (1996). As políticas sociais dirigidas a essas classes populares assumiram, nesse período, um cunho antinatalista e houve o surgimento e extensão de uma rede de serviços de saúde, públicos e privados, especificamente voltados para a restrição da procriação no seio das classes populares. Intensificaram-se as pressões diretas das empresas sobre as mulheres assalariadas, para que elas não tivessem filhos adicionais e/ou se esterilizassem desde cedo. Esses fatores contribuíram, de forma decisiva, para as transformações ocorridas na dinâmica demográfica baiana, particularmente para a generalização e aceleração do declínio da fecundidade ocorrido a partir de 1970 (Idem).

A redução dos níveis gerais de fecundidade é um dos aspectos mais enfatizados nas análises sobre a dinâmica demográfica baiana e brasileira na conjuntura mais recente (últimas três décadas). Com efeito, tal fenômeno é um dos principais elementos definidores da dinâmica atual; no entanto, ele não se encontra isolado das transformações ocorridas nos demais componentes demográficos: mortalidade, imigração e emigração. Ao contrário, esta tendência se insere no bojo de uma série de transformações, de longo prazo, ocorridas desde as primeiras décadas do século XX, e que caracterizam o que os especialistas denominam de transição demográfica. Como se viu anteriormente, a transição na Bahia envolve os desdobramentos de tendências demográficas de sentidos contraditórios, que se articulam em dois momentos históricos distintos.

Na Tabela 12 é possível perceber claramente esses dois momentos da transição demográfica baiana e nordestina e dimensionar a intensidade dos fenômenos abordados. Neles vê-se que a fecundidade apresentou uma intensificação progressiva entre 1940-1970, com uma pequena oscilação entre 1950-1960, e que esta atingiu seu patamar máximo tanto na Bahia como no conjunto da Região Nordeste em 1970, quando a taxa registrada foi de 7,5 filhos por mulher. Apesar do nível atingido ser bastante elevado, a intensificação da fecundidade, entre 1940-1970, não foi expressiva: cerca de 10% na Bahia e um pouco inferior no Nordeste. Observa-se também que em todos os anos censitários, com exceção de 1980, a taxa de fecundidade baiana se manteve abaixo da nordestina. A partir de 1970 (ou melhor, do quinquênio de 1965-1970), os níveis gerais de fecundidade começam a apresentar significativa redução nos dois âmbitos sócio-espaciais analisados, alcançando um patamar de 2,6 filhos por mulher na Bahia e 3,1 filhos por mulher no Nordeste em 1996. As maiores reduções ocorreram entre 1980-1991, momentos em que as taxas, tanto do Estado como da Região, diminuem quase 50%. Ao longo do segundo período, entre 1970-1996, o declínio da taxa de fecundidade total (TFT) foi de 65,33% na Bahia e de 58,66% no Nordeste. Ou seja, a TFT das baianas reduziu-se em quase 2/3 e a das nordestinas caiu mais da metade (1/2) em duas décadas e meia (26 anos).

Tabela 12
Taxa de Fecundidade Total e Esperança de Vida ao Nascer
Nordeste e Bahia – 1940-1997.

Ano	Taxa de Fecundidade Total (TFT)		Esperança de Vida	
	% ao Ano		ao Nascer (ex.)	
	Nordeste	Bahia	Nordeste	Bahia
1940	7,2	6,8	38,76	40,77
1950	7,6	7,4	38,96	40,99
1960	7,4	7,3	41,06	45,23
1970	7,5	7,5	45,55	49,23
1980	6,1	6,2	51,01	57,79
1991	3,7	3,3	62,71	64,74
1993	3,3	3,0	63,44	65,20
1997	2,5	2,7	66,76	64,83

Fonte: SEI - 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Assim, observa-se que as séries históricas das TFT para as baianas e nordestinas de 15-49 anos de todas as camadas sociais comprovam que ocorreram efetivamente as duas tendências descontínuas das médias globais da fecundidade anteriormente comentadas – uma de moderada elevação e outra, subsequente, de redução acelerada, que demarcaram os momentos mais significativos do processo de transição demográfica na Bahia e no Nordeste.

No que se refere aos níveis e padrões de mortalidade, as novas tendências podem ser mais bem avaliadas mediante as mudanças nos horizontes de sobrevivência ou de longevidade das gerações que vão se sucedendo. Tais aspectos são captados pelo indicador esperança de vida ao nascer, que expressa os patamares médios globais de sobrevivência dos indivíduos num determinado momento histórico e permite perceber os impactos da mortalidade no conjunto de uma população.

A Tabela 12 apresenta a variação da esperança de vida ao nascer na Bahia e no Nordeste no período de 1940-1997. Nela, é possível perceber a sistemática redução da mortalidade, expressa nos aumentos gradativos da esperança de vida ao nascer ocorridos nos dois âmbitos sócio-espaciais analisados.

Observa-se, também, que a esperança de vida ao nascer na Bahia, em 1940, era bastante baixa – de 40,77 anos –, ou seja, os baianos das gerações nascidas em anos imediatamente anteriores a 1940 teriam uma expectativa de viver, em média, 40 anos, caso as condições de mortalidade permanecessem constantes. Se vários sobreviveriam para além dos 40 ou 50 anos de idade, uma parcela muito expressiva morreria na infância, antes dos 10 anos de idade, especialmente no primeiro ano de vida. Esse nível de esperança de vida ao nascer era mais baixo que a média brasileira (que se situava entre 42 ou 43 anos), porém era mais elevado que a média para a Região Nordeste, de 38,76 anos.

Vale ressaltar que entre 1940-1950 houve uma elevação insignificante da esperança de vida ao nascer – de 0,22 ano no total da década – tanto na Bahia quanto no conjunto do Nordeste. Somente a partir da década de 1950 os ganhos de esperança de vida ao nascer se tornam realmente expressivos, sendo que os maiores ganhos são observados entre 1970-1980 e 1980-1991 – respectivamente, de 8,6 anos (ou de 17%) e 7,0 anos (ou de 12%). Ao final do período analisado, em 1997, a esperança de vida ao nascer dos baianos havia atingido o patamar de 66,76 anos, segundo estimativas realizadas pelo IBGE em parceria com a SEI (SEI: 1999). Esse patamar é um pouco superior à média nacional em 1990 (66,3 anos), indicada por Moura e Teixeira (1997: 110), ficando a dos nordestinos num nível mais baixo, de 64,83 anos. Assim, o aumento da esperança de vida ao nascer na Bahia, entre 1950-1997, foi de 25,8 anos (ou de 63%), e algo equivalente no conjunto do Nordeste.

No entanto, os patamares de esperança de vida ao nascer, para ambos os sexos, atingidos na Bahia (cerca de 67 anos) e no Nordeste (aproximadamente 65 anos), em 1997, ainda são relativamente baixos quando comparados aos de outros estados ou regiões do País. Tal patamar já havia sido ultrapassado, em todas as regiões brasileiras, no início da década de 1990, como demonstram os indicadores de esperança de vida ao nascer, apresentados por Moura e Teixeira (1997: 110): 70,9 anos na Região Sul, 69,1 anos no Centro-Oeste, 68,8 anos no Sudeste e 68,4 anos no Norte.

Como consequência dos efeitos conjugados de fecundidade e da mortalidade, o crescimento vegetativo da Bahia apresentou duas tendências de sentidos contrários, ao longo do período analisado. No primeiro momento, entre 1950-1970, ocorre uma pequena elevação no ritmo de crescimento vegetativo baiano, que passa de um patamar de 2,38% para 2,65% ao ano. A partir de 1970, verifica-se uma desaceleração sistemática e contínua desse indicador,

em função da força preponderante da redução da fecundidade, ou seja, a reprodução demográfica endógena baiana passa a se realizar numa velocidade cada vez menor. As maiores reduções foram registradas entre 1980 e 1990, momento em que o ritmo de crescimento vegetativo se reduz para cerca da metade e alcança um patamar de 1,35% ao ano, em 1999, segundo as estimativas realizadas pela SEI.

4.2 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

4.2.1 Regiões Econômicas do Estado da Bahia

De acordo com o censo demográfico de 2000, o Estado da Bahia alcançou uma densidade demográfica de 23,16 hab./km², ou seja, seus 564.258 km² estavam ocupados por 13.070.250 habitantes e das suas 15 regiões econômicas, distribuídas nas 3 grandes áreas, seis alcançaram densidades superiores à média estadual, dentre elas, a Região Recôncavo Sul, conforme tabela abaixo.

Tabela 13

**População Total, Área e Densidade Demográfica por Ordem Decrescente em 2000
Bahia – Regiões Econômicas, 2000.**

Grande Área	Regiões Econômicas	População	Área		Densidade (hab/km ²)
			(Km ²)	%	
LITORAL	RMS	3.021.572	2.339	0,41	1.291,82
LITORAL	Recôncavo Sul	684.550	10.662	1,89	64,20
LITORAL	Litoral Sul	1.360.539	25.218	4,47	53,95
LITORAL	Litoral Norte	530.898	12.174	2,16	43,61
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	1.250.163	34.129	6,05	36,63
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	1.135.362	42.389	7,51	26,78
LITORAL	Extremo Sul	664.850	30.648	5,43	21,69
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	1.176.201	56.022	9,93	21,00
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	565.037	32.248	5,72	17,52
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	568.708	33.661	5,97	16,90
SEMI-ÁRIDO	Irecê	372.994	26.051	4,62	14,32
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	507.414	41.751	7,40	12,15
SEMI-ÁRIDO	Baixo Médio São Francisco	407.501	55.559	9,85	7,33
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	337.507	46.970	8,32	7,19
CERRADO	Oeste	486.954	114.437	20,28	4,26
BAHIA		13.070.250	564.258	100,00	23,16

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

A Tabela 13 revela que as maiores densidades foram registradas nas regiões componentes da grande Área Litoral. A RMS, com o menor território dentre as regiões baianas (2.339 km²), destacou-se com a maior população (mais de 3 milhões de hab. em 2000) e, portanto, elevadas densidades nos três anos censitários, alcançando 1.291,82 hab./km² em 2000, patamar muito superior ao das demais regiões. A segunda maior densidade foi registrada no Recôncavo Sul (64,20 hab./km²), segunda menor área da Bahia e sexto maior contingente populacional.

Tabela 14

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente

Bahia – Regiões Econômicas, 2000.

Crescimento/ Grande Área	Regiões Econômicas	População			Taxa Média Geométrica de Cresc. Anual (%)	
		1980	1991	2000	1980/91	1991/00
Sugestivo de Imigração Líquida						
LITORAL	Extremo Sul	456.463	533.219	664.850	1,42	2,48
LITORAL	RMS	1.766.582	2.496.521	3.021.572	3,19	2,14
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos						
SEMI-ÁRIDO	B. M. São Francisco	286.721	342.550	407.501	1,63	1,95
LITORAL	Litoral Norte	393.607	463.726	530.898	1,50	1,51
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	859.188	1.009.757	1.135.362	1,48	1,31
CERRADO	Oeste	336.816	438.953	486.954	2,44	1,16
Sugestivo de Emigração Líquida						
LITORAL	Recôncavo Sul	566.115	628.952	684.550	0,96	0,95
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	249.665	311.722	337.507	2,04	0,89
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	438.506	524.793	565.037	1,65	0,82
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	880.833	1.098.935	1.176.201	2,03	0,76
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	384.894	479.479	507.414	2,02	0,63
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	985.677	1.193.161	1.250.163	1,75	0,52
SEMI-ÁRIDO	Irecê	276.213	361.131	372.994	2,47	0,36
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População						
LITORAL	Litoral Sul	1.125.942	1.381.994	1.360.539	1,88	-0,17
SEMI-ÁRIDO	P. da Diamantina	447.124	603.098	568.708	2,76	-0,65
BAHIA		9.454.346	11.867.991	13.070.250	2,09	1,08

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

O declínio do ritmo de crescimento demográfico na Bahia entre 1980-1991 e 1991-2000, de 2,09% a.a. para 1,08% a.a. (ambos indicativos de equilíbrio entre os fluxos migratórios), conforme já citado, espelha a tendência experimentada pela maioria das Regiões Econômicas (Tabela 14). Apenas três regiões elevaram as taxas de crescimento demográfico do primeiro para o segundo período. Ademais, entre 1991 e 2000, duas regiões diminuíram seu contingente em termos absolutos.

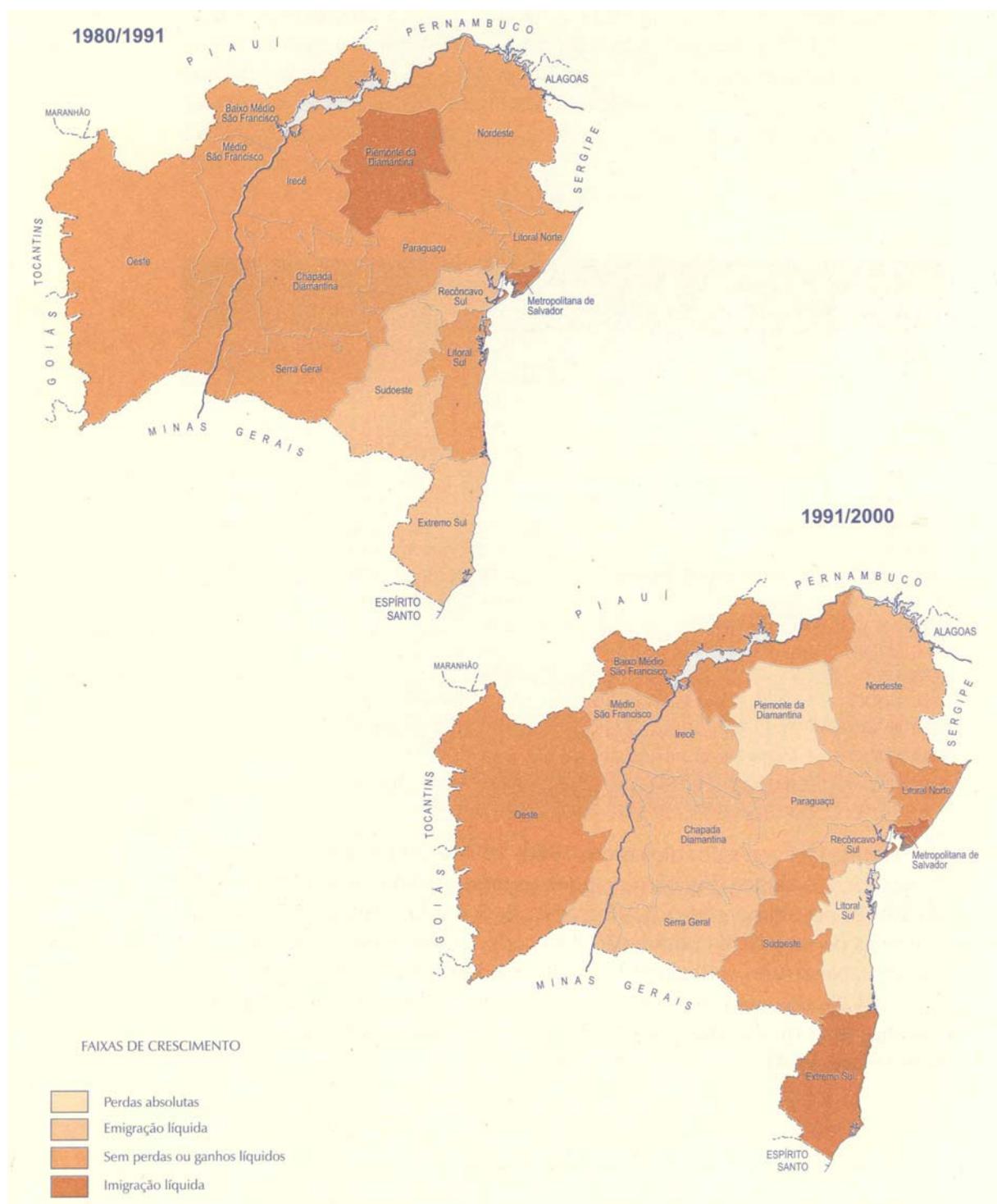
Tomando-se como base o segundo período, duas regiões situadas na porção litorânea da Bahia apresentaram ritmos de crescimento superiores a 2% ao ano. Tendo como referência o já apontado declínio contínuo dos níveis de fecundidade e de natalidade, tais taxas podem ser consideradas intensas e associadas à imigração líquida. A RMS, portanto, manteve o mesmo nível de crescimento observado em 1980-1991, embora tenha diminuído a velocidade dos ganhos demográficos. Já o Extremo Sul elevou bastante seu ritmo de crescimento, pois experimentava emigração líquida no primeiro período.

Quatro regiões obtiveram crescimento variando de 1,00 ao ano a 1,99% ao ano, sugerindo compensação entre os fluxos de imigração e emigração. Dessas, o Sudoeste alterou sua faixa de crescimento, pois, entre 1980-1991 registrara perdas líquidas.

Um conjunto maior compunha-se de regiões cujas taxas de crescimento indicaram emigração líquida em 1991-2000: Recôncavo Sul (0,95% ao ano), Médio São Francisco (0,89% ao ano), Serra Geral (0,82% ao ano), Nordeste (0,76% ao ano), Chapada Diamantina (0,63% ao ano), Paraguaçu (0,52% ao ano), Irecê (0,36% ao ano), Litoral Sul (-0,17% ao ano) e Piemonte da Diamantina (-65% ao ano), os dois últimos com perda absoluta de população. Excluindo-se o Recôncavo Sul, com perdas líquidas, e o Piemonte da Diamantina, com ganhos demográficos por imigração, as demais regiões tiveram crescimento sem perdas nem ganhos migratórios significativos.

Conforme a Tabela 14, a Região do Recôncavo Sul é a sexta mais populosa, estando à sua frente a RMS, Litoral Sul, Paraguaçu, Nordeste e Sudoeste, todas cinco com mais de 1 milhão de habitantes no último censo.

Fig. 14
Cartograma do Crescimento Demográfico da População Total por Região Econômica
Bahia – 1980-2000.



Fonte: SEI - 2003

Tabela 15**Participação Relativa da População Total das Regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente****Bahia – Regiões Econômicas, 1980-2000.**

Grande Área	Regiões Econômicas	Participação no Estado (%)		
		1980	1991	2000
LITORAL	RMS	18,69	21,04	23,12
LITORAL	Litoral Sul	11,91	11,64	10,41
SEMI-ÁRIDO	Paraguaçu	10,43	10,05	9,56
SEMI-ÁRIDO	Nordeste	9,32	9,26	9,00
SEMI-ÁRIDO	Sudoeste	9,09	8,51	8,69
LITORAL	Recôncavo Sul	5,99	5,30	5,24
LITORAL	Extremo Sul	4,83	4,49	5,09
SEMI-ÁRIDO	Piemonte da Diamantina	4,73	5,08	4,35
SEMI-ÁRIDO	Serra Geral	4,64	4,42	4,32
LITORAL	Litoral Norte	4,16	3,91	4,06
SEMI-ÁRIDO	Chapada Diamantina	4,07	4,04	3,88
CERRADO	Oeste	3,56	3,70	3,73
SEMI-ÁRIDO	Baixo M. São Francisco	3,03	2,89	3,12
SEMI-ÁRIDO	Irecê	2,92	3,04	2,85
SEMI-ÁRIDO	Médio São Francisco	2,64	2,63	2,58
BAHIA		100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI - 2003

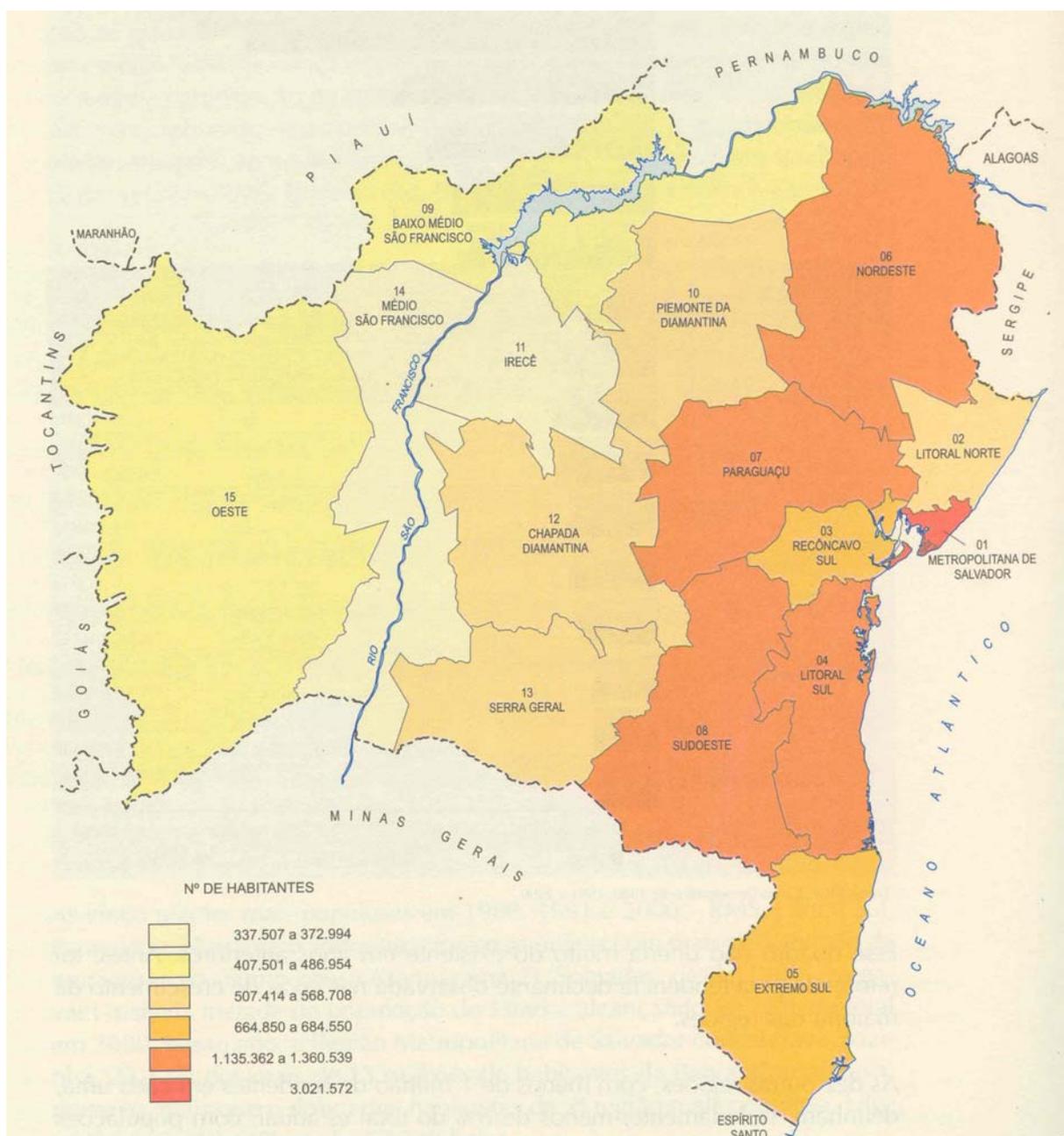
Adaptação: FONSECA, Áurea. 2004

Para melhor entender as implicações dos ritmos de crescimento demográfico das Regiões Econômicas na composição da população baiana é necessário observar seus diferentes portes demográficos. As variações dos níveis de crescimento que as regiões experimentaram em ambos os períodos não afetaram significativamente a importância relativa de cada uma delas em relação ao Estado. Na Tabela 15 observa-se que nenhuma região apresentou uma mudança expressiva, ascendente ou descendente, no que se refere à participação na composição do conjunto de residentes do Estado. Ademais, tomando-se as pontas do período (1980 e 2000), nenhuma região alterou sua posição no *ranking* baiano e apenas quatro elevaram sua importância relativa: RMS, Extremo Sul, Baixo Médio São Francisco e Oeste.

Vale observar que o Recôncavo Sul participou no censo de 1980 com 5,99%; no de 1991, com 5,30%; e no de 2000, com 5,24% da população estadual, com crescimento inferior à do Estado e, portanto, como as demais, também não apresentou mudança expressiva no conjunto de residentes do Estado.

A dinâmica da população, quando analisada por subespaço, considera, além das tendências naturais, as diferenças internas referentes ao tamanho do subespaço. Por esse motivo o Recôncavo Sul foi classificado em sete subespaços e observou-se que, nos períodos analisados, apenas quatro municípios apresentaram crescimento negativo: Dom Macedo Costa, Maragogipe, Governador Mangabeira e São Félix. Dos quatro, dois estão localizados em subespaços diferentes, sugerindo tratar-se de situações particulares.

Fig. 15
Cartograma da População Total por Região Econômica
Bahia – 2000.



Fonte: SEI - 2003

4.2.2 Recôncavo Sul

A Região Recôncavo Sul abrigava um contingente de 684.550 habitantes em 2000, detendo cerca de 5,24% da população estadual (13.070.250). De acordo com esses indicadores, era a sexta maior região da Bahia. Sublinhe-se, porém, que, mesmo revelando sucessivo aumento de contingente total, essa região exibiu diminuição contínua de seus níveis de participação no conjunto da população estadual, com taxas de 5,99%, 5,30% e 5,24%, respectivamente em 1980, 1991 e 2000.

Durante os períodos de 1980-1991 e 1991-2000 observou-se que, da mesma forma que o Estado e 12 de suas regiões econômicas desaceleraram seu crescimento anual, o Recôncavo Sul diminuiu suas taxas de crescimento médio anual de 0,96% ao ano e 0,95% ao ano, respectivamente. Além disso, pode-se constatar que, entre os dois períodos, apesar de a Bahia ter apresentado maior desaceleração do ritmo de crescimento populacional do que o Recôncavo Sul, o Estado exibiu sempre um ritmo de crescimento maior do que a região.

Em 2000, o contingente demográfico da região distribuía-se em 10.662 km², apenas 1,88% do território estadual (564.258% km²). Quanto à densidade demográfica, apresentava-se como a segunda maior do Estado, 64,20 hab./km², situando-se acima da média baiana (23,16 hab./km²).

No que tange ao grau de urbanização, a região apresentava-se, no ano de 2000, com 57,97% de sua população residindo em áreas urbanas, percentual inferior ao do Estado (67,12%). Observou-se que houve, entre os anos 1980 e 1991, ampliação dos níveis de urbanização da região, passando de 45,51% para 51,93%, patamares inferiores aos do Estado nos referidos anos (49,29% para 59,12%, respectivamente).

Ao se tratar do ritmo de crescimento urbano, observou-se que, diferentemente das demais regiões da Bahia, a Recôncavo Sul manteve seu patamar de ganhos demográficos entre 1980-1991 e 1991-2000, passando de 2,18% ao ano para 2,19% ao ano. Porém, confirmou a tendência de perdas demográficas rurais experimentadas pelo Estado e na maioria de suas regiões. Desde 1980-1991 já registrava taxa de crescimento médio anual negativa (-0,18% ao ano), que foi acentuada no período seguinte (-0,56% ao ano). Deve-se notar que, entre os dois últimos censos, ocorreram reajustes de limites de áreas urbanas da

Bahia – avançando sobre as rurais –, bem como houve a criação de novos distritos, o que interferiu nos ritmos de crescimento urbano e rural.

O contingente da região, em 2000, encontrava-se distribuído de maneira bastante heterogênea entre os 33 municípios que a compõem. Os de maior porte demográfico eram Santo Antônio de Jesus (77.368 hab.), Santo Amaro (58.414 hab.) e Cruz das Almas (53.049 hab.) que, juntos, representavam 27,58% da população regional. Além desses, havia mais um município com mais de 40 mil habitantes, Maragogipe, e três com mais de 30 mil e menos de 40 mil habitantes – Cachoeira, Muritiba e Amargosa. Um grupo de sete municípios possuía menos de 10 mil habitantes, sendo Dom Macedo Costa o menor da região, com apenas 3.748 habitantes, conforme Tabela 16.

Quanto à área, verificou-se que não havia diferenças muito expressivas entre os municípios, excetuando um grupo de quatro – Jaguaripe, Castro Alves, Ubaíra e Santa Terezinha – que possuíam as maiores porções territoriais da região (acima de 700 km²), representando mais ou menos 30% da área regional total; os demais oscilaram entre 0,85% e 5,38%.

Já as densidades mostraram-se bastante diversificadas. Dentre os municípios, Santo Antônio de Jesus (307,02 hab./ km²) e Cruz das Almas (306,64 hab./ km²) destacavam-se com as maiores densidades do Recôncavo Sul em 2000. Muritiba possuía a terceira maior densidade (276,07 hab./ km²), seguida de um grupo de sete – Governador Mangabeira, Sapeaçu, São Félix, Santo Amaro, Saubara, Nazaré e São Felipe – cujas densidades situavam-se entre 100,0 e 200,0 hab./km². A menor densidade demográfica pertencia a Santa Terezinha (12,25 hab./km²), que possuía a quarta maior área da região (710 km²) e 8.696 habitantes.

Tabela 16**População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica****Recôncavo Sul – 2000.**

Municípios	População	Área		Densidade (hab/km ²)
		(Km ²)	%	
Santo Antônio de Jesus	77.368	252	2,36	307,02
Cruz das Almas	53.049	173	1,62	306,64
Muritiba	30.644	111	1,04	276,07
Governador Mangabeira	17.165	94	0,88	182,61
Sapeaçu	16.450	102	0,96	161,27
São Félix	13.699	96	0,90	142,70
Santo Amaro	58.414	486	4,56	120,19
Saubara	10.193	91	0,85	112,01
Nazaré	26.365	256	2,40	102,99
São Felipe	20.228	198	1,86	102,16
Maragogipe	40.314	436	4,09	92,46
Salinas da Margarida	10.377	118	1,11	87,94
Cachoeira	30.416	398	3,76	76,42
Mutuipe	20.462	273	2,56	74,95
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	214	2,01	72,65
Amargosa	31.108	436	4,09	71,35
Conceição do Almeida	18.912	290	2,72	65,21
Muniz Ferreira	6.941	115	1,08	60,36
Jiquiriça	13.638	236	2,21	57,79
Varzedo	8.673	168	1,58	51,63
São Miguel das Matas	10.020	207	1,94	48,41
Aratuípe	8.381	177	1,66	47,35
Dom Macedo Costa	3.748	91	0,85	41,19
Laje	19.601	498	4,67	39,36
Elísio Medrado	7.860	200	1,88	39,30
Milagres	12.067	308	2,89	39,18
Castro Alves	25.561	764	7,17	33,46
Brejões	15.344	481	4,51	31,90
Ubaíra	20.595	762	7,15	27,03
Itatim	12.700	574	5,38	22,13
Jaguaripe	13.422	891	8,36	15,06
Nova Itarana	6.592	456	4,28	14,46
Santa Terezinha	8.696	710	6,66	12,25
Total	684.550	10.662	100,00	64,20

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: FONSECA, Áurea. 2004.

Em relação ao volume demográfico dos municípios da Região Recôncavo Sul, entre os anos 1980, 1991 e 2000, verificou-se que 21 deles apresentavam evolução constante; 10 apresentavam oscilação, sendo que, dentre esses, seis cresciam no primeiro período e decresciam no segundo, enquanto quatro apresentavam comportamento inverso. Os dois municípios restantes exibiram redução de seu número de habitantes.

Um grupo formado por 12 municípios apresentava número de habitantes acima de 20 mil no ano de 2000. Em sete municípios, as populações situavam-se abaixo de 10 mil habitantes, sendo que apenas um (Dom Macedo Costa) exibia população inferior a 5 mil habitantes. Destacava-se Santo Amaro pelo fato de ser o único com mais de 50 mil habitantes nos três anos censitários.

Constatou-se que, apesar de ter havido aumento populacional em grande parte dos municípios durante o período em foco, houve um leve arrefecimento no ritmo de crescimento regional entre 1980-1991 e 1991-2000, refletindo a diminuição do ritmo de crescimento demográfico identificado em 15 de suas unidades municipais.

Milagres (2,94% a.a.), Saubara (2,71% a.a.), Itatim (2,65% a.a.), Muritiba (2,50% a.a.) e Santo Antônio de Jesus (2,07% a.a.) revelaram imigração líquida em 1991-2000. Desses, apenas o Município de Santo Antônio de Jesus, apesar de arrefecer seu crescimento, possuía ganhos migratórios líquidos também no período 1980-1991. Os demais ampliaram seus níveis de crescimento demográfico: Muritiba apresentava-se sem ganhos ou perdas significativos em 1980-1991; Milagres e Saubara exibiram emigração líquida sem perdas absolutas; e Itatim registrava taxa negativa.

Com crescimento sem ganhos ou perdas significativos, no segundo período, estavam Brejões, Salinas da Margarida, Jiquiriçá, Cruz das Almas, São Félix, Amargosa e Muniz Ferreira. Dentre esses, Brejões, Jiquiriçá e Cruz das Almas já se encontravam sem ganhos ou perdas demográficos no primeiro período. Quatro municípios ampliaram seus ritmos de crescimento. Salinas da Margarida, Amargosa e Muniz Ferreira exibiam emigração líquida em perdas absolutas; e São Félix registrava taxa indicativa de perdas absolutas (-2,02% a.a.).

Em 1991-2000, 13 municípios da região apresentaram emigração líquida sem perda absoluta de população. Note-se que ocorreu uma redução desse número em relação a 1980-1991, quando havia 17 municípios nessa situação. Desse grupo, Varzedo foi o que revelou maior declínio no crescimento, pois no primeiro período experimentou imigração líquida. Cabaceiras do Paraguaçu, nesse período, crescia sem ganhos ou perdas demográficos mais expressivos. Os demais, como se verifica na tabela abaixo, já possuíam taxas compatíveis com perdas líquidas, sendo que São Miguel das Matas e Maragogipe, de 1980 a 1991, demonstraram redução absoluta de moradores.

Comparando-se as taxas de crescimento médio anual dos municípios com a da região, observou-se que no segundo período 21 municípios exibiam taxas inferiores à média regional, enquanto que, no primeiro, eram 17 (ver Tabela 17).

Dos oito municípios com emigração líquida com perdas absolutas de população, em 1991-2000, três apresentavam-se, no período anterior, sem perdas ou ganhos migratórios líquidos – Mutuípe, Santa Terezinha e Jaguaripe; e três registravam taxas indicativas de emigração líquida sem perdas absolutas – Ubaíra, Governador Mangabeira e Castro Alves. Dom Macedo Costa e Nova Itarana foram os únicos municípios que exibiram perdas demográficas absolutas em ambos os períodos analisados (ver Tabela 18).

Tabela 17

População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, por Ordem Decrescente

Recôncavo Sul – 1980-2000.

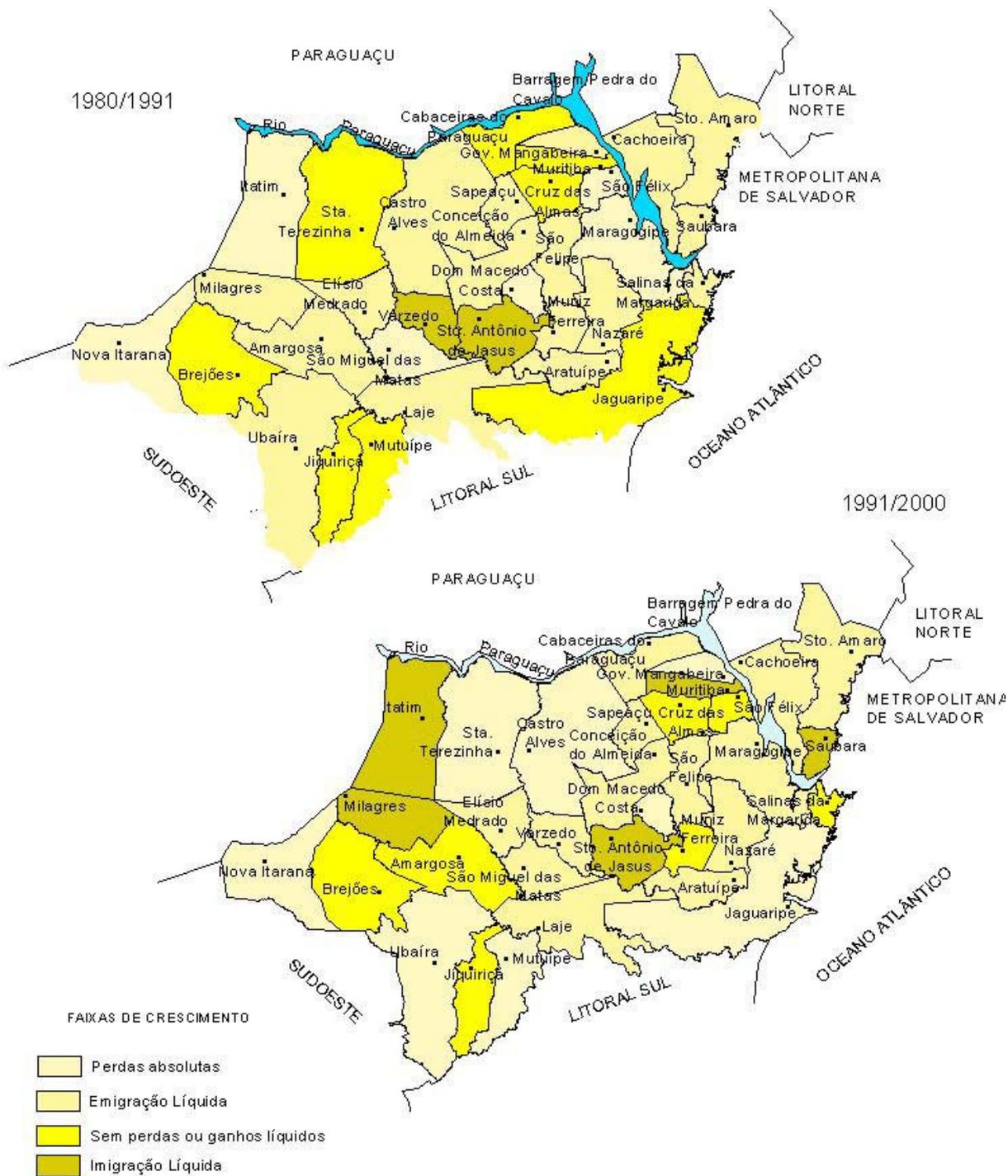
Crescimento/ Municípios	População			Taxa Média Geométrica de Cresc. Anual (%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/00
Sugestivo de Imigração Líquida					
Milagres	9.018	9.298	12.067	0,28	2,94
Saubara	7.437	8.016	10.193	0,68	2,71
Itatim	10.300	10.039	12.700	-0,23	2,65
Muritiba	19.232	24.534	30.644	2,24	2,50
Santo Antônio de Jesus	46.784	64.331	77.368	2,94	2,07
Sem Perdas ou Ganhos Migratórios Líquidos Significativos					
Brejões	10.634	13.041	15.344	1,87	1,82
Salinas da Margarida	7.766	8.891	10.377	1,24	1,73
Jiquiriçá	9.358	11.763	13.638	2,10	1,66
Cruz das Almas	38.358	45.858	53.049	1,64	1,63
São Félix	15.243	12.182	13.699	-2,02	1,31
Amargosa	25.211	28.026	31.108	0,97	1,17
Muniz Ferreira	6.049	6.280	6.941	0,34	1,12
Sugestivo de Emigração Líquida					
Aratuípe	7.475	7.811	8.381	0,40	0,79
Cabaceiras do Paraguaçu	11.890	14.523	15.547	1,84	0,76
Cachoeira	27.953	28.290	30.416	0,11	0,81
Conceição do Almeida	18.407	18.542	18.912	0,07	0,22
Elísio Medrado	7.713	7.839	7.860	0,15	0,03
Laje	15.732	18.319	19.601	1,39	0,75
Maragogipe	41.260	38.811	40.314	-0,55	0,42
Nazaré	23.599	25.954	26.365	0,87	0,17
Santo Amaro	50.494	54.160	58.414	0,64	0,84
São Felipe	17.667	20.107	20.228	1,18	0,07
São Miguel das Matas	9.777	9.311	10.020	-0,44	0,82
Sapeaçu	12.939	15.192	16.450	1,47	0,89
Varzedo	6.378	8.662	8.673	2,82	0,01
Emigração Líquida com Perdas Absolutas de População					
Mutuípe	17.327	20.491	20.462	1,54	-0,02
Nova Itarana	6.992	6.636	6.592	-0,47	-0,07
Ubaíra	18.208	20.809	20.595	1,22	-0,11
Santa Terezinha	6.982	8.860	8.696	2,19	-0,21
Jaguaripe	10.874	13.840	13.422	2,22	-0,34
Governador Mangabeira	17.004	17.859	17.665	0,45	-0,44
Dom Macedo Costa	5.472	3.904	3.748	-3,02	-0,45
Castro Alves	26.582	26.773	25.561	0,07	-0,51
Total	566.115	628.952	684.550	0,96	0,95

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Fig. 16

**Cartograma do Crescimento Demográfico da População Total por Município
Região Recôncavo Sul – 1980-2000**



Fonte: SEI - 2002
Atualização: Fonseca Soares - 2004

Tabela 18**Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região por Ordem Decrescente****Recôncavo Sul – 1980-2000.**

Municípios	Participação no Estado (%)		
	1980	1991	2000
Santo Antônio de Jesus	8,26	10,23	11,30
Santo Amaro	8,92	8,61	8,53
Cruz das Almas	6,78	7,29	7,75
Maragogipe	7,29	6,17	5,89
Amargosa	4,45	4,46	4,54
Muritiba	3,40	3,90	4,48
Cachoeira	4,94	4,50	4,44
Nazaré	4,17	4,13	3,85
Castro Alves	4,70	4,26	3,73
Ubaita	3,22	3,31	3,01
Mutuípe	3,06	3,26	2,99
São Felipe	3,12	3,20	2,95
Laje	2,78	2,91	2,86
Conceição do Almeida	3,25	2,95	2,76
Governador Mangabeira	3,00	2,84	2,59
Sapeaçu	2,29	2,42	2,40
Cabaceiras do Paraguaçu	2,10	2,31	2,27
Brejões	1,88	2,07	2,24
São Félix	2,69	1,94	2,00
Jiquiriçá	1,65	1,87	1,99
Jaguaripe	1,92	2,20	1,96
Itatim	1,82	1,60	1,86
Milagres	1,59	1,48	1,76
Salinas da Margarida	1,37	1,41	1,52
Saubara	1,31	1,27	1,49
São Miguel das Matas	1,73	1,48	1,46
Santa Terezinha	1,23	1,41	1,27
Varzedo	1,13	1,38	1,27
Aratuípe	1,32	1,24	1,22
Elísio Medrado	1,36	1,25	1,15
Muniz Ferreira	1,07	1,00	1,01
Nova Itarana	1,24	1,06	0,96
Dom Macedo Costa	0,97	0,62	0,55
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI - 2003

Adaptação: FONSECA, Áurea. 2004

Quanto à participação do contingente de cada município no Recôncavo Sul, evidenciou-se que, juntos, os três mais populosos (Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro e Cruz das Almas) representaram, nos anos censitários em foco, sempre mais que 20% do conjunto da região. Em 2000, somavam 27,58%, sendo que o maior (Santo Antonio de Jesus) detinha 11,30% da população regional. Havia, ainda, sete municípios com populações entre 3% e 6%, ou 30% do total; 21 com percentual de moradores entre 1% e 3%, abrangendo

40,95% do total, e dois municípios com menos de 1% de participação, abrangendo apenas 1,51% do conjunto da população regional. Ressalte-se que houve uma variação pouco expressiva nos pesos relativos dos municípios, sem alterações significativas de um censo a outro.

4.3 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Ao tempo em que se processavam transformações nos mecanismos endógenos da reprodução demográfica, a Bahia vivenciava modificações significativas nos movimentos migratórios, os quais apresentaram importância crescente na determinação da expansão demográfica baiana desde pelo menos a década de 1940. Nesse período, a Bahia registrou saldos migratórios negativos, indicando que a saída de pessoas do Estado foi superior à entrada de novas pessoas no conjunto da população baiana. Esse fenômeno, também denominado de emigração líquida, contribuiu para arrefecer o ritmo de crescimento total da população baiana.

Conforme destaca Souza (1985), a emigração de baianos para outros estados brasileiros assume proporções mais significativas em anos que antecederam a 1940, pois nesse ano já era expressiva a quantidade de naturais do Estado da Bahia recenseados em outras unidades da Federação. Tomando por base o número de baianos residentes em outros Estados Brasileiros, Souza, estima que, entre 1940/1980, deixaram a Bahia para residir em outras unidades da Federação pelo menos 1.566.814 pessoas. Assim, em 40 anos, a Bahia perdeu um contingente populacional equivalente ao da cidade de Salvador em 1980, sendo que 40% dessa emigração acumulada se verificou na última década. A distribuição dos emigrantes baianos entre as várias décadas do período, assim como o incremento relativo em cada década e a composição por sexo dos fluxos migratórios acumulados encontram-se relacionados na tabela abaixo.

Tabela 19**Emigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Emigração em Cada Década****Bahia – 1940-1980.**

Ano do Censo	Emigração Acumulada						Estimativa da Emigração na Década		
	Total	Homens		Mulheres		Incremento Relativo		Período	Número
		Número	%	Número	%	Período	%		
1940	-338.685	-195.652	57,76	-143.033	42,23				
1950	-425.806	-248.679	58,40	-177.127	41,60	40/50	25,7	40/50	-87.121
1960	-809.165	-446.351	55,16	-362.814	44,84	50/60	90,0	50/60	-383.359
1970	-1.274.831	-677.635	53,15	-597.196	46,85	60/70	57,6	60/70	-465.666
1980	-1.905.499	-967.237	50,76	-938.262	49,24	70/80	49,5	70/80	-630.668
								40/80	-1.566.814

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Como se observa na tabela acima, o volume da emigração se expandiu sistematicamente, ao longo do período analisado, embora numa velocidade cada vez menor. Os contingentes acumulados da emigração revelam uma predominância masculina, que vem se reduzindo a cada ano censitário. Tal fato reflete as alterações na composição por sexo dos movimentos decenais, nos quais a proporção masculina vem decaindo sistematicamente, chegando na década de 1970 a registrar uma predominância feminina, a qual se intensifica na década seguinte.

No que se refere à composição etária dos emigrantes baianos, há uma predominância dos grupos situados entre 15-50 anos, que constitui o principal período de vida ativa e reprodutiva dos indivíduos. No entanto, a representatividade desses grupos se reduziu, entre 1940/1980, com o envelhecimento sistemático dos fluxos migratórios, expresso no aumento da proporção dos grupos etários acima de 50 anos.

A grande maioria desses emigrantes baianos se dirigia para o Sudeste brasileiro, sobretudo para São Paulo, o que fez com que a Bahia se tornasse o principal centro nordestino emissor de população para essa região. Tomando por base o contingente total de emigrantes entre 1940 e 1980, que corresponde à emigração acumulada, Souza (1985) observa que o Sudeste concentrava a maioria dos emigrantes baianos recenseados em outros estados, numa proporção que oscilou entre cerca de 74% a 68% em cada ano censitário. Entre os residentes no Sudeste, a representatividade de São Paulo variou entre 61% e 75%.

O desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro é um dos fatores explicativos comumente apontados pelos especialistas para a intensa transferência de baianos para essa região. No entanto, a emigração não pode ser entendida apenas pelos fatores externos, já que é necessário situá-la no contexto das transformações sociais e econômicas ocorridas na Bahia, sobretudo em suas áreas rurais, de onde partiu a maioria dos fluxos migratórios com trajetórias circunscritas ao interior do Estado ou dirigidas a outras unidades da Federação.

Conforme as considerações iniciais, os movimentos migratórios não são meros reflexos da economia local, mas encontram-se relacionados a processos mais gerais da sociedade, que envolvem tanto a esfera econômica como a social, a cultura e a política.

Assim, percebe-se que as relativas melhorias na estrutura econômica do Estado, efetivadas a partir da segunda metade do século XX, não foram suficientes para compensar as contradições inerentes ao modelo econômico vigente e estimular a permanência da população no território baiano. As transformações ocorridas resultaram, entre outros fatores, numa profunda desestruturação do sistema produtivo das áreas rurais do Estado, onde se concentrava a maioria da população residente. Esse processo acabou por inviabilizar a permanência no campo de um contingente significativo de pessoas, que, sem alternativa, vêm-se impelidas a mudar do local de residência em busca de melhores oportunidades de trabalho e de qualidade de vida.

Os movimentos de saída de pessoas do Estado da Bahia para fixar residência em outras unidades da Federação deram o tom da dinâmica exógena do crescimento demográfico baiano, entre as décadas de 1940 a 1980. Entretanto, isso não significa que os movimentos no sentido inverso fossem inexpressivos. Ao contrário, a transferência de pessoas para o Estado da Bahia desempenhou um papel significativo na dinâmica demográfica baiana, nem tanto por causa dos volumes de movimentos imigratórios, mas, sobretudo, por suas repercussões sócio-demográficas no conjunto da população baiana.

Em 1980, foram recenseadas na Bahia cerca de 480 mil pessoas não nascidas no Estado, o que representava 5% da população residente naquele ano. Esse percentual relativamente pequeno se refere não ao conjunto de pessoas que imigraram para o Estado, mas, sim, àquelas pessoas que fixaram residência e permaneceram no território baiano até a data do Censo de 1980. Trata-se, portanto, de um contingente residual resultante de fluxos

originados em outros estados, no qual não estão computados os que deixaram a Bahia depois de ter aqui residido por um tempo e os que faleceram antes da data do Censo. Assim, pode-se afirmar que os movimentos de imigração foram mais intensos do que revelam os saldos acumulados.

Além disso, tais dados não incorporaram a imigração de baianos que residiam fora do Estado, a chamada imigração de retorno. Embora não existam informações quantitativas seguras sobre esses movimentos, Souza (1985) avalia que a Bahia incorporou, entre 1970/1980, aproximadamente 288.858 pessoas, sendo 189.076 naturais de outros estados e 99.782 naturais da Bahia.

Os maiores volumes de imigração foram registrados na década de 1970, quando cresce muito a proporção de imigrantes para a Bahia. Nessa década imigraram 189.076 pessoas, que representam 50,7% do contingente residual e acumulado dos imigrantes transferidos para a Bahia entre 1940 e 1980. Essa maior intensidade da imigração para o Estado em 1970 parece ser decorrente não apenas da dinamização da economia baiana, mas também do fechamento de alternativas para a incorporação de migrantes, ocorrido em outros estados brasileiros, como sublinha Souza (1985). A Tabela 20 mostra a imigração acumulada e a estimativa da imigração em cada década entre 1940/1980.

Tabela 20

Imigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Imigração em Cada Década Bahia – 1940-1980.

Ano do Censo	Imigração Acumulada					Incremento Relativo	Estimativa da Imigração na Década
	Total	Homens		Mulheres			
		Número	%	Número	%		
1940	107.071	56.387	52,7	50.684	47,3		
1950	143.263	77.259	53,9	66.004	46,1	33,8	36.192
1960	231.859	119.845	51,7	112.014	48,3	61,8	88.596
1970	290.792	149.145	51,3	141.647	48,7	25,4	58.933
1980	479.868	243.839	50,8	236.029	49,2	65,0	189.076

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Os principais fluxos migratórios para a Bahia se originaram no interior da Região Nordeste e, em menor escala, no Sudeste brasileiro. A contribuição relativa do Nordeste nos movimentos de imigração oscilou, no período analisado, entre 75% e 62% do total de

imigrantes, ao passo que a proporção de pessoas procedentes do Sudeste se elevou em 1960, reduzindo-se um pouco nas décadas seguintes, à medida que a imigração de outros estados tornou-se mais expressiva, embora sem qualquer equivalência com as duas regiões comentadas anteriormente.

A imigração dos estados nordestinos para a Bahia foi tão intensa que o Estado apresentou saldos positivos nos movimentos intra-regionais, ou seja, ganhou população nas trocas com os demais estados nordestinos. Esses imigrantes se dirigiram em sua maioria para as áreas urbanas, em particular para a capital baiana, cuja microrregião concentrava 26% dos imigrantes de outros estados recenseados em 1980. Para aí também convergia uma expressiva quantidade de imigrantes provenientes do interior da Bahia, sobretudo de suas áreas rurais e de cidades de menor porte. Muitas vezes a imigração para Salvador representava uma etapa na trajetória empreendida pelo migrante rumo ao Sudeste do País. Assim, Salvador registrou, ao longo do período analisado, ritmos de crescimento bastante superiores aos do conjunto do Estado e demais municípios baianos.

Observa-se que os movimentos de imigração, embora fossem bem menos expressivos do que os de emigração, contribuíram para o processo de urbanização do Estado da Bahia e para transformações sócio-demográficas em determinados subespaços regionais. Na área rural do Estado, o impacto da imigração também foi significativo, como ressalta Souza (1985) ao apontar a substituição de população que estaria ocorrendo nessas áreas na década de 1970, quando se intensificou a perda líquida de população rural e um contingente expressivo de pessoas vindas de outros estados (33,5% do total de imigrantes) passou a residir nessas áreas. Tal processo encontra-se relacionado às mudanças sociais e econômicas que vêm se processando nesse âmbito da realidade baiana, e que foram particularmente aceleradas nessa década, na qual se observa um maior dinamismo em algumas áreas interioranas.

O aumento expressivo dos movimentos de imigração para o Estado da Bahia associado ao menor ritmo de crescimento dos movimentos de saída de baianos para outras unidades da Federação propiciou uma redução da razão entre os movimentos de emigração e imigração no Estado. Assim, o volume da imigração, que chegou a ser oito vezes menor do que o volume de emigração entre 1960/1970, passou a ser três vezes inferior ao volume de saídas de baianos para outros estados entre 1970/1980 (SOUZA, 1985).

Como conseqüência da articulação entre esses movimentos de sentidos contrários, observa-se um arrefecimento do ritmo de crescimento dos saldos migratórios, entre 1950/1980, a ponto de o saldo registrado na última década desse período ter sido apenas um pouco superior ao da década anterior, como demonstra a Tabela 21. No entanto, as perdas demográficas líquidas continuaram bastante expressivas, tendo passado de um volume inferior a 250 mil pessoas em 1940 para quase 1 milhão e 500 mil pessoas em 1980.

Tabela 21

Saldos Migratórios Acumulados Por Sexo e Saldos Migratórios da Década

Bahia – 1940-1980.

Ano (até)	Total	Sexo		Incremento Relativo %	Década	Estimativa da Migração na Década
		Masculino	Feminino			
1940	-231.614	-139.265	-92.349			
1950	-282.546	-171.420	-11.126	21,99	40/50	-50.932
1960	-577.306	-326.506	-250.800	104,32	50/60	-294.760
1970	-984.039	-526.490	-374.420	70,45	60/70	-406.733
1980	-1.425.631	-723.398	-720.233	44,88	70/80	-441.592

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Os impactos dos movimentos migratórios se expressam, entre outros fatores, na elevação sistemática da Razão de Sexo da população baiana ocorrida entre 1950/1980. Essa razão, que era baixa na década de 1950 – 94,8 homens para cada 100 mulheres –, condizente com uma emigração líquida predominantemente masculina, passou para 97,5 homens para cada 100 mulheres em 1980, atingindo um nível considerado próximo ao equilíbrio entre os sexos.

Com as estimativas obtidas sobre os saldos migratórios pode-se perceber que o crescimento vegetativo foi o principal componente a definir o ritmo geral de expansão demográfica baiana. Essa expansão teria sido maior se as perdas líquidas não implicassem reduções de contingentes populacionais num ritmo de -0,36% ao ano entre 1950/60, de -0,26% ao ano entre 1960/70 e de -0,13% ao ano entre 1970/80.

Ainda não se dispõem de estimativas precisas sobre quais os componentes demográficos que estariam atuando de maneira mais incisiva na expansão demográfica baiana na conjuntura mais recente, entre 1991-2000.

4.4 CRESCIMENTO TOTAL

O crescimento vegetativo, resultante do jogo conjugado entre a fecundidade e a mortalidade, se manteve superior ao crescimento total da população baiana ao longo de todo o período analisado. Assim, se não fossem as perdas demográficas líquidas interestaduais, a Bahia teria crescido num ritmo anual de 2,38% ao ano entre 1950/60, de 2,65% ao ano entre 1960/70 e de 2,48% ao ano entre 1970/80, e teria alcançado o contingente próximo de 11 milhões de habitantes em 1980. Mas o crescimento observado a partir dos censos foi de 2,04% ao ano entre 1950/60, de 2,39% ao ano entre 1960/70, e de 2,35% entre 1970/80, e a população recenseada em 1980 foi de 9.454.346 habitantes. A diferença entre essas duas taxas pode ser atribuída às perdas migratórias líquidas de cada década, que até 1980 correspondem a 1.425.631 pessoas (SOUZA, 1985).

Tabela 22

**Taxas de Crescimento Total e Crescimento Vegetativo
Bahia – 1950-1980.**

Período	Crescimento Médio Anual Total (% ao ano)	Crescimento Vegetativo Médio Anual (% ao ano)
1950/1960	2,04	2,38
1960/1970	2,39	2,25
1970/1980	2,35	2,48

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Embora não se disponha de estimativas precisas sobre quais os componentes demográficos que estariam atuando de maneira mais incisiva na expansão demográfica baiana na conjuntura mais recente, entre 1991-2000, conforme citado anteriormente, sabe-se que os componentes endógenos da reprodução demográfica, fecundidade e mortalidade, continuam a registrar tendências declinantes. Os estudos de projeção da população baiana realizados pelo IBGE em parceria com a SEI apontam que a fecundidade estaria situada, no ano de 2000, num patamar de 2,3 filhos por mulher, e que esta tenderia a diminuir para 1,98 filho por mulher em 2015.

No que se refere aos movimentos migratórios, há uma grande carência de informações sobre a realidade baiana na última década. Os estudos realizados sobre esse

período se reportam mais à Região Nordeste como um todo ou ao conjunto do Brasil. Esses estudos apontam uma série de modificações nos movimentos migratórios, tais como o fim da expansão das fronteiras agrícolas, a redução dos movimentos de imigração para as grandes metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, e o crescimento da emigração nesses grandes centros com destino ao Nordeste, fenômeno designado como imigração de retorno.

No entanto, alguns dados e análises ainda são contraditórios e a Bahia é vista como um caso não muito típico nem no conjunto do Nordeste nem entre as regiões metropolitanas. Os saldos migratórios da década de 1990 sugerem uma pequena expansão das perdas migratórias líquidas, e o crescimento da Região Metropolitana se mantém um pouco acima do das demais regiões metropolitanas, embora apresente tendências em comum a estas, tais como a periferação.

Pensando em hipóteses sobre os componentes demográficos nos municípios e regiões entre 1991-2000, observa-se que apesar das limitações existentes, pode-se inferir sobre quais os componentes que estariam influenciando mais decisivamente o crescimento total do Estado e de seus subespaços entre 1991-2000. Para tanto, convém observar que o crescimento global de uma população aberta reflete a correlação entre os quatro componentes demográficos – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração –, sendo definido como a soma do crescimento vegetativo com o saldo migratório.

Tomando-se por base as estimativas preliminares para o crescimento vegetativo na Bahia, e sabendo-se que o crescimento total da população baiana, entre 1991-2000, foi de 1,08% ao ano, pode-se levantar a hipótese de que o crescimento vegetativo esteve variando entre 1% e 1,99% ao ano no período de 1991-2000. O limite inferior dessa faixa, 1% ao ano, leva em conta estimativas preliminares de crescimento vegetativo para a Bahia, em torno de 1,35% ao ano, e parece compatível com o crescimento da população total da Bahia, de 1,08% ao ano, na mesma conjuntura, sabendo-se que a Bahia é um Estado com emigração líquida.

Portanto, pode-se admitir, com base nessa hipótese, que os municípios que apresentaram uma taxa de crescimento médio anual de 1% e 1,99% ao ano, estariam na faixa estipulada para o crescimento vegetativo no Estado, indicando que os movimentos

migratórios não foram significativos para a expansão demográfica dos municípios, ou seja, os movimentos de imigração devem ter sido compensados pelos de emigração.

Os municípios que apresentaram taxas de crescimento demográfico médio anual de 2% ao ano e mais devem estar submetidos a saldos migratórios positivos ou à imigração líquida, com significado tanto maior quanto mais alta a taxa de crescimento.

E, finalmente, os municípios que registraram taxas de crescimento demográfico médio anual inferior a 1% ao ano estiveram submetidos a saldos migratórios negativos ou emigração líquida com significado tanto maior quanto mais baixa a taxa correspondente. As taxas de crescimento médio anual negativas, ou inferiores a 0,0% ao ano, expressam perdas absolutas de população nos municípios; já as taxas situadas entre 0,0% e 1,0% ao ano indicam que a emigração líquida não foi capaz de anular completamente a expansão demográfica resultante da reprodução endógena da população, ou seja, apesar das perdas populacionais decorrentes dos movimentos migratórios, a população apresentou um aumento absoluto no período intercensitário.

CAPÍTULO 5. O ESTADO DA POPULAÇÃO

As mudanças nas tendências dos componentes demográficos do crescimento, em função das alterações nos níveis de mortalidade, fecundidade, imigração e emigração definem, na sua combinação, o ritmo de crescimento da população estudada, como também sua estrutura etária.

É fundamental o entendimento de que a conformação da estrutura etária numa população aberta, sujeita à entrada e à saída de pessoas através de movimentos migratórios, depende fundamentalmente de como se conjugam os mecanismos determinantes do ritmo de crescimento demográfico – fecundidade, mortalidade, imigração e emigração.

Entre os componentes demográficos, os mais efetivos na definição dos contornos básicos da estrutura etária da população são a fecundidade e a mortalidade. Os níveis de fecundidade estabelecem o tamanho das novas gerações que vão se constituindo, já os de mortalidade demarcam as possibilidades de sobrevivência dos indivíduos de diferentes gerações. Os movimentos de imigração e de emigração acentuam ou atenuam a influência dos dois outros componentes, tanto sobre o ritmo de crescimento quanto sobre a estrutura por idade e sexo.

5.1 TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DOS COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA BAIANA NO SÉCULO XX: EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA ETÁRIA

Ao definir a transição demográfica baiana como o processo através do qual emergem e se consolidam novos padrões de reprodução demográfica no Estado, diferentes dos predominantes até a primeira metade, aproximadamente, do século XX, Souza e Muricy (2001) a situa, atualmente, num estágio avançado, após ter-se historicamente, desdobrado em dois grandes movimentos, não lineares, e com diferentes características e transcurso temporais. Tais movimentos, caracterizadores de mudanças estruturais na dinâmica demográfica estadual, constituem, respectivamente, dois modos gerais e distintos de articulação entre os elementos componentes do crescimento vegetativo e migratório cujos traços gerais são apresentados de maneira simplificada a seguir.

Apesar da antiguidade do início da transição demográfica baiana, remetida pelo menos ao começo do século XX, os impactos mais expressivos na estrutura etária só se verificam a partir da década de 1940; portanto, para efeito da constituição de um quadro sintético e aproximado das principais alterações na estrutura etária por conta da transição demográfica, toma-se como ponto de partida o ano de 1940. Assim, as tendências da fecundidade e da mortalidade no período 1940-1970 impactam sobre as gerações de mais de 30 anos de idade em 2000, numa mesma direção, ou seja, no sentido de aumentar sua expressão numérica no conjunto da população residente baiana. As gerações cujos sobreviventes, em 2000, possuíam idades superiores a 30 anos, aproximadamente, foram concebidas num quadro em que a dinâmica demográfica baiana de então produzia altos níveis de mortalidade e fecundidade, vigorando entre segmentos sociais de menor expressão numérica, e maior escolaridade, níveis de fecundidade e mortalidade mais baixos.

É importante colocar que, desde pouco antes de 1940, até aproximadamente 1970, prevaleceu uma composição etária muito jovem em função do comportamento da fecundidade e da mortalidade.

A partir de 1920 houve um aumento persistente da fecundidade em que o número de nascimentos tendeu a ser cada vez maior ao longo do período. O declínio da mortalidade infantil e geral, por sua vez, garantiu índices de sobrevivência cada vez mais altos. Em conseqüência, as gerações de sobreviventes que chegaram em 2000 com idades de 40 a 44 anos, por exemplo, (nascidas entre 1956 e 1960) tenderam a ser mais numerosas do que as gerações que alcançaram tais idades em 1980 ou em 1991. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a todos os grupos etários com idades superiores a 30 anos em 2000.

O mesmo não se pode dizer em relação à tendência da migração no Estado, que contribuiu para o arrefecimento dos efeitos (positivos) sobre o tamanho das gerações, produzidos pelas tendências da fecundidade e da mortalidade.

Assim, os movimentos dos componentes do crescimento demográfico - fecundidade, mortalidade e migrações – principalmente de 1940 a 1970, não definem apenas a tendência de elevação das taxas de crescimento demográfico e, em especial, do crescimento vegetativo, mas produzem alterações na própria estrutura etária da população residente no Estado, que passa a experimentar um processo progressivo de rejuvenescimento, exibindo proporções de

crianças de 0–14 anos de mais de 45% e apresentando reduções significativas no peso de jovens e adultos de 15-64 anos no conjunto da população, que se vê reforçada pela acentuação da emigração para fora do Estado, sobretudo de pessoas em idade ativa, com destaque para as do sexo masculino, conforme pirâmides abaixo.

Um segundo movimento, ainda em curso, ocorre a partir da segunda metade da década de 1960, firmando-se, sobretudo, a partir de 1970, quando são concebidas as gerações cujos sobreviventes, em 2000, possuíam, em termos aproximados, idades inferiores a 30 anos. A partir de então, verifica-se uma tendência de declínio persistente das taxas de crescimento demográfico do Estado que resulta, principalmente, da queda continuada das taxas de crescimento vegetativo, por conta da trajetória declinante das taxas de fecundidade. Os níveis de mortalidade seguiam seu percurso de queda, mais acentuado entre 1970 e 1991, e o componente migratório passa a esboçar uma tendência à constituição de saldos migratórios negativos progressivamente menores. Desse modo, diminui a emigração líquida do Estado, em oposição à tendência a sua intensificação no período de 1930 a 1970.

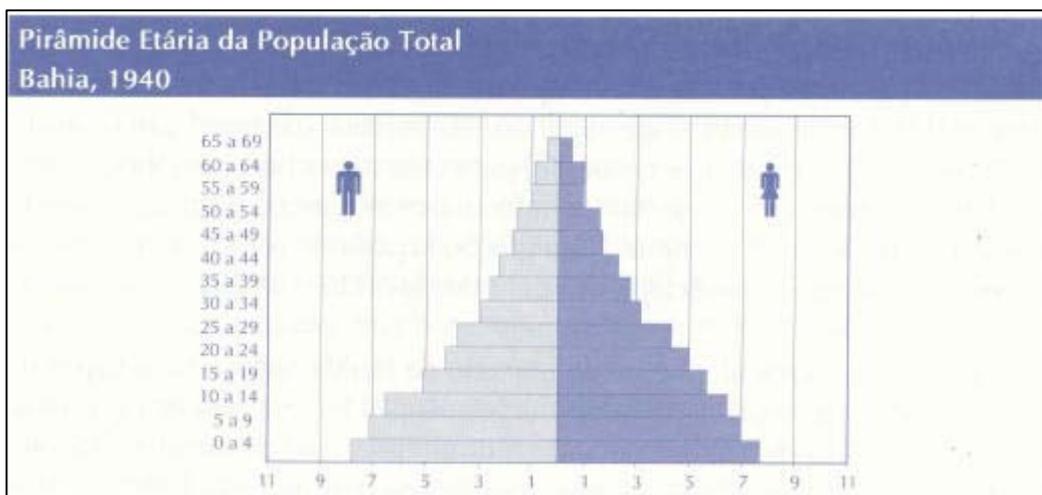
Em decorrência particularmente do impacto da rápida redução nos níveis de fecundidade, a composição etária da população baiana começa a passar, sobretudo a partir da década de 1980, por um processo de envelhecimento, contrariamente à tendência ao rejuvenescimento do período 1940-1970. Esse processo se revela na redução do peso de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na população, conforme gráfico abaixo (43,9%; 39,7% e 32% em 1980, 1991 e 2000, respectivamente), particularmente mais acentuada entre 1991-2000, e no aumento das proporções das populações, adulta em idade ativa (51,9%; 55,5% e 62,3%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente) e idosa (4,2%; 4,8% e 5,7%, em 1980, 1991 e 2000, respectivamente). Observe-se que os aumentos mais significativos em termos de participação das populações em idade ativa e idosa ocorrem nos anos 1990.

O declínio acentuado dos níveis médios de fecundidade do Estado, desde 1970, produz uma diminuição sistemática do tamanho das novas gerações. Tal diminuição só não é mais significativa por causa do arrefecimento dos fluxos de emigração para fora do Estado, que retiravam da Bahia um bom número de adultos jovens. Como o declínio da fecundidade vem se verificando de modo mais rápido nas áreas urbanas, especialmente nas maiores cidades, a aceleração do processo de urbanização, depois de 1970, trouxe um reforço à radicalização desse movimento amplo de transformação demográfica estrutural.

De 1940 até 1980 a pirâmide do Estado vinha mantendo certa estabilidade apresentando basicamente a mesma forma: ampla em sua base e estreita no topo. Ao longo desse período e, particularmente até 1970, tal forma vai, inclusive, se acentuando.

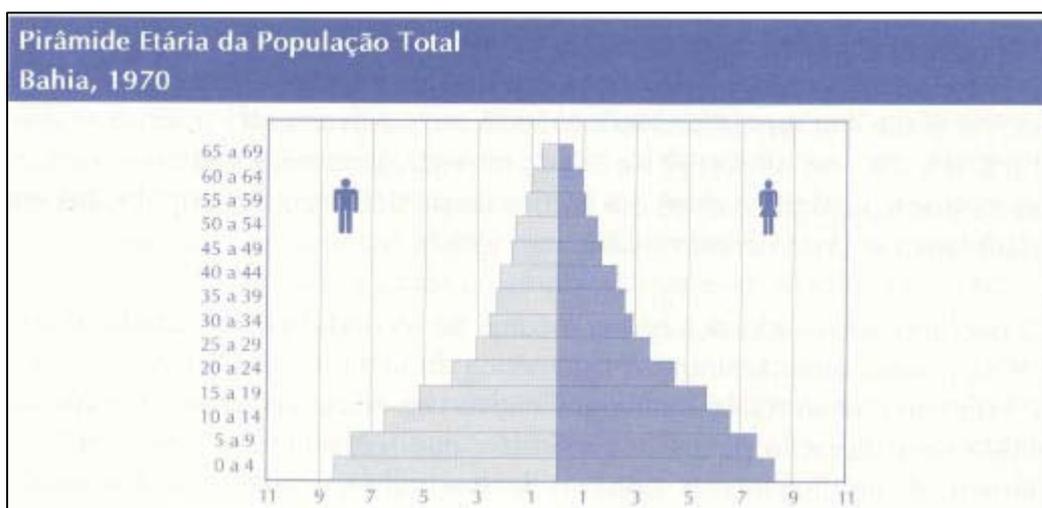
Perde-se tal estabilidade a partir da década de 1980, quando a redução no tamanho das novas gerações que nascem no período vai expressar-se, na pirâmide de 1991, no estreitamento da base.

Fig. 17



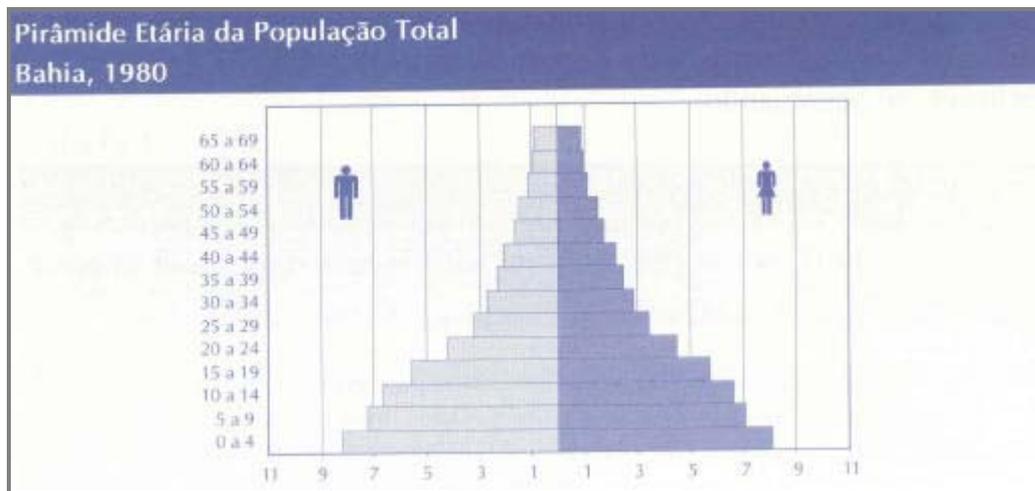
Fonte: SEI – 2003

Fig. 18



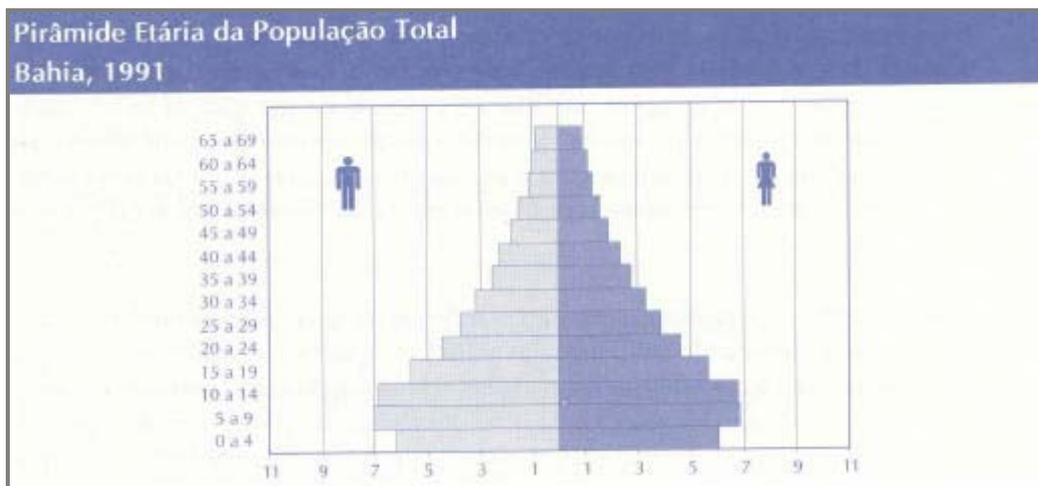
Fonte: SEI – 2003

Fig. 19



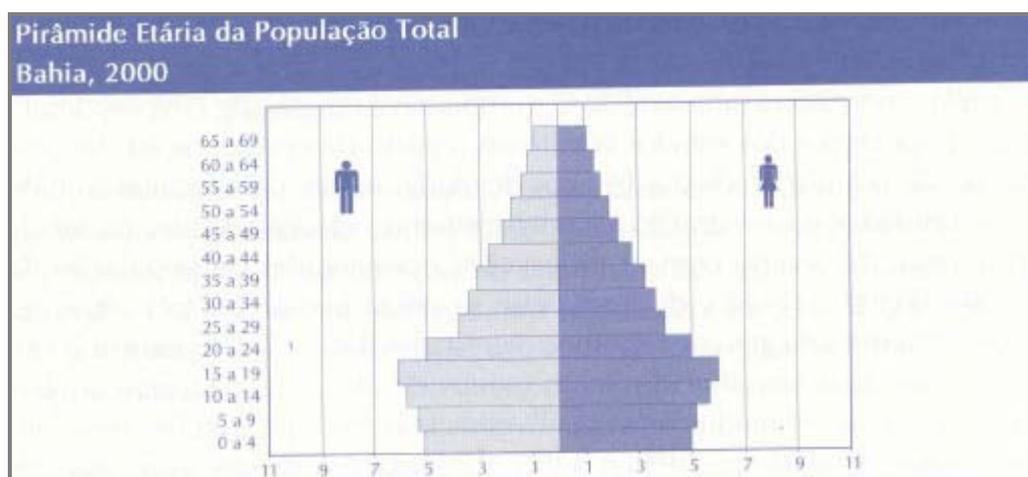
Fonte: SEI – 2003

Fig. 20



Fonte: SEI – 2003

Fig. 21



Fonte: SEI – 2003

Tabela 23

Distribuição da População Residente por Grupo de Idade e Taxa Média Geométrica de Crescimento Médio Anual
Bahia – 1980-2000.

Grupos Etários	População (em mil)				Distribuição %				Taxas de Crescimento		
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00
0 – 4	1.263,5	1.538,7	1.450,6	1.316,9	16,86	16,28	12,22	10,08	1,99	-0,53	-1,07
5 – 9	1.145,8	1.354,6	1.641,5	1.367,6	15,29	14,33	13,83	10,46	1,69	1,76	-2,01
10 – 14	986,5	1.257,3	1.618,1	1.494,4	13,17	13,30	13,63	11,43	2,45	2,32	-0,88
0 – 14	3.395,8	4.150,7	4.710,2	4.179,0	45,32	43,90	39,69	31,97	2,03	1,16	-1,32
15 – 19	822,1	1.067,4	1.341,8	1.584,7	10,97	11,29	11,31	12,12	2,65	2,10	1,87
20 – 24	643,7	819,1	1.074,0	1.314,4	8,59	8,66	9,05	10,06	2,44	2,49	2,27
25 – 29	490,6	628,7	899,2	1.019,0	6,55	6,65	7,58	7,80	2,51	3,31	1,40
30 – 34	405,6	523,8	761,5	924,2	5,41	5,54	6,42	7,07	2,59	3,46	2,17
35 – 39	364,2	451,6	628,8	829,8	4,86	4,78	5,30	6,35	2,17	3,06	3,13
40 – 44	327,3	406,4	545,5	707,0	4,37	4,30	4,60	5,41	2,19	2,71	2,92
45 – 49	256,4	318,0	435,2	569,6	3,42	3,36	3,67	4,36	2,18	2,89	3,04
50 – 54	228,3	283,8	365,3	478,2	3,05	3,00	3,08	3,66	2,20	2,32	3,04
55 – 59	173,7	214,3	289,4	386,5	2,32	2,27	2,44	2,96	2,12	2,77	3,27
60 – 64	147,8	184,9	250,2	328,0	1,97	1,96	2,11	2,51	2,27	2,79	3,06
15 – 64	3.859,7	4.898,1	6.591,0	8.141,4	51,51	51,81	55,54	62,29	2,41	2,74	2,38
65 – 69	92,8	171,8	203,9	251,6	1,24	1,82	1,72	1,92	6,35	1,57	2,36
70 e +	45,1	233,8	362,8	498,3	1,94	2,47	3,06	3,81	4,88	4,08	3,59
65 ou +	238,0	405,6	566,7	749,9	3,18	4,29	4,78	5,74	5,48	3,09	3,16
BAHIA	7.493,4	9.454,3	11.868,0	13.070,3	100,00	100,00	100,00	100,00	2,35	2,09	1,08

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004.

Conforme a Tabela acima, a população de 0 a 14 anos de idade cresceu até 1991, embora o percentual de participação fosse claramente decrescente (43,90% e 39,69% em 1980 e 1991, respectivamente), dada a evidente atenuação no ritmo do crescimento, tal como indicado pela taxa de 1,16% ao ano entre 1980-1991.

Em 1991, a população com idades entre 0 a 14 anos do Estado totalizava cerca de 4.710 milhões de crianças e adolescentes; em 2000, este contingente se reduzia a 4.179 milhões, evidenciando assim, uma descontinuidade no movimento ascendente do volume da população, que passa então a exprimir um movimento declinante; uma acentuação na perda de participação percentual deste segmento no total da população residente, que cai de 39,69% em 1991 para 31,97% em 2000; profundo declínio no ritmo de crescimento, com apresentação de taxa negativa no período mais recente (-1,32% ao ano entre 1991-2000) que significa, efetivamente, uma retração no volume de população integrante do segmento.

Quando considerada a evolução dos três grupos quinquenais do segmento, observa-se que: os grupos de 0-4 e 5-9 já apresentavam diminuição nos percentuais respectivos de participação desde o início do período até o seu final; em 1980 apresentavam taxas positivas, indicando que continuavam tendo aumentos no seu quantitativo populacional; em 1991, a população de 0-4 anos de idade era menor do que a de 1980 e que em 2000, a população desse grupo diminuiu ainda mais (passando de 1450,6 milhões para 1.316,9 milhões de pessoas). A taxa de crescimento é negativa (-0,53% ao ano); o grupo de 5-9 manteve, então, entre 1980-1991, taxa positiva de crescimento (1,76% ao ano). Entre 1991-2000 a taxa de crescimento deste grupo se negativiza, situando-se num nível ainda mais baixo do que a do grupo de 0-4 anos de idade: -2,01% ao ano; já o grupo de 10-14 anos de idade tinha participação crescente em 1980, o que foi mantido até 1991 (13,30% em 1980 e 13,63% em 1991), quando sua participação percentual no total da população residente do Estado começa a declinar, e sua taxa de crescimento passa a ser negativa, tal como nos dois grupos etários anteriores (-0,88% ao ano).

Assim, no intervalo 1991-2000 todos os três segmentos tiveram participação decrescente no total populacional e taxas negativas de crescimento indicativas de diminuição nos seus respectivos volumes de população.

O segmento de 15-59 anos de idade, por ser muito amplo, envolve gerações nascidas antes e durante a fase de descenso da fecundidade no Estado. Neste segmento, todas as gerações com menos de 35 anos de idade em 2000 são afetadas pelo declínio da fecundidade. Tenderam a um tamanho menor do que as gerações com as mesmas idades em 1991 ou 1980. Quanto mais jovens as idades desse conjunto de gerações, mais afetadas foram elas pelo movimento de queda da fecundidade. Apesar de ter tido aumentos em termos de participação,

suas taxas tenderam a declinar entre 1980-1991 e 1991-2000, justamente porque os que apresentaram essas idades em 2000 se originavam de coortes de nascimentos ou, em outros termos, de gerações de nascidos vivos, menos numerosas.

As gerações que em 2000 tinham idades de aproximadamente entre 35 a 59 anos tenderam a ser mais numerosas do que as gerações com essas mesmas idades no passado, pois foram constituídas no período de ascenso da fecundidade (que vai de 1940 a aproximadamente 1965/70) e da queda da mortalidade, beneficiando-se, ademais, dos aumentos até 2000, na esperança de vida. São tanto mais numerosas quanto mais próximas de 1970 tenham nascido, ou seja, quanto mais jovens forem dentro do grupo etário referido.

Vale ressaltar que as taxas desse grupo cresceram do período de 1980/1991 para 1991/2000.

Os segmentos etários com mais de 60 anos em 2000, já não se originavam de coortes de nascimentos muito numerosos, pois foram afetados pela alta mortalidade e pelo baixo crescimento vegetativo do período anterior a 1940 no Estado. A alta taxa do grupo com 65 a 69 anos entre 1970/1980 pode estar representando o efeito conjunto de uma série de fatores, como uma expressiva melhora na esperança de vida no período, afetando essa população (a esperança de vida entre 1970-1980, na Bahia, salta de 49,2 anos para 57,8 anos), associada a uma possível intensificação da migração de retorno.

As estruturas etárias (urbana e rural) tendem a ser bastante diferenciadas pelo fato de que os dois contextos experimentam, em tempos díspares e com intensidades distintas, os processos sócio-demográficos, particularmente o de generalização da redução dos níveis de fecundidade que alcança, inicialmente, segundo o que se tem verificado na experiência brasileira, as áreas mais urbanizadas, espalhando-se, posteriormente, para os nichos rurais.

Tomando-se como indicativo de ocorrência de um processo de envelhecimento populacional as diminuições nas proporções de população com idades inferiores a 15 anos, as duas estruturas etárias, da população urbana e rural, vêm notadamente experimentando um processo desse tipo, fenômeno tornado visível graficamente entre 1980-1991, quando o gráfico deixa de reproduzir, em 1991, uma linha claramente descendente entre todos os tramos etários representados em sua abscissa (tal como em 1980) para evidenciar a partir de

1991 um movimento ascendente, tendo como ponto de inflexão da curva, nesse ano, o grupo etário de 10 a 14 anos de idade e, em 2000, o grupo etário de 15 a 19 anos. No caso da população rural, a curva das proporções de população por idade é ascendente até o grupo etário de 5 a 9 anos em 1991, estendendo-se até o grupo de 10 a 14 em 2000.

Isso sugere que, já a partir da segunda metade da década de 1970, estariam sendo reproduzidas, nas áreas urbanas, coortes de nascimentos ou gerações de menor porte demográfico.

Vale ressaltar que a estrutura etária da população urbana já era em 1980 mais envelhecida do que a da rural, considerando-se as proporções de crianças e adolescentes, o que tem a ver com os níveis mais elevados de fecundidade entre a população rural, e com os padrões migratórios predominantes que envolvem majoritariamente deslocamentos de população adulta para as áreas urbanas (embora tais movimentos migratórios contribuam para elevar a fecundidade nos contextos urbanos). Com o avanço da transição demográfica, o distanciamento em termos de grau de envelhecimento populacional, nos dois âmbitos, se acentua ao longo do tempo à medida que se aprofundam os efeitos da redução da fecundidade sobre a composição etária da população. Isso que é visível no progressivo maior espaçamento entre as linhas representativas das proporções de população urbana e rural nos primeiros tramos etários.

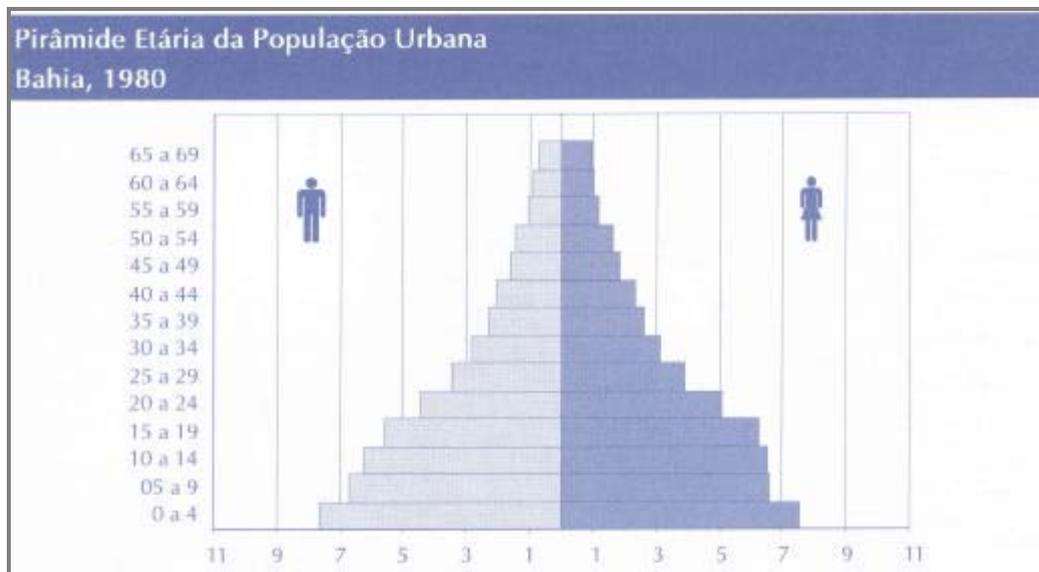
Pode-se dizer que, se a população infantil e adolescente é proporcionalmente mais significativa nos contextos rurais do que nos urbanos, a população em idade ativa, particularmente de 20 a 49 anos de idade, tem um maior peso relativo nos espaços considerados urbanos. Já a participação percentual da população de 55 anos e mais de idade tende a ser maior no âmbito rural que, no fundamental, em termos gerais, concentra mais crianças e idosos, ao passo que o urbano concentra mais população em idade ativa.

Em 1980 as diferenças (urbano e rural) mais significativas nas proporções de população nos primeiros grupos etários restringiam-se às duas primeiras faixas: 0-4 e 5-9 anos. Em 2000, as diferenças estendem-se à faixa de 10-14 anos de idade. No que toca à população adulta, ressaltavam em 1980 as diferenças (urbano-rural) nas proporções de população nos intervalos compreendidos entre as idades de 20 a 29 anos. Em 2000, tais diferenças se estendem até grupos etários mais avançados (40-44 anos).

A migração rural-urbana é, de modo geral, um fator de acentuação das diferenças de grau de envelhecimento nos contextos das populações rural e urbana, dadas as características gerais e o perfil etário da população que normalmente migra para os espaços urbanos.

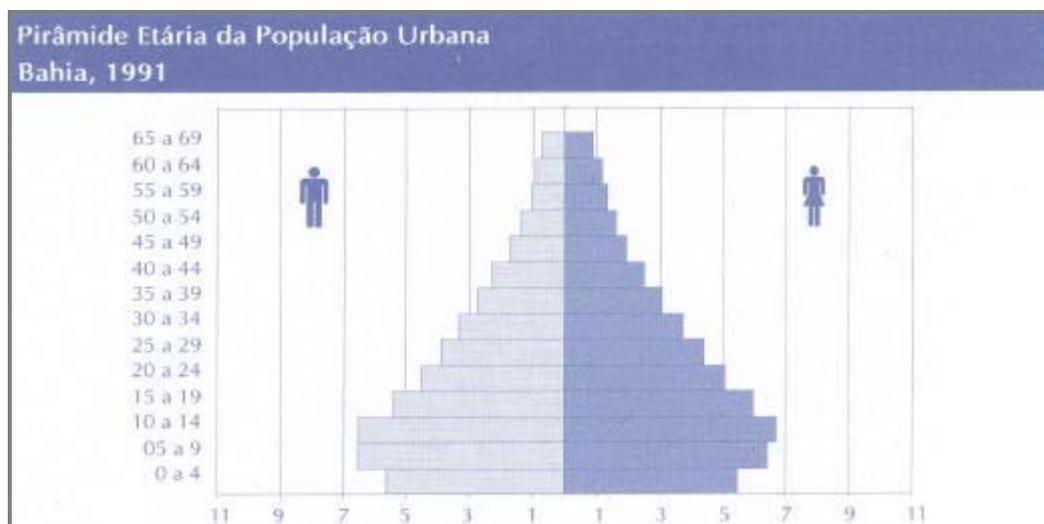
As alterações nas pirâmides etárias das populações urbana e rural entre os anos de 1980, 1991 e 2000, particularmente o estreitamento nos seus retângulos inferiores, revelam os movimentos que vêm alterando a configuração da estrutura etária da população baiana em direção ao seu progressivo envelhecimento.

Fig. 22



Fonte: SEI – 2003.

Fig. 23



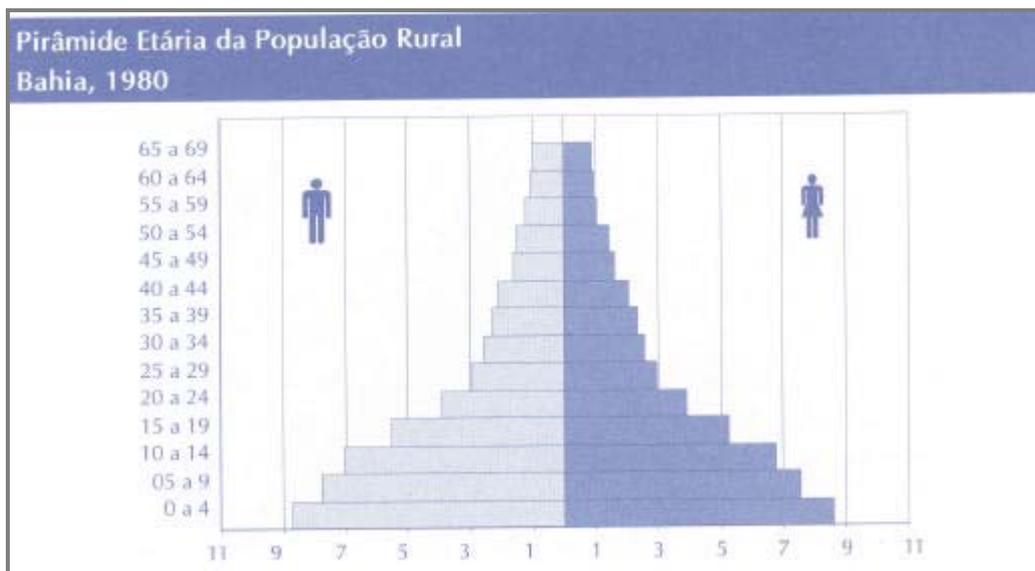
Fonte: SEI – 2003.

Fig. 24



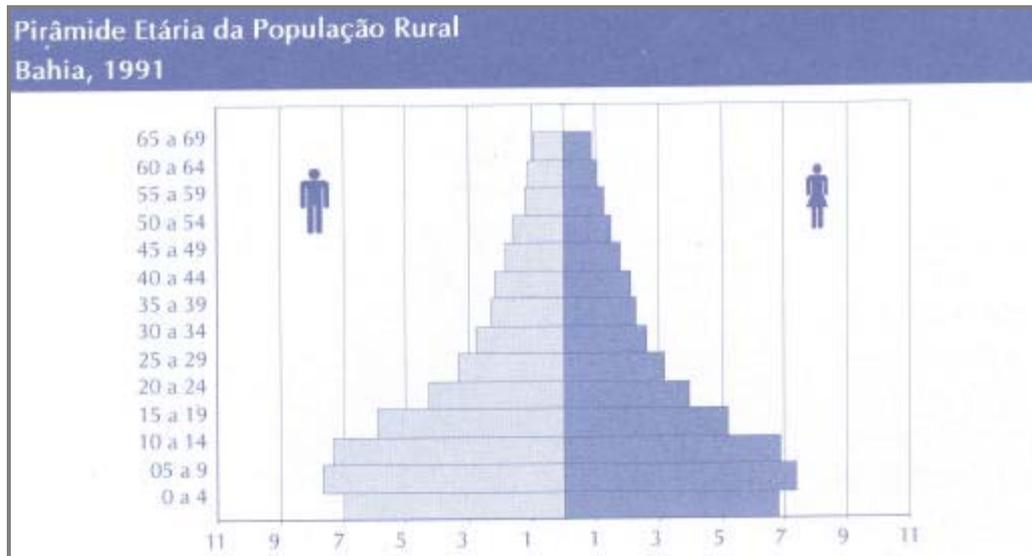
Fonte: SEI – 2003.

Fig. 25



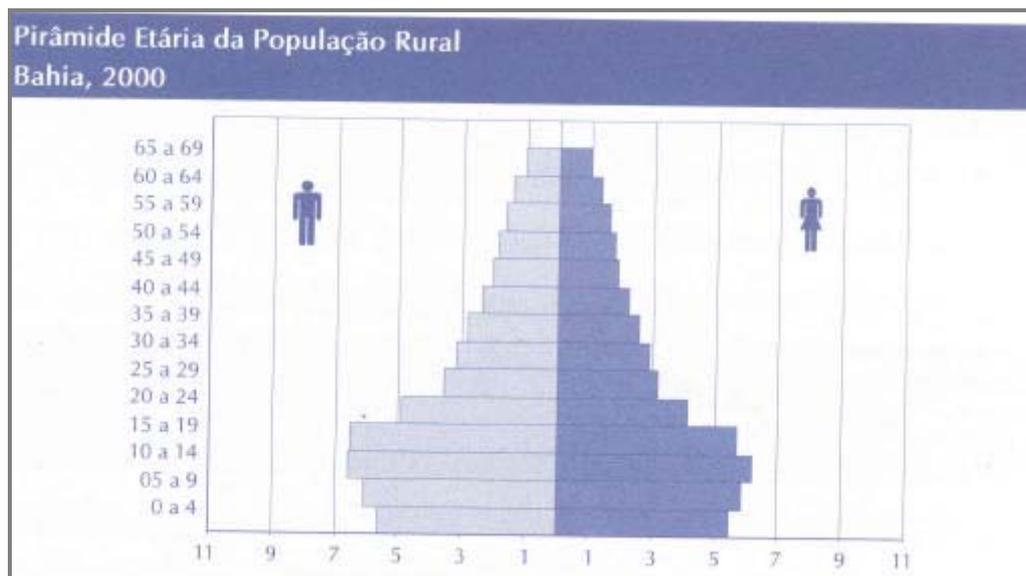
Fonte: SEI – 2003.

Fig. 26



Fonte: SEI – 2003.

Fig. 27



Fonte: SEI – 2003.

As pirâmides das populações (urbana e rural) mostradas abaixo evidenciam a maior expressividade da população feminina no contexto urbano baiano e da população masculina no contexto rural. Isso tende a ocorrer na maior parte dos municípios do Estado, conforme BELAS (1999), porém não em todos. Na população urbana os homens tendem a predominar em termos numéricos nos primeiros tramos etários. Nos demais, o predomínio passa a ser de mulheres. Isso tem a ver, por um lado, com os índices mais elevados de mortalidade entre a população masculina e, por outro, com os padrões migratórios, em que as áreas urbanas são

particularmente atrativas para a força de trabalho feminina, dada sua maior diversidade econômica, concentrando atividades que em maior escala empregam mulheres, como as relacionadas ao setor de serviços (emprego doméstico, dentre outras, de baixa qualificação).

Observa-se que as atividades rurais, no cômputo geral tendem a ocupar em maior medida mão-de-obra masculina.

As razões de sexo apresentadas nas Tabelas abaixo ilustram tais afirmações. Nasceram mais meninos do que meninas, daí as razões de sexo do segmento de 0 a 14 anos serem maiores do que 100%. Com o passar dos anos, as maiores probabilidades de morte entre homens contribuem efetivamente para diminuir a presença masculina na composição sexual da população. No caso da população rural, o impacto é menos visível por causa da maior incidência de emigração feminina. Daí verificar-se nas faixas etárias correspondentes ao ciclo de vida ativa uma presença maior de homens entre a população rural e de mulheres entre a população urbana. O mesmo ocorre em relação à população idosa.

Vale ressaltar que no cômputo total, há maioria feminina na população do Estado, o que tendeu a acentuar-se entre 1991 e 2000.

Tabela 24

Razão de Sexo da População Total

Bahia – 1991-2000.

Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 - 14	2.379.223	2.330.998	2.119.271	2.059.701	102,07	102,89
15 - 64	3.214.393	3.376.647	4.004.137	4.137.274	95,19	96,78
65 ou +	264.291	302.439	338.625	411.242	87,39	82,34
BAHIA	5.857.907	6.010.084	6.462.003	6.608.217	97,47	97,79

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Tabela 25
Razão de Sexo da População Urbana
Bahia – 1991-2000.

Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 – 14	1.313.927	1.307.742	1.331.424	1.304.731	100,47	102,05
15 - 64	1.916.938	2.163.091	2.695.035	2.962.523	88,62	90,97
65 ou +	135.304	179.768	201.463	277.172	75,27	72,69
BAHIA	3.366.169	3.650.601	4.227.922	4.544.426	92,21	93,04

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Tabela 26
Razão de Sexo da População Rural
Bahia – 1991-2000.

Grupos Etários	1991		2000		Razão de Sexo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	1991	2000
00 - 14	1.065.296	1.023.256	787.847	754.970	104,11	104,35
15 - 64	1.297.455	1.213.556	1.309.102	1.174.751	106,91	111,44
65 ou +	128.987	122.671	137.162	134.070	105,15	102,31
BAHIA	2.491.738	2.359.483	2.234.111	2.063.791	105,61	108,25

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

A Tabela abaixo mostra a proporção de população nos três grandes grupos etários das populações masculina e feminina do Estado, segundo a situação de domicílio. A diminuição, no período, das proporções de crianças e adolescentes é visível entre as populações masculina e feminina, assim como o aumento do peso das populações adulta e idosa, indicando que o envelhecimento populacional estende-se aos dois sexos, só que de forma diferenciada. Os dados confirmam o maior envelhecimento da população do sexo feminino, que apresenta menores proporções de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, e maiores participações das populações de 15 a 64 anos ou mais. Tais distinções em termos de grau de envelhecimento devem-se ao fato de tanto a mortalidade quanto a migração serem diferenciais por sexo.

Tabela 27**Distribuição das Populações Masculina e Feminina do Estado Por Grandes Grupos Etários****Bahia – 1991-2000.**

Grupos Etários	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00 - 14	40,62	38,78	32,80	31,17
15 - 64	54,87	56,18	61,96	62,61
65 ou +	4,51	5,03	5,24	6,22
BAHIA	5.857.907	6.010.084	6.462.003	6.608.217

Fonte: SEI – 2003

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

5.2. O ESTADO DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO SUL

A estrutura etária da população da Região Recôncavo Sul apresenta, em graus moderados, as tendências observadas para o resto do Estado. Estas tendências refletem mudanças no comportamento das taxas de natalidade e de mortalidade, com reflexos na expectativa de vida. Com relação à natalidade, observa-se uma redução e 23,17% na faixa etária de 0-4 anos, no período intercensitário de 1980-1996. Quando se considera a faixa etária de 0-14 anos, a tendência se mantém. Em 1990, esta faixa etária representava 43,36% da população total; em 1991, 39,92% e, em 1996, 34,83%. Quanto à população acima dos 65 anos, existe, no período, um incremento em números absolutos dentro da faixa etária, embora com relação à população total, o quadro seja de estabilidade, com uma representação de 6,46% em 1990, 6,35% em 1991 e 6,68% em 1996.

São evidentes as pré-condições instaladas para o enquadramento da Região no quadro das tendências gerais do Estado. As mudanças observadas nos extremos das faixas etárias, isto é, a redução da mortalidade na faixa de 5 a 14 anos e nas faixas acima de 50 anos, interferiram no incremento da população na idade ativa, considerada de 15 q 64 anos, cujo crescimento no período foi de 37%. Em números absolutos, o mercado de trabalho deveria ter absorvido, no período de 1980/96, uma força de trabalho da ordem de 105 mil pessoas.

A distribuição da população por faixa mostra que, apesar das mudanças já experimentadas na estrutura da população, ainda permanece o padrão histórico de

distribuição, característico das sociedades de base agrária: 47,13% da população da Região têm menos de 20 anos e destes 21,00% têm entre zero e nove anos. A faixa de 20 a 49 anos participa com 37,25%, ou seja, apenas 15,66% estão acima desta faixa. A Tabela a seguir, apresenta a distribuição da população por faixa etária, em 1980, 1991 e 1996.

Tabela 28

Distribuição da População por Faixa Etária

Região Recôncavo Sul – 1980/1991/1996.

Faixas Etárias	1980		1991		1996	
	nº	%	nº	%	nº	%
0 - 4	88.568	15,6	74.655	11,9	68.043	10,2
5 - 9	80.174	14,4	88.597	14,1	74.848	11,3
10 - 14	75.723	13,4	87.823	14,0	88.933	13,4
15 - 19	62.153	11,0	70.606	11,2	81.683	12,3
20 - 24	43.329	7,7	53.805	8,6	61.712	9,3
25 - 29	32.439	5,7	43.119	6,9	49.597	7,5
30 - 34	26.888	4,8	36.413	5,8	43.130	6,5
35 - 39	24.759	4,4	30.274	4,8	37.062	5,6
40 - 44	24.104	4,3	26.455	4,2	30.323	4,6
45 - 49	21.147	3,7	22.062	3,5	25.984	3,9
50 - 54	18.517	3,3	20.190	3,2	21.756	3,3
55 - 59	16.285	2,9	18.172	2,9	19.812	3,0
60 - 64	14.420	2,6	16.824	2,7	18.029	2,7
65 - 69	13.105	2,3	14.089	2,2	15.169	2,3
70 e +	23.504	4,2	25.871	4,1	29.249	4,4
Total	566.115	100,0	628.952	100,0	665.330	100,0

Fonte: Car – 2002.

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Quanto ao sexo, as mulheres apresentam uma incidência maior que os homens, embora as diferenças observadas, no curso do período analisado, sejam inexpressivas estatisticamente, com a mesma situação já observada no Estado. As pirâmides etárias mostram as mudanças na estrutura da população e sugerem as tendências observadas, conforme gráfico abaixo.

Tabela 29
Distribuição da População por Sexo
Região Recôncavo Sul – 1980/1991/1996.

Sexo	1980		1991		1996	
	nº	%	nº	%	nº	%
Masculino	276.235	48,8	308.584	49,1	325.018	49,0
Feminino	289.880	51,2	320.368	50,9	339.382	51,0
Total	566.115	100,0	628.952	100,0	665.400	100,0

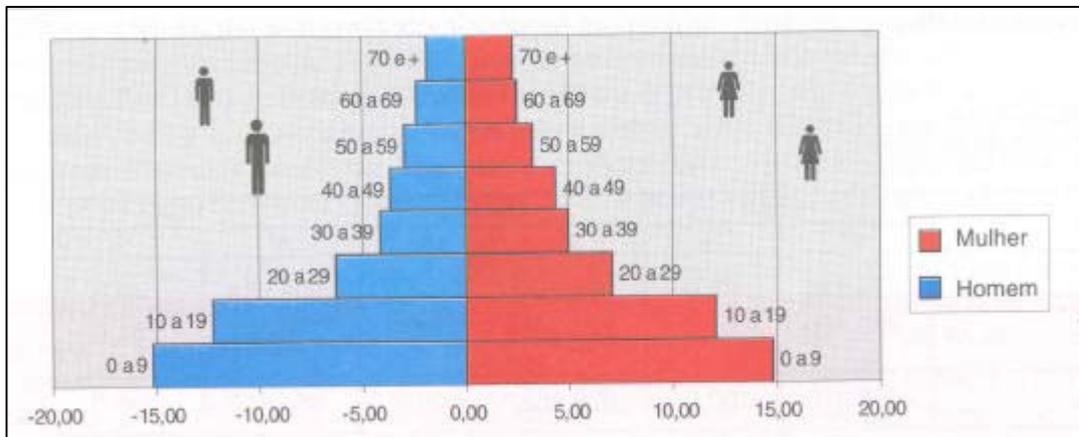
Fonte: Car – 2002.

Adaptação: Fonseca, Áurea. 2004

Quando analisada por subespaço, a distribuição etária não apresenta diferenças expressivas, mesmo naqueles subespaços onde a sua participação é menor no conjunto da Região. A Tabela abaixo apresenta a relação entre a idade e o subespaço e possibilita a seguinte leitura, tomando o subespaço como uma variável independente: as faixas etárias de 0-4 anos e de 10 a 19 anos não alteram sua participação nos subespaços, ou seja, apresentam as mesmas incidências observadas na população global, sendo irrelevantes as diferenças existentes entre os subespaços. A faixa etária de 70 anos a mais tem uma participação média de 4%. Os Subespaços Baixadas Litorâneas e Vale do Jiquiriçá estão desta média, mas com valores aproximados.

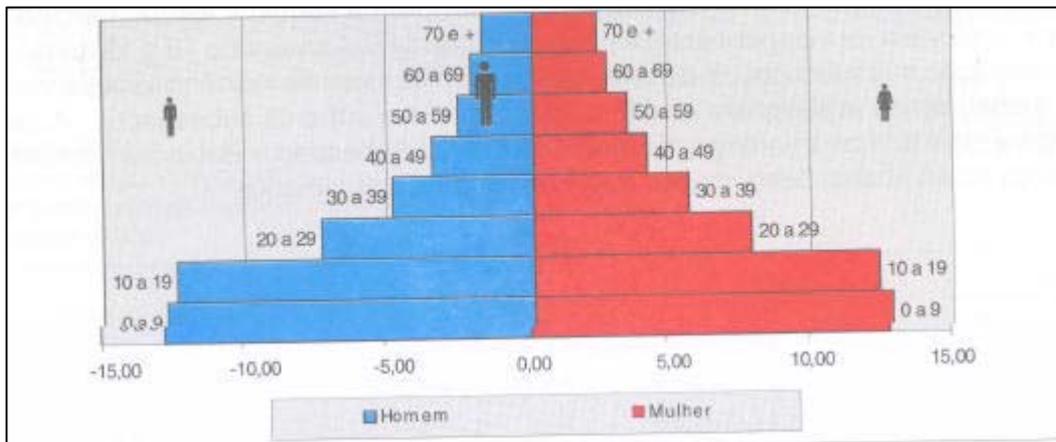
Quanto ao domicílio da população, predomina o domicílio urbano em 8,23%, fenômeno já observado na contagem da população em 1996. Mas essa mudança não vem acompanhada de alterações na organização e no funcionamento da economia; ela mantém suas atividades econômicas concentradas no setor primário, com predominância na agropecuária, num estágio tecnológico bastante atrasado, embora existam atividades com nível tecnológico considerado médio - a agro-indústria de açúcar e de fumo.

Fig. 28
Composição por Idade e Gênero da População Total
Região Recôncavo Sul – 1980.



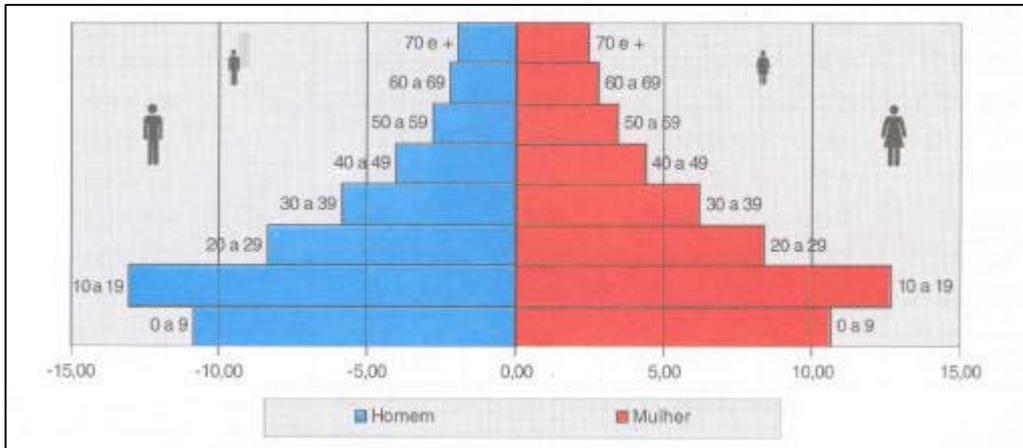
Fonte: CAR – 2000.

Fig. 29
Composição por Idade e Genro da População Total
Região Recôncavo Sul – 1991.



Fonte: CAR - 2000

Fig. 30
Composição por Idade e Gênero da População Total
Região Recôncavo Sul – 1996.



Fonte: CAR - 2000

CAPÍTULO 6. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

6.1 UMA VISÃO DA ECONOMIA REGIONAL

Segundo Santos (2003), o cenário econômico do Recôncavo Sul não pode e não deve ser desatrelado do contexto macro-econômico no que se refere à Bahia e ao Brasil, até porque foi a principal região deste Estado, e uma das mais importantes do País, durante quase dois séculos e meio. Sua importância no contexto político da Bahia e sua potencialidade econômica foram identificadas ainda na época colonial a partir do interesse do capital mercantil português que, instalando-se em Salvador, capital do Estado, transformou esta cidade no centro do seu poder. A adequação de suas terras e a economicidade da produção de mercadorias, como inicialmente o açúcar e posteriormente o fumo, além de sua perfeita adaptação a esse mercado, fizeram da região um centro dinâmico de todo o território. Essa motivação econômica transformou o Recôncavo Sul num estuário produtivo que atendia às demandas européias de forma bastante racional, adaptando-se ao modo de produção escravista, e mesmo submetida hierarquicamente à metrópole forjou suas próprias características de urbanização e de formação de capital.

A trajetória econômica do Recôncavo pode ser resumida em quatro pontos, como: 1) o sistema escravista agrícola, com altos graus de eficiência no uso do capital até o século XVI, e seu declínio no século seguinte pontuado por ocorrências de recuperações parciais, agravando-se, todavia, pela opção portuguesa em relação ao Rio de Janeiro; 2) o desgaste da produção agro-mercantil, em decorrência de influências internacionais, resultantes do enfraquecimento de Portugal no cenário europeu, aliadas à rigidez da estrutura escravista, à monocultura e à perda de posição estratégica em relação à região do ouro; 3) a introdução da cultura do fumo e a diversificação do sistema produtivo com a implantação das primeiras plantas industriais na segunda metade do século XIX, tudo isso aliado à saída do capital da região dirigido ao extrativismo, à industrialização e a outros interesses fora de suas fronteiras; 4) a decadência da região em seu conjunto já no início do século XX, com a quebra definitiva da produção açucareira e fumageira, aliadas aos investimentos subsequentes no petróleo e nos seus derivados.

Uma análise mais específica do ponto de vista econômico teve início a partir da segunda metade do século XX, época em que foi colocado em prática um paradigma econômico de modernização da economia nacional, criando um mecanismo concentrador de investimentos, que de certa forma acentuou a diferenciação inter-regional. Nessa ocasião foi criado o Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, como mecanismo compensador, visando assim a atenuar os efeitos do modelo econômico vigente. A Bahia foi beneficiada através desse mecanismo, de modo especial o Recôncavo Sul, porém sem o efeito modernizante da proposta do Governo Federal. Essa nova ordem econômica viabilizou um conjunto de alavancagens que vieram beneficiar os interesses tradicionais da região, mas sem considerar o processo de modernização.

No contexto desta análise, convém reconhecer que o período de planejamento estadual compreendido entre 1955 e 1962 buscou a racionalidade da produção industrializada no tratamento dos recursos públicos, desde o orçamento estadual até o fomento de investimentos. Esse modelo, segundo Pedrão (1992), representou uma contradição ideológica na linha centralizadora, porém modernizante, do Governo Federal, frente às políticas estaduais de sustentação ao sistema tradicional de produção. Dentro desse cenário, percebe-se no Recôncavo Sul uma forte entrada de investimentos de capital direto do poder público, sob forma de infra-estrutura para a produção de petróleo, aliado aos primeiros efeitos da geração de energia elétrica através de Paulo Afonso, o que comprova que os movimentos de modernização dessa região têm seu fundamento em duas decisões do Governo Federal, a saber: em primeiro lugar, o propósito de recuperar os investimentos da economia tradicional em que se inseria tal região; e, em segundo lugar, investimentos voltados para criação de uma nova capacidade produtiva de modo que não afetasse a primeira.

Vale ressaltar os efeitos provenientes da introdução da energia elétrica no eixo Recôncavo-Salvador, em decorrência dos investimentos diretos do Governo Federal, na década de 1950, tendo como resultado o incremento da construção civil nesse eixo, ensejando composições multi-setoriais de investimentos, que por sua vez ativaram vários esquemas periféricos de industrialização e que, no futuro, foram decisivos na continuidade ou não desses processos.

Pedrão (1992) chama a atenção para o fato de que o ciclo seguinte de planejamento, que esgota o modelo anterior, surge a partir de uma proposta alternativa ao modelo

centralizador do Governo Federal, em que a Bahia pleiteia mudanças com base no conteúdo econômico da questão política. Tal pleito, dirigido desta feita ao governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, culmina com a criação da SUDENE, gerando no âmbito do Estado esse novo ciclo de planejamento para o desenvolvimento da Bahia nos anos 1960 a 1963. No bojo desses estudos, a região Recôncavo Sul juntamente com a Região Cacaueira apareciam como os espaços mais estavelmente organizados, contrastando com outros fluidamente definidos e pouco consistentes. Todavia, o novo modelo desenvolvimentista do Estado conduziu a industrialização para outra composição de forças, outro vetor tecnológico e outra composição de empresas, projetando novas conseqüências para o sistema, que se orientou pelos seguintes fatores:

- concentração bancária, com fusão e liquidação de pequenos bancos, concentrando o financiamento de capital de giro, consolidando o sistema bancário baiano;
- inserção de empresas de outras fronteiras e estrangeiras, e fomento de capital do exterior, juntamente com o fomento industrial no Nordeste e na Bahia, fragmentando o capital herdado do escravismo, além de empresas não-familiares;
- possibilidade de ganhos excepcionais mediante economias de aglomeração, por empresas médias, sem apoio de grandes grupos.

Convém salientar que esse modelo trouxe sérias repercussões tanto à economia do Recôncavo como a outras regiões. Pedrão (1992) afirma que a nova política de desenvolvimento confrontou pólos e regiões, predominando a concentração da industrialização e a desconexão entre os setores. Assim ficava evidente a prioridade na constituição dos pólos de investimentos que, aliados às pressões pela urbanização, privilegiou as regiões do entorno de Salvador, como também, Feira de Santana, Itabuna e Vitória da Conquista, na década de 1970, seguindo-se Porto Seguro e Barreiras, já no decênio de 1980. Esse modelo desprezou a contextualização regional, caracterizando-se a forma excludente de planejamento e todas as suas conseqüências, à luz dos interesses ambíguos da globalização, através do capital internacional, conforme acentua Benko (1999), sendo o ponto chave para uma nova reordenação de espaço regional. Continuando sua análise, Pedrão (1992) reafirma que esses fatos atingiram fortemente o Recôncavo Sul Baiano, levando ao redirecionamento de velhos capitais escravocratas, que migraram para outros segmentos, tais como a indústria ou mesmo as aplicações imobiliárias, muitas vezes até fora da região causando de um lado a polarização de investimentos e de outro os bolsões de atraso e pobreza crônicos. Esse processo fortaleceu a economia de Salvador, a partir de uma notável internacionalização de

seu centro econômico, alterando o padrão de organização social do eixo Salvador-Recôncavo, provocando uma sensível mudança no comportamento sócio-econômico, tanto das regiões privilegiadas com a modernização, como nas reproduções do contingente não beneficiado pelo processo modernizante. Fica claro, portanto, a existência de um nexos causal entre esses fatores, que se reflete no mercado de trabalho, na questão fundiária e, sobretudo, na reprodução do capital.

No decorrer dos anos, e já nas décadas de 1960 e 1970, essa tendência se confirmou na medida em que os financiamentos tornaram-se escassos em face das contingências econômicas, sendo esses concedidos em função de relações preferenciais com bancos e, do lado do Estado, baseados em critérios monopolistas, concentrados fortemente em novos investimentos.

Tais movimentos aliavam-se às medidas complementares do Governo Estadual com vistas a viabilizar vantagens no plano federal, caracterizando de forma clara uma estratégia que privilegiava arranjos do poder local com o poder federal, não havendo um compromisso em se transformar aporte financeiro em inovação tecnológica correspondente, o que ficou claro em diversos casos, como acentua Pedrão (1992). Já na década de 1990 houve uma discreta tendência de modernização da produção da cana-de-açúcar, a partir de capitais externos ao Estado, um discreto investimento na produção de cítricos e na avicultura, além de uma tímida incursão na linha da pecuária de corte selecionada. Em seu conjunto, portanto, foram atividades insuficientes para redinamizar a região, cuja economia permanece estagnada.

O reflexo desse quadro leva, sem dúvida, à questão principal diante da qual se depara hoje a Região Recôncavo Sul, e que pode se chamar de falta de reprodução social, caracterizada pelo acentuado processo de desigualdade de renda e de oportunidades. Essa realidade provoca a exclusão e a fragmentação, refletindo-se e interligando-se com a questão da migração, que se dá em dois níveis: das elites com destino às oportunidades na metrópole; e dos trabalhadores rumo às periferias da Grande Salvador. Nesse contexto, a região apresenta, de um lado, uma preponderância na emissão de migrantes, tendo como fator expulsivo do capital humano a decadência sócio-econômica, e, de outro, uma taxa exageradamente negativa de absorção de novos capitais humanos, caracterizando o refluxo populacional e a geografia da desigualdade, conforme Santos et al. (1994).

O Recôncavo Sul reflete dois elementos principais, a saber: em primeiro lugar, a expansão do capital na indústria e na agricultura, e, em segundo lugar, a contradição entre a modernização altamente concentrada no eixo Salvador-Aratu-Camaçari e a estagnação sócio-econômica da região, onde predomina a agroindústria tradicional de baixa ou de nenhuma reprodução social, que são o açúcar e o fumo, e algumas ocorrências da produção de cítricos, da avicultura, bem como manchas de pecuária selecionada. A região, como já foi mencionado, sofreu os efeitos de sucessivas ações governamentais, tendo como consequência o empobrecimento e degradação das cidades que a compõem. Tal quadro tem significativos rebatimentos e reflexos diretos na economia de Salvador, que, mercê de sua proximidade com o Recôncavo, recebe todo seu fluxo migratório, refletindo na qualidade de vida de sua população urbana e periférica.

Acrescenta-se a esse quadro o surgimento das BR-324 e BR-101, fortalecendo os novos centros regionais de Feira de Santana e Santo Antonio de Jesus, deixando a antiga área de influência urbana, que se ancorava no transporte fluvial e ferroviário, sem vitalidade e à mercê de sua própria capacidade de reagir, o que sem articulação e sinergia econômica torna-se inviável, visto que não há atratividade de capital. Caracteriza-se, dessa forma, a fragmentação do Recôncavo à medida que o agravamento dessas contradições inibe a reprodução social na região, o que ocorre apenas pela incorporação da renda oriunda de Salvador, formando na região o que pode se chamar de “espaço de pobreza”. Nesse quadro, sobressai a estagnação prolongada, que é um ambiente econômico específico e que tende a produzir seus próprios mecanismos de sustentação, traduzidos na busca incessante de empregos regulares e na participação em atividades autônomas.

No tocante às relações entre capital e trabalho nessa região, verificam-se alguns ciclos que ocorreram em decorrência de um conjunto de fatores que vão desde a herança da relação escravista, passando pela fase pós-abolicionista, na qual formou-se grandes contingentes periféricos ligados às atividades críticas de subsistência, até a fase em que abundava a classe trabalhadora. Esta, com baixa qualificação e salários reduzidos, decorrentes de atividades secundárias de extrativismo colonial que eram nocivas do ponto de vista ecológico, aliadas ainda às atividades domésticas de subsistência, encontra-se desde o final do século XIX até o presente momento, sem experimentar modificações substantivas na relação com o capital. No Recôncavo, salvo pequenas alterações em decorrência da reorganização da produção de açúcar e do fumo, permaneceram práticas vinculadas às utilizadas nessas

economias em bases assalariadas. A esse quadro soma-se a descontinuidade de projetos como, por exemplo, o Projeto Pedra do Cavalo, que neutralizou a expectativa de retomada de crescimento via valorização das terras, além da proliferação de postos de trabalho de terceira categoria na Grande Salvador alimentados pelo fluxo migratório, já explicitado. O resultado é que, em face da manutenção desse mesmo quadro em outras áreas do Estado, o capital impôs aos trabalhadores do Recôncavo uma política salarial extremamente rígida, especialmente no âmbito da economia rural. A assimetria regional permanece na medida em que o planejamento econômico governamental continua investindo nas regiões adjacentes a Salvador no eixo Camaçari-Aratu e no desenvolvimento de Feira de Santana, reproduzindo ainda mais a desagregação sócio-econômica da região.

6.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS DO RECÔNCAVO SUL

6.2.1 Setor Primário

Na Região Recôncavo Sul a atividade agropecuária é marcada pela presença de explorações tradicionais que, durante muitos anos, desempenharam importante papel na economia da Bahia, com expressivo peso no Produto Interno do Estado e na absorção de grande contingente de mão-de-obra. Todavia, essa atividade tem perdido importância com a redução das áreas de produção, com a perda de produtividade por falta de inovações tecnológicas e pelo esgotamento dos recursos naturais. As áreas ocupadas com pastagens destacam-se no panorama regional, evidenciando a forte presença da exploração pecuária, que encontra no bovino o seu principal rebanho.

Apesar da pecuária ocupar expressivas extensões do espaço agrícola regional e, paulatinamente, vir substituindo as áreas de lavouras, a produção vegetal é responsável por mais de 74% do Valor Bruto da Produção, caracterizando o Recôncavo Sul como uma área essencialmente agrícola, onde as culturas contribuem com um significado volume de valor total. A produção de origem animal, liderada pela pecuária bovina, embora ocupe aproximadamente 2/3 das áreas exploradas, só responde por 24% do valor regional, sugerindo a realização de uma atividade de baixa capacidade produtiva, em padrões até mesmo inferiores ao conjunto do Estado, cuja contribuição do Valor da Produção de origem animal é 33%.

Embora, no passado, as explorações agropecuárias no Recôncavo Sul tenham desempenhado um importante papel no conjunto das atividades econômicas do Estado, tem-se observado, nas últimas décadas, uma estagnação e mesmo um decréscimo das produções. Dados do IBGE indicam que a produção agropecuária regional não possui grande expressão do ponto de vista de geração de renda, apesar de contar com um grande número de explorações de relativa importância como fonte de emprego na zona rural.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o setor agropecuário de algumas regiões do Estado passou por significativas transformações, a exemplo da ocupação de áreas de fronteira, de mudanças de processos produtivos, de investimentos efetuados na infra-estrutura de produção e de apoio ao setor, responsáveis pela dinamização da agricultura no Oeste e no Submédio São Francisco. Tais transformações, em grande medida, deveram-se ao crédito rural subsidiado num primeiro momento e, posteriormente, aos investimentos na infra-estrutura de apoio às atividades mais dinâmicas, sobretudo para aquelas cujos produtos estavam voltados para o mercado externo.

Na Região do Recôncavo Sul, algumas atividades também receberam apoio no período acima referido, tais como a citricultura, os cultivos do café, o cacau, a cana-de-açúcar e a pecuária bovina. Algumas zonas da região receberam incentivos voltados para a ampliação das explorações, para a mudança de processos produtivos e a diversificação das culturas.

Para as áreas de massapê, tradicionalmente ocupadas com cana-de-açúcar, foi proposta a implantação de um pólo produtor de cacau. A diversidade e a ampliação da cacauicultura nessa área não surtiu efeito, em virtude da ocorrência de problemas relacionados com a inadaptação da lavoura às condições ecológicas, sobretudo quanto à distribuição das precipitações pluviométricas, aos níveis de umidade ao longo do ano e à baixa densidade populacional de insetos polinizados do cacau. Além desses fatores, também ocorreram dificuldades com os produtores, que resistiram à introdução do programa de diversificação.

Não obstante o insucesso do cacau, alguns empreendimentos se expandiram no meio rural, estimulados pelas políticas governamentais, em detrimento de certas atividades vinculadas aos pequenos proprietários, que foram forçados a se desfazerem de suas terras e se transformaram em assalariados, via de regra temporários, enquanto outros contingentes foram expulsos para as periferias das cidades de grande e médio porte.

Enquanto no Oeste e no Submédio São Francisco foram criados pólos agrícolas dinâmicos, com produção destinada ao mercado interno e externo, no Recôncavo Sul as atividades que mais se beneficiaram do crédito estavam vinculadas aos empreendimentos tradicionais, que pouco inovaram os processos tecnológicos. Na região, emergiu o pólo de café em algumas áreas dos municípios de Brejões de Nova Itarana. O surgimento desse pólo se deu, principalmente, com a chegada de grupos investidores de outras regiões, nem sempre com vínculos e experiências ligadas ao setor agropecuário. Na verdade, o café foi reintroduzido no Recôncavo Sul por ocasião desse processo, visto que, décadas atrás, áreas do Vale do Jiquiriçá já haviam se destacado como zona cafeeicultora, condição que foi perdida durante a crise de 1930, sendo substituída pela pecuária bovina de corte.

Passada a fase do crédito subsidiado no período de 1970 a 1980, a maioria das atividades agropecuárias do Recôncavo Sul não acompanhou processo de modernização, perdendo espaço para outras regiões que se estruturaram com as inovações de processos tecnológicos, com a implantação de unidades agroindustriais e de cultivos de produtos de grande demanda nos mercados internos e externos. Essa situação de perda de posição é bem característica também da cultura da cana-de-açúcar, que não acompanhou o desenvolvimento das demais regiões, que alcançaram rendimentos bem superiores aos que se mantiveram no Recôncavo.

O pólo citricultor, que se desenvolveu bastante durante aqueles anos, na parte mais central do Recôncavo Sul, abrangendo principalmente áreas dos subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos, tem apresentado, ao longo do tempo, momentos de expansão alternados com os de crise, de acordo com a conjuntura dos mercados. Além do mais, constata-se que a citricultura aí instalada, contrariamente à lógica dominante da modernização, ou seja, associada à exploração de grandes áreas, prevaleceu em áreas de minifúndios, com restrita capacidade gerencial e de geração de excedentes que permitissem o investimento e a dinamização de atividades do setor secundário. Alicerçada na pequena propriedade, a produção de laranja, nesse pólo citricultor, não assumiu a dinâmica das regiões em que a produção de citros teve como elemento impulsionador a agro-industrialização. Nesse período de expansão da atividade através do crédito, essa exploração contou com o apoio da assistência técnica, responsável pela implantação de pacotes tecnológicos que só sobreviveram enquanto existiram linhas de financiamento como elemento indutor de inovação técnica.

Além da redução das áreas de produção, da substituição de atividades, da perda de posição no cenário estadual e da estagnação que caracterizam o setor agropecuário do Recôncavo Sul, devem ser apontados ainda alguns aspectos da região que também merecem atenção, relacionados com a predominância de pequenas propriedades, com as formas de exploração e de produção da pecuária extensiva. O Recôncavo Sul possui uma estrutura fundiária marcada, essencialmente, pela presença de minifúndios, sendo que mais de 70% dos estabelecimentos não dispõem de áreas capazes de absorver a mão-de-obra familiar. As explorações nessas glebas, bem como nas propriedades vinculadas ao criatório animal, realizam-se de forma extensiva e predatória, que, sob a perspectiva da preservação ambiental, tem criado graves problemas de destruição e degradação de ecossistemas, assoreamento das fontes e cursos d'água e, sobretudo, a perda da capacidade produtiva de significativas áreas.

O setor agropecuário regional não tem apresentado um satisfatório desempenho nos últimos anos. As maiores contribuições são advindas das culturas de mandioca, laranja, cana-de-açúcar, café, fumo, banana e cacau. Embora a mandioca venha se destacando na formação do valor da produção, historicamente essa cultura se caracterizou mais como um produto de apoio a outras explorações, através da produção de subsistência e do fornecimento aos trabalhadores rurais nas pequenas propriedades do que na geração de excedentes econômicos expressivos.

O fraco desempenho da agropecuária encontra na característica regional predominante de pequenas propriedades, na exportação pecuária das médias e grandes, bem como na inexistência de políticas adequadas, os principais elementos responsáveis pelas dificuldades que afetam o setor. São fracos os estímulos voltados diretamente para as atividades de agricultura e pecuária, bem como para as unidades processadoras dos produtos primários. A agricultura regional não tem recebido a devida atenção, embora conte, o Recôncavo Sul, com uma boa infra-estrutura de estradas, transportes, comunicação e, sobretudo, com uma privilegiada localização no Estado e com possibilidades de se incorporar ao mercado da Região Metropolitana de Salvador.

Tomando-se como parâmetros a área colhida, o volume de produção e seus respectivos valores, foram constatados decréscimos, nos últimos anos, para todas as principais culturas da região.

Quanto ao sistema lavouras, a região apresenta uma variada gama de explorações agrícolas, distribuídas pelos subespaços, destacando-se as culturas de mandioca, cacau, cana-de-açúcar, café, fumo, laranja, banana e dendê.

Para efeito de análise do sistema de lavouras, foram adotadas duas grandes categorias, as industriais e as alimentares, compostas por cultivos permanentes e temporários. A classificação das lavouras a partir do processo de exploração, se permanente ou temporária, é a mesma adotada pelo IBGE. No que se refere às categorias alimentares e industriais, o elemento básico de classificação e agregação foi a forma de consumo, in natura ou processada, bem como a intensidade e a organização dos processos de transformação. A cultura da mandioca, embora seja consumida depois de transformada, encontra-se alinhada entre os alimentares, em decorrência das características de exploração e do processo de beneficiamento primário em pequenas unidades. Além do mais, a mandioca tem como destino principal a alimentação dos produtores nas propriedades e são poucas as explorações realizadas, visando essencialmente aos mercados. O grau de transformação/industrialização por que passa a mandioca é distinto daqueles referentes às culturas do cacau, do café e de outras até chegarem aos consumidores finais, embora não realizadas na região.

Dentre as mais variadas explorações, apenas algumas, sem peso na economia regional, apresentam taxas positivas de crescimento nos últimos anos. Em síntese, o desempenho do sistema de lavouras regional é fraco e tem apresentado um panorama declinante. Essa situação não se justifica pelas variações climáticas, vez que as áreas do Recôncavo Sul sujeitas à grave irregularidade das precipitações pluviométricas são poucas.

Considerando o destino, a forma de utilização da produção e o tipo de cultivo, o sistema de lavouras encontra-se agrupado em outros subsistemas: as lavouras industriais, cujos produtos são obtidos pela transformação intensa da matéria-prima, e as lavouras alimentares, de consumo in natura e/ou de primária manipulação nas próprias unidades produtoras. Nesses grupos, consideram-se ainda as formas de cultivo permanente e as formas de cultivo temporário.

Com relação ao subsistema lavouras industriais, destacam-se as culturas permanentes de cacau, café, dendê e as temporárias de cana-de-açúcar e fumo, que, tradicionalmente, são exploradas na região. Ocorreram variações significativas na superfície colhida desses

produtos nos últimos anos. As maiores oscilações deveram-se à cultura do café, apresentando uma grande redução, fato associado, segundo os produtores, à irregularidade pluviométrica, à qual está sujeita o Planalto de Brejões. Além do café, as demais culturas industriais importantes também apresentam decréscimos, evidenciando a desestruturação da agricultura regional.

As culturas industriais caracterizam-se pelo fornecimento de matérias-primas exportadas para outras regiões, podendo ocorrer transformação integral ou de parte do processo de industrialização na região. Essas lavouras são tradicionais, integradas aos mercados interno e externo, tendo algumas sido implantadas desde os primórdios da colonização, enquanto outras são mais recentes. As culturas tradicionais e as de implantação mais recente desenvolveram-se e sobreviveram a partir dos subsídios e dos créditos facilitados em determinadas épocas e dos mecanismos dos preços atrativos nos mercados. Esses produtos expandiram-se, principalmente nas médias e grandes propriedades, excetuando a lavoura do fumo, que é uma típica atividade desenvolvida nos minifúndios, e algumas outras explorações que, dadas as características específicas de certas áreas, também ocorrem nos pequenos estabelecimentos.

Os subespaços Subaé/Baixo Paraguaçu, Vale do Jiquiriçá e o Cafeeiro nos últimos anos detiveram mais de 70% da área cultivada com o subsistema de lavouras industriais. Nesse subsistema predominam as lavouras de cana-de-açúcar, no Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu, que abrange as tradicionais áreas de massapê do Recôncavo Sul; o cacau, no Vale do Jiquiriçá, onde se destacam os municípios de Ubaíra, Mutuípe e Jiquiriçá como os maiores produtores da região; e, finalmente, a cultura do café no Subespaço Cafeeiro, concentrado em Brejões. Vale ressaltar que a terceira colocação quanto à importância de explorações de produtos essencialmente industriais, ocupada pelo Subespaço Cafeeiro nos anos anteriores, foi substituída pelo Subespaço Baixadas Litorâneas, onde as áreas colhidas com dendê superam as de café, o qual passou a ocupar a quarta posição no conjunto do sistema das explorações industriais. Além dessas lavouras componentes do subsistema nos subespaços, sobressaiu com alguma importância o cultivo de fumo, que se desenvolveu principalmente nos subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos. O Subespaço Sertão/Caatinga não apresentou relevância quanto à sua participação na produção de matérias-primas, voltadas para indústria.

A importância do Valor Bruto da Produção nos subespaços manteve, de um modo geral, correspondência com as superfícies colhidas, à exceção dos valores referentes às culturas de dendê e cacau, que não mostraram participação equivalente. As áreas de lavouras industriais, ao longo do período analisado, decresceram nos vários subespaços, excetuando-se o que ocorreu no Subespaço Sertão/Caatinga, que envolve os municípios de Milagres e Itatim, cujas explorações não apresentaram destaque no conjunto da Região do Recôncavo Sul.

O processo de implantação e expansão das explorações industriais é marcado pela integração com as culturas alimentares. A cana-de-açúcar, desde a sua fase inicial, a partir do emprego da mão-de-obra escrava na época da colonização, e posteriormente, já se integrava ao cultivo da mandioca. Registros históricos confirmam até mesmo a existência de decretos governamentais, determinando a obrigatoriedade do plantio de certo número de covas de mandioca para cada cabeça escrava existente nas unidades canavieiras. A integração entre as explorações do setor agropecuário ainda persiste, na medida em que predomina, nos processos produtivos da produção pecuária, das lavouras industriais e alimentares, voltadas para o mercado, o assalariamento temporário, cuja mão-de-obra regional encontra-se vinculada, uma parte do tempo, à produção de subsistência, que tem na mandioca a sua mais importante representação.

Além dessas características gerais, as lavouras industriais voltadas para a exportação, a exemplo do café e do cacau, receberam, tradicionalmente, incentivos para a exportação, como um artifício protecionista contra as variações dos preços nos mercados. A cultura da cana teve, historicamente, os mais diversos subsídios, atribuindo-se a sua sobrevivência na região a esses mecanismos protetores, que têm possibilitado uma sobrevivência, mesmo apresentando metade dos rendimentos das áreas de maior desenvolvimento da lavoura.

As culturas industriais não se restringem às acima mencionadas, embora se caracterizem como as mais importantes da região. Levantamentos indicam ainda a presença das lavouras de guaraná, maracujá, pimenta-do-reino, sisal, uva e mamona, que, no conjunto, não apresentam expressão em termos de área colhida, quantidade produzida e valor da produção. A importância desses produtos é localizada em certos subespaços e municípios, sugerindo possibilidades de expansão na medida em que venha a ocorrer a implantação de programas e planos de apoio ao setor agrícola regional.

A região conta ainda com a produção industrial de papel e celulose no Município de Santo Amaro, a partir do cultivo do bambu em áreas de massapê, ocupadas anteriormente pela cultura da cana-de-açúcar. Embora represente uma alternativa de produção para a área, foram registrados problemas de degradação ambiental em decorrência da poluição de produtos tóxicos provenientes do processo industrial.

Com relação ao subsistema lavouras alimentares, as culturas que se destacam são: a mandioca, que, isoladamente, representa aproximadamente 1/3 da área colhida; a laranja; a banana; e o feijão.

As culturas de coco, abacate, goiaba, mamão, abacaxi, amendoim, batata-doce, tomate, limão e tangerina, dentre outras, são exploradas em pequenas áreas e de forma assistemática, fazendo parte de um conjunto de mecanismos típicos de sobrevivência, adotados pelos pequenos produtores rurais, comercializando os excedentes nos mercados locais e nos centros urbanos mais próximos das unidades produtoras.

O cultivo da mandioca se desenvolve em todo o Recôncavo Sul, como a cultura mais difundida na região, embora apresentando concentração nos subespaços Tabuleiros Interioranos, Tabuleiros Pré-Litorâneos e Vale do Jiquiriçá, nas zonas de influência dos municípios de Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Amargosa e Ubaíra.

A citricultura regional, implantada em 1950, nos tabuleiros de Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus, teve, a partir dos anos 1960 e 1970, o seu período de maior expansão, porém nos anos seguintes não conseguiu se desenvolver de forma dinâmica, como ocorreu em outras regiões que contaram com o respaldo de unidades agroindustriais.

A cultura da banana teve a sua expansão vinculada à ampliação da produção de cacau, destacando-se, sobretudo, o Subespaço do Vale do Jiquiriçá, nos municípios de Ubaíra e Mutuípe, que sempre mantiveram vínculos com as zonas cacaeiras do Sul da Bahia, principalmente do eixo Ilhéus-Itabuna.

As lavouras alimentares, entre os anos de 1991 e 1995, concentraram-se nos subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos, Tabuleiros Interioranos e Vale do Jiquiriçá, que, juntos, responderam, em média, por 80,95%, tendo atingido a, aproximadamente, 84% da

superfície colhida em 1991. Os subespaços Baixadas Litorâneas e Subaé/Baixo Paraguaçu também apresentaram alguma expressão quanto às áreas colhidas, respondendo por percentuais que variaram de 15% a 20%. As áreas colhidas das culturas alimentares decresceram no período, com exceção daquelas localizadas nos subespaços Subaé/Baixo Paraguaçu, Sertão/Caatinga e o Cafeeiro, cujas taxas médias de crescimento foram, respectivamente, de 3%, 4%, 7% e 0,2%, respectivamente. As culturas alimentares de expressão nos subespaços correspondem às que se destacam no conjunto da região, principalmente a mandioca e a laranja, que representaram mais de 82% da área colhida do subsistema.

Quanto ao sistema pecuário, predomina no Recôncavo Sul a pecuária bovina de corte de forma extensiva nas propriedades de grande e médio porte, com baixos índices de produtividade, tendo em vista a prevalência de problemas técnicos que interferem no desenvolvimento da atividade, porém existem zonas da região que despontam por adotar sistemas intensivos de produção de carne e leite.

O processo de expansão da bovinocultura ocorreu em diversos momentos. Desde a sua introdução no Brasil Colônia, em associação com a exploração da cana-de-açúcar, passou por períodos de substituição de lavouras a momentos de desenvolvimento, com o apoio de políticas de incentivos e de crédito. Em 1930, a crise que atingiu o País também afetou a produção regional. Grandes extensões de terras no Vale do Jiquiriçá, dedicadas ao café, entraram em estagnação econômica, tendo sido substituídas pela pecuária. Ultimamente, a crise que afeta as culturas do cacau, da laranja e da cana-de-açúcar no Recôncavo Sul tem liberado áreas que vêm sendo ocupadas por pastagens. A pecuária vem substituindo as culturas decadentes e se apresentando como a melhor alternativa de exploração, quando comparada com outros produtos.

Com relação à distribuição do rebanho bovino pelo espaço regional, observa-se que o Subespaço Tabuleiros Interioranos, que abrange, dentre outros, os municípios de Santo Antonio de Jesus, Amargosa e Castro Alves, detém uma expressiva parte da população animal. Em segundo lugar aparecem as áreas polarizadas por Cruz das Almas, no Subespaço Tabuleiros Interioranos, que apresentam percentuais que variam de 18% a 24%. Os subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos, conjuntamente, respondem por mais da metade do efetivo animal.

A distribuição dos animais não se dá de forma homogênea por toda a região, em decorrência de uma série de fatores que interferem na concentração do rebanho, com destaque para aqueles relacionados com as melhores condições edafoclimáticas, associadas com a forma de apropriação das terras. Embora os subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos caracterizem-se como zonas de ocupação antiga e de grande concentração humana, contraditoriamente também respondem pela maior presença da atividade pecuária, que requer grandes extensões de terra, em que pesem as possibilidades agrícolas dessas zonas, próximas dos mercados da Região Metropolitana de Salvador.

Além da bovinocultura, que é a mais importante pecuária regional, destacam-se outras explorações animais, dentre as quais se sobressai a avicultura, que começa a se expandir em certas zonas do Recôncavo, em resposta às demandas dos mercados regionais, vinculados às cidades mais importantes da área, que concentram um grande contingente populacional, e à Região Metropolitana de Salvador. A maior concentração regional dessa produção encontra-se nos municípios de Cachoeira, Conceição de Almeida e Governador Mangabeira. Como atividade intensiva e mercantil, é realizada por pequenos e médios empresários, com nível gerencial e tecnológico bem superior ao predominante na maioria das atividades agropecuárias, contando com o apoio da assistência técnica e veterinária de empresas do ramo, instaladas nas proximidades da área, que têm incentivado a produção através de sistemas de parceria.

Em paralelo, é desenvolvida na região a produção de outros animais, como caprinos, ovinos e suínos, sem grande expressão econômica. Tais explorações são realizadas de forma extensiva, sem técnicas adequadas e associadas às atividades dos pequenos produtores, sobretudo aqueles ligados à produção de subsistência.

Com relação à atividade pesqueira, a mesma concentrou-se nos subespaços das Baixadas Litorâneas e Subaé/Baixo Paraguaçu, subespaços que apresentam áreas situadas às bordas da Baía de Todos os Santos. Nessas zonas, destaca-se a ocorrência de estuários, dominados pela formação de mangues arbóreos, ricos em nutrientes e com condições ambientais favoráveis à proliferação de intensa vida marinha. As espécies são diversas e abundantes, revestindo-se de grande valor sócio-econômico, ao fornecer alimentação e garantir a subsistência do grande contingente humano que aí reside.

Embora a Baía de Todos os Santos apresente potencial pesqueiro, essas condições naturais têm sido afetadas pelas atividades industriais e portuárias implantadas em seu entorno, gerando problemas na preservação dos ecossistemas. Além da poluição proveniente das descargas das indústrias e dos dejetos lançados por navios cargueiros, a ocupação desordenada e o uso inadequado das terras constituem-se em fortes elementos de degradação e destruição dos manguezais.

A atividade pesqueira é artesanal, realizada através do trabalho familiar e envolve um expressivo contingente humano que vive nas áreas costeiras, de ocupação antiga do Recôncavo Sul. A pesca representa uma das alternativas de renda para uma boa parte da população. Estima-se um total de 6.646 pescadores e 2.226 marisqueiros, que representam, respectivamente, 26% e 21% do total do Estado, segundo levantamento da BAHIAPESCA, realizado em 1992.

A pesca e a coleta de produtos do mar fazem parte do dia-a-dia dos moradores praianos de baixa renda, compondo uma atividade de grande importância econômica e social. A pesca e a mariscagem são amplamente difundidas, embora possam aparecer como ocupações eventuais de uma parcela de pessoas que a ela se dedicam; possuem um importante papel como base de sustento da população carente e como fonte de renda, ao fornecer pescado aos consumidores dos centros urbanos e aos veranistas nos períodos de grande fluxo de visitantes às praias litorâneas.

Quanto ao volume de pescado, destaca-se a captura de peixes, cuja quantidade mensal estimada é de 328 t, ou seja, 7,94% da produção baiana, seguida por 269 t de crustáceos e 35 t de moluscos, que representam 19,21% e 15,58%, respectivamente, do total do Estado. Dentre os subespaços, onde se dispõe de dados relativos à atividade pesqueira, se sobressai o Subaé/Baixo Paraguaçu, que concentra 63% da captura de peixe, 72% de crustáceos e 56% dos moluscos, enquanto as Baixadas Litorâneas são responsáveis pelas demais produções. A atividade pesqueira é realizada, basicamente, nos municípios de Jaguaripe, Salinas da Margarida, Maragogipe, Santo Amaro e Saubara. A atividade é essencialmente artesanal, com características de pequenas produções e baixos rendimentos, realizada por pessoas de reduzido grau de instrução, cujo objetivo principal é a subsistência, utilizando-se de precários e inadequados instrumentos de pesca.

Além dessas zonas pesqueiras litorâneas, a região conta com rios e barragens, onde se desenvolve também a atividade da pesca, não se dispondo, contudo, de dados relativos ao pessoal envolvido e volume de produção. Dentre essas áreas, merece referência a Barragem da Pedra do Cavalo, que envolve os municípios de Muritiba, Governador Mangabeira, Cachoeira, Cruz das Almas, Castro Alves e outros, tanto pelo potencial que apresenta para o desenvolvimento da atividade, quanto pela realização de algumas experiências de produção artificial de peixe em cativeiro.

6.2.2 Setor Secundário

As primeiras atividades de transformação e agregação de valor à produção na região tiveram início em meados do século XVI, com a implantação de um complexo agroindustrial não extrativista de açúcar e fumo. Inicialmente, a produção estava localizada nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro, em virtude não só das suas condições geoambientais, como também pela proximidade de Salvador, capital do Estado, por onde se dava o escoamento da produção para a exportação.

A cultura da cana-de-açúcar, dada a sua importância econômica, ocupou as terras de massapê, mais próximas do mar (com maior ocorrência de índices pluviométricos) e dotadas de fertilidade natural, de composição argilosa, com solos mais densos e pesados. As áreas ocupadas com a lavoura do fumo se caracterizaram por solos de tabuleiro, mais leves, sílico-arenosos e, conseqüentemente, menos férteis e localizados mais para o interior.

A expansão dessas atividades se deu no final do século XVI, até a segunda metade do século XVII, época em que o Brasil deteve o monopólio da produção em nível mundial, ocorrendo também, nesse período, o crescimento da produção agroindustrial e, por via de conseqüência, a incorporação de novas áreas produtivas.

A produção da cana-de-açúcar e os engenhos deslocaram-se para os municípios circunvizinhos de São Francisco do Conde e Amélia Rodrigues, enquanto que a fumicultura se expandiu para as áreas mais distantes do litoral, deslocando-se para o interior da mesma região, centralizando o processo manufatureiro nos municípios de São Félix, Muritiba, Maragogipe e, mais recentemente, Cruz das Almas.

A unidade agroindustrial da produção do açúcar, no Recôncavo, nesse primeiro momento, centrou-se na grande plantação, no trabalho escravo e no engenho. Em 1670, havia na Bahia 174 engenhos produtores de açúcar e, por volta de 1750, esse número chegou a alcançar 1.200 unidades em todo o Estado, dos quais somente 100 engenhos estavam localizados no Recôncavo Sul, a única região produtora de açúcar, vez que as outras produziam apenas rapadura, melão e cachaça. A partir de 1760, teve início o processo de decadência dos engenhos de açúcar, coincidindo com o surgimento de novos centros produtores mundiais, como Cuba, Filipinas e Java, que utilizavam novas tecnologias, moendas verticais e a reutilização do bagaço de cana como combustível, em substituição à lenha. Tais procedimentos aumentavam o rendimento industrial em até 30%.

A utilização dos avanços tecnológicos nos países produtores, sob a interveniência de capitais ingleses, franceses e holandeses, implicou no aumento da oferta de açúcar nos mercados consumidores da Inglaterra, França e Holanda. A conseqüente queda do preço do produto no mercado mundial gerou efeitos trágicos para a economia açucareira do Recôncavo Sul, que havia aplicado parte do seu capital na expansão das áreas agrícolas, impedindo que se operassem mudanças no parque industrial.

A solução encontrada pelo governo, para amenizar a crise, direcionou-se para a criação de engenhos centrais, que industrializavam a produção agrícola de vários engenhos. Nesses engenhos centrais, havia uma nítida separação entre o capital industrial, com a apropriação de uma tecnologia então atualizada, e o capital do senhor de engenho, que representava o modo de produção agrícola rudimentar.

A implantação do engenho central implicou numa fase de transição entre o engenho tradicional e as usinas de açúcar. O setor agrícola avançou, ainda que modestamente, na parte tecnológica, com a utilização de adubos, mecanização e novas variedades de cana-de-açúcar. Por essa época, surgiu a figura do fornecedor de cana-de-açúcar, independente do circuito de produção da usina. Esse fato, mais o trabalho assalariado, que passou a ter maior importância nesse novo modelo de produção, bem como os subsídios, garantiram o funcionamento de poucas usinas até o final da década de 1980.

A industrialização do fumo, na região, teve início com a implantação de uma fábrica, no ano de 1870, inicialmente na cidade de São Félix, para a fabricação de charutos e

cigarrilhas, tendo sido, logo em seguida, abertas suas filiais nas cidades de Maragogipe e Muritiba. Em 1892 foi inaugurado um escritório da Suerdieck em São Félix, encarregado, inicialmente, de atuar na exportação de fumo, transferindo-se, a partir de 1905, para Cruz das Almas, onde passou a produzir e a exportar charutos e cigarrilhas.

O suprimento de matéria-prima para o parque industrial, desde meados do século XIX, teve a participação dos pequenos produtores, utilizando, basicamente, a mão-de-obra familiar; a outra parcela da produção era proveniente do arrendamento de pequenas glebas. A remuneração desses arrendatários ocorria por meio da entrega de uma quantidade do produto ou em dias trabalhados.

Com efeito, a predominância de minifúndios e a utilização de parte das terras com o cultivo de lavouras alimentares engendraram um novo padrão de relações produtivas. A produção de fumo estava atrelada a um rígido esquema de aquisição, por parte dos agentes exportadores de fumo em folha e pela produção industrial. A margem de acumulação do capital era quase inexistente por parte do produtor, haja vista a sua pouca capacidade de organização para promover mudanças de confrontação com o sistema vigente.

A industrialização do Recôncavo Sul, até essa época, teve sua base de sustentação na produção agrícola, principalmente voltada para a exportação. Na década de 1940, essa economia passou por transformações, com a utilização da energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso. Com efeito, a utilização desse insumo abriu possibilidades para mudança do perfil produtivo da região.

A oferta abundante de energia viabilizou a produção agroindustrial (laticínios, olerícolas e produção alimentar), desta feita, com a perspectiva de abastecer o mercado de Salvador. Em 1950, instalou-se a primeira etapa da Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe, no Município de São Francisco do Conde, causando grande impacto não só na região, mas, sobretudo, em Salvador, face ao grande contingente de mão-de-obra qualificada que passou a integrar essas cidades. A implantação da PETROBRAS alavancou o processo de industrialização, possibilitando o fortalecimento de setores antes pouco desenvolvidos, como a construção civil, e uma infra-estrutura de serviços, que eram alocados, anteriormente e em grande parte, em Salvador. Ainda como consequência das mudanças estruturais processadas no mercado interno estadual, foram criadas as condições para a implantação do Centro

Industrial de Aratu – CIA, no Município de Simões Filho, em 1957, e, logo a seguir, em função da disponibilidade da matéria-prima, o Complexo Petroquímico, no Município de Camaçari.

O novo modelo de investimento industrial, constituído pela associação de capitais estatal, nacional e multinacional, promoveu mudanças no perfil da economia baiana em setores específicos, como o petroquímico e siderúrgico. Contudo, as transformações não lograram imprimir, no setor industrial do Recôncavo Sul, um novo modelo, nem alavancar as atividades já existentes na região. As razões atribuídas a esse fato reportam-se à falta de consolidação do setor agrário regional, impossibilitando a criação de uma base econômica forte, pelas sucessivas crises enfrentadas por seus dois principais produtos: a cana-de-açúcar e o fumo.

O setor agrário não conseguiu superar antigos entraves, relacionados com a estrutura fundiária e com a inserção dos pequenos produtores na cadeia comercial, que, decerto, possibilitaram uma maior acumulação de capital e, conseqüentemente, uma maior geração de riquezas para a consolidação de um parque agroindustrial diversificador. A redução da atividade econômica, decorrente da crise no setor agrícola, acarretou reflexos negativos no setor industrial, que indicam a fragilidade desse setor no Recôncavo Sul.

A base industrial da região apresenta, na sua composição, indústrias pouco intensivas em capital, com baixo aporte tecnológico, com pouca integração em cadeias produtivas e com reduzida capacidade gerencial, bem como uma baixa performance na geração de emprego e renda.

A análise dos ramos de atividade e por subespaço indica que a “transformação de produtos alimentares” é a que apresenta maior número de estabelecimentos na região. Seu maior grau de concentração tem registro no Subespaço Tabuleiros Interioranos e no Tabuleiros Pré-Litorâneos, destacando-se os municípios de Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas, por ordem de incidência.

As indústrias de extração e tratamento de minerais não-metálicos operam, basicamente, no beneficiamento de areia, brita e olarias para a construção civil e estão concentradas nos subespaços Tabuleiros Interioranos, Tabuleiros Pré-Litorâneos e

Subaé/Baixo Paraguaçu, revelando maior representatividade nos municípios de Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas e Santo Amaro.

No que se refere à geração de emprego e renda e do ponto de vista tecnológico e gerencial, foi constatada a operação de indústrias de âmbito municipal, mas de grande importância no contexto estadual.

As indústrias de maior importância estão representadas pelas unidades produtoras de papel e papelão, localizadas no Município de Santo Amaro e constituídas por duas unidades: a IMPASA e a BACRAFT, sendo que esta última trabalha, também, com papel reciclado. A primeira indústria, a IMPASA, atravessou um período de dificuldades, quando apresentou uma redução no seu quadro de pessoal, chegando a encerrar temporariamente as suas atividades, em 1997.

No sentido de diversificar e interiorizar a matriz industrial, o Governo do Estado possibilitou e vem implementando a instalação, inicialmente, da indústria calçadista nos municípios de Castro Alves, Cruz das Almas, Santo Amaro, Amargosa e Santo Antonio de Jesus, onde serão instaladas três fábricas desse gênero.

Em fase de ampliação, no setor de celulose, encontra-se a BACRAFT, com investimentos na ordem de US\$30,0 milhões. No setor de extração e beneficiamento de minérios, estuda-se a instalação de uma indústria em Jiquiriçá, com uma previsão de investimentos na ordem de US\$111 milhões.

Outros investimentos de menor aporte de recursos, ou seja, de US\$10,0 milhões, estão previstos para os setores de alimentos industriais, olerícolas e laticínios.

O setor de turismo, com três empreendimentos, sendo dois no Município de Salinas da Margarida e um em Jaguaripe, receberá investimentos no montante de US\$108,8 milhões, que representam 61% dos investimentos a serem alocados na região.

O setor industrial do Recôncavo Sul caracteriza-se por um alto grau de concentração espacial, nos centros urbanos de médio porte, reproduzindo o modelo de industrialização do País.

A localização espacial do setor industrial do Recôncavo Sul apresenta um maior grau de concentração nos subespaços Subaé/Baixo Paraguaçu, Tabuleiros Pré-Litorâneos e, principalmente, nos Tabuleiros Interioranos, onde se encontra em operação o maior número de indústrias da região e a maior diversificação quanto ao ramo de atividade.

Com relação ao ramo de atividade, observa-se, na região, a ausência de indústrias intensivas em tecnologia e com aporte de um maior volume de capital, representada pelos gêneros extração e tratamento de minerais metálicos e preciosos, material elétrico e de comunicação, borracha, têxtil, couro e peles.

Analisando o setor industrial do ponto de vista de sua participação no sistema tributário regional, observa-se que houve, nos últimos anos, um decréscimo na arrecadação, causando um impacto negativo no desempenho da arrecadação regional.

A retração do setor industrial afetou a arrecadação de todos os subespaços, à exceção do Subespaço Tabuleiros Interioranos, onde se destaca o Município de Santo Antonio de Jesus, responsável por uma variação positiva. O comportamento positivo da arrecadação desse setor, em Santo Antonio de Jesus, tem como justificativas: a implantação de um distrito industrial no Município, que passou a fazer parte do Programa Estadual de Diversificação da Base Industrial, viabilizando a instalação de novas indústrias principalmente de pequeno porte, enquadradas na categoria das indústrias diversas; a base industrial do Município é bastante diversificada quanto ao gênero das indústrias instaladas. Essa diversificação industrial proporciona, no cômputo geral, uma compensação, criando ressalvas para crises localizadas em algum ramo ou em alguma unidade específica, mesmo de médio porte.

A maior queda na arrecadação foi observada no Subespaço Tabuleiros Pré-Litorâneos, onde a indústria do fumo apresentou a maior redução. O fechamento das unidades fabris da Suerdieck e da Agro-Comercial Fumageira, com a conseqüente suspensão da produção, gerou impactos negativos na atividade econômica com reflexos disseminados para outros municípios da região. No setor da produção e comercialização do fumo, a paralisação provocou também sérias conseqüências nos municípios localizados no Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu e no Subespaço Tabuleiros Interioranos, com reduções no recolhimento de impostos. O retrocesso da atividade fumageira tem imposto significativas perdas econômicas e uma conseqüente queda na qualidade de vida da população, devido ao

desemprego de grande contingente de mão-de-obra utilizada nos processos de produção agrícola e industrial, ainda de característica manufatureira.

A maior redução da arrecadação em termos monetários, foi observada no Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu, referente à paralisação temporária da indústria de papel e de papelão no Município de Santo Amaro.

6.2.3 Setor Terciário

Historicamente, o desenvolvimento da Região do Recôncavo Sul esteve ancorado num sistema agroindustrial, baseado na produção da cana-de-açúcar e do fumo. A primeira, estabelecida desde o século XVII, e a segunda, a partir do século XIX, determinaram os padrões produtivos da região, bem como as demandas de serviços necessários, definindo os espaços de relacionamento com outras economias regionais dentro do próprio estado, além de criar anexos com as economias de outros estados, garantindo a demanda dos serviços necessários à sua reprodução ampliada.

Se, no plano internacional esse sistema agroindustrial manteve relações subalternas com o setor hegemônico do capital, no plano interno do Estado ele foi responsável, durante séculos, pela demanda de serviços de toda ordem, envolvendo bancos, comunicações (ferrovias, rodovias, correios e telégrafo, vias marítimas, fluviais, etc.), escolas, hospitais, aparato estatal administrativo, comércio de produtos essenciais e supérfluos.

Em decorrência dessa dinâmica, deu-se o estabelecimento e o desenvolvimento das estradas de ferro, que se constituíam nos grandes vetores da expansão econômica regional, ligando espaços econômicos e constituindo-se num elo entre diferentes culturas, relacionando os elementos culturais próprios da orla marítima e os constantes do espaço interiorano, estabelecidos a partir da base produtiva aí vigente – açucareira, fumageira ou aquela relacionada com o espaço produtivo da pecuária e das culturas de subsistência (mandioca, feijão, milho, etc.).

Dada a sua situação geográfica, o Recôncavo Sul tem cumprido um papel de espaço transitório para as comunicações e transações comerciais entre diversas “economias” internas e externas da Bahia. Num primeiro plano, relaciona-se com a Região Metropolitana de

Salvador – RMS, e com a Região de Feira de Santana, além de dispor de fácil comunicação rodoviária com o Sudoeste e com o Sul do Estado. Extrapolando as fronteiras do Estado, coloca-se, privilegiadamente, no eixo rodoviário que interliga as economias do Sudeste com as do Nordeste, o que acaba por determinar uma situação vantajosa para vários municípios da região.

A presença e a ação do setor bancário nesta região se constitui, como não poderia deixar de ser, numa parte do processo que caracteriza as atividades do setor financeiro na atualidade, ou seja, uma atuação voltada para a construção de um novo padrão de acumulação.

O setor bancário brasileiro, durante décadas, teve um relacionamento privilegiado com o Estado que lhe garantiu facilidades para o exercício de uma hegemonia tranqüila sobre o conjunto da economia além de ser defendido de qualquer concorrência externa por uma legislação protecionista. Ademais, teve a sua lucratividade ancorada num processo perverso que causou captação de recursos a custos baixíssimos (depósitos à vista), possibilidades de cobrança de altas taxas de juros e uma indexação em clima de altas taxas inflacionárias, que lhe garantiam fácil remuneração do capital aplicado a partir de sua inserção privilegiada na “ciranda financeira”.

Tais circunstâncias viabilizaram a montagem de uma estrutura bancária assentada em critérios pouco claros, do ponto de vista da gestão das finanças e da política econômica, permitindo a sua instrumentalização política independentemente dos riscos colocados, com vistas ao desenvolvimento das atividades relacionadas com seus objetivos precípuos.

Com a estabilização da economia e a abertura à participação do capital estrangeiro no setor, os bancos brasileiros foram obrigados a rever a sua sistemática de atuação, a fim de se inserirem numa dinâmica de competição, à qual não estavam habituados. Isto ocasionou o desenvolvimento de um processo de ampliação de receitas, via venda de serviços e de uma drástica redução de custos decorrente do processo de informatização do sistema operacional, promovendo, por consequência a redução do quadro e do número de agências e postos de prestação de serviços.

É nesse contexto que se insere o tratamento destinado ao Recôncavo Sul, onde foi registrada, em 2000, a existência de 35 estabelecimentos bancários.

A privilegiada posição geográfica da Região Recôncavo Sul confere ao comércio um papel preponderante na economia.

Na região, os principais itens comercializados no atacado são do ramo de alimentos, além do fumo em folha. Por sua vez, no plano do varejo a maior concentração de transações realiza-se com os produtos têxteis, eletro-eletrônicos, farmacêuticos, peças e acessórios para veículos e materiais de construção.

Observa-se a importância do crescimento do setor comercial em toda a região, responsável por mais de 50% do total de ICMS arrecado regionalmente, sendo que os municípios de Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas foram os mais expressivos pela quantidade de produtos comercializados e pela diversidade das transações.

Apesar do setor de serviços compor a parcela mais importante da economia regional, verifica-se que o desenvolvimento setorial é bastante limitado, posto que, mesmo com pequeno crescimento da população, ocorreu uma redução sensível na oferta de serviços bancários e uma estabilidade na oferta de outros serviços, tais como telefonia, radiofonia e TV, rede hoteleira e correios.

Na área de serviços, pode ser registrado como uma importante atividade o turismo desenvolvido regionalmente, a partir da beleza natural dos diversos sítios, da riqueza cultural demonstrada através dos eventos artísticos e religiosos e do grande patrimônio histórico.

O Recôncavo Sul contava, em 1995, com 141 hotéis, 1.755 quartos e 33.713 leitos. Seguramente, a situação revelada pelos dados disponíveis deve servir, apenas, como referencial, embora a tendência por eles apontada não poderia ser facilmente contestada hoje, haja vista a inexistência de fatos tão relevantes que justifiquem mudanças bruscas na região. Na verdade, a área que mais poderia sofrer influência dos investimentos em turismo, de modo a modificar a demanda por uma infra-estrutura hoteleira, não se encontra, propriamente, no espaço regional considerado, mas na Região Litoral Sul, mais especificamente no Baixo Sul.

Cachoeira é o município do Recôncavo Sul que mais poderia atrair atividades turísticas, gerando, portanto, possibilidades de ampliação do parque hoteleiro. No entanto, a proximidade de Salvador reduz essa possibilidade, face às facilidades de deslocamento.

O Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu apresenta a maior incidência de unidades hoteleiras, embora esse dado não corresponda diretamente ao proporcional número de quartos (197) e de leitos (470) em disponibilidade. Nesse particular, o Subespaço Tabuleiros Interioranos conta com uma maior expressividade numérica, em termos de possibilidades de acolhimento de visitantes, cabendo ao Município de Santo Antonio de Jesus o papel preponderante, vez que abriga 35,3% dos estabelecimentos, 78,05% dos quartos e 77,50% dos leitos disponíveis.

Os subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro dispõem de menor quantidade de unidades hoteleiras e, juntos, representam 4,96% do total dos estabelecimentos do Recôncavo Sul. Possuem 1,13% do número de quartos da região e um inexpressivo número de leitos disponíveis, apesar da cidade de Milagres ter a sua economia voltada, sobretudo, para as romarias tradicionais e para a prestação de serviços rodoviários.

6.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

Tabela 30

Índice de Desenvolvimento Econômico da Região Recôncavo Sul em Relação aos Municípios Baianos Segundo seus Componentes, por Ordem Decrescente – 2000.

Municípios	INF	Classif.	IQM	Classif.	IPM	Classif.	IDE	Classif.
Santo Antônio de Jesus	5.028,97	21°	5.017,75	16°	5.017,85	25°	5.021,52	23°
Santo Amaro	5.008,48	37°	4.999,83	38°	5.012,29	27°	5.006,87	31°
Cruz das Almas	5.009,23	36°	5.008,87	22°	5.001,24	41°	5.006,44	32°
Cachoeira	4.996,67	75°	4.996,49	56°	4.997,78	47°	4.996,98	55°
Muritiba	5.000,53	48°	4.994,43	90°	4.989,47	102°	4.994,81	70°
Nazaré	4.999,03	58°	4.995,05	74°	4.989,81	96°	4.994,63	71°
Conceição da Feira	4.996,02	78°	4.995,42	67°	4.991,85	73°	4.994,43	73°
Amargosa	4.998,22	62°	4.995,25	69°	4.988,83	115°	4.994,10	79°
Maragogipe	4.992,66	96°	4.994,14	105°	4.991,09	80°	4.992,63	99°
Castro Alves	4.994,16	85°	4.994,05	107°	4.988,50	123°	4.992,24	105°
Sapeaçu	4.990,06	152°	4.994,16	104°	4.987,26	147°	4.990,49	136°
Conceição do Almeida	4.990,34	145°	4.993,15	156°	4.987,80	136°	4.990,43	138°
Laje	4.990,42	141°	4.992,50	211°	4.988,13	129°	4.990,35	141°
Mutuípe	4.990,91	129°	4.992,70	191°	4.986,91	162°	4.990,17	146°
São Felipe	4.990,07	151°	4.993,64	124°	4.986,72	168°	4.990,14	148°
Brejões	4.989,48	179°	4.992,70	189°	4.988,02	131°	4.990,07	154°
Ubaíra	4.989,52	176°	4.993,91	116°	4.985,13	243°	4.989,52	176°
Governador Mangabeira	4.987,26	270°	4.993,57	130°	4.987,18	150°	4.989,33	189°
São Félix	4.989,25	190°	4.991,98	288°	4.984,99	252°	4.988,74	215°
Saubara	4.987,97	257°	4.991,65	340°	4.986,12	192°	4.988,58	225°
Salinas da Margarida	4.987,23	271°	4.992,35	229°	4.984,70	272°	4.988,09	277°
Itatim	4.986,96	280°	4.992,23	247°	4.984,23	304°	4.987,81	305°

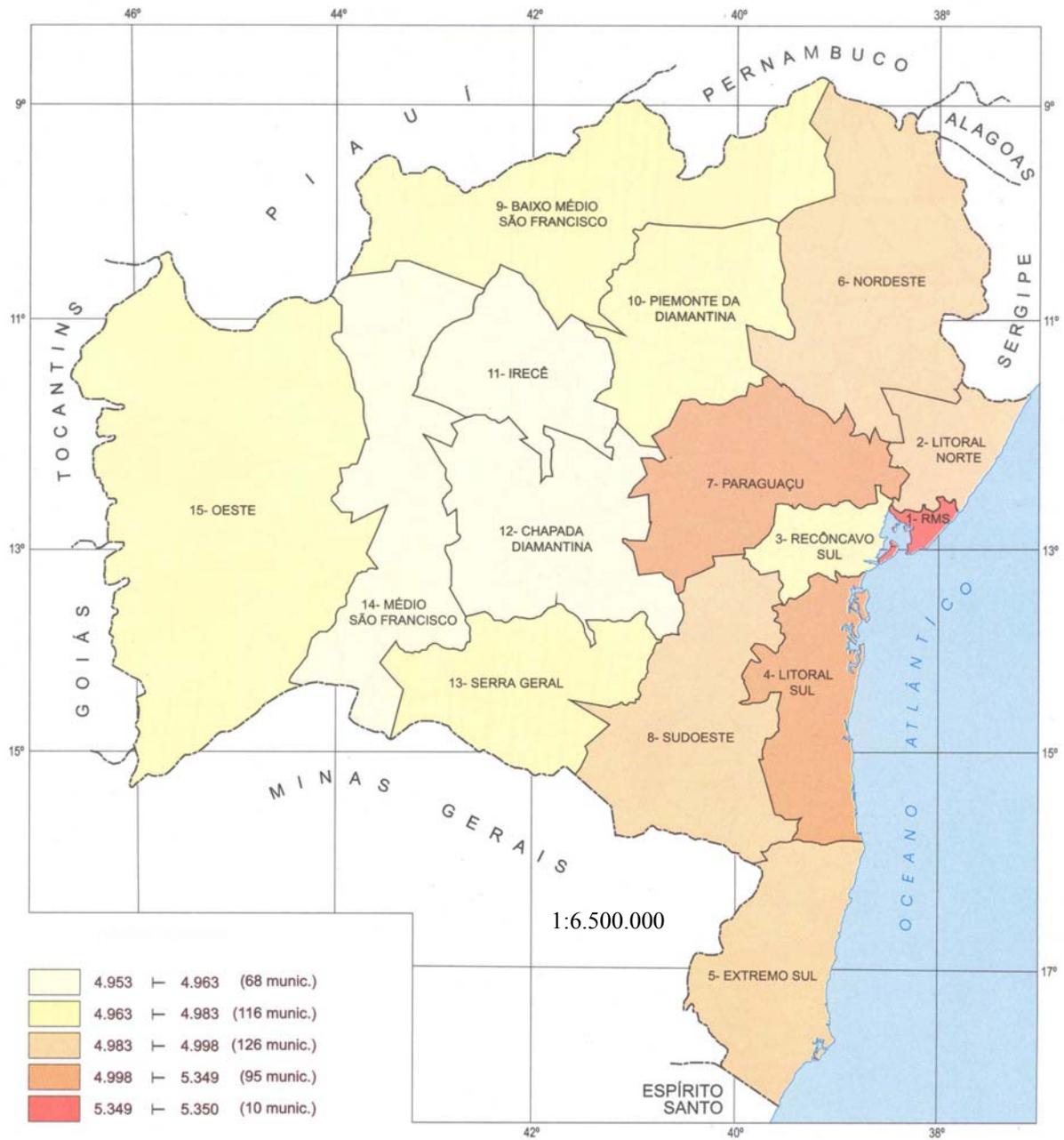
Milagres	4.987,11	274°	4.992,39	221°	4.983,43	360°	4.987,64	325°
Jiquiriçá	4.986,26	335°	4.992,29	239°	4.984,11	309°	4.987,55	335°
Jaguaripe	4.985,92	357°	4.992,31	235°	4.983,62	344°	4.987,28	358°
Santa Terezinha	4.985,98	350°	4.992,42	217°	4.983,10	381°	4.987,17	366°
Elísio Medrado	4.985,85	367°	4.991,62	347°	4.983,94	319°	4.987,14	367°
São Miguel das Matas	4.985,72	378°	4.991,69	333°	4.983,96	317°	4.987,12	369°
Muniz Ferreira	4.985,69	382°	4.992,39	222°	4.982,81	394°	4.986,96	381°
Nova Itarana	4.985,66	386°	4.991,54	360°	4.983,34	371°	4.986,84	394°
Aratuípe	4.985,59	394°	4.992,13	268°	4.982,50	411°	4.986,74	400°
Varzedo	4.985,69	383°	4.991,91	304°	4.982,44	412°	4.986,68	403°
Dom Macedo Costa	4.985,38	409°	4.991,83	314°	4.982,36	414°	4.986,52	410°

Fonte: SEI – 2002

Adaptação: Fonseca, Áurea. – 2004

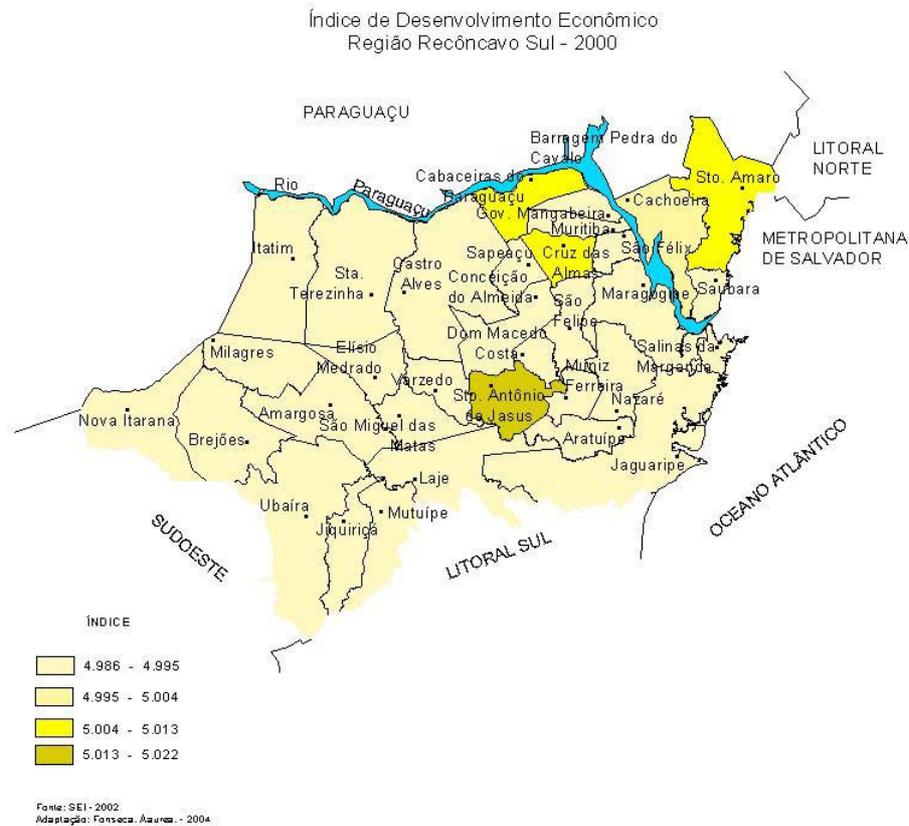
Fig. 31

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SEGUNDO AS
REGIÕES ECONÔMICAS - 2000



Fonte: SEI - 2002

Fig. 32



6.4 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DO RECÔNCAVO SUL BAIANO

As informações contidas neste tópico foram levantadas com base nos dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR – Estado da Bahia, inseridos no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Recôncavo Sul.

A história do desenvolvimento econômico da Bahia legou um papel importantíssimo para a parcela do Recôncavo Sul, que teve sua expansão econômica baseada na agroindústria da cana-de-açúcar e do fumo. Essa atividade, de importância marcante para a economia estadual, garantiu vultosos investimentos em infra-estrutura econômica para a região, a partir da importância das atividades industriais no Brasil.

Ressalte-se, também, o fato de ter sido essa região, historicamente, a responsável pelo abastecimento alimentar do maior e mais dinâmico centro urbano da Bahia, além de ser

depositária e artífice da construção de importante parte do patrimônio histórico, nacional e estadual.

6.4.1 Energia elétrica

O consumo de energia elétrica no Recôncavo Sul é pequeno se comparado com o consumo total do Estado e de outras regiões da Bahia. Segundo a Companhia de Eletricidade da Bahia – COELBA, durante o período de 1993/97 registrou-se uma participação percentual média anual da ordem de 4,56%.

Dados da COELBA indicam que o consumo total de energia no Estado da Bahia era de 6,7 bilhões de kWh em 1993, que passou para 8,3 bilhões de kWh em 1997, representando uma taxa geométrica de crescimento anual de 4,34%. No Recôncavo Sul, no mesmo período, registrou-se um crescimento da ordem de 3,11%. Existe uma participação diferenciada em relação ao uso de energia pelos diversos setores no Recôncavo Sul, com implicações na diferença de ritmo de desenvolvimento da região, com relação ao Estado, conforme tabela apresentada.

Na medida em que o desenvolvimento econômico de um determinado espaço deve ser medido pelo conjunto de atributos nele localizado, envolvendo as atividades produtivas e aquelas denotadoras da qualidade de vida da população, considera-se importante identificar as taxas geométricas de crescimento das diversas categorias de consumo de energia elétrica.

No período de 1993/97, a taxa de crescimento anual das diversas categorias de consumo de energia elétrica, no Recôncavo Sul, mostrou-se bastante diversificada. Dentre as atividades produtivas, observa-se que a categoria rural/irrigação, apesar da sua pouca representatividade em termos quantitativos, do ponto de vista de taxa de crescimento do consumo, indica um crescimento considerável de 24,53%; o setor industrial, mesmo representando uma parcela importante do consumo energético regional, obteve um desempenho muito pouco significativo, com um crescimento de 0,95%; o segmento comercial, além de ser importante quantitativamente, cresceu bastante no período, com uma taxa geométrica média anual de 11,44%. As categorias não diretamente produtivas, em consumo absoluto, tiveram um crescimento médio anual mais limitado, atingindo as taxas respectivas de 9,42%, 8,20% e 2,07%, durante o período considerado. Ver tabela abaixo.

Os eventos que podem estar na origem do comportamento identificado são vários e podem, em cada caso, dizer respeito a causas complementares distintas: 1 – no caso da categoria rural/irrigação, a ocorrência localizada, principalmente nos subespaços Cafeeiro, Vale do Jiquiriçá e Sertão/Caatinga, envolvendo a irrigação de olerícolas e, provavelmente, capineiras e outras culturas; 2 – na categoria industrial, de maior expressão em Santo Amaro, vinculada à produção de papel e celulose e ao complexo agroindustrial açucareiro; 3 – na categoria rural/outros, residencial e serviço público de água e esgoto, com implicações no uso de energia elétrica para a garantia da qualidade de vida das populações residentes, rurais e urbanas, com maior uso quantitativo nas áreas urbanas. Aqui se destacam os subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos, com maior evidência para os municípios de Muritiba e Santo Antônio de Jesus, em função, no primeiro caso, do funcionamento das estações elevatórias da EMBASA e, no segundo, relacionado com o crescimento populacional da cidade.

No que concerne ao consumo total de energia elétrica durante o período de 1993 a 1997, de 4,81% para 4,53%, foi constatada uma redução na participação percentual do Recôncavo Sul relativa ao Estado da Bahia, fato que pode se constituir num indicador do fraco dinamismo das atividades diretamente produtivas.

O nível de consumo total de energia apresentou uma significativa variação no período de 1993 (325.337.710 kWh) a 1997 (379.140.780 kWh). Saliente-se que o aumento do consumo localizado decorreu, principalmente, do desempenho da categoria residencial, cujo comportamento foi acompanhado pelo crescimento de algumas categorias de consumidores, tais como comercial, poder público, iluminação pública, rural/irrigação e rural/outros, conforme tabelas abaixo.

O crescimento da categoria residencial, de 79.556.067 kWh em 1993 para 109.040.197 kWh em 1987, é decorrente de aspectos referentes às taxas de urbanização, ao crescimento da população e à difusão dos usos de eletrodomésticos.

Tabela 31**Consumo de Energia Elétrica, Segundo a Categoria e a Taxa Geométrica Anual de Crescimento****Região Recôncavo Sul – 1993/1997.**

Categoria de Uso de Energia	1993		1997		T. M. Anual de Cresc. (1993/97)
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Serv. púb. de água e esgoto	94.644.000	29,10	102.747.318	27,10	2,07
Residencial	79.556.067	24,45	109.040.197	28,76	8,20
Industrial	69.011.334	21,21	71.663.527	18,90	0,95
Comercial	22.044.079	6,78	97.002.626	8,97	11,44
Rural/outros	17.160.849	5,27	24.599.623	6,49	9,42
Rural/irrigação	295.299	0,09	710.074	0,19	24,53
Consumo total	325.337.710	100,00	379.140.780	100,00	3,90

Fonte: CAR/SEPLANTEC – 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea. - 2004

Com relação ao consumo total de energia, observou-se que os principais municípios consumidores da região são Muritiba e Santo Amaro, em decorrência, respectivamente, do uso da energia elétrica na categoria de serviço público de água e esgoto, voltado para a operação das estações elevatórias e transporte de água para abastecimento da população e, na categoria industrial, para a produção de papel e celulose. Ainda podem ser destacados, pelo nível de consumo local de energia elétrica, os municípios de Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas, que têm um foco maior de consumo produtivo na categoria comercial.

Tabela 32**Consumo Total de Energia Elétrica****Região Recôncavo Sul – 2000**

Discriminação	Em (mwh)
Bahia	17.313.605
Recôncavo Sul	402.892

Fonte: SEI – 2002

Elaboração: Fonseca, Áurea. - 2004

Como fator de produção, o consumo de energia elétrica na região tem apresentado resultados modestos. Uma das razões parece ser, particularmente, a característica do sistema

produtivo, que está estruturado com base em unidades de pequeno porte, não desempenhando um papel estratégico nos setores rural, comercial e nem industrial.

As atividades econômicas analisadas, em função da participação relativa no consumo de energia elétrica, apresentaram uma tendência à estagnação em determinado período, sendo que noutra as atividades foram conduzidas com um movimento crescente ou com um movimento de regressão, decorrentes, principalmente, do pouco dinamismo dos empreendimentos industriais, agroindustriais, de extração mineral e de irrigação.

O consumo do setor terciário, representado pelo comércio e pelos serviços, apresentou um comportamento que, apesar dos pequenos aumentos obtidos, também pode ser explicado pelos aspectos indicados no item anterior, pois se trata de atividades típicas do meio urbano e, dessa forma, influenciadas pelo crescimento da demanda nas cidades. Embora algumas cidades como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Santo Amaro e Cachoeira apresentem importância no setor terciário, o consumo comercial da região (inferior a 9% do consumo total) não apresenta grande significação, o que revela o pouco dinamismo do setor, considerando que as economias de urbanização poderiam indicar sinais de desenvolvimento de núcleos urbanos mais significativos.

O setor industrial, com um comportamento irregular no período em análise, apresentou uma redução na participação (21,21% em 1993 para 18,90% em 1997), com relação ao consumo total da região. Essa situação pode ser explicada pela paralisação das atividades de unidades industriais, principalmente em Santo Amaro. O setor industrial é constituído, em sua maioria, por unidades de pequeno porte, atendendo, muitas vezes, apenas aos mercados locais. O nível de consumo de maior representação está localizado em Santo Amaro, influenciado pela fábrica de papel e papelão. Além disso, nesse município estavam localizados 31% das unidades industriais, que consumiram 91,6% da energia do setor. O Município de Santo Antônio de Jesus, além de possuir o maior número de consumidores industriais, é o que apresenta o segundo maior nível de consumo. Apesar de sofrer uma redução na participação percentual, o setor industrial, juntamente com o setor residencial, responderam pelos maiores níveis de consumo da região.

Com relação à eletrificação rural, vale lembrar que não é possível desenvolvê-la de forma eficiente, construindo linhas de distribuição para atender à reduzida demanda de poucos

consumidores. O organismo ideal para o desenvolvimento da eletrificação rural é, preferencialmente, a cooperativa (sem fins lucrativos e orientada pelos próprios interessados), o que não existe na região. É impraticável viabilizar o atendimento aos pequenos e médios agricultores em virtude da baixa capitalização e dos elevados custos de transporte e de distribuição da energia.

Na realidade, são poucos os consumidores rurais, dado relevante que se consubstancia num indicador da prática da agricultura irrigada. Em uma área onde, adicionalmente, muitos outros benefícios resultariam (como uma maior produtividade em áreas já incorporadas ao processo produtivo, como a melhoria nas condições de vida, além do aumento da área plantada), apenas foram identificados 66 consumidores (2,28% do total estadual) de energia para irrigação, em 1997, ano mais recente sobre o qual foi possível obter informações. Trata-se, na verdade, de pequenas propriedades com reduzidas áreas irrigadas e com baixos níveis de rendimento, uma vez que não foram identificados elevados níveis de produção agrícola nos municípios caracterizados como tendo consumidores rurais.

Quanto aos outros consumidores rurais, a situação é menos crítica, devido a um número mais significativo de atividades de beneficiamento e de pequenas agroindústrias. Essa situação pode ser explicada, pois o suprimento de energia elétrica permitiu a substituição de motores acionados a óleo diesel ou a gasolina, contribuindo, sensivelmente, para a melhoria do desempenho operacional do pequeno e médio produtor, principalmente porque grandes produtores só foram identificados em Ubáira, Brejões e Santo Amaro. Nesses municípios, os valores da produção agrícola foram decorrentes mais do aumento da área colhida do que do aumento da produtividade, obtida através de melhores níveis tecnológicos. Dessa maneira, foram identificados 12.896 outros consumidores rurais, que representam 20,87% do total estadual. É necessário mencionar que todos os municípios participaram com determinados números de consumidores, o que indica um comportamento diferente do encontrado com referência à utilização da energia com a finalidade de irrigação.

A análise do consumo de energia elétrica permite identificar significativas diferenças intra-regionais quanto à participação de cada subespaço, no conjunto da economia regional. Desse ponto de vista, destacam-se o Subespaço Baixadas Litorâneas, fortemente influenciado por Santo Antônio de Jesus – município mais populoso, maior centro comercial da região e, regionalmente, o segundo colocado em importância no setor industrial – e o Subespaço

Subaé/Baixo Paraguaçu, onde a atividade industrial em Santo Amaro é a que apresenta maior valor da transformação. Embora de grande representatividade, o total do consumo no Subespaço Tabuleiros Pré-Litorâneos se deve, quase exclusivamente, ao setor do serviço público de água e esgotos, cujo consumo é decorrente da localização das estações de bombeamento de água na Usina Pedra do Cavalo, situada no Município de Muritiba, que, isoladamente, representou 23,67% do total consumido na região, em 1997.

6.4.2 Transportes

Com relação aos transportes, a infra-estrutura disponível apresenta a caracterização de investimentos que foram realizados para o atendimento das necessidades de integração da Região Recôncavo Sul com Salvador, centro dinâmico do Estado. Assim, a proximidade do núcleo dominante influenciou para que a estrutura fosse implantada, com o objetivo de atender a uma área cuja população está ocupada, principalmente, com atividades agrícolas. Dessa forma, é possível afirmar que atende à demanda em função do estágio de desenvolvimento em que se encontra a região. A produção não é homogênea no espaço regional. A observação dos níveis de concentração evidencia que as atividades econômicas na região, nos diversos subespaços, ocorrem com intensidades variáveis.

Regionalmente, o sistema de transportes é formado pelas modalidades rodoviária, aquaviária, aeroviária e ferroviária. Porém, devido à sua localização com relação a Salvador, à distribuição espacial da população, às atividades diretamente produtivas, ao grau de urbanização, ao uso da terra e à delimitação espacial da produção, a modalidade rodoviária é a que apresenta maior importância para a economia regional.

As razões que atribuíram uma maior importância à modalidade rodoviária são: 1 – a infra-estrutura do transporte aeroviário é formada por pequenos campos de pouso e o nível de urbanização, bem como a distância para Salvador, não justificam investimentos para melhoramentos e criação de serviços de transportes regulares; 2 – o trecho da ferrovia se resume à ligação que anteriormente pertencia à Linha Sul (Mapele–Monte Azul) e que atende aos municípios de Santo Amaro, Conceição da Feira, Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas, Castro Alves e Santa Terezinha. A ferrovia não exerce maior influência sobre o desenvolvimento regional, na medida em que é muito pouco importante sob o ponto de vista da origem e do destino das mercadorias e dos passageiros. É provável que surjam mudanças

nesse quadro, através da implantação do Projeto Variante do Paraguaçu, que possibilitará interligar a rede ferroviária do Nordeste às ferrovias da Região Sul do País; 3 – o transporte aquaviário, subsistema marítimo, se restringe apenas ao pequeno tráfego na Baía de Todos os Santos, estabelecendo ligações entre Salvador e os municípios de Maragogipe, Salinas da Margarida e Nazaré. Transporta um pequeno volume de mercadorias e apresenta alguma importância para as viagens de turismo e para as atividades de lazer, através do uso de barcos de aluguel ou de propriedade particular. Inexiste uma exploração regular de linhas para o transporte de carga ou de passageiros, se configurando, assim, como um transporte sem grande representação na movimentação de cargas ou mesmo no sistema de integração.

O grau de complexidade da estrutura da economia regional, aliado à grande diversidade das características regionais, pode ser explicado pela delimitação espacial da produção, que, em parte, foi determinada pelas tendências dos investimentos na infraestrutura dos transportes, principalmente o rodoviário, pelas próprias particularidades da modalidade.

Em nível nacional, sabe-se que, no passado, a orientação do planejamento para o sistema rodoviário foi determinada pela construção de grandes eixos troncais de sentido longitudinal, os quais contribuíram para uma maior integração do espaço econômico nacional, atendendo, principalmente, ao tráfego de longa distância, além de desviar da navegação de cabotagem.

Nos limites regionais, essa situação pode ser constatada pela observação do traçado das rodovias do sistema principal, que proporciona a integração de mercados nos níveis estadual e nacional, refletindo uma preocupação com aspectos políticos e regionais, embora esse traçado tivesse origem na ação de uma política setorial. A realidade reflete o fato de que a política de transportes tem sido permanentemente voltada para a infra-estrutura viária, cujas rodovias continuam a servir de instrumento de promoção, mais imediata dos objetivos de integração, reservando uma posição secundária para os aspectos operacionais das outras modalidades de transportes.

A importância das rodovias para a região demonstra a ênfase nos objetivos de crescimento extensivo da infra-estrutura viária e está presente, ao longo dos anos, na ocupação do espaço brasileiro. As metas de ligação de pontos distantes entre si, o que

caracterizava o atendimento ao tráfego de longa distância, consubstanciavam uma estratégia de ocupação territorial, a qual, face à grande disponibilidade de terras, foi a maneira de incorporar novos espaços para o sistema produtivo.

Apesar de alguns esforços, no sentido de incentivar e obter uma maior integração e complementariedade das diferentes modalidades de transportes no País como um todo, constata-se uma elevada participação do transporte rodoviário no total de movimentação de carga, bem como de passageiros. A deterioração do transporte ferroviário acentuou a tendência de sua substituição pelo transporte rodoviário, aspecto que pode ser constatado através da Estrada de Ferro de Nazaré – EFN, que servia à região. A EFN foi construída em 1880, embora suas extensões tenham sido ampliadas sucessivamente, a partir do início do século XX.

A ferrovia, que tinha início em Nazaré e passava por Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra e Santa Inês, com um prolongamento até Jaguaquara e Jequié, foi de grande importância para a região, no período coincidente com o auge da cultura do café, servindo tanto para o escoamento da produção quanto para a integração da população do Vale do Rio Jiquiriçá com outros centros regionais.

O trecho principal se estendia do Porto de São Roque até Jequié, com uma distância de 290 km. Além desse, possuía mais dois ramos – São Miguel das Matas-Amargosa, com aproximadamente 27 km, e outro com origem em Nazaré, até as jazidas de manganês na localidade de Onha, com 8 km de extensão.

Com a erradicação do trecho ferroviário, o traçado foi aproveitado, em parte, para a construção de uma grande extensão da BR-420. Atualmente, percebe-se que o traçado utilizado para a ferrovia é coincidente com as diretrizes dos trechos rodoviários, de acordo com os seguintes dados: São Roque do Paraguaçu-Caboto-Nazaré (BR-420/BA-001); Onha-Muniz Ferreira-Taitinga-Santo Antônio de Jesus (BA-245); Santana-Varzedo-José Marcelino-São Miguel das Matas (BA-026); Eng. Pontes-Laje (BA-539); Mutuípe-Jaguaquara-Jiquiriçá-Ubaíra-Partioba-Eng. França-Santa Inês-Eng. Átila-Itaquara-Jaguaquara (B4-420). Apenas o subtrecho Jaguaquara-Caatingas-Paixão-Jequié não foi substituído por trecho rodoviário.

Em virtude da modalidade do caminhão e do fato de que o transporte rodoviário envolve operações de carga e descarga mais simplificadas, esse meio de transporte foi o instrumento mais ativo na consolidação de um mercado nacional, integrando regiões e acompanhando a rápida expansão da fronteira agrícola. Como é relativa a dispersão espacial das atividades econômicas e não existe grande concentração espacial dos aglomerados urbanos, a localização das cidades foi feita em função do sistema de transporte.

Historicamente, à medida que foi implantado o sistema rodoviário, o desenvolvimento se processou com intensidades diferentes, em diversos locais, e desenvolveu-se uma área ou um núcleo urbano de importância relativa, de acordo com o padrão hierárquico. E foi essa situação que induziu a incorporação de áreas ao processo produtivo, mais próximas dos centros de consumo e de maior vantagem comparativa.

No que se refere à infra-estrutura de transporte, o objetivo maior foi alcançar os limites da fronteira agrícola através de grandes rodovias troncais. E, assim, no que diz respeito à análise dos investimentos em transportes, com a finalidade de alimentar grandes troncos ou ainda com o objetivo de efetuar uma penetração pioneira, somente faz sentido considerar os investimentos rodoviários.

O sistema rodoviário principal da região é formado pelas Rodovias BR-101 e BR-116, dois eixos de sentido longitudinal, que permitem grandes volumes de tráfego a altas velocidades e servem de integração nos níveis regional, estadual e nacional.

Contudo, é necessário mencionar, como de significativa importância, as Rodovias BR-242 e a BR-420. A BR-242, de sentido transversal, foi implantada como uma rodovia de penetração, visando a acompanhar a expansão da fronteira agrícola e colonizar vazios econômicos. Constitui-se no grande eixo que proporciona a integração com a Região Oeste do Estado. A BR-420 deve ser mencionada, sobretudo, por se constituir na ligação com os dois eixos mais importantes (BR-101 e BR-116), além de interligar os municípios situados no Vale do Rio Jiquiriçá.

Complementando o sistema principal, existe um sistema secundário, cuja função mais importante é a de coletar o tráfego das vias locais e das vias urbanas para alimentar o

sistema principal. Inversamente, essas rodovias desempenham a função de distribuir o tráfego do sistema principal para as áreas rurais, os distritos e as sedes municipais.

A relação descritiva das rodovias permite identificar que todas as sedes municipais estão interligadas à rede básica e, assim, não podem ser constatados obstáculos na mobilidade de fatores, causados pelo sistema de transportes.

O terceiro sistema é constituído pelas rodovias que servem como acesso local, com simplificadas condições técnicas, sendo constituído pelas estradas alimentadoras, rurais ou vicinais. Para a indicação de programas de desenvolvimento, é necessário estudar trechos específicos, visando ao atendimento a determinadas localidades, pois a escassez de investimentos em melhoramentos no sistema terciário pode se constituir em pontos de estrangulamento, em decorrência da necessidade de conservação permanente.

Tabela 33

Relação das Rodovias

Região Recôncavo Sul

Rodovia	Pontos de Passagem
BR - 101	Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus
BR - 116	Milagres
BR – 242	São Felipe, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Castro Alves
BR – 420	Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, São Felipe, Conceição do Almeida, Sapeaçu, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra
BA – 001	Aratuípe, Nazaré
BA – 026	Brejões, Amargosa, Dom Macedo Costa
BA – 046	Amargosa, Milagres
BA – 120	Castro Alves, Santa Terezinha, Elísio Medrado
BA – 245	Nazaré, Santo Antônio de Jesus
BA – 493	Santa Terezinha
BA – 496	Nazaré, São Felipe, Cruz das Almas
BA – 502	Muritiba, São Félix
BA – 508	Maragogipe
BA – 534	Salinas da Margarida
BA – 539	São Miguel das Matas
BA – 540	Amargosa, Mutuípe

BA – 878	Saubara
BA – 883	Aratuípe, Jaguaripe
BA – 886	Elísio Medrado
RL – 802	Cabaceiras do Paraguaçu

Fonte: CAR/SEPLANTEC - 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea. - 2004

6.4.3 Serviços de Saneamento Básico

6.4.3.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água passou a se constituir num problema para as populações de muitos municípios do Recôncavo Sul, principalmente para aqueles localizados nos subespaços Tabuleiros Interioranos, Vale do Jiquiriçá, Sertão/Caatinga e Cafeeiro. Até mesmo os municípios localizados na área de influência do Rio Paraguaçu, a exemplo de Milagres, Brejões, Santa Terezinha e Nova Itarana, vêm enfrentando redução na oferta de água, desde 1990.

Dentre as principais causas geradoras da redução de água, duas apresentam maior gravidade: a primeira reporta-se ao assoreamento de mananciais superficiais, decorrente da forma de ocupação desordenada das áreas rurais; a segunda está relacionada com o lançamento dos resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos e dos dejetos poluentes, oriundos das unidades econômicas e domésticas nas fontes de abastecimento.

Segundo o IBGE, a Região Recôncavo Sul tinha, em 1991, 135.373 domicílios ligados à rede geral, sendo que, destes, 41,84% contavam com canalização interna; 15,48% eram abastecidos através de fontes de suprimento do tipo poço ou nascente; e 4,20%, de outras fontes. Dos domicílios que dispõem de canalização, apenas 11,35% estão ligados à rede geral, 50,40% têm como fonte de suprimento poços ou nascentes e os restantes 38,10% possuem outras fontes de suprimento.

Dos municípios que apresentaram serviços regulares de abastecimento de água, destacam-se os do Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu, com 30% dos domicílios atendidos através de canalização interna e ligados à rede geral. Destes, apresenta-se, de forma especial,

o Município de Santo Amaro, com 5.861 domicílios conectados, o que equivale a 13% das ligações do subespaço, com canalização interna e servidos pela rede geral.

O acesso à água potável na região não pode ser avaliado apenas pela tipologia de sistemas utilizada pelo IBGE. Com ou sem canalização interna, é uma aferição que está associada diretamente ao uso e não à fonte de provimento. Quando esta é considerada, 59,79% dos domicílios têm como fonte de suprimento poço/nascente e outras fontes, sendo que, destes, 48.499 domicílios são supridos por poços/nascentes e 32.444 por outras fontes, que correspondem no conjunto dos domicílios a 35,83% e 23,97%, respectivamente.

Os subespaços apresentam, naturalmente, graus relevantes de diferenciação. No caso do abastecimento de água, a diferenciação é marcada pela localização espacial e pelo quadro natural, associado ao estado de desenvolvimento econômico. Os subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro têm participação inferior a 4% no conjunto e, dos quatro municípios que os compõem, três têm participação inferior a 1,0% no sistema, com canalização interna e com zero ligação à rede geral.

Dos subespaços sem canalização interna, 50,46% são abastecidos com poços/nascentes e 39,19% com outras formas não especificadas. Quanto aos subespaços Tabuleiros pré Litorâneos e Vale do Jiquiriçá, eles apresentam incidências de 56,51% e 59,69% respectivamente, enquanto os subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro apresentam incidências de 90,97% e 77,68%. Os dados revelam a precariedade da oferta de água potável em quatro dos sete subespaços.

A característica do Subespaço Baixadas Litorâneas é a discrepância verificada entre os municípios, com relação ao tipo de atendimento com canalização interna e ligados à rede geral. Os Municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Castro Alves apresentavam taxas de ligações expressivas, de 16%, 6% e 4%, respectivamente, com relação à região e ao subespaço, enquanto que Elísio Medrado, Muniz Ferreira, Santa Terezinha, São Miguel das Matas e Varzedo apresentavam um número reduzido de atendimentos com esse mesmo tipo de serviço.

6.4.3.2 Esgotamento Sanitário

A avaliação efetuada sobre a dimensão do esgotamento sanitário nos 84.089 domicílios cadastrados no Recôncavo Sul, com condições técnicas favoráveis para a utilização desse tipo de serviço, constatou que apenas 3,78% estavam ligados à rede geral. Portanto, 96,22% dos domicílios utilizavam outras formas de escoamento, como fossas, lançamento no solo ou nos mananciais, acarretando graves problemas de saúde.

Como foi observado, apenas 3,75% dos domicílios estão ligados à rede geral do sistema de escoamento dos dejetos. Entre os subespaços, apenas os Tabuleiros Pré-Litorâneos apresentam incidência superior. Os demais não atingem essa marca, sendo que, nos subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro, a incidência é zero, isto é, não dispõem de rede geral. Os subespaços Subaé e Vale do Jiquiriçá apresentam incidências de 3,65% e 2,21%, respectivamente.

Quando se utiliza como variável independente o destino dos dejetos, associado à rede geral ou a outros meios, observa-se que as incidências recaem sobre os mesmos subespaços. Do total dos domicílios ligados à rede geral, 70,53% estão localizados no Subespaço Tabuleiros Pré-Litorâneos, seguido do Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu, com 19,14%. Os subespaços Tabuleiros Interioranos e Vale do Jiquiriçá apresentam incidências de 5,48% e 4,06%, respectivamente.

Nos subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro, a falta da prestação desse serviço alcança o seu patamar crítico. Os municípios de Itatim, Milagres, Brejões e Nova Itarana não dispõem de domicílios interligados à rede geral e utilizam outras formas de escoamento sanitário, configurando um quadro de total precariedade. Em várias ruas dessas cidades, é comum a existência de esgotos superficiais, principalmente nos bairros populares e, principalmente, nas ruas não-pavimentadas. Essa forma de esgotamento é a que mais contribui para o elevado índice de doenças de veiculação hídrica.

6.4.3.3 Limpeza Urbana e Coleta de Lixo

A limpeza pública e a coleta dos resíduos sólidos domiciliares, industriais e hospitalares são realizadas de forma precária, embora o problema mais grave seja a disposição

final desses resíduos. Os municípios da região utilizam vazadouros (lixão) como destinação, de forma contrária a todas as normas técnicas preconizadas. Alguns procedimentos, por parte das Prefeituras da região, podem amenizar os problemas causados pelo destino incorreto do lixo. Dentre as ações a serem implementadas, destacam-se: a separação, após a coleta, dos diferentes tipos de resíduos (doméstico, hospitalar e industrial); a adoção de uma distância adequada para o armazenamento do lixo dos centros urbanos, evitando também o impacto visual negativo; o controle dos gases ou do chorume, reduzindo a proliferação de ratos e baratas; o impedimento da contaminação dos recursos hídricos superficiais e da subsuperfície.

A ausência de um plano setorial, por parte da maioria das Prefeituras da região, que contemple, dentre suas ações, a instalação de usinas de reciclagem e compostagem do lixo, operacionalizando um sistema de coleta seletiva e a implementação de ações na área de educação ambiental, tem contribuído para a proliferação de doenças e para a redução da qualidade de vida das populações municipais.

Ficou constatado, na região, que, dos 135.337 domicílios cadastrados, em apenas 21,34% são efetuados coletas diretas de lixo, sendo 7,08% através da coleta indireta e 71,57% mediante outras formas, as quais incluem a colocação do lixo em locais predeterminados, para posterior recolhimento pelo órgão responsável.

A prestação desse tipo de serviço apresenta um melhor atendimento nos subespaços Tabuleiros Pré-Litorâneos e Tabuleiros Interioranos, onde 31,52% e 23,88%, respectivamente, dos domicílios são atendidos pela coleta direta. Contudo, a grande maioria dos domicílios incluídos, aqueles das áreas rurais, utiliza outras formas. Vale registrar que, nessas regiões, é costume armazenar o lixo a céu aberto, para posterior incineração, sem obedecer a qualquer norma técnica.

6.5 FATORES POTENCIAIS E RESTRITIVOS AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fatores potencializadores: possibilidade de integração entre as instituições públicas vinculadas à pesquisa, ao ensino e à difusão científico-tecnológica, existentes na área; existência de uma importante infra-estrutura econômica – malha viária, possibilidade de uso

da navegação de cabotagem, espaços marítimo e fluvial; oferta abundante de energia elétrica; disponibilidade de água e solos aptos para irrigação; privilegiada localização do Recôncavo Sul com relação aos municípios da RMS e de Feira de Santana, dentre outros.

Fatores restritivos: inexistência de políticas de desenvolvimento para a região; necessidade de adequação do modelo de intervenção do Estado às condições econômicas e sociais da região; comprometimento das fontes, nascentes de rios e fluxos d'água, decorrente do desmatamento das matas ciliares, do assoreamento, do uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura e dos despejos efluentes industriais e de resíduos sanitários; insuficiente oferta de capacitação para mão-de-obra, em todos os setores da economia; baixo padrão tecnológico no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas na região, resultando em baixa produtividade.

Os fatores acima relacionados apresentam vinculações com a esfera regional e articulações estruturadoras com a sociedade global.

Potencialidades por Setor

Setor primário: disponibilidade edafoclimática para o desenvolvimento da horticultura e fruticultura; condições naturais e de mercado para a exploração da pecuária; segmentos de áreas para a produção de café; disponibilidade de solo e água para irrigação (15.000 ha de tabuleiros no Município de Cabaceiras do Paraguaçu, com estudo de viabilidade econômica incorporado ao Plano Estadual de Irrigação); disponibilidade edafoclimática para a cultura do cacau; vantagens locacionais e de mercado para a avicultura; condições naturais para a exploração da pesca e da maricultura.

Setor industrial: oferta de matéria prima agrícola para implantação de unidades agroindustriais; disponibilidade de mão-de-obra qualificada na criação de um pólo regional de produção de fogos de artifício; disponibilidade de matéria-prima e condições favoráveis de mercado para a indústria de cerâmica; disponibilidade de matéria-prima e condições favoráveis para a criação de um centro especializado na produção de derivados do leite; condições naturais favoráveis para produção de fumos como matéria-prima para a indústria fumageira; disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a produção de derivados do fumo; condições favoráveis para a ampliação das unidades de beneficiamento de marisco; condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria avícola; oferta de matéria-prima

para a instalação de uma central de produção dos derivados da mandioca; disponibilidade de matéria-prima para a indústria da construção civil.

Setor terciário: existência de pólos comerciais consolidados; condições favoráveis para o desenvolvimento turístico, apoiadas no patrimônio histórico-cultural e natural; condições favoráveis para a implementação do ecoturismo; possibilidades de exploração de atividades de lazer e de esportes náuticos na Baía de Todos os Santos e no Lago da Pedra do Cavalo; existência de órgãos de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento comercial.

Limitações por Setor

Setor primário: elevada ocorrência de minifúndios/grande concentração da propriedade da terra; inexistência de sistema agroindustrial que potencialize o setor agrícola; alta incidência de zoonozes que comprometem a produtividade dos rebanhos; baixa qualidade da alimentação animal; uso inadequado dos recursos naturais em decorrência de problemas estruturais e da ausência de informação; ocorrência de áreas com baixa fertilidade e elevada acidez natural do solo; degradação dos diversos ecossistemas.

Setor industrial: baixa capacidade de investimento do empresariado regional; ausência de incentivos governamentais dirigidos para o setor industrial da região; baixa competitividade de produtos regionais em relação ao Centro-Sul do País; dificuldade de obtenção de crédito; elevada carga tributária.

Setor terciário: dificuldades de ampliar a base de comercialização devido à estrutura da renda regional; elevada carga tributária; alto custo do crédito; inexistência de produtos com valor agregado, reduzindo a capacidade de competição com outros mercados; ausência de um plano integrado para o desenvolvimento do turismo regional; inexistência de estudos ambientais que delimitem, claramente, a capacidade de suporte dos espaços considerados ideais para o lazer; baixa qualificação da força de trabalho para atender às necessidades do mercado turístico.

CAPÍTULO 7. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUA PROBLEMÁTICA

7.1 EDUCAÇÃO

O subsistema educacional regional integra o sistema e deste guarda as características estruturais nos aspectos da organização e na dinâmica, ou seja, na multiplicidade dos processos sociais que presidem o seu funcionamento e condicionam os resultados, quantitativos e qualitativos. O subsistema está estruturado em três níveis – pré-escolar, fundamental e médio – definidos a partir de critérios centrados no sujeito e nos estágios de conhecimento.

Esse modelo de estrutura tem sido discutido pelos especialistas, inclusive existe um diagnóstico bastante detalhado e contundente sobre o mesmo, embora as mudanças sejam periféricas e geralmente extrínsecas à sua natureza. A dissociação da estrutura, bem como da dinâmica do sistema educacional, da sociedade global, na qual se insere, é, certamente, a melhor via de acesso para a compreensão dos pontos de estrangulamento e de seu caráter seletivo e excludente.

7.1.1 Elementos Estruturais do Sistema Educacional

As unidades de ensino se constituem em componentes importantes do sistema educacional, porque integram o conjunto dos elementos que compõe a oferta. Na verdade, trata-se de um condicionante, em virtude da demanda possuir determinantes estruturais que transcendem os limites de uma oferta estática de vagas, independentemente da posição objetiva dos alunos na sociedade. A base física do sistema, relacionada com os níveis de ensino, está representada na tabela abaixo.

Tabela 34
Distribuição dos Estabelecimentos por Nível de Ensino
Região Recôncavo Sul – 1997.

Nível	Numero	%
Pré-escolar	606	25,47
Ensino Fundamental	1.713	72,01
Ensino Médio	60	2,52
Total	2.379	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Uma pesquisa realizada pela CAR, abrangendo o período de 1993 a 1997, que levou em consideração a dependência administrativa, ou seja, a esfera responsável pela gestão do sistema educacional, constatou que no período citado os municípios da região detinham 71,95% das unidades escolares, seguidos pelo Estado, com 18,70%, e pela iniciativa privada, com 9,35%, conforme tabela abaixo.

O crescimento do sistema, no período 1993/97, foi de 19,19%. Essa evolução, contudo, não foi linear, existindo variações expressivas entre o tipo de dependência e entre os períodos. As unidades vinculadas ao Estado cresceram 30,38%; aquelas vinculadas ao município, 10,78%; e à iniciativa privada, 97,44%. No período de 1993/1996, o sistema apresentou um crescimento de 31,01%, contra 19,19% no período 1993/1997, como já foi observado acima. No ano de 1996, o número de unidades escolares atingiu seu nível mais alto. De 1996 para 1997, houve uma redução nas instâncias estadual e municipal, com a iniciativa privada mantendo a tendência de crescimento, tendência já observada no período de 1993/1996.

Tabela 35
Evolução dos Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa
Região Recôncavo Sul - 1993/1997.

Dep. Adm.	Período						1993/97
	1993		1996		1997		
	n°	%	n°	%	n°	%	
Estadual	339	14,55	515	19,74	442	18,70	30,38
Municipal	1.540	80,64	1.939	74,09	1.706	71,95	10,78
Particular	117	4,81	161	6,17	231	9,35	97,44

Total	1.996	100,00	2.615	100,00	2.379	100,00	19,19
--------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

A análise da localização rural/urbana relacionada com os níveis de ensino, no período 1993/97, revela que 65,03% das unidades de ensino se localizavam na zona rural e 34,97% na zona urbana. Essa distribuição decorreu da desconcentração da população no espaço rural e da necessidade de aproximar a escola dos aglomerados humanos, aumentando o número de unidades de ensino. Embora essa estratégia possa parecer a mais “cômoda”, não é, comprovadamente, nem a mais econômica nem a mais eficiente do ponto de vista pedagógico.

O ensino pré-escolar cresceu apenas 2,26% na zona urbana e perdeu 50,07% de suas unidades na zona rural, enquanto as unidades do 1º grau cresceram, no conjunto, 68,77%. No 2º grau, por se constituir num nível de ensino predominantemente urbano, as suas unidades representaram, no conjunto do sistema, apenas 2,52%; com relação ao 1º grau, representaram 72,01%; e ao pré-escolar, 25,47% (ver Tabela 36).

A dependência administrativa, relacionada com os níveis de ensino, confirma a hegemonia do 1º grau como o nível de ensino finalístico, pois a incidência do 2º grau, em termos de base física, foi de apenas 2,52%, atribuída à redução da demanda, em virtude de representar apenas 12% da matrícula inicial do 1º grau.

Tabela 36
Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino por Nível e Localização
Região Recôncavo Sul – 1993/1997.

Níveis/Local.	1993 (A)		1997 (B)		B/A
	Nº	%	nº	%	
Pré-Escolar					
Urbana	265	28,31	271	44,71	2,26
Rural	671	71,69	335	55,29	-50,07
Subtotal	936	100,00	606	100,00	-35,26
1º Grau					
Urbana	325	33,02	502	29,31	54,46
Rural	690	67,98	1.211	70,69	75,51
Subtotal	1.015	100,00	1.713	100,00	68,77
2º Grau					
Urbana	43	95,56	59	98,34	37,21
Rural	2	4,44	1	1,66	-50,00
Subtotal	45	100,00	60	100,00	33,33
Total					
Urbano	656	32,51	832	34,97	26,83
Rural	1.362	67,49	1.547	65,03	13,58
Recôncavo Sul	2.018	100,00	2.379	100,00	17,89

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

A oferta regional de unidades de ensino por subespaço confirma a “ruralidade” do sistema de educação, pois, como demonstra a tabela abaixo, 71,69% das unidades estavam localizadas na zona rural e, entre os subespaços, o mais ruralizado e, conseqüentemente, o menos urbanizado era o subespaço Vale do Jiquiriçá, com 89,26% e 10,74%, respectivamente. O subespaço que apresentou maior grau de urbanização foi o Baixadas Litorâneas, com 39,46% dos estabelecimentos de ensino. A distribuição rural/urbano das unidades de ensino é condicionada pela posição do 2º grau na conformação do sistema, no nível interno; no nível externo, existe uma relação direta entre a taxa de urbanização e a distribuição espacial das unidades de ensino. Essa situação revela que a região ainda não reflete as tendências em curso, de redução da população rural e crescente processo de urbanização.

A análise espacial do sistema encontra-se referenciada através da distribuição das unidades de ensino, nas áreas rurais e urbanas e nos subespaços. O sistema, tomando o ano de

1997 como base, teve 2.379 unidades, sendo que 65,03% estavam localizadas na zona rural e 34,97% na zona urbana. O pré-escolar participou com 25,47%; o 1º grau, com 72,01%; e o 2º grau, com 2,52%. Das unidades componentes do pré-escolar, 44,72% se localizavam na zona urbana e 55,28% na zona rural. Com relação ao 1º grau, 70,69% se localizavam na zona rural contra 29,31% na zona urbana. Quanto ao 2º grau, este é um nível de ensino predominantemente urbano, onde 98,33% das unidades estão aí localizadas.

A evolução do sistema, analisada no período 1993/97, foi, no conjunto, de apenas 17,89% e decorreu do crescimento expressivo das unidades do 1º grau na zona rural, que passaram de 690 em 1993 para 1.211 em 1997, apresentando um incremento da ordem de 75,51%. Com relação ao pré-escolar, houve uma redução de 35,26%, observando-se, contudo, um maior decréscimo dessas unidades na zona rural. O 2º grau, no conjunto da região, apresentou um crescimento de 33,33%, tendo sido fechada uma das escolas rurais desse nível de ensino existente no Recôncavo Sul. Essa distribuição das unidades de ensino reflete a forma de ocupação do espaço rural caracterizada pela dispersão, pois, do ponto de vista demográfico, a população já é, majoritariamente, urbana. Por outro lado, reflete, também, a inexistência de uma estratégia que privilegie a distribuição, capaz de racionalizar os meios e assegurar ganhos de qualidade para o ensino.

Tabela 37**Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino por Localização e Dependência Administrativa****Região Recôncavo Sul – 1997.**

Localização	Níveis de Ensino							
	Pré-Escolar		1º Grau		2º Grau		Total	
Dependência Administrativa	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1. Urbana	271	32,57	502	60,34		7,0959	832	100,00
Estadual	76	21,59	245	69,60	31	8,81	352	100,00
Municipal	96	37,79	150	59,06	8	3,15	254	100,00
Particular	99	45,83	107	49,54	20	4,63	226	100,00
2. Rural	335	21,65	1.211	78,28	1	0,07	1.547	100,00
Estadual	9	10,00	80	88,89	1	1,11	90	100,00
Municipal	323	22,25	1.129	77,75	-	-	1.452	100,00
Particular	3	60,00	2	40,00	-	-	5	100,00
3. Total								
Estadual	85	19,23	325	73,53	32	7,24	442	100,00
Municipal	419	24,63	1.279	75,19	8	0,18	1.706	100,00
Particular	102	46,15	109	49,33	20	4,52	231	100,00
Recôncavo Sul	606	25,47	1.713	72,01	60	2,52	2.379	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Tabela 38

**Numero de Estabelecimentos de Ensino que Ministram o Ensino Fundamental
Região Recôncavo Sul – 1997.**

Subespaço	Localização					
	Urbana		Rural		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
I Baixadas Litorâneas	58	39,46	89	60,54	147	100,00
II Subaé/Baixo Paraguaçu	115	39,38	177	60,62	292	100,00
III Tabuleiros Pré-Litorâneos	95	27,46	251	72,54	346	100,00
IV Tabuleiros Interioranos	121	26,54	335	73,46	456	100,00
V Vale do Jiquiriçá	26	10,74	216	89,26	242	100,00
VI Sertão/Caatinga	20	43,48	26	56,52	46	100,00
Cafeeiro	12	24,00	38	76,00	50	100,00
Total	447	28,31	1.132	71,69	1.579	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Para analisar a espacialização do sistema relacionada com o subespaço, tomou-se como referência os estabelecimentos que ministravam o ensino fundamental em 1997. A heterogeneidade dos subespaços, com relação ao tamanho, dificulta a identificação precisa entre eles, visto que, como a concentração se deu na zona rural, a tendência é que essa concentração tenha se reproduzido entre os subespaços, embora a maior incidência de ruralização do sistema fosse no subespaço Vale do Jiquiriçá, com 89,26%, seguido dos subespaços Cafeeiro, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-Litorâneos, todos com uma incidência acima de 70%. Os demais demonstraram uma incidência de ruralização em torno de 60% (ver Tabela 39).

A espacialização tem uma relação forte com a dependência administrativa das unidades de ensino. Assim, aquelas vinculadas ao Estado localizavam-se na zona urbana, ou seja, 14,98%, contra 4,85% da mesma área, localizadas na zona rural.

O sistema escolar regional possuía, em 1997, um corpo de professores da ordem de 9.139 docentes, distribuídos por nível de ensino, na seguinte ordem: 1º grau – 72,62%; pré-escolar – 15,93%; e 2º grau – 11,45%. O Estado e o município tinham participações aproximadas, ambas concentradas no 1º grau, embora diferenciadas quanto à localização, vez

que os docentes do Estado estavam concentrados na zona urbana e os do município na zona rural (ver Tabela 39).

O 2º grau, cuja participação no quadro docente foi de 11,45%, apresentou uma distribuição fora do padrão com relação à dependência administrativa, ou seja, o município participou, apenas, com 12,62%, para 62,52% do Estado e 24,86% do sistema privado. Essas diferenças fazem parte da natureza do sistema, cuja característica dominante é sua externalidade, o fato de ser pensado de fora, de ser “descontextualizado” na medida em que os arranjos não respondem às necessidades da sua estrutura interna, mas, sim, a uma demanda conceitual da filosofia da educação dominante.

Por outro lado, a avaliação da adequação do quadro docente só é possível à luz de parâmetros capazes de medir os efetivos resultados. A relação aluno/professor, apresentada na Tabela 39, mostra um valor médio de 25,82 alunos/professor, com pequenas variações entre os níveis. Considerando as características etárias da população escolar por nível e as formas de organização das classes nas zonas rurais, é discutível a quase uniformidade da relação apresentada entre os níveis, que ocorrem, exclusivamente, em função da população matriculada e não a partir de critérios pedagógicos e didáticos.

Tabela 39
Distribuição dos Docentes por Dependência Administrativa em Nível de Ensino
Região Recôncavo Sul – 1997.

Dependência Administrativa	Nível							
	Pré-Escolar		1º Grau		2º Grau		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Estadual	315	21,63	2.865	43,17	654	62,52	3.834	41,95
		8,22		74,73		17,05		100,00
Municipal	889	61,06	2.965	44,67	132	12,62	3.986	43,62
		22,30		74,39		3,31		100,00
Particular	252	17,31	807	12,16	260	24,86	1.319	14,43
		19,11		61,18		19,71		100,00
Total	1.456	100,00	6.637	100,00	1.046	100,00	9.139	100,00
%		15,93		72,62		11,45		100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

O que os dados revelam, de fato, é uma considerável subutilização do sistema, vez que a oferta de matrículas poderia ser duplicada com a atual capacidade instalada.

A população do sistema apresentou, no período 93/97, um crescimento global de 27,74% na matrícula inicial. Este crescimento foi diferenciado entre os níveis e os períodos. A Tabela abaixo apresenta a síntese do quadro evolutivo da matrícula.

Detalhando a matrícula por nível relacionado com a localização e a dependência administrativa o pré-escolar cresceu 59,13%, crescimento superior ao do período 1993/96. De 1996 a 1997, as matrículas do pré-escolar cresceram apenas 1,92%. A participação da zona urbana foi de 57,89% e o crescimento interno, neste espaço, foi de 60,08%. A participação da zona rural foi de 42,11% e o crescimento dentro do espaço rural foi superior ao verificado na zona urbana, ou seja, de 66,62%.

Embora o crescimento no período tenha sido expressivo, a participação de alguns Subespaços reduziu, como no Baixadas Litorâneas, Tabuleiros Interioranos, Vale do Jiquiriçá e Tabuleiros Pré-Litorâneos. Para uma visão a nível municipal (ver Tabela 40).

Quanto à dependência administrativa, a matrícula inicial, no pré-escolar, assumiu a seguinte distribuição: 24,02%, 62,36% e 13,62% para as esferas estadual, municipal e particular respectivamente.

Tabela 40

Relação Aluno/Professor por Nível de Ensino

Região Recôncavo Sul – 1997.

Níveis	Docente	Discente	Aluno/Professor
Pré-Escolar	1.456	37.619	25,84
1º Grau	6.637	176.153	26,54
2º Grau	1.046	22.153	21,18
Total	9.139	235.925	25,82

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Tabela 41

População Escolar por Nível de Ensino

Região Recôncavo Sul – 1993/1997.

Nível	1993		1996		1997		1993/97
	nº	%	nº	%	nº	%	
Pré-Escolar	23.636	12,80	36.895	17,64	37.619	15,95	59,16
1º Grau	148.497	80,40	159.579	76,30	176.153	74,66	18,62
2º Grau	12.558	6,80	12.680	6,06	22.153	9,39	76,41
Total	184.691	100,00	209.154	100,00	235.925	100,00	27,74

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

7.1.2 Aspectos Funcionais do Sistema de Educação

A funcionalidade do sistema educacional, definida como a relação entre os objetivos, os meios e os resultados alcançados, tem sido avaliada através do “movimento escolar”, concebido como a “evolução dos alunos nas séries que compõem os níveis de ensino ao longo dos anos”. Esta evolução é identificada através de quatro situações, expressas mediante os conceitos de aprovado, reprovado, repetente e evadido. Estes conceitos são transformados em

indicadores, cuja função é medir a produtividades no âmbito de cada nível, dentro do ano escolar.

A inexistência de séries estatísticas homogêneas, construídas com os mesmos critérios e intervalos de tempo, impossibilita uma análises longitudinal, capaz de apreender as tendências do processo educativo. Apesar disto, têm contribuído para identificar as situações responsáveis pelas distorções do sistema. Não obstante, esta metodologia introduz um viés na análise, por não avaliar o produto final, ou seja, os resultados do ciclo, expressos na relação matrícula inicial e no número de concluintes, observando apenas o processo educativo.

As perdas no curso desse processo vão encarecendo dramaticamente o sistema, pois, no final de cada ano letivo, a sua capacidade instalada estará funcionando, apenas, com a metade do seu potencial. Os mecanismos de correção desses desequilíbrios têm enfatizado a concepção e a operação da escola como inadequadas para o tipo de clientela que pretende servir. Atualmente, esta abordagem tem sido rechaçada pelo próprio Ministério da Educação, responsável pelas diretrizes e políticas de educação, reconhecendo que “seria um equívoco circunscrever o problema às causas de natureza educacional. Isto porque a evasão escolar também está associada às desigualdades econômicas e às disparidades regionais. Seria ingênuo, portanto, pretender integrar essas crianças e adolescentes na escola, sem levar em conta as condições materiais de sua existência e outras variáveis não educacionais”.

A Tabela 42 apresenta os resultados operacionais do sistema de educação, em 1996, para o ensino fundamental. A produtividade deste sistema, se considerada como a participação dos alunos aprovados, foi baixa e estava situada em torno de 50%. Esta forma de gerar os indicadores de produtividade e de avaliar a funcionalidade do sistema permite apenas a introdução de um viés que considera a “categoria aprovado”, no ano letivo, como o único indicador de produtividade.

A categoria concluintes, incorporada à tabela, refere-se aos alunos matriculados em 1987, uma vez que o ciclo é de 09 anos. Nesse ano, foram matriculados no 1º e 2º graus níveis atualmente correspondes ao ensino fundamental, 118.092 alunos. Destes, somente 5.366 concluíram o ciclo, representando 4,54% dos alunos matriculados naquele ano. Assim, a metodologia em uso, para gerar os indicadores de produtividade, introduziu um viés ao avaliar

apenas os alunos concluintes dentre aqueles matriculados no ano letivo avaliado. Desta forma, os concluintes representaram apenas 2,90% do conjunto dos alunos matriculados em 1996.

Quanto aos demais indicadores, eles se distribuem por ordem de incidência em repetentes, reprovados e evadidos. Esta ordem indica que a repetência se constitui no indicador mais importante e a evasão no menor, situação que contradiz a maioria das análises.

Os indicadores de produtividade, quando relacionados com a localização rural/urbana, confirmam a diferenciação entre os indicadores de qualidade, aqui considerados como a aprovação e a conclusão.

Do total de alunos aprovados, 66,70% estão localizados no meio urbano, contra 23,30% no meio rural. Com relação aos concluintes, a zona rural participa com 0,83%, ou seja, em números absolutos, 544 alunos; a zona urbana participa com 89,86%.

A tabela abaixo revela a persistência das históricas dificuldades do processo educativo no meio, rural. Por outro lado, cabe aqui uma ilação, sugerida por esta situação: ou os procedimentos técnicos para determinar as taxas de analfabetismo apresentam problemas de consistência ou o conceito de alfabetização está subavaliado.

Tabela 42

Ensino Fundamental: Movimento Escolar e Localização**Região Recôncavo Sul – 1996.**

Indicadores de Produtividade	Localização					
	Rural		Urbana		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
Aprovados	32.294	49,27	64.687	54,10	96.981	52,39
%	23,30		66,70		100,00	
Concluintes	544	0,83	4.822	4,03	5.366	2,90
%	10,14		89,86		100,00	
Reprovados	12.260	18,70	18.012	15,06	30.272	16,35
%	40,50		59,50		100,00	
Evadidos	7.654	11,68	12.673	10,60	20.327	10,98
%	37,65		62,35		100,00	
Repetentes	12.795	19,52	10.387	16,21	32.182	17,38
%	39,76		60,24		100,00	
Total	65.547	100,00	119.581	100,00	185.128	100,00
%	35,41		64,59		100,00	

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

As medidas de correção que vêm sendo introduzidas no sistema de educação regional ainda não conseguiram interferir na dinâmica do processo histórico. Esse fato decorre do pouco tempo do emprego dessas medidas e da resistência que, historicamente, este sistema vem interpondo ao processo de mudanças. Estas alterações estão dirigidas para aspectos fundamentais da estrutura operativa, tais como a valorização da mão-de-obra docente, tanto do ponto de vista da sua qualificação, quanto da sua remuneração, bem como nos meios básicos para o funcionamento do sistema, relacionados com os alunos e com a manutenção e a ampliação da estrutura física. Associada a esse conjunto, está a tentativa, provavelmente a mais importante, de ruptura do modelo tradicional de gestão, centralizado no poder local e agora reorientado para uma parceria com a sociedade civil, em articulação com a rede de associações.

Considerando o processo didático/pedagógico, expresso, principalmente, nos indicadores de produtividade analisados, estão sendo sugeridas alternativas de redução, embora ainda de forma experimental, mas que refletem uma tentativa de interferir nos pontos críticos que condicionam a produtividade do subsistema.

Vale ressaltar que existe, contudo, uma grande variação entre os municípios e as áreas rural e urbana. Apenas um município apresentou uma taxa superior a 40% na zona urbana, enquanto que, na zona rural, a taxa variou entre 78%, em Aratuípe, e 34% em Saubara. A distribuição das taxas, apresentadas na Tabela 42, mostra que apenas três municípios tiveram uma taxa total de analfabetismo inferior a 30%. Evidencia-se, assim, que o acesso à escola, como ficou demonstrado, não depende apenas da existência da oferta, mas de fatores associados às condições objetivas de reprodução da sociedade.

Com relação à educação superior na Região Recôncavo Sul, atualmente, encontram-se em funcionamento na Universidade Federal da Bahia, na Universidade do Estado da Bahia, na Universidade Estadual de Feira de Santana e na Faculdade Adventista da Bahia, os seguintes cursos:

Universidade Federal da Bahia

Município – Cruz das Almas

Curso – Agronomia

Universidade do Estado da Bahia

Município – Santo Antônio de Jesus

Cursos – Geografia

História

Letras – Português e Literatura da Língua Portuguesa

Letras – Português, Língua Inglesa e Literatura

Letras – Português, Língua Espanhola e Literautra

Administração - Mercadológica

Administração – Micro e Pequenas Empresas

Universidade Estadual de Feira de Santana

Município – Santo Amaro

Cursos – Licenciatura em Ensino Fundamental

Licenciatura em Letras Vernáculas

Faculdade Adventista da Bahia

Município – Cachoeira

Cursos – Administração

Fisioterapia

Pedagogia

Teologia

Em 2005, foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por meio da Lei n.º 11.151, de 29/07/05, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, criada, por sua vez, pelo Decreto-Lei n.º 9.155, de 08/04/1946. A UFRB terá como sede o Município de Cruz das Almas e contará com campi nos municípios de Cachoeira, Amargosa e Santo Antonio de Jesus. A implantação será efetivada de forma modular, num período de cinco anos e quando de seu pleno funcionamento, oferecerá 30 novos cursos que atenderão a aproximadamente oito mil alunos por ano.

7.2 SAÚDE

A oferta dos serviços de saúde no Recôncavo Sul apresenta um quadro de extrema precariedade, embora as estatísticas indiquem o crescimento de alguns desses serviços. Com relação ao número de hospitais, a região contava com 32 unidades em 1997. Segundo a natureza (dependência administrativa), sua distribuição revelou que os setores públicos, estadual e municipal, participaram com nove unidades, sendo três estaduais e seis municipais. O setor privado participou com oito e as unidades qualificadas como filantrópicas operaram com quinze unidades.

A Região Recôncavo Sul dispunha em 1997 de 1.502 leitos, dos quais 1.408 eram contratados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, havendo, teoricamente, 93,74% dos leitos disponíveis para essa clientela, embora a relação leito/população estivesse fora dos padrões adotados pelos organismos internacionais. No período 1991/1997, o crescimento da oferta de leitos foi de 21,84%, representando, em números absolutos, 328 leitos.

Em 1997, foram registrados 482 servidores públicos vinculados ao serviço de saúde, não existindo, contudo, parâmetros para medir a pertinência desse quadro de profissionais e, muito menos, a sua distribuição entre os 33 municípios que compõem a Região. Os municípios mais importantes sediavam as Diretorias Regionais de Saúde – DORES, a exemplo

de Santo Antonio de Jesus, sede da 4º DIRES, que concentrou 18,46% da força de trabalho, da qual 48,31% eram de nível superior e 30% de médicos. Nesse município, onde estavam lotados 31 médicos, existe uma infra-estrutura de serviços mais qualificada, responsável por atrair a população de outras áreas, além daquelas vizinhas. Um balanço da oferta de médicos e dentistas na região, no biênio 1995/1997, indica que houve uma redução de 19% de médicos e 15% de dentistas, afetando alguns locais de forma expressiva.

7.2.1 Imunização

Os efeitos positivos do processo de imunização em grupos de risco refletem-se nos índices de mortalidade infantil, ainda altos mas já em declínio, apesar da persistência das condições sociais desfavoráveis.

As taxas de cobertura são determinadas por uma multiplicidade de fatores que concorrem em graus diferenciados, associados a dois outros, considerados chaves: aqueles de caráter social, decorrentes do quadro de pobreza, e aqueles de ordem institucional que presidem a organização e o funcionamento do sistema de saúde.

Tabela 43

Taxa de Cobertura Vacinal na População com menos de 1 Ano Região Recôncavo Sul – 1997.

Tipos de vacina	Cobertura (%)
Sabin	51,30
Tríplice (DTP)	52,20
Sarampo	65,01
BCG	92,93

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Em 1997, a cobertura vacinal da população de menos de um ano apresentou grandes variações entre os tipos de vacinas. A BCG cobriu mais de 90% da população-alvo, seguida da vacina contra o sarampo, com 65,01%. A vacina Sabin e a Tríplice ficaram em torno de 50%.

A população acima de um ano utilizou 28.547 doses de vacina, distribuídas entre os seguintes tipos:

Tabela 44

Taxa de Cobertura Vacinal na População com mais de 1 Ano

Região Recôncavo Sul – 1997.

Tipo de Vacina	N.º	%
Pólio	13.269	46,48
Tríplice	10.702	37,49
Sarampo	4.576	16,03
Total	28.547	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Tabela 45

Doses de Vacinas Aplicadas em Grupos com mais de Um Ano e por Subespaço

Região Recôncavo Sul – 1997.

Tipos de Vacina	Subespaço							Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	
Pólio	37,71	51,60	33,60	43,21	56,91	49,02	66,58	46,48
Tríplice	42,02	25,53	45,29	40,70	37,23	40,77	30,50	37,49
Sarampo	20,27	22,87	21,11	16,09	5,86	10,21	2,92	16,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

A distribuição do tipo de vacina por subespaço mostra que, na faixa etária considerada na Tabela44, a ênfase recaiu sobre a Vacina Anti-Pólio, que absorveu 46,48% do total das doses utilizadas, seguida da Tríplice, com 37,4%, e, finalmente, da Vacina Anti-Sarampo, com 16,03%. Nestes números já se encontram incorporados os casos novos e os de reforço, principalmente nas faixas etárias de 5 e acima de 5 anos.

Considerando o subespaço como referência analítica, observa-se que a cobertura vacinal é basicamente diferenciada entre eles e que a do sarampo apresentou uma participação, no conjunto, de apenas 16,03%. Entre os subespaços, a pólio cobriu quase 50%,

atingindo uma cobertura máxima no Subespaço Cafeeiro, com 66,57%, e a menor, nos Tabuleiros Pré-Litorâneos, com 33,60%. Com relação à DTP, a cobertura maior se deu nos Tabuleiros Pré-Litorâneos, com 45,29%, seguida dos subespaços Baixadas Litorâneas, com 42,02%, Sertão Caatinga, com 40,77%, e Tabuleiros Interioranos com 40,70%. Quanto à cobertura vacinal do sarampo, quando considerados os subespaços, houve uma variação de 2,92%, a menor no Subespaço Cafeeiro e a maior, com 22,87%, no Subaé/Baixo Paraguaçu.

Com relação ao Estado, a Região Recôncavo Sul teve uma participação inferior a 5%, ou seja, 4,16%. Entre os tipos de vacina, a anti-sarampo teve a incidência mais baixa, com 3,63%, e a DPT a mais alta, com 4,59%. A pólio participou com 4,06%. Essa incidência encontra-se, todavia, nos limites da participação da população da região, quando comparada com aquela do Estado.

Tabela 46

**Tipo de Vacina Aplicada por Subespaço
Região Recôncavo Sul – 1997 .**

Subespaço	Tipos de vacina							
	Pólio		DTP		Sarampo		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Baixadas Litorâneas	841	37,71	937	42,02	452	20,27	2.230	100,00
Subaé/Bx. Paraguaçu	2.947	51,60	1.458	25,53	1.306	22,87	5.711	100,00
Tabuleiros Pré-Lit.	1.943	33,60	2.619	45,29	1.221	21,11	5.783	100,00
Tabuleiros Interioranos	3.067	43,21	2.889	40,70	1.142	16,09	7.098	100,00
Vale do Jiquiriçá	2.640	56,91	1.727	37,23	272	5,86	4.639	100,00
Sertão/Caatinga	624	49,02	519	40,77	130	10,21	1.273	100,00
Cafeeiro	1.207	66,57	553	30,50	53	2,92	1.813	100,00
Recôncavo Sul	13.269	46,48	10.702	37,49	4.576	16,03	28.547	100,00
Estado da Bahia	326.567	47,63	233.119	34,00	125.919	18,37	685.605	100,00
Região/Estado (%)	4,06		4,59		3,63		4,16	

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

7.2.2 Doenças Transmissíveis de Notificação Compulsória

A esquistossomose, com um coeficiente de incidência de 214,2 por 100.000 habitantes; a tuberculose, com 64,0; a hepatite, com 20,4; a meningite, com 20,1; e a leishmaniose, com 29,0, foram as doenças transmissíveis de notificação compulsória mais registradas em 1997. Os coeficientes de incidência de tuberculose e de leishmaniose tiveram valores inferiores (67,5 e 36,0 respectivamente), embora próximos daqueles registrados no conjunto do Estado. A esquistossomose e a meningite apresentaram elevados coeficientes até mesmo para os parâmetros estaduais, observando-se que, enquanto as meningites de diversas etiologias superaram em 6 pontos os índices registrados na Bahia (14,2), a esquistossomose teve um coeficiente equivalente a quase quatro vezes o do Estado (57,7).

Os índices de incidência dessas doenças evidenciaram a gravidade da situação da saúde pública no Recôncavo Sul, que vem se tornando mais aguda ao ser analisada a notificação de outras enfermidades, a exemplo da dengue e das diarreias, com 330,8 e 597,4 casos, respectivamente, para grupos de 100.000 habitantes, moléstias típicas das áreas subdesenvolvidas e de alta prevalência, onde não existem serviços de saneamento básico.

Os subespaços Baixadas Litorâneas e Tabuleiros Pré-Litorâneos apresentaram os mais altos coeficientes de esquistossomose em 1997, seguidos pelo Vale de Jiquiriçá, cujos índices variaram entre 565,8% e 283,3%, bem superiores ao da própria região. Enquanto os Tabuleiros Interioranos tiveram 175,5%, os subespaços Sertão/Caatinga e Cafeeiro tiveram valores inexpressivos para os parâmetros estaduais e regionais. Situações similares repetiram-se com a tuberculose, a meningite e a dengue. Com relação à hepatite, houve uma alta prevalência nos subespaços Sertão/Caatinga e Tabuleiros Pré-Litorâneos, com coeficientes de 54,8% e 33,3%, acima dos registrados no Estado e no Recôncavo Sul, enquanto que nos demais subespaços ocorreram índices que variaram entre 20,1% e 12,5%.

No caso específico da dengue, convém ressaltar o alto coeficiente registrado, de 1.111,1 no Subespaço Subaé/Baixo Paraguaçu, que só encontrou similar no índice da diarreia, de 2.851,2 no Subespaço Sertão/Caatinga. A leishmaniose se caracterizou, na região, por coeficientes relativamente baixos, excetuando-se os prevalentes no Subespaço do Vale do Jiquiriçá, o que, aliás, faz sentido, por se constituir numa área onde ainda existem remanescentes da vegetação natural, que se encontra em processo de desmatamento.

7.2.3 Mortalidade

Os óbitos de menores de um ano (95,68%) tiveram suas causas concentradas em seis grupos, apresentados por ordem de incidência, na tabela abaixo.

No conjunto dos municípios, Santo Antonio de Jesus, Nazaré, Cruz das Almas e Amargosa apresentaram 40% do total dos casos notificados em 1997. Em Santo Amaro e Dom Macedo Costa, não houve notificação. As afecções originadas no período perinatal foram responsáveis por 53,60% dos óbitos de menores de um ano, reforçando a idéia de que os fatores sócio-econômicos e culturais ainda estão na base da mortalidade. Os subespaços Subaé/Baixo Paraguaçu e Sertão/Caatinga, que apresentaram uma alta incidência nesse grupo de causas, estão entre aqueles com economia menos desenvolvida e onde, conseqüentemente, o apoio do sistema de saúde é precário.

Com relação à faixa etária, a incidência dos óbitos está concentrada na idade de 50 anos a mais, representando 69,1%. Chama a atenção as faixas etárias inferiores a 14 anos, com uma incidência de 11,74%, percentual considerado elevado para os padrões internacionais, na medida em que o número de óbitos, nas faixas jovens, são inexpressivos nas regiões mais desenvolvidas.

As causas da mortalidade geral estão associadas à sua incidência por faixa etária em virtude de cerca de 70% dos óbitos se situarem na faixa etária acima dos 50 anos, destacando-se, entre as causas mais incidentes, aquelas das doenças do aparelho circulatório em 27,08% dos casos identificados, seguidas dos sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos não classificados, com 24,65%. As doenças endócrinas nutricionais e metabólicas aparecem na seqüência, com 7,99% e com cerca de 17% de diferença.

Tabela 47
Principais Causas de Óbitos em menores de 1 ano
Região Recôncavo Sul – 1997.

ESPECIFICAÇÃO	n°	%
Algumas afecções originadas no período perinatal	149	53,60
Sintomas, sinais, achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	38	13,67
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	37	13,31
Mal formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas	20	7,19
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	12	4,32
Doenças do aparelho respiratório	10	3,60
Outras	12	4,32
Total	278	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Tabela 48
Óbitos Segundo a Faixa Etária
Região Recôncavo Sul – 1997.

< 1 ano		1 a 4		5 a 14		15 a 49		50 anos e +		IgN		Total	
n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
317	8,11	77	1,97	65	1,66	707	18,1	2.700	69,1	41	1,05	3.907	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação, Fonseca, Áurea

A relação, a seguir, apresenta a seqüência das causas dos óbitos incidentes, que representam 96,44%.

Tabela 49
Principais Causas da Mortalidade Geral
Região Recôncavo Sul – 1997.

Tipos de Afecções	n°	%
Doenças do aparelho circulatório	1058	27,08
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos não-classificados	963	24,65
Doenças endócrinas nutricionais	312	7,99
Casos externos de morbidade e mortalidade	312	7,99
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	263	6,73
Neoplasias (tumores)	235	6,01
Doenças do aparelho respiratório	220	5,63

Algumas afecções originadas do período perinatal	175	4,48
Doenças do aparelho digestivo	157	4,02
Doenças do aparelho geniturinário	73	1,87
Outros	139	3,56
Total	3.907	100,00

Fonte: CAR, 2000

Adaptação: Fonseca, Áurea, 2004

Diante do que foi apresentado a respeito da educação e da saúde na Região Recôncavo Sul, percebe-se o nível de pobreza da região.

A forma mais óbvia de reduzir a incidência de pobreza é o crescimento econômico. O aumento do nível de atividade produtiva tem efeito direto sobre a redução da pobreza, uma vez que o emprego leva à melhoria da renda.

É amplamente reconhecido que, a longo prazo, a redução da pobreza e da desigualdade de renda passa necessariamente por mudanças estruturais, no sistema educacional que garantam o acesso à escola e educação de boa qualidade para os mais pobres. Estudos confirmam que desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho não são criadas devido a mecanismos próprios desse mercado, tais como segmentação e discriminação, mas principalmente a diferenças educacionais entre os indivíduos.

É muito interessante a atitude do governo no combate à pobreza que estabelece um sistema de transferência de renda para famílias pobres que tenham crianças na escola. Na verdade, em termos de melhoria da renda, isto implica privilegiar um subgrupo de pobres, as famílias com crianças em idade escolar.

Esse mecanismo permite amenizar as condições de pobreza presente, alterando as condições estruturais, isto é, a incidência de pobreza no futuro. É óbvio que a boa qualidade da educação é condição essencial para atingimento dos objetivos de longo prazo de redução da pobreza e da desigualdade.

O perfil da pobreza na região mostra a maior vulnerabilidade de famílias com menores de 10 anos e de famílias chefiadas por mulheres, tendo naturalmente maior probabilidade de serem pobres as famílias que reúnem as duas características.

Para esses grupos é essencial o apoio de políticas específicas, seja no escopo de um programa de transferência de renda, seja através de mecanismos assistenciais centrados no eixo alimentação, saúde, saneamento.

7.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO RECÔNCAVO SUL

Tabela 50

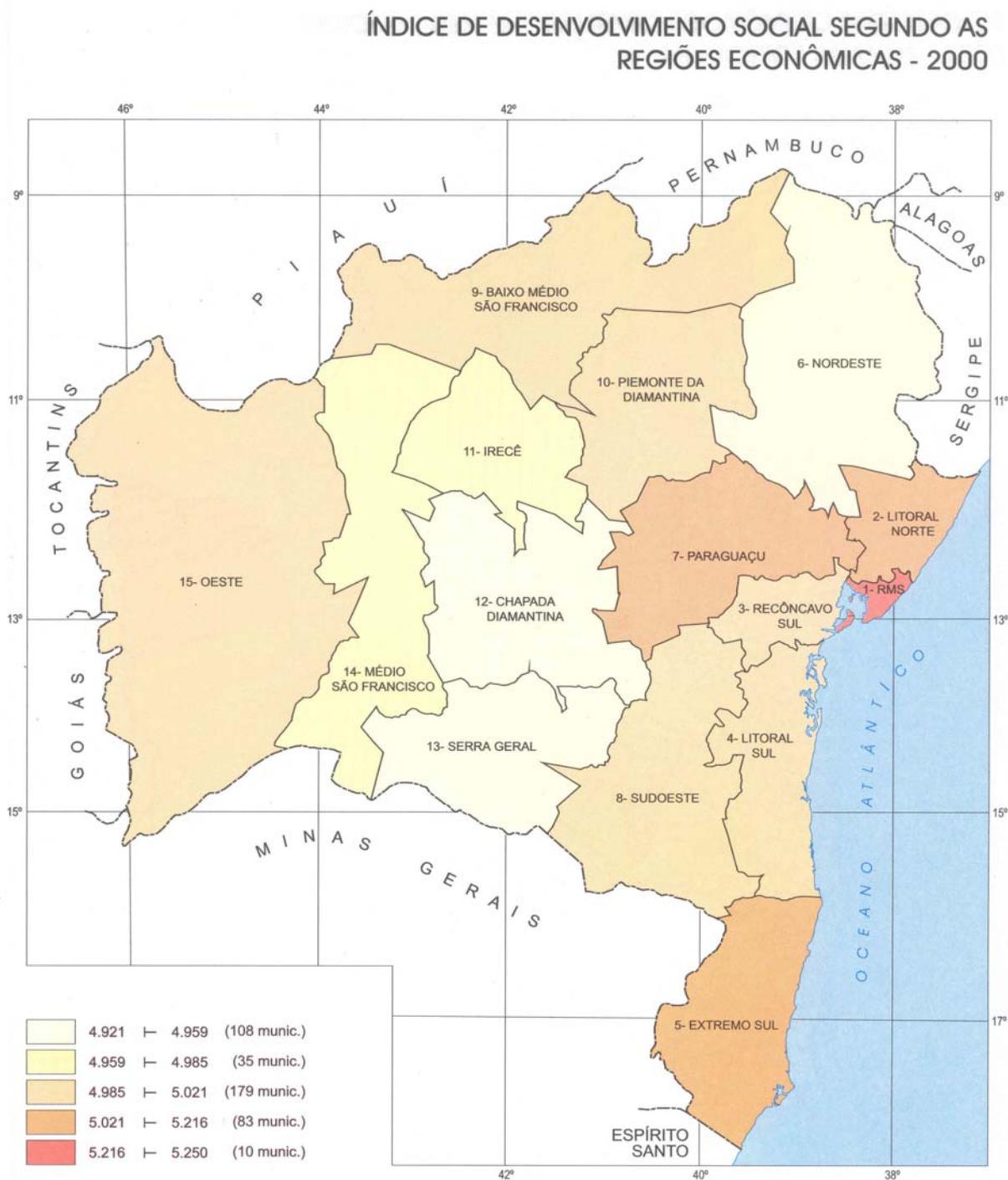
Índice de Desenvolvimento Social da Região Recôncavo Sul em Relação aos Municípios Baianos Segundo seus Componentes, por Ordem Decrescente – 2000.

Municípios	INS	Classif.	INE	Classif.	ISB	Classif.	IRMC H	Classif.	IDS	Classif.
Cruz das Almas	5.028,94	101°	5.224,24	6°	5.176,07	17°	5.155,33	33°	5.145,64	13°
Santo Antônio de Jesus	5.008,67	170°	5.138,73	15°	5.188,97	12°	5.174,34	30°	5.127,18	20°
Nazaré	5.049,53	57°	5.157,06	13°	5.115,34	44°	5.045,07	78°	5.091,53	37°
Santo Amaro	5.042,58	68°	5.046,35	63°	5.124,27	34°	5.126,81	41°	5.084,84	39°
Saubara	4.994,97	214°	4.991,40	199°	5.374,20	2°	4.969,02	222°	5.079,67	43°
Cachoeira	5.029,81	99°	5.136,99	17°	5.089,55	58°	5.029,86	98°	5.071,36	46°
Conceição do Almeida	4.868,81	415°	5.423,84	1°	5.013,59	150°	4.970,93	216°	5.064,99	49°
Salinas da Margarida	4.980,11	271°	5.126,21	19°	5.116,84	41°	5.020,35	113°	5.060,49	52°
Amargosa	5.101,96	10°	4.999,67	169°	5.128,46	33°	5.012,75	116°	5.060,41	53°
Castro Alves	5.033,36	89°	5.008,33	142°	5.067,69	81°	4.999,44	143°	5.027,14	93°
São Félix	5.013,81	148°	4.975,85	261°	5.058,61	91°	5.035,56	91°	5.020,86	106°
Jaguaripe	4.985,52	247°	4.955,98	333°	5.161,15	22°	4.980,43	187°	5.020,11	108°
Milagres	5.010,94	161°	5.019,47	108°	5.064,44	87°	4.978,53	191°	5.018,25	113°
Governador Mangabeira	4.987,19	237°	5.119,88	23°	5.001,40	172°	4.961,42	249°	5.017,11	117°
Muritiba	4.981,09	267°	4.955,42	335°	5.069,25	77°	5.060,28	66°	5.016,27	121°
Muniz Ferreira	5.017,86	132°	5.081,29	35°	4.995,77	182°	4.969,02	223°	5.015,81	123°
Sapeaçu	4.985,48	248°	5.039,59	73°	5.011,62	153°	5.024,16	103°	5.015,17	127°
Aratuípe	4.991,75	219°	5.040,92	68°	4.991,35	191°	5.024,16	106°	5.012,00	134°
Mutuípe	5.015,75	139°	5.006,86	146°	5.032,68	125°	4.991,84	163°	5.011,76	135°
Elísio Medrado	5.023,55	118°	5.005,32	151°	5.024,23	135°	4.976,63	200°	5.007,40	147°
Itatim	4.963,56	318°	4.996,47	185°	5.067,32	83°	4.963,32	237°	4.997,49	168°
Laje	5.005,04	185°	4.983,12	227°	4.997,94	179°	4.997,54	152°	4.995,90	174°
Brejões	5.030,00	98°	4.991,54	198°	4.980,27	216°	4.953,82	267°	4.988,83	196°
São Miguel das Matas	5.020,70	126°	4.958,28	327°	4.975,33	233°	4.988,03	171°	4.985,53	208°
Maragogipe	4.955,45	341°	4.976,88	254°	5.033,23	124°	4.963,32	240°	4.982,13	223°
Ubaíra	5.013,13	153°	4.979,23	244°	4.980,92	213°	4.931,00	344°	4.975,98	248°
Jiquiriçá	4.985,24	249°	4.955,99	332°	4.979,96	217°	4.974,73	209°	4.973,97	258°
Santa Terezinha	4.989,39	234°	4.973,82	270°	4.965,12	254°	4.965,22	234°	4.973,38	261°
Nova Itarana	4.980,13	270°	4.981,57	233°	4.997,22	180°	4.894,88	403°	4.963,29	297°
Varzedo	4.928,82	395°	4.985,91	216°	4.948,56	287°	4.982,33	186°	4.961,35	306°
Dom Macedo Costa	4.916,00	407°	5.035,58	79°	4.971,19	244°	4.915,79	371°	4.959,40	313°
São Felipe	4.907,53	411°	4.974,66	267°	4.973,20	238°	4.951,91	277°	4.951,75	345°
Cabaceiras do Paraguaçu	4.948,74	365°	4.969,55	289°	4.901,43	371°	4.902,49	392°	4.930,46	389°

Fonte: SEI – 2002

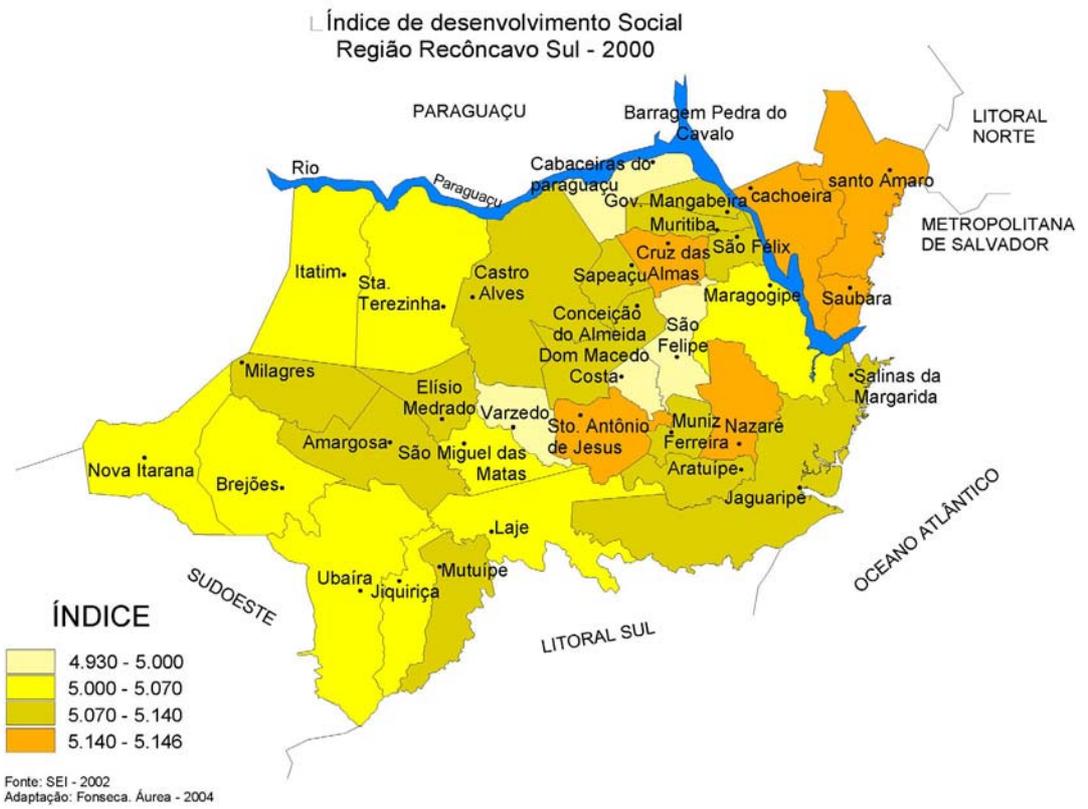
Adaptação: Fonseca, Áurea. – 2004

Fig. 33



Fonte: SEI - 2002

Fig. 34



SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 8. O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

8.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Município de Cachoeira está situado no Estado da Bahia, Região Recôncavo Sul, à margem esquerda do Rio Paraguaçu, encravado num vale, entre as coordenadas geográficas de 12° 36' de Latitude Sul e 38° 58' de Longitude Oeste de Greenwich, a uma altitude de 50 m do nível do mar, distante 110 km do Município de Salvador, capital do Estado, e 58 km do Município de Santo Antônio de Jesus, a sede administrativa mais próxima (ver Fig. 35).

Este município ocupa um espaço territorial de 403km², que abrange o distrito de Santiago do Iguape, o distrito de Belém e o distrito sede; além de alguns povoados, como: São Francisco do Paraguaçu, Capoeiruçu, Boa Vista, Tupim, Pinguela, Saco, Alecrim, Opalma, Bela Vista, Engenho da Ponte, dentre outros; entretanto, seu espaço físico compreendia uma superfície muito maior, à borda da Baía de Todos os Santos, zona do solo massapê onde floresceu a cultura do principal produto do Brasil Colônia, o açúcar, e a zona transitória para o sertão, onde desenvolveu a cultura do fumo (ver quadro abaixo).

Quadro 5

Área, Distância, Coordenadas Geográficas e Altitude da Sede

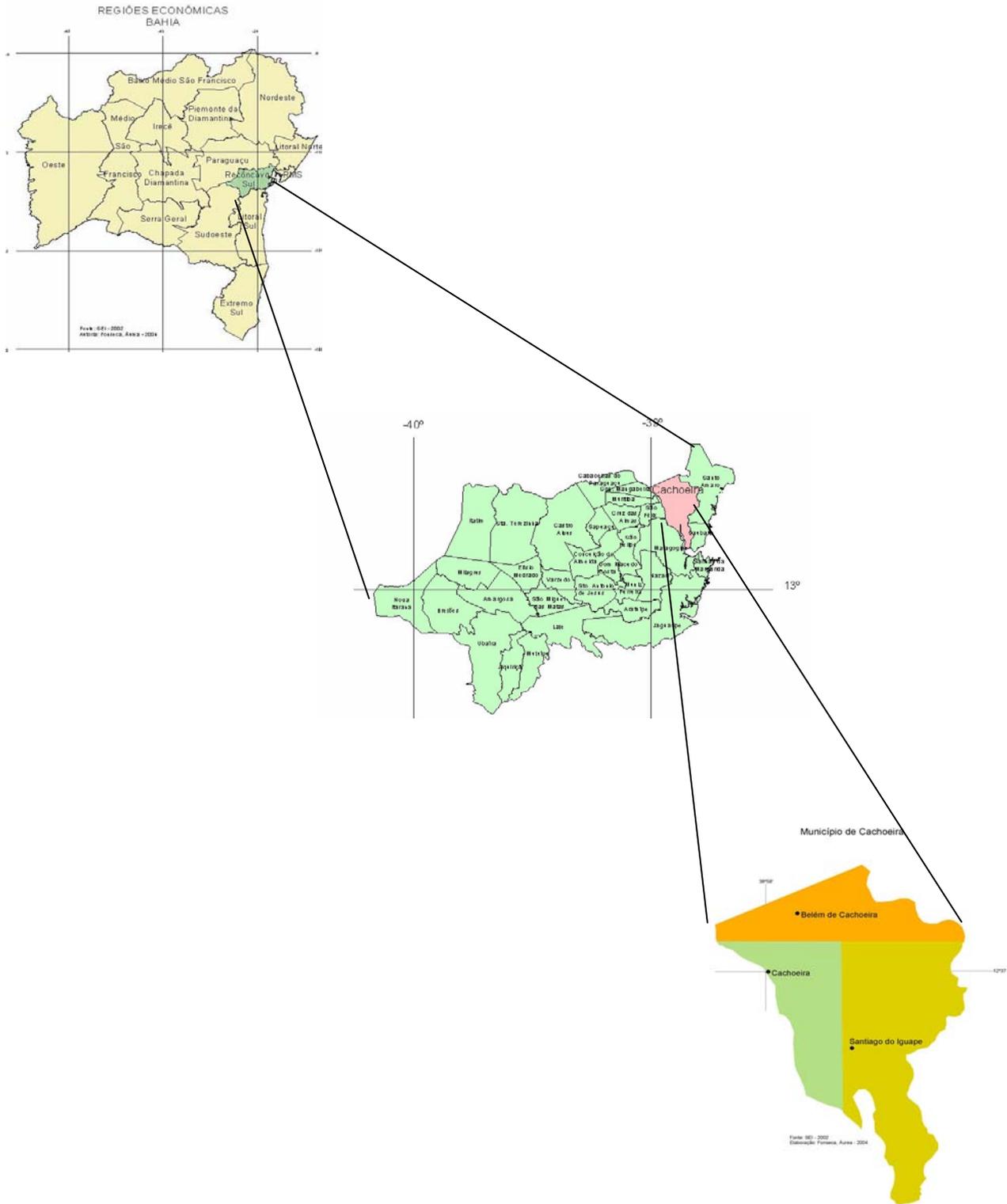
Município de Cachoeira

Área (Km ²)	Distância da sede em relação a			Coordenadas Geográficas		Altitude (m)
	Salvador	Sede da região administrativa mais próxima		Latitude	Longitude	
403	Km	Km	Município	12° 36'	38° 58'	50
	110	58	Santo Antonio de Jesus			

Fonte: CAR, 2000

Cachoeira limita-se a Norte com o Município de Conceição da Feira; a Sul, com o Município de Maragogipe; a Leste, com o Município de Santo Amaro; e a Oeste, com o Município de São Félix, município com o qual está ligado pela Ponte Dom Pedro II, uma ponte toda em estrutura metálica, importada da Inglaterra, com 365m de comprimento por 9m de largura, cuja construção data do século XIX.

Fig. 35
Localização do Município de Cachoeira



Fonte: IBGE – 2000
Elaboração: Fonseca, Áurea - 2005

8.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DE CACHOEIRA

O Brasil havia sido descoberto e o sistema de capitanias foi a primeira forma encontrada por D. João III, titular da Coroa Portuguesa, para demarcar, defender, explorar e povoar as terras brasileiras. No século XVI, no período compreendido entre 1534 e 1566, foram criadas cinco capitanias: Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva, em área que se configurou, mais de dois séculos depois, como o Estado da Bahia. A capitania da Bahia de Todos os Santos foi doada a Francisco Pereira Coutinho, que aqui aportou em julho de 1536, apesar da mesma haver sido criada em 05 de abril de 1534. Essa capitania possuía uma extensão de 50 léguas de terra na costa brasileira.

Tal sistema de capitanias tornou-se insatisfatório para a Coroa Portuguesa e, na tentativa de fortalecê-lo, Tomé de Souza, o primeiro governador geral, foi enviado em 1549, com a incumbência de construir uma cidade para ser a capital do poder colonial central, com ascendência sobre as capitanias. Nesse sentido, foi adquirida a capitania Bahia de Todos os Santos dos herdeiros do antigo donatário, em 7 de janeiro do mesmo ano. A escolha dessa capitania, que recebeu o título de Bahia de Sua Majestade, deu-se pelo fato desta ocupar o centro geográfico da América Portuguesa. Após a instalação do governo geral, duas outras capitanias foram incorporadas à capitania da Bahia, a Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva.

D. Duarte da Costa, ao assumir o segundo governo geral do Brasil, em 1553, recebeu instruções do Reino de Portugal para fazer doação de terras com o objetivo de cultivar a cana-de-açúcar. Assim, foi doada ao seu filho D. Álvaro da Costa a Capitania Peroassu ou Paraguaçu, que, prontamente, dividiu-se em sesmarias, e, entre elas, as terras situadas às margens do Rio Paraguaçu, doadas a Paulo Dias Adorno, fundador da atual Cachoeira.

Nas capitanias, apesar dos sinais de avanço, em relação ao processo de ocupação e a conseqüente criação de vilas, problemas foram se acumulando, ampliando-se a insatisfação do governo português. As questões estavam relacionadas, basicamente, à má convivência dos colonos entre si e com os donatários de defesa e garantia da própria sobrevivência. A intolerância chegou a tal ponto de complexidade que as cinco capitanias, no final do século

XVIII, por volta de 1775, já haviam retornado à Coroa Portuguesa por compra, indenização ou confisco e incorporadas à Capitania da Bahia. Assim, a nova capitania unificada compreendia quatro comarcas: Bahia, Recôncavo, Sertão de Baixo e Sertão de Cima, confirmando-se os limites extremos: Rio São Francisco, ao norte; capitania do Espírito Santo, ao sul; capitania de Minas Gerais, ao sudoeste; e capitania de Goiás ao oeste. Os limites continuavam indefinidos, como eram os das antigas capitanias, a despeito de passados mais dois séculos.

Paulo Dias Adorno, ao receber terras às margens do Rio Paraguaçu, por volta de 1561, deu início à plantação da cana-de-açúcar e à construção da casa da fazenda, nascendo assim um povoado. No século XVII, foi grande o esforço da Coroa Portuguesa para ocupar o território, ao assumir novas direções para o sertão e para o sul, no que foi prejudicada, inicialmente, pela invasão holandesa, em 1624. Nessa época, o Recôncavo havia se tornado rico, graças aos plantios de fumo e cana-de-açúcar. Buscando atender às necessidades de povoamento das terras, D. João de Lencastro, o trigésimo segundo governador, em carta régia datada de 1693, ordenou a criação de vilas e povoados. Como consequência dessa medida foi criada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 29 de janeiro de 1698, conforme documento anexo. Essa vila tinha uma grande área que ia do Rio Subaúma ao Rio Inhambupe, cortando direto pela praia e daí até o Rio Real. De acordo com o registro do Termo da Criação da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, através de suas demarcações, foi possível agrupar cerca de 35 municípios atuais do Estado da Bahia, que pertenceram à Vila, no fim do século XVII.

Em 1827, foi feito um estudo sobre a evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia e esse ano foi escolhido em razão da proximidade da Independência do Brasil e face à outorga da Constituição Brasileira, em 1824. Assim, ficou constatados nesse ano, que a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira compreendia uma área onde hoje encontram-se 27 municípios: Conceição da Feira, Santo Estêvão, Ipecaetá, São Félix, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçu, São Gonçalo dos Campos, Antonio Cardoso, Castro Alves, Rafael Jambeiro, Feira de Santana, Santa Bárbara, Angüera, Tanquinho, Ipirá, Pintadas, Serra Preta, Baixa Grande, Macajuba, Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ibiqüera, Rui Barbosa e Lajedinho (ver figura abaixo).

Fig. 36



Fonte: IBGE – 2000

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2005

Em 1889 foi feito outro estudo sobre a evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia, por ser o ano da Proclamação da República e da publicação da primeira Lei Orgânica dos Municípios, sendo constatado que em 1833 foi desmembrada a freguesia de Feira de Santana, abrangendo uma área que hoje compreende os municípios de Feira de Santana, Santa Bárbara, Angüera e Tanquinho; em 1855, a de Vila de Santana do Camisão, abrangendo a área que hoje inclui os municípios de Ipirá, Pintadas e Serra Preta; em 1877, a da Vila do Orobó, em área que hoje compreende os municípios de Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ibiqüera, Rui Barbosa e Lajedinho; em 1880, a de Vila do Curralinho, compreendendo os atuais municípios de Castro Alves e Rafael Jambeiro; em 1884, a de São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, abrangendo uma área que hoje compreende os municípios de São Gonçalo dos Campos e Antonio Cardoso; em 1885, a de Baixa Grande, abrangendo uma área que hoje compreende os municípios de Baixa Grande e Macajuba; em 1889, a de São Félix, abrangendo uma área que hoje compreende os municípios de São Félix, Sapeaçu, Cruz das Almas, Muritiba, Governador Mangabeira e Cabaceiras do Paraguaçu (ver figura abaixo).

Fig. 37



Fonte: IBGE – 2000
Elaboração: Fonseca, Áurea - 2005

Em 1940 foi realizado mais um estudo por ser o ano da reorganização da divisão territorial e administrativa do país com o advento do Estado Novo e se pode observar que, com relação ao Município de Cachoeira, ocorreram as seguintes mudanças: desmembraram-se de São Félix a Vila de Sapé (hoje Sapeaçu), em 1890, Cruz das Almas, em 1897, e Muritiba, em 1919; desmembrou-se de Baixa Grande a Vila de Capivari (hoje Macajuba), em 1906; Orobó Grande (hoje Ruy Barbosa) desmembrou-se da Vila de Orobó, em 1914, e surgiram Santo Estêvão do Jacuípe (hoje Santo Estêvão), em 1921, e Conceição da Feira, em 1926 (ver figura abaixo).

Fig. 38

Fonte: IBGE – 2000
Elaboração: Fonseca, Áurea - 2005

Em 2000 foi realizado o último estudo sobre a evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia e se pode observar que em relação ao Município de Cachoeira aconteceram as seguintes modificações: em 1952, Tanquinho desmembrou-se de Feira de Santana; em 1953, Serra Preta desmembrou-se de Ipirá; em 1958, Ibiqüera desmembrou-se de Itaberaba; em 1961, Santa Bárbara e Angüera desmembraram-se de Feira de Santana; em 1962, Ipecaetá desmembrou-se de Santo Estêvão do Jacuípe (hoje Santo Estêvão); Governador Mangabeira, de Muritiba; Antônio Cardoso, de São Gonçalo dos Campos; Boa Vista do Tupim, de Itaberaba; e Lajedinho, de Ruy Barbosa; em 1985, Rafael Jambeiro, desmembrou-se de Castro Alves; e Pintadas, de Ipirá; e, em 1989, foi a vez de Cabaceiras do Paraguaçu desmembrar-se de Muritiba (ver figura abaixo).

Fig. 39**Situação em 2000**

Fonte: IBGE – 2000

Elaboração: Fonseca, Áurea - 2005

8.2.1 Divisão Territorial

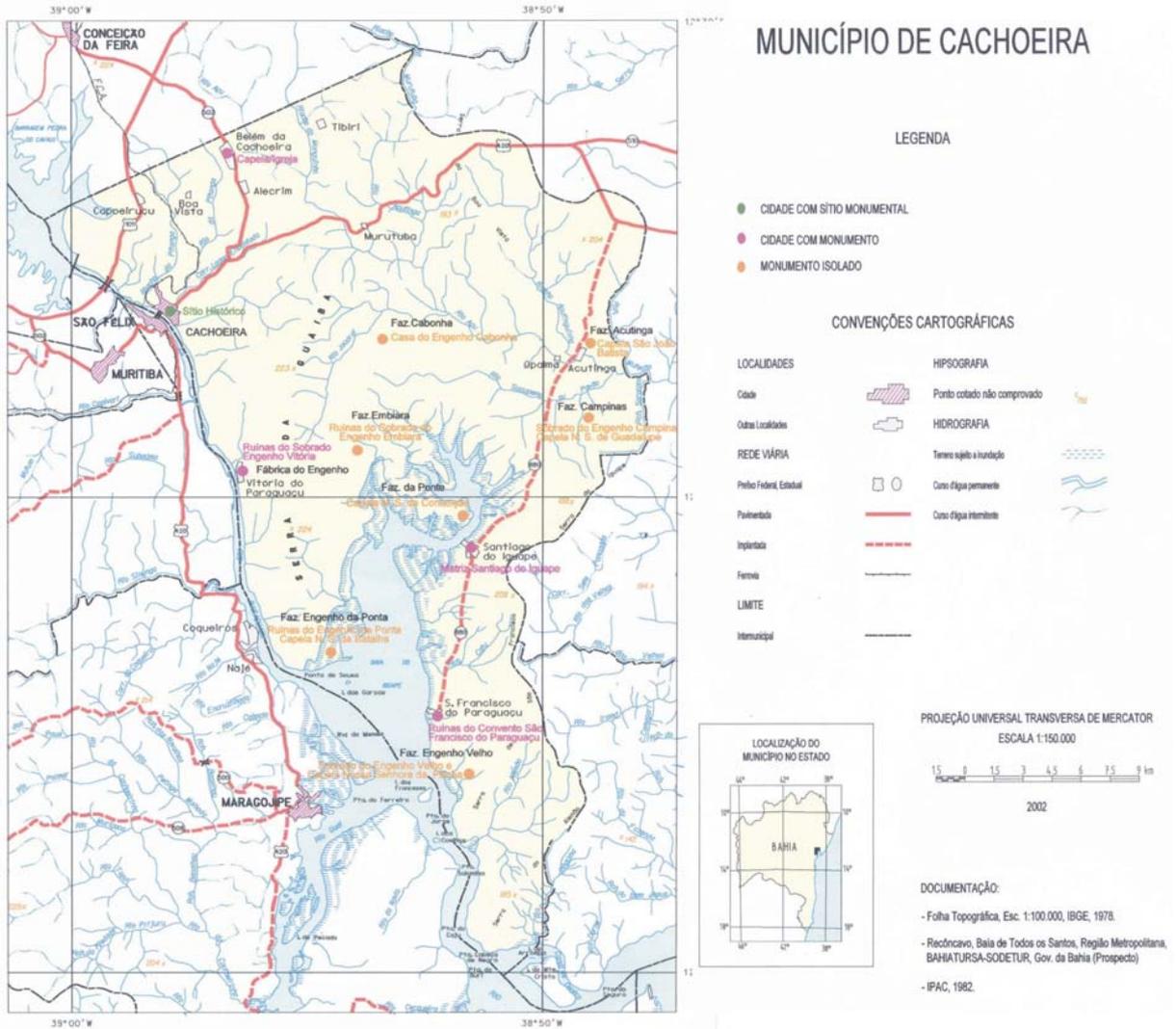
Pela Lei número 628 de 30 de dezembro de 1953, os limites do Município de Cachoeira ficaram delimitados pelos seguintes marcos: com o Município de Conceição de Feira, começa na foz do Riacho do Saco do Rio Paraguaçu e segue em reta até a foz do Riacho Bete no Rio Murutuba ou Acutinga; com o Município de Santo Amaro, começa na confluência do Riacho Bete no Rio Murutuba ou Acutinga, segue pelo divisor de águas entre os rios Açú ou Pavão e Subaé até a nascente do Riacho Mutecho, desce por este até sua foz no Rio Açú, por este baixo até a foz do Riacho Sororoca, pelo qual sobe até sua nascente, daí segue pelo divisor de águas na direção geral do Sul, até a nascente do Rio Inhaúma, e desce por ele até sua foz no Rio Paraguaçu; com o Município de Maragogipe, começa na foz do Rio Inhaúma no Rio Paraguaçu, sobe pelo talvegue deste, passando entre as bacias de Maragogipe e Iguape, incluindo a Ilha dos Franceses, até a foz do Rio Sinunga; com o Município de São

Félix, começa na foz do Rio Sinunga no Rio Paraguaçu e sobe pelo talvegue deste até a foz do Riacho da Légua; com o Município de Muritiba, começa na foz do Riacho da Légua no Rio Paraguaçu e sobe pelo talvegue deste até a foz do Riacho do Saco.

Com a emancipação do Município de Governador Mangabeira (desmembrado do Município de Muritiba), em 1962, e do Município de Saubara (desmembrado do Município de Santo Amaro), em 1989, esses dois municípios passaram a se limitar com o Município de Cachoeira, através dos seguintes marcos divisórios: com o Município de Governador Mangabeira, começa na foz do Riacho do Saco no Rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até a foz do Rio das Léguas; com o Município de Saubara, começa no Rio Paraguaçu na foz do Rio Inhaúma, pelo qual sobe até sua nascente, depois segue pelo divisor de águas da Serra do Alemão e da Serra de São Francisco até a reta entre a nascente do Rio das Pedras ou Grande e a Serra de São Francisco.

Distritais: entre os distritos de Cachoeira e Belém da Cachoeira, começa na foz do Riacho do Saco, Rio Paraguaçu, segue em reta até o marco do povoado do Alecrim, do distrito Sede, daí em reta ao marco do povoado de Murutuba, do distrito de Belém da Cachoeira; entre os distritos de Cachoeira e Santiago do Iguape, começa no marco do povoado de Murutuba e segue em reta até o marco no lugar Guaíba, na bacia do Iguape; entre os distritos de Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape, começa no marco do povoado de Murutuba e daí em reta até a nascente do Riacho Mutecho.

Fig. 40



8.3 CARACTERÍSTICAS GEO-ECOLÓGICAS

8.3.1 Potencial Ecológico

O tipo climático predominante no Município de Cachoeira é úmido a subúmido e seco a subúmido com temperatura variando anualmente entre a média de 25,4°C, sendo a máxima de 31,0°C e a mínima de 21,9°C.

O período chuvoso abrange os meses de maio, junho e julho, porém acontecem chuvas muito fortes no período de novembro a janeiro, registrando-se um índice pluviométrico médio anual oscilando entre 1.000mm e 1.800mm/ano.

Quadro 6

Condições Climáticas

Município de Cachoeira

Tipo de Clima	Temperatura Média	Pluviosidade
Úmido a subúmido e seco a subúmido	25,4° C	1.000mm a 1.800mm

Fonte: CAR, 2000

As formações geológicas características encontradas são gnaisses cahrnockíticos, folhelos, arenitos, siltitos e depósitos fluviais.

Quanto à hidrogeologia, o município apresenta três litologias, a saber: o Substrato Cristalino, ocupando a maior parte da região; o Grupo Santo Amaro, na parte central; e a Formação Sergi, no sul do município.

O Substrato Cristalino abrange complexos antigos com permeabilidade fissural restrita às zonas afetadas por acidentes tectônicos localmente associados a condicionamentos topográficos e hidrográficos. Possui coberturas rarefeitas de depósitos detríticos diversos e mantos de intemperismo, potencialidade hidrogeológica baixa (menor que 0,5 m³/h/m), grau de salinidade menor que 1 g/l e profundidade do nível estático variando de zero a 30 metros (estas três últimas características foram observadas em toda a extensão do município, independentemente da litologia à qual está subordinada); o Grupo Santo Amaro possui

permeabilidade intersticial com possibilidades restritas aos níveis arenosos aflorantes e exploração dos aquíferos mais viável através de poços tubulares e cacimbões; já a Formação Sergi possui uma permeabilidade intersticial média a fraca, com melhores possibilidades restritas aos arenitos aflorantes e exploração mais viável através de poços tubulares, criteriosamente projetados.

Vale ressaltar que a importância relativa do aquífero oscila entre pequena, média e grande. De acordo com os registros geológicos, é possível encontrar água a uma profundidade do nível estático que varia entre zero a 30 m.

Com relação ao relevo, o município é caracterizado pela presença de formações do tipo Tabuleiros Pré-Litorâneos, Tabuleiros Interioranos, Tabuleiros do Recôncavo e Baixada Litorânea. O conjunto orográfico de Cachoeira apresenta duas partes distintas: a mais alta, estendendo-se pelas partes norte, centro e sudeste, com altitudes variando entre 150 e 300 metros; a mais baixa, com altitudes entre 5 e 50 metros, localizada à orla do Rio Paraguaçu, especialmente na Bacia do Iguape, e nos baixos dos rios Grande e Prata. As serras do Município são ramificações da Serra do Mar, sendo o Oiteiro do Camelo o ponto culminante, com altitude de cerca de 300 metros. Anotam-se ainda as serras da Boa Vista, da Sororoca, D'Água, do Iguape, de São Francisco, do Inhaúma e de Guaíba, além dos morros Alto do Sabão e do Alemão.

Quanto à malha hidrográfica do município, a mesma está vinculada à Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, sendo este o principal curso d'água que corta seu território, formando a Baía do Iguape ou Lagamar do Iguape e recebendo uma série de tributários em seu percurso. Outros rios que se seguem em importância são: Açu, Inhaúma, Grande e Acutinga. Dentre os riachos, destacam-se o Saco, Acutinginha, Pitanga, Caquende, Mutecho, Sucupemba, Jarari, Ciganos e Água Comprida. As lagoas são inúmeras, sobressaindo, pela extensão e profundidade, a Encantada, do Desterro, Fogos, Vargem, Grande e do Fradinho. O Rio Paraguaçu conta com uma represa, a Barragem Pedra do Cavalo, caracterizada em capítulo anterior (ver cap. 02).

8.3.2 Condições Biopedológicas

O Município de Cachoeira apresenta uma grande variedade de solos, a saber: Podzólio Vermelho-Amarelo álico, de maior extensão, ocupando a região leste da sede e da Baía de Iguape; os Latossolos Amarelos álicos, na região norte; os Mangues, contornando a baía; o Brunizém Avermelhado, localizado na sede; o Vertissolo, adjunto à área de Mangue e finalmente as Areias Quartzosas álicas, encontradas na região sul do município.

Os Podzólios Vermelho-Amarelo álicos são solos com horizonte B textural, não hidromórfico, com saturação de alumínio trocável superior a 50% e atividade de argila baixa. Os Latossolos Amarelos álicos são solos minerais, ácidos, não hidromórficos, com horizonte B latossólico, ou seja, profundos a muito profundos, bem a excessivamente drenados, com boa porosidade e baixa relação textural, além das características físicas propícias ao bom desenvolvimento das raízes das plantas. A região de Mangue é considerada atualmente mais como tipo de terreno do que como solo. É encontrado no litoral, quase sempre junto à desembocadura de rios e são influenciados diretamente pelas águas do mar. O aproveitamento agrícola é economicamente inviável devido às sérias restrições que apresentam, tais como: excesso de sais, inundações constantes, mecanização impraticável, etc. Os solos classificados como Brunizém Avermelhado são solos minerais, não hidromórficos, com seqüência de horizonte A, Bt e C, com nítidos contrastes entre o horizonte A e Bt devido à diferenciação de cor e/ou estrutura. São moderadamente ácidos e praticamente neutros, com baixos teores de alumínio trocável e boa reserva de minerais facilmente decomponíveis (fonte de nutrientes das plantas), devido ao não muito avançado estágio de intemperização. Quanto ao uso, destacam-se as culturas de mandioca, fumo e banana. Os Vertissolos encontrados na região são solos argilosos a muito argilosos (fazendo com que fiquem sujeitos aos movimentos de expansão e contração quando há variação no teor de umidade), com seqüência de horizonte A e C e permeabilidade lenta a muito lenta. Na região são usados principalmente para o cultivo de cana-de-açúcar e pastagem. Por fim, as Areias Quartzosas álicas, tendo como principais características serem pouco desenvolvidas, excessivamente drenadas e constituídas predominantemente de materiais quartzosos. Seu uso na agricultura é restrito devido à baixa fertilidade natural, à baixa capacidade de retenção de água e à grande lixiviação a qual esta sujeita.

Vale ressaltar que o município apresenta no seu subsolo ocorrências minerais de cobre, manganês, quartzo, areia e pedra para construção.

Quanto à vegetação, esta é composta de Floresta ombrófila densa, Floresta estacional semidecidual, Formações pioneiras com influência fluvio-marinha (mangue) arbórea.

8.4 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE CACHOEIRA

Data do final do século XVI o estabelecimento definitivo dos brancos portugueses na Região Recôncavo Sul, às margens do Rio Paraguaçu, inicialmente através de duros combates com os índios rebeldes, para que, de uma forma cruel, os colonizadores se fixassem nas terras que prometiam extraordinárias riquezas. As primeiras tentativas de povoamento datam, portanto, desse período, caracterizadas pelas construções dos primeiros e mais antigos engenhos ali construídos, iniciando o processo de colonização.

Quanto à origem de Cachoeira, a história conta que a expedição de Martim Afonso de Souza saiu de Portugal em dezembro de 1531 e chegou à Baía de Todos os Santos em janeiro de 1532, com a incumbência de estimular o cultivo da cana-de-açúcar e a sua indústria, o que fez com que o Recôncavo Baiano começasse a ser explorado, pois possuía terras propícias a essa cultura. Nessa comitiva estava o fidalgo português Paulo Dias Adorno, que aqui permaneceu e mais tarde casou-se com Felipa, filha do português Diogo Álvares Correia (Caramuru) com a índia da tribo tupinambá Catarina Paraguaçu, com quem teve dois filhos, Antonio e Catarina.

Francisco José de Mello, em seu livro *História da Cidade da Cachoeira* (2001), conta que Paulo Dias Adorno, homem de posses, foi um dos que integrou a recepção a Tomé de Souza (primeiro Governador Geral do Brasil) quando este aqui chegou, em 1549. Junto com Tomé de Souza, chegaram os catequistas jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega, padre que teve importante papel na colonização, pois foi o principal articulador da pacificação das tribos revoltadas com a intervenção dos brancos em suas terras.

Com a volta de Tomé de Souza para Portugal, sucedeu-lhe D. Duarte da Costa, no ano de 1553, como segundo Governador Geral do Brasil, e, seguindo instruções de Portugal,

continuou a estimular a cultura da cana-de-açúcar. Seu filho, D. Álvaro da Costa, destacou-se nas lutas contra os índios tupinambás que viviam na Bahia, e recebeu do Rei de Portugal, como prêmio à sua intervenção em 16 de janeiro de 1557, a Capitania do Paraguaçu ou Recôncavo Baiano. De posse da Capitania, D. Álvaro distribuiu sesmarias a vários fidalgos portugueses que tivessem condições de ampliar a cultura da cana-de-açúcar; entre eles, Paulo Dias Adorno foi contemplado com a sesmaria que compreendia a região ribeirinha do Rio Paraguaçu, por volta de 1561.

Paulo Dias Adorno saiu da Baía de Todos os Santos com destino ao Recôncavo Baiano, seguindo as águas do Rio Paraguaçu até onde é navegável, chegando às terras de sua sesmaria, onde deu início à expansão da cultura de cana-de-açúcar, surgindo assim um povoado, à margem esquerda do rio Paraguaçu, que no futuro tornou-se a “Cachoeira”. Esse português foi beneficiado com terras que ficam entre os riachos Caquende e Pitanga e, notadamente por ser casado com a filha de Caramuru, mantinha convivência pacífica com os índios e estes muito contribuíram para o florescimento da povoação, assim como os escravos trazidos de Guiné, Congo e Angola. Homem de posses, logo deu início à cultura açucareira, numa área onde sem dificuldades poderiam aportar as embarcações. Logo o canal começou a desenvolver-se na terra virgem e em pouco tempo surgiram as primeiras colheitas; com elas, a produção do engenho. Presume-se que antes do final do ano de 1561 o seu engenho tenha começado a funcionar, movido por índios escravos, além de animais e ferramentas. Pequenas embarcações foram construídas para o carregamento do açúcar, que era levado para a Baía de Todos os Santos a fim de ser exportado.

Nesse espaço, após duros combates entre portugueses e os rebeldes índios tupinambás que ali viviam, começaram a surgir as construções que seriam utilizadas pelos colonizadores. Inicialmente foi construída a casa da fazenda e, como era católico, em seguida foi erigida uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, a qual, anos depois, foi transformada na Igreja de Nossa Senhora D’Ajuda, em cujo entorno se formou a povoação. Esta se desenvolveu rapidamente, em função do florescimento da economia açucareira e da localização privilegiada, que se constituía no último ponto de desembarque, por via fluvial, que dava acesso ao sertão, permitindo a escalada dos sertanistas ávidos em conquistar as minas preciosas. Como à época o local reunia as condições adequadas ao alojamento dos bandeirantes, tornou-se conhecido como Porto da Cachoeira.

Francisco José de Mello lembra, também, que coube aos jesuítas a criação do povoado (hoje distrito) de Santiago do Iguape, ainda habitado pelos índios, como também o início das obras de catequese. Foi nesse povoado que se instalaram alguns fidalgos portugueses, atraídos pelo massapê, solo adequado para o plantio da cana-de-açúcar, porém o movimento comercial era concentrado no povoado fundado por Paulo Dias Adorno, mercê do seu porto, que mantinha permanente intercâmbio com a Sede do Governo Geral. Assim, toda a produção dos engenhos do Iguape era embarcada no Porto da Cachoeira.

Francisco José de Mello chama a atenção para a chegada dos franciscanos, em 1649, num povoado às margens do Rio Paraguaçu, que mais tarde passou a chamar-se São Francisco do Paraguaçu, para o culto ao Santo, dando origem, assim, à Ordem Franciscana. Instalou-se também o convento de nome Santo Antonio do Paraguaçu, que veio a ser o segundo construído no Brasil, após a Independência da Custódia de Portugal, em 1647, cujo ato foi assinado em 12 de abril pelo Padre João de Nápolis, Ministro Geral da Ordem Franciscana, e confirmado através do Breve Pontifício *Circumspecto Sedis Apostolicae*, assinado em 18 de abril daquele ano pelo Papa Inocêncio X; porém, sua pedra fundamental foi lançada em 4 de fevereiro de 1658 e sua conclusão foi em 1686.

O objetivo do convento era a formação de noviços e entre os que ali receberam sua iniciação religiosa e professaram destaca-se Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, professor em 1717, figura das mais ilustres e renomadas nas letras, no período colonial. Um fato de grande importância nos primórdios do Convento foi a instalação do pequeno hospital, construído fora dos muros do convento, prestando assistência aos desamparados, obra pioneira nas sesmarias doadas por D. Álvaro da Costa. O hospital recebeu o título de Hospital de Nossa Senhora de Belém. À sua frente esteve seu idealizador, o Frei Bernardo da Conceição. Esse pequeno hospital prestou grande assistência durante a epidemia de febre amarela, em 1686, que, iniciada em Salvador, espalhou-se pelo Recôncavo. Após o falecimento de Frei Bernardo, em 5 de setembro de 1727, e não existindo pessoa habilitada para substituí-lo, Antonio Domingos Velho transferiu o hospital para a sede de Cachoeira, entregando-o aos religiosos de São João de Deus, recebendo o título de Hospital São João de Deus, conservado até hoje.

Segundo Souza (1972), outra incursão dos jesuítas ocorreu em 1686, quando foi fundado o Seminário de Belém, em Belém, atualmente distrito de Cachoeira, local escolhido

pelo seu clima aprazível. Seu fundador, o padre jesuíta Alexandre de Gusmão, era considerado, na época, uma das culturas mais privilegiadas da Colônia. Ao Seminário chegavam filhos e parentes de famílias de toda a colônia, desde que tivessem condições de pagar uma taxa anual, considerada elevada. O padre jesuíta Alexandre Gusmão construiu também a Igreja de Nossa Senhora de Belém, com esmolas que recebera de diversas partes, anexando casa para peregrinos e hóspedes oficiais. Esse padre jesuíta viveu até o ano de 1624, assistindo ao Seminário com a mesma prontidão e atividade, ensinando, pregando e administrando os sacramentos até a idade de 96 anos. Destacou-se, nesse Seminário, o seminarista Bartolomeu de Gusmão, por sua criatividade e, sobretudo, por sua experiência de voar. Em 1701 esse seminarista viajou para Lisboa, onde se entregou a profundos estudos de Filosofia, Física e Matemática. Em 1707, requereu ao Conselho Ultramarino a patente de seu invento e, em 08 de agosto de 1709, na presença de D. João V e sua corte, realizou-se a esperada experiência oficial do invento de Bartolomeu de Gusmão, logo apelidado de “Pássaro Voador”, precursor da navegação aérea.

Muitos autores ressaltam a importância de Cachoeira no movimento do fumo e na absorção de novos colonos, possuindo a primazia de ter um porto fluvial ligando-a a Salvador. Nesse período, os transportes eram muito primitivos, utilizando-se animais de sela, carros de boi e os próprios homens. Nesse cenário, o Rio Paraguaçu foi a grande estrada de ligação, sendo intenso o movimento de primitivas embarcações no seu porto, decorrente do comércio incipiente do açúcar destinado ao exterior, e dos produtos importados destinados ao interior. Nesse sentido, pode-se recorrer à constatação de Milton Santos (1998), quando se reporta à Rede Urbana do Recôncavo, indicando tal período histórico como a primeira geração de sub-regiões hierárquicas do Recôncavo, cuja base era o transporte fluvial. Além desse aspecto, havia um fluxo crescente de colonos oriundos de outras povoações, que ampliava os negócios no povoado, tornando-o, desde então, um importante entreposto para o abastecimento da região. Em virtude dessa movimentação, o povoado foi elevado à condição de Vila, ordenado pelo 32º governador, o Capitão Geral do Brasil, D. João de Lencastro, como Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 29 de janeiro de 1698, pelo Desembargador Dr. Estêvão Ferraz de Campos (ver documento anexo).

8.5 O APOGEU ECONÔMICO, SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL DE CACHOEIRA

O século XVIII foi de muita prosperidade para Cachoeira, razão pela qual foram construídos solares, conventos, igrejas e sobrados, tendo a influência do barroco nos seus traços característicos, contribuindo para formar, no Recôncavo, um dos conjuntos arquitetônicos mais apreciáveis, caracterizando-se como o mais antigo complexo urbano do Brasil, conforme destaca Milton Santos (1998). Tal fato decorria da cultura do açúcar no Iguape e no Vale do Paraguaçu, de sua exportação, e que vivia o apogeu da recém-introduzida cultura do fumo, etc.

Conforme destaca Milton Santos, em seu livro *A Rede Urbana do Recôncavo*, a partir de 1700 partiam de Cachoeira estradas com destino ao Sul do País e também para outras regiões da Bahia, dando à cidade a condição de entreposto privilegiado naquela época, transformando-a em um núcleo dos mais importantes de toda a Bahia. Nesse sentido, Milton Santos (1998) afirma que Cachoeira, por sua condição de nó de confluência entre diversas rotas de entrada para o sertão do país, destacava-se como um ponto de uma lógica de otimização homogênea, confirmando a relevância da Vila do ponto de vista da hierarquia urbana com reflexos inter-regionais.

No século XVIII, a Vila de Cachoeira era o segundo núcleo populacional da Bahia. A cultura do fumo, introduzida em 1760, fortalecia a Vila, que rapidamente transformou-se no principal centro de escolha, enfiamento e manufatura do Estado. Por seu porto embarcava toda a produção de tabaco, bem como a de açúcar, da região, porém o movimento do Porto da Cachoeira não era decorrente apenas do açúcar e do tabaco. Percebiam-se naquela freguesia atividades plenas de um porto terrestre, com um intenso comércio na semelhança do porto marítimo da Capital da Província da Bahia. A navegação através do Rio Paraguaçu, desde a sua foz na Baía de Todos os Santos até o Porto da Cachoeira, propiciava condições geográficas favoráveis para fazer dessa Vila a principal via de acesso das mercadorias européias para o sertão baiano, e vice-versa.

Esse fluxo constante estabelecendo a conexão entre o transporte terrestre e fluvial situa a Vila como pólo de destaque ao desenvolvimento regional a partir da abordagem das dotações pré-existentes e das vantagens comparativas, e ainda do efeito de aglomeração,

caracterizando, naquela época, a importância estratégica do Porto da Cachoeira para o desenvolvimento econômico do Estado e do País.

Do ponto de vista histórico, tal movimento confirma a importância de Cachoeira como elo entre a região e Salvador, conforme Maria Brandão (1998), e, por outro lado, destaca a posição hierárquica da Vila, na Região do Recôncavo. Diante do quadro de progresso que vivia a cidade, refletido não somente pelo movimento crescente no seu porto, mas também pelas evidências de um empório opulento de residência de ricos portugueses, formada pela aristocracia rural com fazendas, diversos gêneros de negócios, e ricos sobrados, urgia a necessidade da construção do cais na Vila. Diante desses fatos, em 19 de outubro de 1702, o Senador da Câmara da Vila fixou o prazo de 30 dias, ao Capitão João Rodrigues Adorno, para que iniciasse a construção do cais, com o apoio de uma ponte para embarque e desembarque. Somente no século XX efetuar-se-ia a conclusão do cais dos Arcos. Ainda dentro dessa visão de adequação da Vila, diante de seu inquestionável desenvolvimento, a Câmara da Vila deliberou implantar a canalização da água para os seus moradores, cuja autorização deu-se em 28 de março de 1781, para que fosse construído um aqueduto fechado, trazendo as águas do Riacho Pitanga, vindo pela levada do Chafariz, canalizando-se até o centro da Vila.

Segundo Santos (2001), é dentro do contexto de complexas relações comerciais, entre parceiros das duas esferas do Atlântico, que se intensificou o tráfico de negros, retirados de suas regiões de origem para se tornarem escravos na Bahia. Tal prática foi comum nos séculos passados, em virtude de ter sido Portugal o primeiro país moderno da Europa a fazer uso do trabalho escravo. Assim, a próspera Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira atraiu a partir dos anos 1750 um considerável número de libertos e também cativos, formando, já naquela época, uma pluralidade étnica no interior da comunidade escrava, sendo visível a presença dos negros em grande escala nas povoações, principalmente nos engenhos de açúcar.

O século XIX foi sem dúvida a continuidade do apogeu da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, registrando-se a existência de dezenas de engenhos, um fluxo crescente de pessoas em busca de aquisição de mercadorias e de demandas jurídicas, e um comércio intenso e surpreendente que fazia da Vila um ponto convergente de toda a produção agrícola de seu entorno. Em seu movimentado centro comercial apareciam os produtos de

importação vindos sobretudo da Europa e os de exportação nacional. A base econômica desse movimento era o açúcar e o fumo, porém outros produtos transportados pelos tropeiros, como algodão, café e diversos cereais, acrescidos do couro, mantinham um mercado permanente entre a capital e o sertão a partir de seu porto, fazendo de Cachoeira a meca de negociantes das mais diversas procedências.

Esse século abriu as portas da Vila de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira para a triunfal entrada na história política baiana e brasileira. Tudo começou com a posse do Brigadeiro Ignácio Luiz Madeira de Mello, como Governador das Armas da Bahia, fato que causou descontentamento na população, antecipando assim o movimento antiportuguês. O brigadeiro, com sua arrogância, provocou uma grande insatisfação entre os brasileiros, ordenando que as tropas portuguesas atacassem, entre 18 e 20 de fevereiro de 1822, os quartéis brasileiros, praticando também arruaças nas ruas de Salvador, culminando com a invasão do convento da Lapa e o assassinato da freira Sórora Joana Angélica de Jesus. Descontente e temerosa, parte da população deixou Salvador, fugindo para o Recôncavo, especialmente para as vilas de Santo Amaro e Cachoeira, seguida de militares. Em represália, o brigadeiro despachou uma canhoneira através do Rio Paraguaçu, aportando em frente a Cachoeira, para policiar a Vila. Diante dos acontecimentos, em 25 de junho de 1822, antecipando o Grito do Ipiranga, a Vila de Cachoeira já proclamava o Príncipe Dom Pedro I como regente (ver documento anexo).

Nessa ocasião, foi criada uma junta de Conciliação de Defesa, à guisa do governo provisório, tendo à frente o maragogipano Antonio Pereira Rebouças. Nas comemorações desses fatos, das janelas da Câmara, foram disparados alguns tiros de festim, provocando a embarcação portuguesa, que fundeada no cais disparou em direção à Vila, levando o povo cachoeirano a reagir. No conflito, surgiram heróis a partir da massa rebelde, culminando com a morte do tambor-mor da tropa, Manoel Soledade, perpetuado nas telas do pintor Parreiras, na Câmara, e dando nome a rua no bairro do Caquende.

Seguindo-se o embate, arregimentaram-se batalhões que se mobilizaram juntamente com forças de seu entorno imediato, formando na Praça da Regeneração (atual Praça da Aclamação) a base de combate, tendo as lutas continuado até o dia 28 de junho de 1822, quando a canhoneira hasteava bandeira branca, rendendo-se aos cachoeiranos. Partia, pois, de Cachoeira o primeiro brado de independência, que ecoou em toda a Bahia. A partir de 25 de

junho de 1822, as demais vilas do Recôncavo aderiram ao movimento de aclamação do Príncipe Regente, iniciando-se a organização do exército libertador, sob as ordens do governo interino instalado em Cachoeira.

Somente em 2 de julho de 1823 é que os portugueses foram definitivamente expulsos da Bahia, razão por que o 25 de junho de 1822 está para Cachoeira como o 2 de julho está para Salvador. Nesse período de pouco mais de um ano, as Forças Brasileiras bateram-se pela causa da Independência, culminando com a entrada triunfal dessas tropas em Salvador, enquanto o General Madeira de Mello abandonava a cidade, fugindo para Portugal.

Surgiram movimentos para mudança do sistema de governo e com uma Sessão Extraordinária ficou estabelecido que, diante das circunstâncias em que a Vila se encontrava e para a salvação da mesma, convinha a nomeação imediata de um Governo Provisório, composto de cinco elementos, o qual foi logo aclamado pelos mesmos povo e tropa, nomeando-se para o referido governo os cidadãos: Capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro; Desembargador Joaquim José Ribeiro de Magalhães; Capitão Manuel da Paixão Bacellar e Castro; Capitão Manuel Ferraz da Motta Pedreira; e Augusto Ricardo Ferreira da Câmara; e, para Inspetor comandante da Força, o Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão.

Abortada a revolução republicana, chefiada pelo Capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro no dia 20 de fevereiro de 1832 (ver documento anexo), foi festejada a manutenção da legalidade, no dia 26 de fevereiro de 1832, e do ocorrido foi lavrada uma ata (ver documento anexo).

A intensidade do movimento comercial da Vila, através do crescimento das exportações; sua importância jurídica; e a sua condição de importante empório de abastecimento para longínquas povoações aceleraram fortemente o progresso de Cachoeira, produzindo constantes apelos para sua elevação à condição de cidade. Ao lado disso, a intrepidez e audácia de seus filhos, na luta contra os portugueses, credenciava a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira a ser reconhecida. Diante desses argumentos, as autoridades do Império decidiram elevar a Vila à condição de cidade, conferida pela lei provincial de número 43, de 13 de março de 1837 (ver documento anexo), que outorgou-lhe também o título honorífico de HERÓICA. Cachoeira, depois de Salvador, foi considerada por muito tempo a mais importante cidade do Brasil. Em 1840, realizou-se uma sessão na

Câmara, proclamando a maioria de Dom Pedro II, em consequência de agitados acontecimentos políticos na corte.

Na segunda metade desse século, a guerra do Paraguai era uma das grandes preocupações dos cachoeiranos, que foram convocados para lutar contra o ditador paraguaio Francisco Solano Lopez. Organizou-se um batalhão patriótico formado na cidade e vindo do sertão, denominado “Voluntários Cachoeiranos”, embarcando em 10 de março de 1865, debaixo de grandes manifestações populares, com destino à Capital da Província e, em seguida, para o Rio de Janeiro. Nesse episódio ficou marcado na história de Cachoeira e na história da Pátria o nome de Ana Justina Ferreira Nery, ilustre filha da terra que se juntou ao Exército como Enfermeira, tornando-se a Patrona da classe. Por seus atos de bravura, o Imperador Dom Pedro II concedeu-lhe uma pensão anual e a condecoração com a Medalha de Humaitá.

Nesse século, Cachoeira prosperou em todos os aspectos, caracterizando-se como uma metrópole, guardadas as devidas proporções em relação à capital da Província. Nesse sentido, destacou-se o sistema de transporte com a capital, predominantemente fluvial, face à precariedade dos outros meios. No dia 4 de outubro de 1819, foi inaugurado o serviço de navegação a vapor entre Cachoeira e a capital da Província. Após uma interrupção que durou 22 anos, o serviço foi restabelecido em 5 de janeiro de 1839. Dada a importância da Bahia, e particularmente de Cachoeira, para a economia do País, por seu vigoroso comércio exportador, o governo imperial firmou vários contratos para preservação e melhoria desse transporte, subsidiando tal atividade em diversas ocasiões, nesse século. A exemplo da metrópole, Cachoeira introduziu o transporte coletivo, inicialmente através de uma linha de “bondes” por tração animal, permanecendo em funcionamento somente por um ano, sendo substituído por carruagens, que também foram desativadas em face da inviabilidade do funcionamento.

A relevância de Cachoeira ficava novamente evidente à medida que, face a sua importância portuária no que se refere ao comércio exportador e à sua condição de entreposto de mercadorias que se destinavam ao sertão e Chapada Diamantina, foi autorizada pela Lei Geral do Império, em 18 de abril de 1864, a construção da Estrada de Ferro Paraguaçu, estabelecendo a conexão dessa modalidade ao transporte fluvial já existente. Mais tarde, convertida em Estrada de Ferro Central da Bahia, essa estrada ligaria Cachoeira à Chapada

Diamantina, com um ramal para Feira de Santana. Assim, em 8 de dezembro de 1876 era inaugurado o tráfego ferroviário entre Cachoeira e Feira de Santana e, em 1881, a ligação entre São Félix e Castro Alves. Finalmente, em 07 de julho de 1885, é inaugurada a ligação ferroviária entre Cachoeira e São Félix, através da ponte sobre o Rio Paraguaçu, que recebera o nome de Imperial Ponte Pedro II, cujas obras de conclusão devem-se em muito à Companhia Inglesa, concessionária da Estrada de Ferro Central da Bahia. Em 1887, o tráfego ferroviário expandia-se rumo ao sertão, em direção à Chapada Diamantina.

Esse episódio propiciou mais um avanço no progresso da cidade, podendo-se vincular o fato de que a condição privilegiada da cidade em relação à região, colocando-a numa posição hierárquica especial, reforça o pressuposto de que o posicionamento hierárquico regional pode ser modificado em face de uma intervenção estruturalista, reduzindo ou ampliando as dotações pré-existentes. Neste caso, fica evidente que a construção da ferrovia em Cachoeira, ampliou suas vantagens comparativas e externalidades locais, regionais e até mesmo internacionais.

A primeira metade do século XX revelou-se bastante promissora para Cachoeira, até então definitivamente consagrada como maior e mais importante entreposto logístico da Bahia, especialmente em face das conexões entre os transportes fluvial e ferroviário. Essa multimodalidade de transporte provocou um forte crescimento das atividades de carga e passageiros, contribuindo para a instalação de grandes firmas atacadistas e de consignação, que serviam de suporte ao crescente comércio de mercadorias vindas da Capital para o alto Sertão e Chapada Diamantina, bem como dos produtos oriundos dessas regiões. A concorrência e as melhorias introduzidas no transporte fluvial, a instalação das ferrovias, tornando os deslocamentos mais rápidos, confortáveis e mais econômicos, sobretudo no tocante às cargas, incrementaram a economia local e regional, extrapolando a capacidade de atendimento dos hotéis da cidade, gerando, por outro lado, um conjunto de ocupações paralelas que viria fortalecer sensivelmente a economia da cidade e de seu entorno.

Paralelamente a isso, o início do século traz grandes obras públicas para Cachoeira, destacando-se a implantação do novo sistema de abastecimento de água, cuja idéia inicial foi concebida em 1780 e implementada a partir de 1827. Apesar de eficiente e moderna para a época, a estrutura não mais atendia a população face ao crescimento da cidade. Diante disso, procederam-se a estudos para a implantação de um sistema mais moderno que culminaram

nas obras iniciadas em 30 de dezembro de 1911 e concluídas em 5 de outubro de 1912, dando à cidade uma das mais notáveis obras de engenharia. Outra obra de relevância do século XX foi a reconstrução do Mercado Público, que desde o século passado fora rejeitado pelo público e abandonado. Destaca-se ainda a construção do moderno Matadouro Público, iniciado em 1916, sendo inaugurado solenemente em 1º de julho de 1917 e considerado um dos melhores do interior do Estado.

O processo de industrialização iniciado nos séculos passados e impulsionado pelas culturas exportadoras do açúcar e do fumo e também face à condição de entreposto que a cidade ostentava, diversifica-se com outros empreendimentos. Nas duas primeiras décadas do século, implanta-se a Serraria Vacarezza, em 1927, e instala-se a Charqueada Modelo, pertencente a um grupo gaúcho. Iniciando a terceira década do século, destaca-se o excelente desempenho da Usina Vitória do Paraguaçu, em face da produção de uma aguardente de extraordinária qualidade. Entre os anos 1936 e 1937, segundo declara Mello (2001), instalam-se os dois dos mais importantes empreendimentos fabris de Cachoeira: as fábricas Leite Alves, que produzia cigarrilhas, e a Suerdieck, fabricante de charutos, que, juntas, beneficiavam um contingente significativo de pessoas através de empregos diretos e indiretos, em decorrência do incremento que proporcionava ao comércio local.

Nesse mesmo período, implantava-se a Fábrica de Calçados Rio Negro, a Indústria de Bebidas Paraguaçu, um Curtume e a Fábrica de Papel Tororó, originária da antiga indústria de tecidos São Carlos, fundada ainda no século XIX. Em 1944, instala-se um Alambique no Caquende que sobreviveria até 1971, registrando-se que no final do século funcionava ainda as fábricas Poker e Bernardo Rodemberg, que produziam charutos e cigarrilhas. Convém registrar que, ao longo das primeiras décadas desse século, havia um promissor fabrico de charutos, produzidos por operárias em suas próprias casas, trazendo uma considerável contribuição para a economia local, visto terem boa aceitação e serem comercializados predominantemente em feiras livres.

A iluminação pública, precária desde o início do século XIX, melhorada e reinaugurada em 1º de agosto de 1888, com a introdução dos lampiões a querosene, foi mais uma vez transformada em 1906, utilizando-se uma nova tecnologia a partir da iluminação das ruas a base de acetileno, incluindo também a Ponte Dom Pedro II, o Paço Municipal, a Igreja

Matriz, residências, hotéis e casas de negócios. Em 9 de fevereiro de 1930 foi inaugurado o serviço de iluminação pública, sendo um avanço em relação às práticas dos séculos passados.

Assim também em relação aos Correios, implantados em 1912, em que se utilizavam mensageiros e os favores dos capitães dos navios. O Telégrafo é do século anterior, iniciando-se em Cachoeira em 1875, com ligação para Salvador, Maragogipe, Nazaré e Santo Amaro. Já o serviço de Telefone Urbano foi inaugurado em 1923, com pontos instalados no Paço Municipal, na casa de detenção e em residências de nobres.

No início da segunda metade do século XX, em virtude da abertura das novas estradas asfaltadas, o transporte fluvial, apesar dos investimentos em modernização, foi paulatinamente reduzido, sendo encerrado definitivamente em 1967.

8.6 O PROCESSO DE DECADÊNCIA DE CACHOEIRA

Segundo Santos (2003), ao analisar-se o processo do declínio sócio-econômico a que foi submetido o Município de Cachoeira, a partir da segunda metade do século XX, não se pode desprezar os fatos subjacentes de caráter internacional e nacional que vinculam-se à Bahia e, de modo específico, ao Recôncavo Sul, região em que o município está situado. Esses fatos remontam ao século XVI e desenrolam-se de forma progressiva, atrelados não apenas às contingências de âmbito local ou mesmo regional, mas, sobretudo, a uma complexa teia com interconexões entre elementos de diversas naturezas e origens. No plano internacional destaca-se o período entre guerras, que provocou uma substancial retração do comércio internacional e reconfigurou a importância relativa dos centros e subcentros exportadores. No plano nacional pode-se destacar além da reordenação política do País, a articulação comercial sob o comando do capital sediado em São Paulo, estendendo-se aos estados. Com menor ou maior grau de influência, todos foram determinantes para marcar a trajetória de declínio do município, que se acentuou no século XX, agravando-se em sua segunda metade, levando a região ao marasmo e à pobreza crônica, conforme destaca Pedrão (1998).

Quanto aos fatos subjacentes de caráter internacional, Brandão (1998), faz um recorte específico, ao situar as primeiras crises do açúcar no Recôncavo, revelando

acontecimentos que vinculam-se mesmo de forma remota ao contexto de nossa investigação, apontando algumas raízes do início do processo de declínio de Cachoeira. Primeiramente, considera a invasão holandesa aos estados da Bahia e de Pernambuco no século XVII, que fortaleceu a cultura do açúcar nas Antilhas, fato que, aliado à introdução do açúcar de beterraba, aumentou a concorrência ao produto brasileiro, provocando uma crise que se estende ao século XVIII. Continuando, a autora registra que no século XIX, por volta da década de 50, o *débâcle* comercial dos Estados Unidos e a Guerra da Criméia provocam nova crise de comercialização, repercutindo nas praças de Londres, Hamburgo e Paris, onde havia vinculações com o comércio da província. Registrou-se ainda, nesse período, a censura ao tráfico de escravos, que por sua vez elevou os custos de mão-de-obra, constituindo-se em mais um fator negativo num cenário de crise internacional.

No início do século XX, o mundo sofreu muito com os reflexos da Primeira Guerra Mundial e, em seguida, com a crise de 1929, fatos que geraram uma profunda e prolongada depressão nos mercados internacionais, resultando numa alteração do comportamento do capital nos Estados Unidos e Europa, desmantelando o sistema de articulações externas da economia brasileira, atingindo indiretamente interesses do Estado da Bahia e do Município de Cachoeira, face a sua importância para a economia do Estado, sobretudo no tocante à exportação. O período que transcorreu entre o primeiro e o segundo conflito mundial, que se estendeu à metade do século XX, trouxe severas conseqüências à economia mundial, refletindo-se mais uma vez no comércio internacional e, por via de conseqüência, nas exportações do Recôncavo, haja vista que os negócios vinculavam-se preponderantemente com a Alemanha. Por outro lado, verificou-se, como efeito, o avanço do processo de reconfiguração das estruturas do capitalismo mundial por volta de 1950, que forjou um novo paradigma econômico, impulsionando assim o processo de globalização da economia mundial, conforme analisa Chesnais (1996).

O fordismo, como ficou conhecido, imbricou um conjunto de fatores, estabelecendo um novo paradigma no plano internacional que alterou profundamente as relações entre países e regiões, introduzindo-se novos mecanismos de comando, desempenho e regulação do capitalismo. Tais mudanças influíram não somente no plano econômico, mas, sobretudo, no plano social e, conseqüentemente, na dimensão humana mundial, em especial nas regiões periféricas sem atratividade para o capital, incluindo-se nesse enfoque a realidade da Região Recôncavo Sul, e mais precisamente do Município de Cachoeira, que nesse período já sofria

as conseqüências da aceleração do processo de globalização, classificada, segundo Benko (1999), como pseudo-sistema territorial desestruturado e sem dinâmica autógena.

Nesse período, e nas décadas seguintes, o modelo fordista, sob os auspícios da globalização, “nunca de forma desinteressada”, conforme assinala Chesnais (1996), estimulou países do terceiro mundo a aliam-se ao capital internacional, através da contratação de investimentos diretos, configurando-se o que viria a se chamar de “fordismo periférico”. Nesse contexto, o governo brasileiro passou a construir um amplo programa de reordenação da economia nacional, tendo como base a estruturação de mecanismos de financiamento, a ampliação da matriz energética e a exploração e refino do petróleo. Em conseqüência, veio a estruturação do sistema de transporte, a partir da construção de grandes rodovias de integração nacional, que, a rigor, eram convenientes aos grandes grupos transnacionais, representados e liderados pelo setor automobilístico e siderúrgico. Segundo Milton Santos et. al (1994), dessa forma consolida-se o processo de globalização no seu viés perverso, dando contornos à geografia da desigualdade, condenando os espaços geográficos periféricos globais, entre estes, o Recôncavo Baiano e, como tal, Cachoeira, a um estado de fragmentação e conseqüente decadência que tem se agravado ao longo dos anos.

Segundo Santos (2003), dessa forma identifica-se mais uma interconexão entre a dinâmica global e o processo de declínio do local, e, nesse sentido, pode-se concluir que, mesmo tratando-se de um cenário internacional, era evidente que os reflexos viriam no futuro comprometer ainda mais a economia do município. A situação foi agravada pela ausência de uma política nacional ou local voltada especificamente para Cachoeira e toda a Região Recôncavo Sul, confirmando assim a opinião de alguns autores que afirmam que a globalização, no seu viés excludente, limita o acesso dos países e regiões periféricas às novas tecnologias. Essa postura afeta substancialmente suas economias, ampliando a desigualdade, através da perda de dinamismo, de posições hierárquicas, com restrições a políticas sinérgicas de desenvolvimento local, exatamente o que ocorreu com Cachoeira, nos decênios seguintes.

Para Santos (2003), a análise do ponto de vista nacional remete a uma rápida incursão nos fins do século XIX, em que dois fatos têm correlação com o processo de declínio sócio-econômico de Cachoeira. Em primeiro lugar, destaca-se a abolição em 1888, que atinge direta e imediatamente a indústria açucareira, cuja base é a economia escravista. Em segundo lugar, o fim do império em 1889, com a conseqüente proclamação da república, que atingiu a região décadas mais tarde, face ao confronto de oligarquias ligadas ao império e à declinante

economia do açúcar, diante do fortalecimento do poder político do Centro-Sul do País, sob a forte influência da cafeicultura.

Num recorte mais específico, Furtado (1998), ao focalizar as primeiras décadas do século XX, reporta-se às conseqüências da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929, que desferiu um forte golpe na economia mundial, refletindo-se no Brasil com a crise do café, cujos desdobramentos conduzem à revolução de 1930, às mudanças do quadro político nacional, atingindo diretamente a Bahia e a Cachoeira, face ao protecionismo do governo à economia do café, tratando-se de um país que sempre esteve presente no cenário econômico mundial, destacando-se nesse particular o Recôncavo Sul e, especialmente, Cachoeira. Nas décadas seguintes, volta-se ao cenário internacional, iniciando um movimento econômico em que no segundo governo do Presidente Getúlio Vargas imprime-se um esforço de planejamento no sentido de construir um novo paradigma de desenvolvimento, através de uma visão de modernidade, em sintonia com as novas regras ditadas pela globalização da economia. Assim, verifica-se que o planejamento e o desenvolvimento, em última análise, anunciou a presença ativa de relações capitalistas e suas conseqüentes ações políticas, em nosso País. Observa-se que a crença de que a única saída para o desenvolvimento está no capital estrangeiro induziu, por outro lado, o incremento exagerado dos empréstimos no exterior e que a obediência assim configurada às pressões externas coincidia com a queda do valor das exportações do café e as graves alterações na balança de comércio exterior.

Segundo Santos (2003), diante desse quadro, que de certa forma ampliava o desequilíbrio entre as regiões, o governo depara-se com as idiossincrasias regionais, decorrentes do período provinciano, gerando uma instabilidade política que atinge todo o País e especialmente a Bahia e a Região Recôncavo Sul, face aos conflitos das oligarquias estaduais que defendiam idéias e posicionamentos diferentes em relação às transformações que ocorriam na economia mundial, conforme salienta Pedrão (1992).

No conjunto, as mudanças patrocinadas pelo governo federal sinalizavam para um mecanismo concentrador de investimentos e unificador da infra-estrutura econômica, que tendia a acentuar as diferenças regionais, conforme Santos (1994). Paralelamente a esses investimentos destaca-se o processo de acumulação de capital e a própria articulação comercial comandada pelos negócios instalados em São Paulo, que iniciava o efeito de descontração concentrada da industrialização nacional. Esse efeito dá-se prioritariamente

através dos estados e regiões que se caracterizam como grandes centros consumidores e são privilegiados em face de sua localização geográfica, a partir das novas rodovias de integração nacional que são implantadas.

Nesse cenário, a Bahia pode-se dizer que foi beneficiada, todavia numa rota não modernizante em que prevaleceu uma facção de suas oligarquias conservadoras, especialmente do Recôncavo e de Cachoeira, que defendiam estímulos para indústrias tradicionais. Nesse sentido, convém destacar a influência da classe empresarial, representada por essa facção ideológica, que contribuiu para o processo de declínio, haja vista que trafegou numa rota contrária às políticas de desenvolvimento que, naquele momento específico, poderiam ser agente indutor de um processo alternativo ao que se desenhava para o Recôncavo. No âmbito dos resultados da proposta federal, destacam-se a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e a construção da malha rodoviária a partir das grandes rodovias de integração nacional. Esta última respondia às exigências do capital internacional, representado pela indústria automobilística, em detrimento da expansão das ferrovias, que iniciadas ainda no século passado constituíam-se numa das forças motrizes que levou Cachoeira a ostentar a posição de liderança hierárquica na região, visto este município estar atrelado à navegação, através do seu porto.

Ainda nesse contexto, destaca-se a ampliação da matriz energética através da criação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia; o início dos estudos para prospecção e posterior exploração do petróleo, também na Bahia, inicialmente pelo Conselho Nacional do Petróleo e posteriormente pela PETROBRAS; a criação do Banco do Nordeste, seguindo-se, já no governo Juscelino Kubitschek, a criação da SUDENE. Nas décadas seguintes, o governo federal viria apoiar a Bahia na implantação de outras obras de infra-estrutura, unidades produtivas de refino de petróleo e centros industriais na grande Salvador e no Recôncavo Norte, dando contornos mais visíveis ao processo de declínio que viria a ocorrer no Recôncavo Sul e, de modo especial, em Cachoeira. Nessa altura, a cidade já se encontrava à margem de todos os movimentos econômicos que ocorriam na Bahia, tendo reduzido sua importância hierárquica no âmbito estadual. Dessa forma, percebe-se claramente uma intervenção planejada do Estado, nos planos federal e estadual, privilegiando o capital internacional, causando uma reordenação do espaço regional. Assim, fica evidente que o processo de re-hierarquização urbana está subordinada a uma intervenção de ordem estrutural.

Para Santos (2003), quanto aos fatos de caráter estadual, Brandão (1998), analisando Cachoeira na primeira metade do século XIX, ressalta que mesmo com uma breve recuperação do comércio internacional, era evidente a preocupação da comunidade com o desempenho econômico da região, devido à falta de um plano econômico de governo. Paralelamente, enfrentavam-se as conseqüências dos conflitos que levaram à independência da Bahia, entre 1821 e 1823, e uma crise institucional que se sucedeu entre 1824 e 1837, ano da elevação de Cachoeira à condição de cidade. Mais adiante, já no final do século XIX, somou-se a esses fatos a proliferação de engenhos fora da região, a fuga de mão-de-obra para Minas Gerais, Chapada Diamantina e região cafeeira, além da falta de crédito, culminando com o trágico surto de *cholera morbus* que em 1855 atingiu fortemente a Região Recôncavo Sul e especialmente o Município de Cachoeira.

Nas últimas décadas do século XIX, portanto, no final da época imperial, outro fator determinante nesse cenário, foi a conclusão da Estrada de Ferro Salvador-Juazeiro, em 1895, com sua ligação ao Estado de Sergipe, reduzindo o peso relativo da influência do Recôncavo e, como tal, de Cachoeira, na economia baiana. Dentro dessa análise, segundo Mattoso (1992), convém registrar que os principais produtos de exportação da Bahia no século XIX, açúcar e fumo, aos poucos perdem seus lugares nos mercados internacional e nacional. Esse fato revela a omissão das lideranças políticas que, segundo a autora, davam as cartas da política nacional.

O panorama do início do século XX, conforme explicitado anteriormente, revela o recrudescimento da crise, que começou no final do século XIX, em decorrência da Abolição da Escravatura, da Proclamação da República com o conseqüente protecionismo do governo federal à economia cafeeira e aos estados do Sul, dos reflexos da primeira guerra e, finalmente, da crise de 1929, levando a Bahia a experimentar um longo período de decadência econômica, conforme Sampaio (1992). Nesse contexto, Costa Pinto (1998) confirma o agravamento da crise da indústria açucareira, iniciada ainda no final do século XIX e, posteriormente, a do fumo. No caso do açúcar, a quebra da força produtiva face aos efeitos da abolição, e um acentuado processo de obsolescência, aliado a uma elevada concorrência local e internacional, leva os engenhos à falência, conforme assinala Mattoso (1992). Num esforço de reversão do quadro, foram introduzidas as usinas, fato que gerou uma revolução tecnológica e social, porém efêmera em sua trajetória de ascensão, face às interferências do Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933 pelo Governo Federal, conduzindo a economia

açucareira a uma crise sem precedentes, que teve seu momento crítico com a introdução do ciclo do petróleo. No tocante ao fumo, o processo de decadência aconteceu décadas mais tarde, como consequência da Segunda Guerra Mundial..

Esses acontecimentos, num primeiro momento, interferiram na economia do Recôncavo Sul, porém tiveram reduzida influência no então imperceptível processo de declínio econômico do Município de Cachoeira, vez que nesse período o município manteve-se ativo economicamente, face a sua tradição, cultura, atividade fumageira e à posição estratégica de seu porto em relação às cargas e ao transporte de passageiros. Entretanto, mesmo não sendo assimilados dessa forma, tais fatos foram decisivos como elementos desencadeadores do processo de declínio, na medida em que, aliados a outros fatores, contribuíram para que Cachoeira sofresse as consequências de uma acentuada desarticulação econômica produtiva.

Em 1940 surgiu a economia petrolífera, com ações produtivas concentradas nos municípios adjacentes à capital do Estado. A crescente vitalidade da economia petrolífera atingiu diretamente o Recôncavo Sul e também Cachoeira, que, nos primeiros anos dessa década, já sentia os efeitos da decadência da atividade fumageira em seu entorno, assim como da construção das rodovias e a conseqüente introdução do caminhão, desarticulando assim o transporte multimodal flúvio-ferroviário. Considerando que esse vetor econômico era a base de sua resistência, a cidade e a região iniciaram sua trajetória de decadência e esvaziamento. Assim, Cachoeira foi progressivamente excluída dos movimentos de industrialização e urbanização, em consequência do modelo de intervenção patrocinado pelo Governo Federal, que a partir da década de 1950 privilegiou a Grande Salvador, o norte do Recôncavo Baiano e, especialmente, Feira de Santana. É justamente em torno desses movimentos, alavancadores do processo de recuperação da economia do Estado, que se caracteriza o efeito excludente da globalização, conforme Milton Santos et al (1994), marcando o ponto de inflexão do processo de declínio de Cachoeira, através de fatos que atingem diretamente a economia do município.

O modelo intervencionista do Estado, segundo Pedrão (1992), que beneficiaria o norte do Recôncavo e a Grande Salvador, deixando Cachoeira e as demais cidades do Recôncavo Sul à margem do processo de integração sócio-econômico, tem seus contornos alterados a partir da nova ordem de desenvolvimento do Estado, na década de 1960, desarticulando ainda mais a economia do município. O governo baseou seu planejamento nos

pólos de investimentos que, em tese, seriam indutores do desenvolvimento e, mais uma vez, a Região Recôncavo Sul e especificamente o Município de Cachoeira foram penalizados.

No conjunto de medidas desse novo modelo de desenvolvimento do Estado, articulado ao governo federal, e com base em pólos industriais, o norte do Recôncavo e a Cidade do Salvador, já beneficiados com a energia da CHESF, oriunda de Paulo Afonso; os investimentos da PETROBRAS; a implantação da Refinaria Landulpho Alves, em 1950, e o terminal marítimo de Madre de Deus, em 1957, são mais uma vez contemplados. Desta feita, os governos estadual e federal, em 1967, instalam o distrito do CIA em Aratu e, na década de 1970, o COPEC, em Camaçari, fortalecendo, na seqüência, o distrito industrial do Subaé, em Feira de Santana, formando um lapso entre 1950/1980, em que se materializa a nova organização industrial do Estado. Essas medidas acentuam profundamente as diferenças entre as regiões contempladas e o Recôncavo Sul, em que se localiza Cachoeira, que, por sua vez, é condenada à desagregação e ao empobrecimento crítico.

Quanto ao panorama local, este é, sem dúvida, reflexo dos contextos anteriormente analisados com rebatimentos diretos na Região Recôncavo Sul, espaço geográfico em que Cachoeira está inserida, tendo ocupado por mais de dois séculos a hegemonia política e administrativa, destacando-se como primeira na estrutura hierárquica regional. Conforme já observado nas apreciações anteriores, a percepção concreta do declínio deu-se em Cachoeira somente a partir de 1940, com os primeiros sinais de decadência do fluxo de transportes a partir de seu porto fluvial, até então o mais importante da região.

Conforme Mello (2001), entre as décadas de 1940 e 1950 verificou-se em Cachoeira o fechamento de diversas fábricas, algumas como reflexo da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, que determinou o confisco dos bens de origem germânica, estando entre estes os detentores do controle da fábrica Dannemann, em São Félix. A indústria sofreu intervenção, fechando as portas e desempregando um grande número de pessoas, que não são absorvidas pelas Leite Alves e Suerdieck, fábricas localizadas em Cachoeira. Em 1948, o comércio do município sofreu um forte impacto em sua performance, em face da grande enchente do Rio Paraguaçu. Paralelamente a esses fatos, um conjunto de fatores, decorrentes do processo de reordenação da economia nacional, e sua expansão a partir do capital industrial instalado em São Paulo, culminou com a construção de estradas de integração nacional, privilegiando entroncamentos rodoviários que, aliados à introdução da indústria

automobilística no final da década de 1950, financiada pelo capital internacional e com seus desdobramentos, constitui-se num dos principais golpes à economia do município. Essa mudança retira de Cachoeira a condição de entreposto comercial a partir do transporte multimodal, que era seu principal vetor e atratividade econômica, provocando assim o fechamento de escritórios, empresas de consignação e hotéis e uma forte redução no nível do seu já declinante comércio.

Mello (2001) ainda registra que, ao chegar à década de 1960, Cachoeira experimenta outra grande inundação do Rio Paraguaçu, provocando mais uma crise na economia local, com a fuga de comerciantes em direção a outras localidades que propiciassem mais segurança. Ainda não refeita dos prejuízos, outra enchente atormenta a cidade em 1964, levando ao desespero a economia do município, que se agravou com o fechamento das indústrias Leite Alves e Suerdieck, no ano de 1967, deixando muita gente sem emprego. Nesse período, são suspensas em definitivo as atividades da navegação entre Cachoeira e Salvador. Segundo Pedrão (1998), o quadro que predomina na região é de acentuada falta de dinamismo, revelando outro elemento que deprecia ainda mais o ambiente, que é a ausência de capital humano em função do crescente fluxo migratório de quadros qualificados em direção principalmente a Salvador, em decorrência do marasmo e da falta de perspectivas que presentes na região.

O quadro de acentuado declínio econômico e social de Cachoeira torna-se mais visível a partir dos reflexos da política de desenvolvimento, através dos pólos, entre as décadas de 1970 e 1980, com a estruturação do Pólo Petroquímico de Camaçari e dos pólos industriais de Aratu, no norte do Recôncavo, e Subaé, em Feira de Santana, sem mencionar outros que foram introduzidos no Estado. Nesse sentido, Pedrão (1992) faz alusão ao equívoco dessa política, em que a articulação entre os segmentos econômicos e as áreas regionais foram colocadas num plano secundário em relação à polarização dos investimentos. Como exemplo dessa realidade, convém ressaltar que, nesse período, o Governo do Estado buscou alternativas para reverter o quadro, através de intervenções da BAHIATURSA voltadas para o município; entretanto, os resultados não se reproduziram, ocorrendo um declínio e uma drástica redução dessa atividade, contribuindo para o marasmo atual.

Outra intervenção governamental que poderia ter contribuído para a reversão do quadro foi a construção da barragem de Pedra do Cavalo, cujos objetivos não foram atendidos

na sua plenitude. Revela-se, mais uma vez, a dificuldade do governo em promover a articulação econômica do município com outros vetores econômicos que se empreendiam a partir da ótica dos pólos de desenvolvimento.

Além dessas iniciativas frustradas, Nádia Maria Dourado Rocha, em seu livro *Cachoeira e Cachoeiranos* (2001), chama a atenção para o surgimento de uma esperança no ano de 1971, ano dos preparativos para a comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil, quando Cachoeira, pelo seu passado histórico e pela imponência de sua arquitetura barroca, foi distinguida com o título de "Cidade Monumento Nacional", pelo decreto 68.045, de 13 de janeiro de 1971, no governo do então Presidente Emílio Garrastazu Médici (ver documento anexo). Em seguida, foi assinado um convênio pelo Ministério da Educação e Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Universidade Federal da Bahia, representada pela Faculdade de Arquitetura, quando foram feitos estudos para revalorização da sede do município e restauração em parte do seu conjunto arquitetônico. Portanto, o documento presidencial que lhe outorgou o título previa medidas efetivas para restabelecer a vitalidade econômica do município, visto que se dirigia para a rota do turismo cultural com a restauração e utilização do patrimônio arquitetônico da sede do município. Nessa ocasião, muito foi feito por Cachoeira, porém os resultados não foram satisfatórios, uma vez que Cachoeira não conseguiu sair do estado de decadência. A partir dessas evidências, constata-se pouco interesse das lideranças políticas locais e do próprio governo do Estado, levando Pedrão (1998) a registrar que enquanto a economia baiana passava por um ciclo de modernização entre as décadas de 1950 e 1980, proveniente da industrialização, o Recôncavo Sul e mais especificamente Cachoeira, estava na rota da estagnação e do empobrecimento crônico.

Com esta análise, entende-se que uma das principais causas da decadência de Cachoeira esteja diretamente ligada ao modelo de intervenção estatal. Reitera-se, mais uma vez, que os investimentos foram decorrentes do reflexo da acumulação do capital, especialmente o industrial sediado em São Paulo, e suas exigências de desdobramento, caracterizados pelo aproveitamento de oportunidades de investimentos em outros estados, articulação comercial brasileira, e ainda a desconcentração concentrada do setor industrial, fenômeno que beneficiou determinadas regiões, a partir da construção de rodovias, entrepostos comerciais, industriais e centros logísticos. Assim, configura-se o que afirmam

alguns autores, "a globalização perfura fronteiras e fragiliza a coerência dos sistemas nacionais e locais".

As intervenções decorrentes desse contexto, sem o devido mecanismo compensatório, foram absorvidas pelos governos brasileiro e baiano e dirigidos não somente à Feira de Santana, mas a outros "pólos" da base territorial local. Esse processo atropelou a próspera atividade econômica de Cachoeira, originária de décadas passadas que se assentava no mesmo vetor econômico, todavia baseado nas suas dotações pré-existentes (transporte multimodal fluvial/ferroviário). Dessa forma, o seu forte diferencial em relação a outros centros urbanos, que gerava um potencial significativo de negócios secundários, estendendo o efeito econômico às demais cidades do seu entorno, desmoronou-se. Essa situação se deteriorou concomitantemente com o crescente processo de desenvolvimento da cidade de Feira de Santana, cuja localização apresentava mais vantagens do ponto de vista da logística. A predominância e o avanço do transporte rodoviário, que estava vinculado ao modelo de desenvolvimento brasileiro, centrado na indústria automobilística, caracterizou-se como um dos fatores decisivos à decadência econômica do município. Posto tais argumentos, apresentase no capítulo a seguir, um panorama da situação atual do município, concluindo-se esta análise.

CAPÍTULO 9. O PANORAMA ATUAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

O presente capítulo procura traçar um diagnóstico de Cachoeira, município localizado na Região Recôncavo Sul do Estado da Bahia, através de análise dos seus aspectos demográficos, sociais, econômicos, como também da estrutura física e das finanças do município, visando uma melhor compreensão da realidade atual.

9.1 ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000, o Município de Cachoeira conta com uma população de 30.416 habitantes, divididos equitativamente entre a zona urbana (15.831) e a zona rural (14.585).

Observando-se a tabela abaixo, pode-se perceber que, entre 1950 e 2000, a taxa de crescimento populacional do Município de Cachoeira foi inexpressiva, ficando no patamar de 1,15% naquele período, confirmando o quadro de estagnação que o município experimenta nas últimas décadas. Nota-se que, entre 1950 e 1970, houve um decréscimo populacional de 8,6%, coincidindo com o período em que o município e a região sofreram os efeitos mais severos da política de desenvolvimento do Estado, implementada sob os auspícios da globalização da economia.

Tabela 51

População Residente, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica

Município de Cachoeira – 1950-2000.

Ano	População Residente			Taxa de Urbanização %	Densidade Demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1950	29.939	15.816	14.123	52,8	74,32
1960	28.869	13.916	14.953	48,2	71,63
1970	27.382	13.667	13.715	49,91	67,94
1980	27.953	13.780	14.173	49,29	69,36
1991	28.258	14.172	14.086	50,15	70,11
2000	30.416	15.831	14.585	52,04	75,47

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Ao analisar-se a distribuição da população residente por faixa de idade, na tabela seguinte, constata-se a redução do contingente populacional na faixa de 0 a 9 anos, e um razoável aumento quando se considera as demais faixas, até 59 anos. Essa mudança dá-se de forma intensa e gradual entre 1970 e 2000, apresentando algumas oscilações a partir de 1980. Esse movimento indica uma tendência para um novo perfil populacional numa faixa de maior demanda por serviços básicos, educação e, também, por oportunidades de emprego. Por outro lado, estabelecendo-se um corte entre as faixas de 10 e 39 anos, tem-se uma bolha concentrada num grupo que vivencia o período em que ocorreu uma maior abertura política no país, sendo, por sua vez, mais exigente no tocante a performance no que se refere à administração pública.

Tabela 52

Faixa de Idade da População Residente

Município de Cachoeira – 1970-2000.

Faixa de idade	Ano			
	1970	1980	1991	2000
0 a 4	4.100	4.426	3.066	3.072
5 a 9	4199	4.183	3.954	3.029
10 a 19	6.782	6.709	7.457	7.146
20 a 29	3.455	3.731	4.287	5.595
30 a 39	2.821	2.549	2.954	3.767
40 a 49	2.458	2.102	2.205	2.819
50 a 59	1.722	1.795	1.688	2007
60 e mais	1.794	2.425	2.634	2.981
Ignorada	51	33	45	-
Total	27.382	26.353	28.290	30.416

Fonte: IBGE e SEI/SEPLANTEC

Quanto ao número de domicílios particulares, objeto de análise da tabela seguinte, verifica-se, entre 1980 e 2000, um aumento do número total de habitações da ordem de 62,74%, enquanto que, nesse mesmo período, como já observado na análise anterior, o crescimento do total da população é de apenas 8,8%. Percebe-se que o crescimento é maior nos domicílios urbanos, num total de 64,66%, contra 57,75% nos rurais. Considerando-se que os dados não indicam o tipo nem a qualidade dessas habitações, pode-se recorrer a dois argumentos: em primeiro lugar, em recentes análises

demográficas verifica-se que há uma tendência de redução do número de habitantes por domicílio, e neste caso específico pode estar aliado ao pequeno refluxo migratório decorrente da desaceleração da economia nas áreas em que se absorvia mão-de-obra, que trouxe o cachoeirano de volta, construindo sua moradia para abrigar a família; em segundo lugar, seguindo a mesma tendência, o padrão típico das famílias tem se modificado, e mesmo em regiões pobres do interior do Estado constata-se que existem famílias menores. Por outro lado, mesmo sem comprovação, pode-se registrar a construção de domicílios para se utilizar no turismo, nas festas ou mesmo para descanso, já que o município é destino de um considerável fluxo de turismo receptivo, especialmente de baianos.

Tabela 53

Domicílios Particulares por Localização

Município de Cachoeira – 1980 e 2000.

Ano	Domicílios Particulares		
	Urbanos	Rurais	Total
1980	2.963	2.722	5.685
2000	4.879	4.373	9.252

Fonte: SEI/SEPLANTEC E IBGE/ Censo 2000

Vale ressaltar que embora não haja registros precisos com relação ao fluxo migratório, os contatos realizados junto à população indicam que o movimento mais intenso realiza-se em direção à Região Metropolitana de Salvador, em busca de oportunidades de trabalho. A migração tem como fator determinante a falta de oportunidades de emprego no município.

9.2 ANÁLISE SOCIAL

9.2.1 Educação

Na área de educação, a tabela a seguir apresenta um significativo conjunto de dados, que permite uma análise razoável desse setor no Município de Cachoeira.

Inicialmente, verifica-se que, na educação infantil, em 1986, o município possuía 08 escolas, aumentando para 09 em 2000, enquanto que a iniciativa privada saltou de 02 unidades para 07, no mesmo período, indicando um crescimento de 250%. No ensino fundamental, o número de matrículas que em 1986 foi de 6.521 saltou para 8.163 em 2000, observando-se um crescimento de 25,18%, considerando as redes pública e privada. No ensino médio, o total de matrículas nas redes pública e privada, cresceu, nesse mesmo período, em 126%, saltando de 933 em 1986, para 2.117 em 2000. Entretanto, convém ressaltar que o total de profissionais dedicados à função docente na rede estadual caiu de 56, em 1986, para 37, em 2000, representando uma redução de 44,0%. É importante registrar que o aumento da oferta de vagas nos ensinos fundamental e médio vem na mesma direção do aumento populacional registrado nas faixas correspondentes, verificado quando da análise demográfica.

Tabela 54**Estabelecimentos, Professores e Alunos Matriculados, Segundo a Especificação****Município de Cachoeira – 1986-2000.**

Espec.	Estabelecimento				Função Docente				Matrícula			
	1986	1987	1991	2000	1986	1987	1991	2000	1986	1987	1991	2000
Infantil												
Estad.	1	2	2	-	6	7	-	-	180	183	177	-
Munic.	8	10	43	9	15	13	-	16	451	471	915	330
Fed.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Part.	2	2	5	7	4	11	-	27	67	243	349	395
Fund.												
Est.	16	16	18	37	88	98	146	108	2298	2365	5072	3947
Mun.	43	33	38	36	110	109	166	114	3158	3227	3613	3256
Fed.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Part.	3	3	6	8	48	49	57	82	1065	1251	1486	960
Médio												
Est.	1	1	1	1	56	56	34	37	773	1879	1185	1659
Mun.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fed.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Part.	1	1	1	2	19	20	19	37	160	233	330	459

Fontes: SEI/SEPLANTEC, Coordenadoria Estadual de Educação - Cachoeira, 2002 e IBGE, Censo 2000.

No que se refere à questão do analfabetismo no município, a tabela seguinte indica uma taxa de 20,09%, tendo em vista que essa categoria somente é considerada a partir da faixa etária de 10 anos de idade. Entretanto, no que se refere à faixa entre 10 e 24 anos, percebe-se que a taxa é de 11,6% portanto menor, voltando a crescer na faixa etária de residentes maiores de 25 anos, que situa-se em torno de 27,9%.

Tabela 55**Taxas de Analfabetismo por Faixa Etária Residente****Município de Cachoeira – 2000.**

Faixa etária residente	População residente total	População não alfabetizada	Taxa de analfabetismo
10 anos a mais	24.315	5.091	20,9
10 a 24 anos	10.387	1.201	11,6
25 anos a mais	13.928	3.890	27,9

Fonte: Secretaria de Educação da Bahia

Tabela 56**Taxas de Aprovação, Reprovação e Desistência****Município de Cachoeira – 2000.**

Modalidade	Aprovação	Reprovação	Abandono
Ensino Fundamental	60,2	16,5	23,3
Ensino Médio	55,9	10,9	33,2

Fonte: Secretaria de Educação da Bahia

9.2.2 Saúde

No que diz respeito à área de saúde, no Município de Cachoeira, entre 1980 e 2001, houve um discreto aumento na oferta de leitos que de 94, em 1980, passou para 109, em 2001, representando uma elevação da ordem de 15,95%. Considerando-se o total da população, observa-se que, em 1980, havia um total de 297 moradores para cada leito, tendo esse índice experimentado uma tímida melhoria em 2001, com uma razão de 279 moradores para cada leito. Nesse mesmo período, o número de estabelecimentos prestadores de serviços médicos saltou de 01 unidade hospitalar em 1980, para 06, em 2001, verificando-se um aumento considerável da ordem de 500%.

Tabela 57
Estabelecimentos de Saúde por Espécie
Município de Cachoeira – 1980-2001.

Ano	Estabelecimento							Leitos
	Público				Particular			
	Posto	Centro	PAM e Pol	Hospital	PAM e Pol	Hospital	Total	
1980	0	0	0	0	0	1	1	94
1991	2	3	1	0	0	1	7	100
2001	3	1	1	0	0	1	6	109

Fonte: Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde e SEI/SEPLANTEC

PAM - Posto de Atendimento Médico

POL - Policlínica

No que se refere ao pessoal ocupado, apesar de se registrar um discreto aumento no total, evoluindo de 75 profissionais em 1992 para 78 em 2001, verifica-se uma substancial redução no número de médicos nesse período, caindo de 25 para 09, o que representa uma retração de 36%. Em contra partida, registra-se o significativo aumento de 76,66% no número de agentes de saúde, que passou do total de 30 em 1992, para 53 em 2001, sendo determinante na redução da taxa de mortalidade na faixa etária de menores de 01 ano de idade.

Tabela 58
Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos de Saúde
Município de Cachoeira – 1992 e 2001.

Tipo de Ocupação	Total de Profissionais	
	1992	2001
Agentes de Saúde	30	53
Assistente Social	1	1
Aux. de Enfermagem	10	5
Bioquímico/Farmacêutico	0	1
Dentista	5	2
Enfermeiro	3	6
Médico	25	9
Nutricionista	1	0
Auxiliar de Laboratório	0	1
Total	75	78

Fonte: Secretaria de Saúde do Município e SEI/SEPLANTEC

A tabela abaixo revela um dado de extrema importância no âmbito da saúde no Município de Cachoeira, que é a substancial redução do número de óbitos na faixa etária de menos de um ano de idade. Segundo depoimento de uma técnica da Secretaria de Saúde do município, a retração de 78,69% entre 1980 e 2001, é decorrente de um conjunto de ações da Secretaria, destacando-se nos últimos anos, o intenso trabalho de caráter preventivo, realizado por intermédio dos agentes de saúde diretamente nos domicílios.

Tabela 59

Óbitos de Residentes Menores de 1 Ano de Idade

Município de Cachoeira – 1980-2001.

Ano	Número absoluto
1980	61
1989	18
2001	13

Fonte: SEI/SEPLANTEC e Secretaria Municipal de Saúde

Quanto aos óbitos, em geral, verifica-se uma redução de 31,44% no período de 1980 e 1989, todavia, no período de 1989 e 2001, percebe-se que o quantitativo retorna ao patamar de 1980 que foi de 233. Um dado interessante nessa análise é que, em cada ano pesquisado, há uma predominância das doenças do aparelho circulatório, com taxas razoáveis nos três períodos analisados, o que sugere uma ação mais efetiva sobre elas. Apesar de não termos os dados, pode-se inferir que esses óbitos ocorrem predominantemente na população de faixa etária mais elevada, o que reduz a possibilidade de evitá-los.

Tabela 60
Óbitos de Residentes Segundo as Causas
Município de Cachoeira – 1980-2001.

Causas	1980		1989		2001	
	Óbitos	%	Óbitos	%	Óbitos	%
Doenças infecciosas e parasitárias	52	23,31	16	10	10	4,29
Neoplasmas	10	4,48	15	9,38	11	4,72
Doenças endócrinas e metabólicas	18	8,07	13	8,13	16	6,88
Doenças do sangue	3	1,35	1	0,63	0	0
Transtornos mentais	0	0	0	0	3	1,29
Doenças do sist. nerv. e órg. do sentido	2	0,90	2	1,25	2	0,86
Doenças do aparelho circulatório	45	20,18	51	31,85	55	23,61
Doenças do aparelho respiratório	18	8,07	6	3,75	4	1,72
Doenças do aparelho digestivo	6	2,69	4	2,50	4	1,72
Complicação da gravidez, part. e puerp.	2	0,90	0	0	0	0
Doenças da pele e tecido sub-cutâneo	1	0,45	1	0,63	1	0,43
D.do sist. osteomuscular e t. conjuntivo	0	0	0	0	0	0
Anomalias congênitas	2	0,90	1	0,63	0	0
Algumas afecções do período perinatal	23	10,31	4	2,50	6	2,58
Sinais, sintomas e afec. mal definidas	30	3,45	40	25,00	111	47,64
Causas externas	0	0	4	2,50	8	3,43
Total	233	96	160	100	233	100
Doenças do aparelho geniturinário	2	0,90	2	1,25	2	0,83
Total	233	96	160	100	233	100

Fonte: SEI/SEPLANTEC e Secretaria Municipal de Saúde

9.3 ANÁLISE ECONÔMICA

Eminentemente agrícola, o setor primário de Cachoeira está baseado no cultivo de lavouras como a mandioca, cana-de-açúcar, dendê e cítricos.

A cana-de-açúcar, cultura responsável pelo povoamento do Município no século XVI, ainda é de fundamental importância para a sua economia. Analisando a série histórica 1980 - 2000 verifica-se o crescimento da produção de cana-de-açúcar a partir de meados da década passada. A mandioca também sempre constou da pauta agrícola do Município, tendo aumentado consideravelmente sua participação no período

analisado. O dendê também registrou grande incremento na década de 1980. Em 1988 ocupava 2.155 hectares contra os 100 hectares colhidos em 2000. Isso se deve à substituição de parte da área antes plantada com dendê por cana-de-açúcar, pela Usina Paranaguá.

A despeito da perda de importância da cultura na pauta agrícola municipal, o dendê reserva grandes perspectivas de crescimento em toda região. Além da produção nacional de óleo de dendê não ser suficiente para atender à demanda interna, registra-se a ampliação do seu uso a nível mundial, no lugar dos óleos e gorduras de origem animal e, até mesmo, de óleos vegetais, como de soja. Apresentam-se ainda possibilidades de desdobramentos agroindustriais, como o uso de óleo de dendê em indústrias de alimentos, de sabões e similares, de resinas, de lubrificantes e de derivados químicos, ou como alternativa energética (combustíveis).

Os cítricos apresentam alta produtividade na região (laranja - 80.000 frutos/ha; limão - 120.000 frutos/ha; tangerina 180.000 frutos/ha) sendo liderados pela laranja, cuja produção em 2000 chegou a 3,2 milhões de frutos em apenas 40 hectares de área colhida.

Cachoeira está localizada na denominada “zona fumageira da Mata Fina”, conhecida pela alta qualidade do fumo produzido (geralmente utilizado na fabricação de charutos finos), embora a produção de fumo venha decrescendo gradativamente, apresentando em 2000 uma grande redução em relação ao início do período.

Além dos produtos já citados, aparecem na pauta agrícola municipal, em nível secundário, diversas outras culturas, tais como: abacate, banana, coco-da-baía, mamão etc.

A despeito da agricultura situar-se como a principal atividade do setor primário dados referentes ao uso do solo relativos aos anos de 1980 e 2000, revelam que a maioria das terras do Município estavam ocupadas por pastagens.

A atividade pecuária no Município, conforme dados do IBGE referentes ao período de 1980 a 2000, tem sofrido grande redução. A maior delas em termos relativos,

ficou por conta do rebanho de muares (63,48%), seguida do de suínos (57,13%). O rebanho bovino apesar de ter crescido até 1989 sofreu redução de 16,12% em 1993, tornando a obter pequeno crescimento no ano de 2000 (2,53%).

Tabela 61

Efetivo dos Principais Rebanhos

Município de Cachoeira – 1980-2000.

Rebanho	1980	1985	1988	1989	1993	2000
Bovinos	8.046	8.911	9.130	9.418	7.900	8.100
Caprinos	-	-	-	-	-	50
Suínos	3.312	2.299	2.447	2.545	1.234	1.420
Ovinos	287	392	1.070	1.104	-	60
Aves ⁽¹⁾	36.133	62.877	92.628	94.610	317.250	322.800
Eqüino	-	-	-	-	1.140	1.130
Asinino	-	-	-	-	360	365
Muar	575	597	1.418	1.427	210	220

Fonte: IBGE Produção da Pecuária Municipal, 1980 - 2000.

(1) Galinhas, galos, frangos e pintos.

Neste cenário de redução dos rebanhos em Cachoeira, a exceção aparece em relação à criação de aves, que após ter sofrido acréscimos de 74,02% e 47,32% entre o período de 1980 a 1988 chegou ao final do período (2000) com incremento de 241,19% em relação a 1989, demonstrando o alto grau de intensificação da atividade que, naquele ano, registrou o maior efetivo dentre os 33 municípios da Região Recôncavo Sul.

Além da criação de aves, outra atividade que vem se destacando na economia de Cachoeira é a apicultura, que possuindo modesta produção de mel até 1989, assumiu patamar incomparavelmente superior em 1993, chegando ao final do período (2000) com incremento de 10% em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Tabela 62**Produção de Principais Derivados de Origem Animal****Município de Cachoeira – 1980-2000.**

Produto	1980	1985	1988	1989	1993	2000
Leite de vaca (mil litros)	332	607	863	827	204	225
Ovos de galinha (mil dúzias)	9	5	180	176	25	30
Mel de abelha (kg)	12	40	2.000	2.200

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal- 2000.

A atividade vem sendo popularizada através de Convênio da Prefeitura Municipal e a Associação de Apicultores do Recôncavo, através da realização de cursos, orientação técnica e suporte ao beneficiamento da produção com a Casa do Mel, de uso comunitário. Em troca, parte da produção dos apicultores é doada para a merenda escolar.

A produção de leite de vaca por sua vez sofreu redução de 32,23% no período de (1980 a 2000), tendo como um dos principais fatores o decréscimo do rebanho bovino. Atualmente, Cachoeira conta com uma boa produção de leite, oriunda da Fazenda Villa Rial (considerada grande criadora da raça Jersey do Brasil).

Quanto aos ovos de galinha verifica-se níveis produtivos significativamente menores, no ano de 2000, apesar de ter alcançado escalas expressivas em 1988 e 1989, demonstrando o aumento da produção avícola para fins de corte.

No setor industrial percebe-se a partir de 1985, ano em que o município está no período crítico de seu declínio, o início de uma gradual retração que vai até 1995. Em 1985 esse segmento respondia por 22,10% do total de estabelecimentos e 50,05% do pessoal ocupado dos setores econômicos do município. Em 2000, tais indicadores são de 7,90% e 13,75% respectivamente. Contudo, os números do período 1995/2000, indicam uma possível reversão desse quadro, observando-se que o total de estabelecimentos cresce em 175%, entretanto o quantitativo de pessoal ocupado é reduzido em 53,53%. No que se refere à atividade comercial, no período 1985/1995, observa-se um tímido aumento nesses indicadores, porém entre 1995/2000, o setor de serviço apresenta um

crescimento de 345% no que diz respeito ao total de estabelecimentos e de apenas de 58,02%, no total de pessoal ocupado. A agricultura e pecuária seguem a mesma tendência. A construção civil é oscilante, porém nesse último período configura-se como uma situação atípica tendo em vista as obras temporárias do governo do estado. Analisando-se a totalização dos dados, percebe-se uma inexpressiva redução da oferta de empregos formais da ordem de 1,25% entre 1985 e 2000, devendo ser ressaltado que tais resultados são influenciados pelos os efeitos temporários do setor da construção civil.

Tabela 63

Principais Setores Econômicos - Estabelecimentos e Pessoal Ocupado

Município de Cachoeira – 1985-2000.

Setor Econômico	1985		1990		1995		2000	
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado						
Indústria	21	892	16	580	12	452	33	242
Comércio	46	158	43	209	48	162	179	258
Serviço	26	226	28	975	33	829	147	960
Agric./Agrop.	-	-	05	23	17	98	37	113
Construção Civil	02	411	03	35	1	1	17	187
Total	95	1782	95	1822	111	1542	413	1760

Fonte: MTE/RAIS: 1985/2000

No que diz respeito a renda média dos trabalhadores nesse setores, pode-se perceber através da tabela seguinte, que 82,40% dos trabalhadores com emprego forma em Cachoeira, encontram-se na faixa de 01 a 03 salários mínimos, indicando uma forte concentração populacional que convive com baixos níveis de renda. Estes dados confirmam o IDH local, em relação ao estado e ao país, ratificando o estado de pobreza do município.

Tabela 64**Principais Setores Econômicos - Pessoal Ocupado e Renda Média em Salários Mínimos****Município de Cachoeira – 1997-2001.**

Salários Mínimos	Pessoal Ocupado									Concentração por faixa % em 2001
	1997				2001					
	Ind.	Com.	Serviço	Agrop.	Iud.	C. civil	Com.	Serviço	Agrop.	
Até 1	289	47	126	28	57	9	122	133	54	12,72
1,01 - 3	150	132	575	52	450	415	288	811	91	69,68
3,01 - 5	14	1	91	3	23	115	5	98	6	8,38
5,01 - 10	11	1	66	2	11	61	2	113	1	6,38
10,01 - 15	7	-	15	-	2	9	-	41	1	1,80
15,1 - 20	2	-	11	-	1	2	-	9	-	0,41
Mais de 20	1	-	8	-	2	3	-	12	-	0,58
Total	474	181	985	85	547	615	417	1217	153	99,93

Fonte: TEM/RAIS, 2001

Esses dados confirmam que, apesar de não se ter acesso à taxa de desemprego no município, pode-se inferir, diante do quadro do marasmo e estagnação decorrente da falta de vitalidade econômica local, que a situação em Cachoeira é mais grave do que a realidade estadual e nacional. Com base nos dados acima, pode-se concluir que esses trabalhadores incluído um contingente de mulheres, que na zona urbana são 13% a mais que os homens, mesmo com esse baixo nível salarial, são provedores da renda familiar. Nessa mesma situação agrava-se um expressivo número de famílias que são mantidas por um mínimo, segundo dados do BRADESCO, agência local, pode-se considerar por outro lado, o grande número de pessoal ocupado em atividades no setor informal da economia, que mesmo sem dados oficiais, pode-se também inferir que a renda média não deve fugir do patamar comentado anteriormente.

9.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA FÍSICA

Energia elétrica

O Município de Cachoeira é atendido pela COELBA, através de subestação própria. A tabela abaixo indica um crescimento do número de consumidores no município da ordem de 89,85% entre 1980 e 2000. Em princípio esses dados são coerentes, considerando-se não somente o aumento da população nesse período, mas também os programas sistemáticos de expansão da prestação desses serviços por parte dos governos federal e estadual. Por categorias de consumidores verifica-se que o comportamento se repete.

Tabela 65
Consumidores de Energia Elétrica por Classe
Município de Cachoeira – 1980-2000.

Ano	Consumidores por classe					
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros ⁽¹⁾
1980	3.617	3.186	26	319	17	69
1985	4.737	4.167	24	369	92	85
1990	5.743	4.905	18	435	280	105
1994	6.350	5.454	23	473	296	104
1995	6.404	5.496	25	476	301	106
1996	6.415	5.521	25	463	302	104
2000	6867	5855	31	461	255	235

Fonte: COELBA - Sistema de Mercado

⁽¹⁾ Outros: Consumo próprio, poder público, iluminação pública e serviço de água e esgoto.

No tocante ao consumo de energia por kwh, os dados da tabela abaixo mostram que ao contrário do crescimento do número de consumidores, verifica-se no mesmo período, uma redução de 19,34%. A resposta em relação a esse descompasso, pode ser encontrada ao analisar-se o perfil de consumo por classe, que mostra uma sensível redução no consumo do setor industrial, correspondendo a 73,97% em relação ao patamar de consumo de 1980. A categoria "outros" também contribuiu com essa redução, na medida em que se retraiu no mesmo período em 41,51%. O aumento, ficou restrito ao consumo residencial, comercial e rural, os dois primeiros caracterizados pelo

baixo índice de consumo, enquanto que o segundo varia em função do tipo e da natureza da atividade, não compensando a queda total.

Tabela 66

**Consumo de Energia Elétrica por Classe
Município de Cachoeira – 1980-2000.**

Ano	Consumo por classe (kWh)					
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros ⁽¹⁾
1980	21.195.641	2.529.165	13.613.827	696596	78.175	4.277.878
1985	11.697.428	3.341.944	5.829.897	1.335.010	158.605	1.031.972
1990	11.626.037	4.459.518	3.155.509	1.452.067	588.696	1.97.0247
1994	10.896.624	4.733.648	2.025.397	1.642.749	809.092	1.685.738
1995	12.157.490	5.289.549	2.218.165	1.869.413	935.245	1.845.115
1996	9.584.670	4.123.983	1.772.379	1.413.667	871.623	1.403.018
2000	17.330.556	6.792.099	3.680.954	2.900198	1.412.223	2.545.082

Fonte: COELBA - Sistema de Mercado

⁽¹⁾ Outros: Consumo próprio, poder público, iluminação pública e serviço de água e esgoto

Vale ressaltar que as localidades de Embiara, Calolé, Campinhos, Vitória e Tombo não são atendidas por esse serviço.

Transportes

Partindo de Salvador, o acesso rodoviário à sede do Município de Cachoeira pode ser feito através das rodovias BR-324/BA-026 (via Santo Amaro), BR-101/BA-502 (via Belém de Cachoeira), BR 101/BA-492 (via Muritiba), BR 101 (via Capoeiruçu de Cachoeira) e BR-101 (via São Félix).

De uma maneira geral todas as estradas citadas necessitam de reparos/manutenção, com especial atenção para a ligação OPALMA - São Francisco do Paraguaçu, via Santiago do Iguape, de grande importância econômica para o Município, tendo em vista servir de escoadouro de parte da sua produção agrícola e proporcionar o acesso a localidades de interesse turístico. A comunidade de Cachoeira reivindica a construção de uma estrada entre São Francisco do Paraguaçu e Saubara, fazendo a

ligação entre as baías do Iguape e de Todos os Santos, e entre uma série de localidades com potencial turístico a ser explorado.

A empresa de transportes Camurugipe explora as linhas intermunicipais para Cachoeira, interligando-a às demais cidades da Região, através do terminal rodoviário de São Félix, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 67

Principais Linhas Interurbanas e Empresas Exploradoras

Município de Cachoeira – 2000.

Empresas	Linhas	Partida	Chegada	Via
Camurugipe	152	Salvador	São Félix	Santo Amaro
	450	São Félix	Iaçu	
	450	São Félix	Itaberaba	Iaçu
	097	Santo Amaro	Santiago do Iguape	

Fonte : DTT - Departamento de Transportes e Terminais.

Além das linhas descritas na tabela acima, a Empresa mantém ônibus regulares para Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Valença.

O acesso hidroviário é feito pelo Rio Paraguaçu, rio que é navegável de sua foz até o Município de Cachoeira, com trechos de belas paisagens, como a Baía do Iguape.

O transporte entre os Distritos, os Povoados e a Sede do Município é feito através de veículos alternativos com "vans" e "lotações". Esse tipo de transporte caracteriza-se pela sua deficiência e mesmo perigo para os seus usuários.

O transporte escolar é um outro problema na infra-estrutura local. A frota é reduzida, antiga e irregular, o que implica na evasão de grande parte dos alunos da zona rural.

A estrada de ferro que corta o Município de Cachoeira, pertence à Ferrovia Centro Atlântica, e transporta cargas de Minas Gerais para Salvador, fazendo parada para manutenção em São Félix.

Ligando a Sede do Município de Cachoeira (Cais da Manga) à Sede do Município de São Félix (Praça José Ramos) está a ponte ferroviária D. Pedro II, construída em 1860, com 365 metros de extensão. Por ela trafegam veículos de todos os portes e trens de carga da Ferrovia Centro-Atlântica. Em função desse grande fluxo, a ponte está necessitando de reformas em seu lastro.

Atualmente não existe transporte fluvial apesar da navegabilidade do leito do Rio Paraguaçu entre o eixo São Félix / Cachoeira - Maragogipe. Quanto ao transporte aéreo, não há campo de pouso no Município.

Comunicação

A estrutura de comunicação do Município de Cachoeira está constituída por uma agência postal telegráfica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e de postos da Companhia Telefônica Telemar na Sede do Município nos Distritos de Belém da Cachoeira, Santiago do Iguape, e nos Povoados de Capoeiroçu, Tabuleiro da Vitória e Murutuba, oferecendo serviços de chamada local, DDD e DDI.

Entre 1990 e 2000 registrou-se um aumento da oferta de linhas telefônicas no município, reduzindo-se de 52,8 para 10,7 a razão habitante/linha. Esse expressivo aumento de oferta nessa área, reflete uma tendência que ocorreu no plano nacional com a expansão desse tipo de serviço.

Tabela 68

Telefones em Serviço

Município de Cachoeira – 1990-2000.

Ano	Total de telefone em serviço	Habitantes por linha
1990	535	52,8
2000	3.211	10,7

Fonte: SEI/SEPPLANTEC e IBGE, Censo 2000

O Município conta também com sinal das seguintes emissoras de TV: Bandeirantes, CNT, Globo (TV Bahia) e SBT (TV Itapoã), além de um jornal de tiragem mensal "O Guarani" e rádios comunitárias responsáveis pela divulgação das notícias locais.

Serviços Bancários

Cachoeira conta com duas agências bancárias diferentes: Caixa Econômica Federal e BRADESCO, além de um posto do Banco do Brasil localizado no prédio da Prefeitura, com funcionamento somente pela manhã, vinculado à agência de São Félix.

Justiça e Segurança Pública

A Comarca de Cachoeira é classificada como de 3ª entrância. O Fórum D. Augusto Teixeira de Freitas está composto por vara cível, vara crime, cartório de registro de imóveis, tabelionato de notas, cartório eleitoral e cartório de registro civil. Cachoeira sedia também a 16ª Zona Eleitoral.

A Polícia Militar do Estado da Bahia é responsável pela segurança pública no Município, através do 14ª Batalhão da Polícia Militar com sede em Cachoeira e um efetivo de 17 homens. A cadeia pública tem capacidade para 8 detentos. Cachoeira é considerada uma cidade tranquila.

Em Cachoeira, encontra-se também instalada, a 32ª Circunscrição Regional do Trânsito - Ciretran, abrangendo os Municípios de Conceição da Feira, São Félix, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira e Maragogipe.

Saneamento Básico

O sistema de abastecimento de água do Município fica a cargo da EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento, que é responsável pelos serviços de captação, tratamento e distribuição, atendendo à sede, aos distritos de Belém da Cachoeira, Santiago do Iguape e ao povoado de São Francisco do Paraguaçu. Os demais povoados são atendidos por sistemas simplificados da Prefeitura, através de chafarizes.

A água que abastece a sede é captada na Barragem Boa Vista, na nascente do Rio Pitanga. O sistema conta com uma rede de distribuição de 25.368 metros, uma estação de tratamento com capacidade de 200 mil litros e 2 reservatórios com capacidade para 600 mil litros. Em 1996 havia, segundo a EMBASA, 2.604 ligações e 3.301 economias faturadas. Em Santiago do Iguape são 254 ligações e 375 economias, servidas por uma rede de distribuição com 3.456 metros de extensão. A água é captada no Riacho da Rua Direita e recebe tratamento à base de sulfato e hipocal. A rede de distribuição de São Francisco do Paraguaçu atinge 2.206 metros de extensão e atende a 133 domicílios. A água é captada no Rio da Fonte da Bica e recebe tratamento com hipocal. Por fim, em Belém da Cachoeira, são 160 domicílios atendidos, dos quais 132 não medidos, ou seja, não pagando pelo serviço. A rede de distribuição totaliza 1.774 metros e a água é captada na Barragem de Belém. O tratamento é a base de hipocal e sulfato.

Além da falta de medidores, a baixa vazão dos mananciais e o excesso de vazamentos são outros problemas apresentados pela rede de abastecimento de água de Cachoeira – que chega a registrar perdas de até 43,36% (o máximo tolerável é de 30%) –, que é antiga e, em parte, constituída de amianto.

Segundo a EMBASA, 50,27% da população da Sede do Município tem acesso ao serviço, que é considerado irregular em virtude da dificuldade do sistema atual em abastecer os bairros altos (Cucuí de Brito, Cucuí de Caboclo e São Cosme), o que é feito de 24 em 24 horas, através de um sistema de rodízio. Esse problema está sendo solucionado com a entrada em funcionamento de mais um sistema, para a parte alta da Sede, vinculado ao sistema integrado do Município de Muritiba.

Boa parte da Sede Municipal é servida por sistema de esgotos (58,99%), notadamente a parte mais antiga. A rede de esgoto do Centro Histórico tem 400 anos de idade e está subdimensionada para a demanda atual. A mesma corre sob casarões e calçadas tombadas pelo patrimônio, o que dificulta a sua recuperação/expansão, necessitando para isso de aprovação do IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Verifica-se por outro lado que 30,50% do contingente população não possui banheiro.

Tabela 69**Utilização de Saneamento Básico e Rede d'Água pela População****Município de Cachoeira – 2001.**

Atendimento	% de cobertura	Pessoas atendidas
Por esgoto sanitário	33,79	10.277
Por fossas sépticas	3,21	976
Para rio ou mar	1,96	596
Por fossas rudimentares	21,99	6.688
Não possuem banheiro	30,5	9.276
Por rede d'água	51,27	15.595

Fonte: PRODETUR NE-II- Reunião de Diagnóstico, FGV - 2001

A coleta de lixo domiciliar, limpeza das ruas, transporte e disposição final é de responsabilidade da Prefeitura de Cachoeira. A coleta é diária e o lixo é depositado em terreno a céu aberto, próximo ao povoado de Tupim. Não existe aterro sanitário nem coleta seletiva. Segundo o IBGE (1991), apenas 52,83% dos domicílios municipais eram atendidos pelo serviço.

Os Distritos de Santiago do Iguape, Belém da Cachoeira e os Povoados de São Francisco do Paraguaçu e de Capoeiroçu também dispõem de coleta diária.

9.5 ANÁLISE DAS FINANÇAS DO MUNICÍPIO

No que diz respeito às finanças do município, a tabela abaixo apresenta a performance das receitas orçamentárias entre 1998 e 2000, de acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria Municipal de Finanças, nesse último caso, especificamente da Contabilidade. Os dados demonstram uma dependência quase total de Cachoeira em relação às transferências Federais e Estaduais, revelando que essa rubrica representou nos anos de 1998, 1999 e 2000, respectivamente 91,55%, 89,66% e 86,75% do total das receitas orçamentárias da cidade. Verifica-se uma tímida redução dessa dependência nos últimos dois anos dessa série, em face de alguns instrumentos, como, por exemplo, a lei de responsabilidade fiscal. Na seqüência apresentam-se dados

das despesas, das transferências correntes, bem como da arrecadação direta gerada pelo município.

Tabela 70

Receitas Orçamentárias

Município de Cachoeira – 1998-2000.

Categoria Econômica	1998		1999		2000	
	Valor (R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
Receita corrente	4.639.855,63	93,86	5.549.810,20	100,00	6.167.172,60	100,00
Receita tributária	69.961,72	1,41	100.631,80	1,81	212.805,53	3,45
Receita patri.	0,00	0,00	-	-	-	-
Transf. Correntes	4.525.319,29	91,55	4.975.845,24	89,66	5.349.817,19	86,75
Outras Rec. Correntes	44.574,63	9,01	473.333,16	8,53	604.549,88	9,80
Receitas de capital	303.320,00	6,14	-	-	-	-
Transf. De capital	0,00	0,00	-	-	-	-
Alienação de bens	3.320,00	0,07	-	-	-	-
Outras receitas de capital	300.000,00	6,07	-	-	-	-
Total Rec. Orçamentárias	4.943.175,63	100,00	5.549.810,20	100,00	6.167.172,60	100,00

Fonte: TCM e Contabilidade Geral do Município de Cachoeira

Seqüenciando a análise financeira, a tabela seguinte apresenta um panorama das despesas realizadas pelo município no período compreendido entre 1998 e 2000, destacando-se as áreas de atuação do poder público. Nota-se um déficit orçamentário nos anos de 1998 e 1999 e uma reversão desse quadro no ano de 2000. No que diz respeito ao endividamento do município, o saldo em 2000 foi de 1.094.022,22, a ser renegociado em 2001. Os dados revelam que a Secretaria de Educação tem a maior participação no orçamento municipal seguida pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde.

Tabela 71
Despesas Realizadas
Município de Cachoeira – 1998-2000.

Cat. da Despesa	1998		1999		2000	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Câmara Municipal	290.973,44	5,74	323.717,97	5,54	371.604,34	6,30
Gabinete do Prefeito	162.515,73	3,20	206.824,13	3,54	179.816,47	3,04
S. de Administração	765.559,69	15,10	849.965,64	14,56	1.002.324,05	16,96
S. de Educação	2.039.924,10	40,24	2.478.366,55	42,47	2.055.499,35	34,79
S. de Saúde e Ass. Social	582.913,86	11,49	710.474,56	12,17	965.569,84	16,34
S. de U. e Meio Amb.	1.088.428,51	21,47	1.128.496,24	19,34	1.232.728,44	20,86
S. de Agricultura	89.095,42	1,75	86.525,74	1,48	46.558,67	0,78
S. de Ind. e Comércio	49.672,86	1,05	50.169,29	0,90	42.047,86	0,71
S. de Governo	-	-	-	-	10.130,00	0,22
Total Desp. Realizadas	5.069.083,61	100,00	5.834.540,12	100,00	5.907.279,02	100,00

Fonte: Contabilidade Geral do Município de Cachoeira

Obs. A função Assistência Social foi incorporada à Secretaria de Saúde em 1999, reconfigurando as despesas dessa secretaria.

Verifica-se na tabela abaixo a composição das transferências federais e estaduais para o município no ano de 1998, bem como o panorama das receitas tributárias geradas diretamente no plano local. Conforme já observado, as transferências federais, nesse ano, representaram 66,85% do total dessa rubrica, enquanto que a estadual ficou num patamar de 17,33%, sendo o total desse item orçamentário, complementado por repasses.

Tabela 72
Transferências Federais e Estaduais
Município de Cachoeira – 1998.

Discriminação	Valor (R\$)	%
Transf. Fed. Constitucionais	3025076,97	66,85
Cota-parte do FPM	2857437,22	63,14
Cota-parte do ITR	6786,28	0,14
Cota-parte FPEX (IPI)	4115,83	0,09
Outras Transf. Constitucionais	32836,30	0,72
Transf. Estaduais Constitucionais	784248,90	17,33

Cota-parte ICMS	756584,85	16,46
Cota-parte IPVA	5771,04	0,13
Outras transf. Constitucionais	21893,01	0,48
Outras Transferências	715993,41	15,82
Total Transferências	4525319,28	100,00

Fonte: TCM

No tocante arrecadação tributária própria, verifica-se que os impostos são responsáveis por 74,19% dessa rubrica e as taxas 25,81%. Nos impostos, destacam-se o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, com um total de 35,37% e o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, que contribuiu com 26,79%. O Imposto de Tramitação Intervivos - ITVI, que formalmente também é registrado como ITBI, tem uma participação discreta na ordem de 12,23%, situando-se entre os dois últimos citados. Por outro lado, percebe-se que há um equilíbrio no peso relativo das taxas de poder de polícia e de prestação de serviços. Essa estrutura de receita pode ser alterada, em face de outras operações que podem ser realizadas pelo município, que por sua vez, propiciam outros itens de arrecadação.

Tabela 73

Composição das Receitas Tributárias

Município de Cachoeira – 1998.

Discriminação	Valor (R\$)	%
Impostos	51.906,47	74,19
IPTU	18.602,63	26,59
ITIV	8.556,62	12,23
ISS	24.747,22	35,37
Outros	-	0,00
Taxas	18.055,35	25,81
Poder de Polícia	9.357,71	13,38
Prestação de Serviços	8.697,64	12,43
Total Receitas Tributárias	69.961,72	100,00

Fonte: TCM

No que se refere ao ano de 1999, através da tabela abaixo, verifica-se que as transferências federais totalizam 72,19% das receitas orçamentárias do município, havendo um crescimento em relação ao ano anterior de 5,34 pontos percentuais. No que se refere às transferências estaduais, a participação total foi de 23,62%, verificando-se também um aumento em relação ao ano anterior, cujo percentual foi de 17,33%. Percebem-se, nesse ano, novas rubricas na composição dessa receita, que compreendem outras transferências estaduais, aí incluídos convênios firmados entre o município e o estado, que complementam o total desse item orçamentário.

Tabela 74
Transferências Federais e Estaduais
Município de Cachoeira – 1999.

Discriminação	Valor (R\$)	%
Transferências Federais Constitucionais	3.592.180,79	72,19
FPM	3.301.362,51	66,35
ITR	6.348,33	0,13
IPI	16.450,24	0,33
ICM/Exportação	36.692,75	0,74
Fundo Especial	12.720,18	0,26
Outras Transferências	218.606,77	4,39
Transferências Estaduais	1.175.098,10	23,62
FUNDEF	493.151,35	9,91
ICMS	655.620,02	13,18
IPVA	26.326,73	0,53
Outras Transferências do Estado	208.566,36	4,19
Transf. Conv. União	120.032,34	2,41
Outras Transferências.Conv. Est	88.534,02	1,78
Total das Transferências	4.975.845,24	100,00

Fonte: Contabilidade Geral da Prefeitura de Cachoeira

Quanto à arrecadação própria, mais uma vez registra-se a predominância dos impostos na composição desse item da receita, destacando-se o IPTU que contribui com 20,22%, o IRRF com 22,39% e o ISS com 37,39, sendo o restante complementado pelas taxas.

Tabela 75**Composição das Receitas Tributárias****Município de Cachoeira – 1999.**

Discriminação	Valor (R\$)	%
Impostos	92.286,47	91,71
IPTU	20.150,45	20,02
IRRF	22.535,35	22,39
ITBI	12.066,04	11,99
ISS	37.534,63	37,30
Taxas	8.345,33	8,29
Poder Polícia	6.501,96	6,46
Prestação de Serviço	1.843,37	1,83
Total Receitas Tributárias	100.631,80	100,00

Fonte: Contabilidade Geral da Prefeitura de Cachoeira

No ano de 2000, conforme se observa na tabela abaixo, as transferências federais e estaduais, têm uma discreta redução no total da receita orçamentária do município. Nesse ano a participação do governo federal foi da ordem de 74,49% tendo o estadual participado com 21,59%, sendo total complementado por convênios diversos.

Tabela 76**Transferências Federais e Estaduais****Município de Cachoeira – 2000.**

Discriminação	Valor (R\$)	%
Transferências Federais Constitucionais	3.985.045,04	74,49
FPM	3.728.772,39	69,70
ITR	1.801,15	0,03
IPI	20.084,81	0,38
ICMS/Exportação	32.506,26	0,61
Fundo Especial	24.251,22	0,45
Outras Transferências	177.629,21	3,32
Transferências Estaduais	1.173.995,51	21,94
FUNDEF	286.733,25	5,36
ICMS	855.248,54	15,99
IPVA	32.013,72	0,60
Outras Transferências do Estado	190.776,64	3,57

Transferências Conv. União	163.133,64	3,05
Outras Transf. Conv. Estado	27.643,00	0,52
Total das Transferências	5.349,817,19	100,00

Fonte: Contabilidade Geral da Prefeitura de Cachoeira

Quanto à receita própria, verifica-se na tabela abaixo que, nesse ano houve um aumento da participação no total do orçamento, graças ao significativo incremento verificado no ISS que participou com 64,01% do total. Em valores absolutos o crescimento desse imposto é bastante significativo, haja vista que evoluiu quase 300% em relação ao ano anterior. Apesar de não ser objeto desta análise, entende-se que tal resultado é decorrente de atividades especiais desenvolvidas no município nesse período. Por outro lado, percebe-se desde o ano anterior, a inclusão do Impostos de Renda Retido na Fonte - IRRF, no rol de impostos, também em decorrência dessas outras atividades. Este por sua vez, também apresenta um crescimento em relação ao ano anterior. No tocante às taxas, verifica-se nesse ano o mesmo equilíbrio em termos de peso porém com participação relativa menor.

Tabela 77

Composição das Receitas Tributárias

Município de Cachoeira – 2000.

Discriminação	Valor (R\$)	%
Impostos	200.738,94	94,33
IPTU	18.948,13	8,98
IRRF	32.917,07	15,46
ITBI	12.586,15	5,91
ISS	136.287,59	64,01
Taxas	12.066,59	6,57
Poder Polícia	9.609,44	4,51
Prestação de Serviço	2.457,15	1,15
Total Receitas Tributárias	212.805,53	100,00

Fonte: Contabilidade Geral da Prefeitura de Cachoeira

Finalizando esta breve análise, fica evidente mesmo a partir dos dados apresentados ainda na análise do declínio, que Cachoeira recente-se de uma maior

dinâmica em sua economia, especialmente diante de suas potencialidades. Como se observa, o quadro demográfico revela a estagnação e o marasmo que se instalou no município indicando o crescimento inexpressivo de apenas 1,15% desde 1950. Do ponto de vista da educação, apesar de se verificar um crescimento da oferta de vagas compatível com o aumento populacional nas respectivas faixas de idade, observa-se uma taxa de analfabetismo de 20,09% e, mais grave que isto, elevadas taxas de reprovação e abandono no ensino fundamental e médio, sendo nesse último aspecto, da ordem de 23,3% e 33,20% respectivamente.

No que se refere a saúde, em relação às demais áreas, percebe-se melhorias discretas, destacando-se a expressiva redução da taxa de mortalidade e rede d'água deixam a desejar. No que diz respeito aos serviços de energia, apesar do crescimento do segmento residencial, nota-se uma redução no consumo total da ordem de 19,34%, revelando a retração nesse indicador, confirmado pelos dados de emprego formal. A análise financeira revela o grau de dependência e falta de capacidade de geração de receita pelo município e os demais quadros confirmam o estado de letargia vivenciado pelo município.

Diante desse quadro, torna-se difícil a retomada do processo de desenvolvimento sem um choque produzido por uma ação intensiva e sistêmica a partir de vetores que efetivamente propiciem uma revolução na economia local. Esta é a proposta do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 10. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

Diante do processo de declínio do desenvolvimento econômico, ao qual o Município de Cachoeira foi submetido desde a primeira metade do século passado, acentuando-se nos últimos decênios, torna-se necessária a adoção de uma nova postura estratégica, a partir das forças representativas do município, de modo que se potencialize os seus recursos disponíveis.

Benko e Lipietz (1994) defendem a tese de que a hierarquia urbana e regional é determinada a partir de uma ação estruturadora, seja do aparelho estatal, da iniciativa privada ou de outro agente que induza tal processo. A trajetória de Cachoeira confirma tal tese, mostrando que o fator determinante para o declínio econômico do município foi a forte intervenção estatal, que aconteceu sob a forma de um processo progressivo, ao longo de um determinado período, privilegiando um modelo de desenvolvimento, a partir da ótica do capital internacional. Esse processo, conforme salienta Milton Santos et al. (1994), sob os auspícios da globalização, levou o município a caracterizar-se como um típico exemplo da geografia da desigualdade decorrente da exclusão e da fragmentação do espaço, ficando evidente o equívoco do modelo adotado.

Dentro desse enfoque, o documento Cidades Sustentáveis – Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira (2000), ao abordar o espectro dessa questão, deixa claro que Cachoeira, a exemplo de outros pequenos municípios brasileiros que convivem com a decadência, tem esse quadro agravado pela emigração de seu potencial humano. Isso decorre da ausência de políticas de longo prazo que focalizem áreas vitais, como saúde, educação, agricultura familiar e a conseqüente oportunidade de trabalho. Essas áreas integradas e articuladas podem reverter esse quadro, fixando os valores humanos através da promoção do desenvolvimento sustentável.

Benko e Lipietz (1994) situam a questão das regiões ganhadoras, considerando suas semelhanças com os modelos ganhadores, que são personalizados e aplicáveis

especificamente em cada situação, propondo entre outras hipóteses os arranjos locais. Portanto, sedimentado nessa base teórica, e a partir das reflexões em torno do quadro, do potencial do município e depoimentos de líderes e formadores de opinião, identificou-se como vetor de desenvolvimento o turismo.

10.1 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

Este vetor é considerado estratégico, visto que prevê o fortalecimento das atividades do turismo em Cachoeira, partindo de sua vocação natural, de sua tradição histórica, artística e cultural, projetando-a no seu entorno imediato, resgatando uma preocupação dos governos Federal e Estadual, que remonta à década de 60 do século passado. Nesse período, o panorama mundial evidenciava o interesse de diversos organismos internacionais, no tocante à proteção do patrimônio histórico e cultural existente no mundo. Por outro lado, havia tendências de uma forte expansão do turismo, no plano internacional, estando o Brasil em condições desfavoráveis em relação a outros países da América Latina, mesmo a despeito do seu forte potencial com dotações naturais, e a sensível melhoria de sua infra-estrutura, como, por exemplo, o desenvolvimento dos transportes. Diante desse cenário, o país passou a valorizar as diversas modalidades de turismo e, naquela década, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, em 1966, e reestruturado o órgão responsável pela preservação do patrimônio, transformando-o em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1969. No plano estadual, em 1961, foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, em sintonia com essa rota no plano federal, e a BAHIATURSA, em 1968. Uma executiva de expressão, que atua no plano estratégico na área do turismo estadual.

Com a criação da BAHIATURSA, foram desenvolvidos programas de aprimoramento da infra-estrutura, chamados "ações infra-estruturantes", com investimentos iniciais na implantação de meios de hospedagem, visando à alavancagem do turismo. Paralelamente, surgiram outros órgãos para orientar a política de turismo do Estado, com a incumbência de fomentar a atividade, destacando-se a elaboração da

primeira fase do planejamento do turismo na Bahia. No tocante, especificamente ao Recôncavo Sul da Bahia, região em que se insere o Município de Cachoeira, estudos anteriores desenvolvidos por uma comissão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), composta de órgãos como o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em seu relatório final recomendaram a criação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo - CONDER. Nesse mesmo relatório, a comissão indicou o turismo como uma das atividades estratégicas e de extrema relevância para o desenvolvimento sócio-econômico da região, destacando-se o Município de Cachoeira que, ao lado do Município de Salvador, capital do estado, constituía-se como área importante diante do valor histórico, cultural e artístico de seu patrimônio arquitetônico.

Diante dessa evidência, a partir de 1971 foi elaborado o Plano de Turismo do Recôncavo, revelando a preocupação do Governo do Estado com a questão do desenvolvimento econômico e social da região, haja vista que, nesse período, conforme destacou-se no capítulo anterior, o declínio de Cachoeira e de seu entorno imediato já era bastante acentuado. Esse plano propunha-se a oferecer subsídios com vistas à elaboração de diretrizes para a área do turismo regional, baseando-se em indicadores que apontavam para seu efetivo crescimento nos âmbitos nacional e internacional, Cachoeira, incluída entre as cidades potenciais para a atividade estratégica do turismo, fora tombada, nesse mesmo ano, como Cidade Monumento Histórico Nacional, numa ação do Governo Federal através do IPHAN.

Nos anos 80 do século passado, surge a segunda fase do planejamento do turismo estadual, quando, com o objetivo de interiorizar o turismo no Estado da Bahia, o Governo desenvolveu o programa "Caminhos da Bahia". No âmbito desse programa, Cachoeira foi estrategicamente contemplada com a implantação da Pousada do Convento, em 1983, que possuía na época 25 apartamentos, um restaurante com capacidade para 80 assentos, e um Centro de Convenções projetado para 280 pessoas.

Diante das perspectivas, outras propostas para a cidade seriam objeto de planejamento, como: a implantação de Centro de Treinamento de Turismo de Hotelaria, que, segundo o projeto, teria capacidade para treinar 225 profissionais por ano, entre recepcionistas, garçons, cozinheiros e governantas, devendo atender, além das demandas da Bahia, os parques hoteleiros dos estados de Sergipe e Alagoas; a construção de um Albergue de Cachoeira, com capacidade para 50 leitos, como apoio às atividades do Centro de Treinamento, sendo também destinado ao turismo social, vez que atenderia estudantes e turistas de menor poder aquisitivo; a ampliação da Pousada do Convento, que passaria a 30 apartamentos, além de outras melhorias com vistas ao atendimento da demanda que se previa ser crescente.

Na década de 90 do século passado, o Governo do Estado voltou a incrementar o turismo, desta feita elaborando uma proposta estratégica para um horizonte de 15 anos que incorporou a implementação de um arrojado projeto denominado Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR. Esse programa foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que coincidentemente lançou para o Nordeste um projeto com a mesma denominação. Os resultados no plano estadual, conforme dados da BAHIATURSA, revelam que a renda gerada pelo turismo no Estado saltou de US\$620,8 milhões em 1991, para US\$1,361,7 bilhão em 1999, período em que se desenvolveu essa nova estratégia, havendo um crescimento de 119%. No tocante à participação no PIB estadual, o crescimento, que foi de 3,65% em 1991, saltou para 5,55% em 1999. Comparados a dados da EMBRATUR/OMT/IBGE, revelou-se muito superior ao ocorrido no plano nacional, cujos dados de 1998 mostram a participação do turismo no PIB nacional na ordem de 2,2%. O elenco de dados disponíveis na BAHIATURSA apresenta outros indicadores no âmbito do emprego, da renda *per capita* e do volume de turistas oriundos de regiões mais desenvolvidas, todos mostrando o forte impacto positivo do setor para a economia do estado, justificando o caráter estratégico dado ao vetor turismo, enquanto proposta de retomada do desenvolvimento de Cachoeira.

O Governo do Estado vem realizando pesquisas na Região Recôncavo Sul e especialmente no Município de Cachoeira. Tais pesquisas, conduzidas pela

BAHIATURSA, buscam dados sobre o turismo receptivo em Cachoeira, município que foi incluído entre os locais turísticos considerados prioritários no Estado. Os resultados servem como subsídios para futuras decisões no âmbito desse órgão e, mesmo sem um melhor nível de detalhamento face a restrições de natureza técnica, revelam alguns dados qualitativos interessantes. Do total dos turistas que visitaram Cachoeira, 94,5% eram brasileiros, dos quais 77% baianos, seguidos de cariocas, paulistas e mineiros; somente 14% tinham renda superior a US\$2,000.00 por mês, e 51% viajaram com a família. A permanência média foi de 5,85 dias e o gasto médio individual diário direto, indicação para os que estavam a passeio, orçou em US\$16.40, para os hospedados em *camping*, US\$19.00, e para quem permaneceu em hotel e/ou pousada, um total de US\$15.10, respectivamente. Paralelamente a esses estudos, Cachoeira experimenta atualmente um momento ímpar em sua recente trajetória na busca da retomada de seu desenvolvimento, com dois projetos estruturados na área do turismo e cultura que devem trazer um substancial volume de investimentos para o município.

Em primeiro lugar, destaca-se o Projeto Monumenta, resultante de um contrato de empréstimo entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de revitalizar os principais conjuntos patrimoniais urbanos do País, possibilitando a conservação de forma sustentável de seus principais monumentos históricos, substituindo progressivamente a preservação pela conservação, além, é claro, do necessário envolvimento e responsabilidade da comunidade. O programa inclui os sítios históricos urbanos nacionais (SHUN), estando Cachoeira selecionada entre as 20 áreas prioritárias a serem contempladas com as ações. A área total do projeto corresponde a aproximadamente 105.000 m², formando o "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira", estimando-se que nessa área exista um total de 1.200 domicílios, correspondendo a cerca de 6.000 habitantes. No tocante às condições atuais, os imóveis da área do projeto apresentam-se num estado geral de conservação regular, havendo, todavia, alguns em estado de ruína. Convém ressaltar que, além das ações de recuperação do Patrimônio Histórico, previu-se também outras intervenções que possibilitem a sustentabilidade do projeto, estando aí incluídas ações no plano econômico, na capacitação administrativa e no envolvimento da comunidade. O volume total de recursos destinados

ao projeto é da ordem de R\$7.978.012,53, dos quais 70% provêm do Governo Federal/BID e 30% são decorrentes da contrapartida do Estado e do Município.

Em segundo lugar, destaca-se o PRODETUR NORDESTE II, através do Plano de Desenvolvimento Integrado e Turismo Sustentável (PDITS), que, além de Cachoeira, envolve outros municípios. No tocante a Cachoeira, confirma-se sua vocação na medida em que a localidade foi eleita para figurar como uma das "âncoras" no âmbito do projeto, haja vista toda sua tradição histórica, artística e cultural. No processo de diagnóstico que vem sendo conduzido por consultores da Fundação Getúlio Vargas, o item de maior pontuação entre os atrativos aí existentes é o conjunto arquitetônico. Segundo informações da SUDETUR, os detalhes do projeto não estão ainda totalmente definidos, visto que o termo de referência encontra-se em fase final de elaboração; entretanto, considera-se que Cachoeira, nessa condição, deverá ser extremamente beneficiada no conjunto das ações. Estas devem ser efetivamente integradas às intervenções nos demais municípios que compõem a área total do projeto, estando por sua vez vinculada à proposta estratégica de estruturação do *cluster* de entretenimento da Bahia, objeto de ação do Governo do Estado.

Atualmente, observa-se que a cultura e o turismo estão sendo cada vez mais valorizados pelo Governo, em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Em princípio pode-se especificar que o Estado da Bahia é um estado de grande valor cultural, talvez um dos maiores do País, já que foi aqui que começou a história da Nação. A divulgação do Estado, com vistas ao desenvolvimento do turismo, sobretudo atualmente, também é feita com base no produto cultural. Outro fator relevante é a prioridade de investimento do Estado no turismo. Os recursos referentes a esses investimentos são oriundos dos destinados às secretarias estaduais e à Bahiaturisa, além de instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial (BIRD), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) e o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR), este último coordenado pelo Banco do Nordeste, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Prova dessa prioridade de investimento é a elaboração de estratégias turísticas e de uma política cultural específica, em nível estadual.

O Estado da Bahia, na mesma linha política do Governo Federal, desenvolve programas de incentivo à cultura, estimulando a produção cultural e o desenvolvimento de novos talentos no Estado. Esses programas são complementados pela iniciativa privada nas regiões onde os diversos recursos, inclusive o patrimônio histórico, artístico e cultural, têm intensivo uso turístico. Assim, sendo o turismo um bom distribuidor de renda, além de gerador de empregos, é de interesse do Estado o seu incremento, inclusive no segmento cultural. A Política Cultural da Bahia, no atual governo, define cultura como "a mais coletiva propriedade de um povo. Cabe ao Estado o papel de facilitador e indutor dos processos culturais".

O Governo Federal, através da Lei 8.313/91, Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, vem tentando estimular algumas iniciativas e impulsionar alguns segmentos culturais que o atual Ministério da Cultura identificou como prioritários para intervenção. Através dessa lei, as empresas ou pessoas físicas interessadas em colaborar para o desenvolvimento da cultura no País podiam abater de seus impostos de renda um percentual relativo a esse investimento, mas a mesma foi reestruturada através de Medida Provisória (MP 1.589/97) que estabeleceu um teto máximo para desconto integral do que fora investido, somente para pessoas físicas. Pessoas jurídicas também podem participar, mas as regras são diferenciadas.

Em nível estadual, há o Programa Faz Cultura, instituído através da Lei 7.015, de dezembro de 1996, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento e promover a cultura baiana, em parceria com o empresariado. Está sob a tutela da Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia e visa a desenvolver, resgatar e estimular a cultura local/regional, abrindo possibilidades para que as pessoas jurídicas possam financiar a atividade cultural, mediante abatimento de até 5% do ICMS a recolher sobre o limite de 80% do projeto a ser patrocinado. De 1997 a 2002, houve 4.247 projetos inscritos e, destes, 2.023 aprovados, segundo dados da Secretaria da Cultura e Turismo (2004). O Estado da Bahia vem desenvolvendo uma gestão comunitária e participativa. Na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), último modelo aplicado, exerceu-se a tentativa de inclusão da sociedade no processo de planejamento do turismo,

inclusive o cultural. Atualmente, o modelo oficial adotado na gestão pública estadual é o de descentralização e fomento da capacidade local de gestão (BAHIA, 2004).

Na tentativa de minimizar esse problema de identificação de domínio do poder, o Governo da Bahia, com a política que pratica, utilizou-se de uma estratégia e, juntamente com o setor privado, criou o cluster do entretenimento, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, que objetivava unificar os diversos atores do turismo – principalmente comunidade local, turistas, setor público e iniciativa privada. Esse cluster tem duas linhas de ação definidas para aumentar a atratividade da Bahia para um turista de maior poder aquisitivo. São elas: lançar produtos que atinjam um nicho de mercado específico (a exemplo da atração dos negros norte-americanos para a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira, já que a cultura africana nos EUA não é tão valorizada) e capacitação de mão-de-obra dos trabalhadores, que qualifica o atendimento ao turista, deixando-o mais satisfeito.

Esse modelo evoluiu até o surgimento dos pólos turísticos que sucederam o modelo de zonas turísticas, co-existindo. Os citados pólos foram criados no PRODETUR II e formalizados nos PDITS, por enquanto, em número de quatro: Salvador e Entorno (abrange a Região Recôncavo Sul, Pólo Litoral Sul, Pólo do Descobrimento e Pólo Chapada Diamantina, todos elaborados e em fase de captação de recursos). Analisando o PRODETUR II, percebe-se que o Governo do Estado pretende investir fortemente no turismo através dos PDITS. Prova disto é o Programa BID/Monumenta, que atua prioritariamente nessa região.

10.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO REPRESENTATIVO DA ARTE E CULTURA DE CACHOEIRA

Cachoeira é um município de tipologia simples, desenvolvida segundo uma matriz linear paralela ao Rio Paraguaçu, com trama de ruas irregulares. Nasceu de um engenho de açúcar, sendo essa atividade um dos alicerces de sua economia até o século XIX. A vila foi

instalada em 1698 e no início do século XIX era considerada como a mais rica, populosa e uma das mais agradáveis vilas do Brasil. Seu centro histórico é um dos mais importantes do País, do ponto de vista arquitetônico, por guardar preciosas construções.

Como cachoeirana, conhecedora do Patrimônio Histórico representativo da Arte e Cultura de minha terra, tentei selecionar dados com base nas informações do Guia Cultural da Bahia, Roteiro Ecoturístico da Bahia, com complementação de folhetos publicitários da BAHIATURSA e depoimentos de cachoeiranos. Dentre eles:

10.2.1 Arquitetura Religiosa

Capela de Nossa Senhora d'Ajuda

Localização: Largo d'Ajuda – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: 1606

Trata-se da primeira Capela construída em Cachoeira, sendo reconstruída no final do século XVII, com planta constituída de copiar, nave, capela-mor, sacristia e torre sineira. Seu interior é muito interessante, com forro prismático na nave e com piso em mármore. A escada do púlpito é embutida na parede. Das imagens destacam-se a padroeira, Nossa Senhora D'Ajuda, Jesus Crucificado em tamanho natural e São Francisco e Assis.

Capela de Nossa Senhora da Conceição

Localização: Fazenda Opalma – Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: início do século XVII

Edifício com nave, capela-mor, torre e corredor lateral. O corpo principal da frontaria possui porta e duas janelas de coro, todas com vergas abauladas. A torre possui um vão sineiro.

Capela de Nossa Senhora da Penha

Localização: Engenho Velho – Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: 1660

Constituído por nave e capela-mor, recobertas por cúpulas revestidas de telhas, e duas sacristias. Existe sobre o corpo um arco sineiro, em cantaria, com frontão triangular. A capela conserva imagens muito antigas, de Nossa Senhora da Penha e de Nossa Senhora da Paz, em terracota.

Convento de São Francisco do Paraguaçu

Localização: Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: 1686

Belíssima construção do século XVII, que se encontra em ruínas. Possui notável escadaria que termina nas águas do Iguape. Conserva os vestígios dos azulejos no claustro e na galilé. A igreja apresenta-se precedida de um amplo pátio murado e o convento, como algumas casas de engenho, tinha varanda voltada para as águas do Paraguaçu.

Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Localização: Rua Inocêncio Boaventura s/n – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: 1722

Conjunto arquitetônico de elevado valor artístico e histórico do século XVIII. Apresenta a influência tardia dos conventos franciscanos, onde são comuns a galilé e a torre recuada. Na sacristia se mantém a decoração de 1780, o altar em talha joanina, dois arcazes e lavabo de lioz. A decoração rococó está presente também no ossuário e frontispício da igreja. Encontrava-se arruinado quando em 1981 foi elaborado o projeto adaptando o Convento para Pousada e a Igreja para Centro de Convenções.

Ordem Terceira do Carmo

Localização: Praça da Aclamação – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: 1724

Conjunto de elevado valor monumental, tendo como elemento polarizador o claustro. A fachada da capela é do tipo templo. O interior é integralmente revestido de azulejos figurados e talha dourada de duas épocas. Segundo Germain Bazin, a talha dourada aí encontrada só fica atrás da Igreja de São Francisco em Salvador. Entre as

tribunas existem telas representando santos. Aí existe um cemitério que data de 1768/69. Outro fato importante são as imagens com influências e características chinesas.

Capela de São João Batista

Localização: Opalma – Distrito de Santiago do Iguape

Data da criação: 1743

Planta constituída de nave, capela-mor e sacristia, acrescida de salão transversal. Fachada principal com três portas que dão acesso à nave e uma janela, ladeada por dois nichos, ao nível do coro. O forro da nave é plano em madeira e o da capela-mor, ligeiramente abobadado.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte

Localização: Rua da Conceição do Monte – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: 1746

Está situada sobre uma elevação de onde se descortinam as cidades de Cachoeira e São Félix. De relevante interesse arquitetônico, apresenta-se estruturada de modo tradicional: nave e capela-mor flanqueadas por corredores laterais e sacristias superpostas por tribunas. A nave, as capelas e uma sacristia conservam piso em xadrez de mármore. Possui uma só torre, lavabo de mármore e pia batismal de pedra. Destacam-se as imagens de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Dores, Senhora Santana, São Benedito, Senhor do Bonfim e Santa Cecília.

Capela de Nossa Senhora de Guadalupe

Localização: Engenho Campinas – Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: meados do século XVIII

Capela constituída de um corpo central, com telhado de duas águas, flanqueado por alas laterais. Frontispício dividido em três corpos, coroados por frontões barrocos, sendo o principal vazado por uma porta e duas janelas de coro, com vergas abauladas e frisos ondulados.

Igreja do Seminário de Belém

Localização: Distrito de Belém

Data de criação: final do século XVII

Igreja de elevado valor monumental. Possui nave única e sacristia transversal, flanqueada por corredores laterais, superpostos por galerias de tribunas, avarandadas. Tem apenas uma torre, piramidal, revestida de azulejos e pedaços de louça oriental. Interior com forros notáveis: com pintura policromada, na capela-mor; e em caixotões com coroas de flores sobre fundo preto, na sacristia. Pisos em lajota de barro e lavabo e dois nichos em cantaria, na sacristia. Ali estudou o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, apelidado o “padre voador”, porque realizou as primeiras experiências com balões e inventou a passarola.

Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Localização: Rua Ana Néri – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: meados do século XVIII

Edifício de planta retangular recoberto por telhados de duas e meias águas, que terminam em cornijas. Destacam-se painéis de azulejos com mais de quatro metros de altura, o portal em pedra de lioz coroado por nicho e formado por três arcos plenos, o frontispício do tipo templo, ladeado por duas torres com terminações piramidais, revestidas de azulejos, o forro da nave que exhibe pintura ilusionista e os da sacristia e coro, medalhões, trabalho executado por Teófilo de Jesus. Seu rico acervo compreende numerosas imagens, doze telas, muitas alfaias e um sacrário de prata.

Matriz de Santiago do Iguape

Localização: Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: início do século XIX

Igreja com planta retangular de corredores laterais e sacristia transversal sobre porão. Frontispício dividido por pilastras de arenito, com cinco portas, superpostas por tantas janelas de coro. Duas torres revestidas de louça flanqueiam o frontão recortado. Destacam-se as imagens de Santiago, Senhor Morto, Deus Menino, Nossa Senhora da Conceição e São Felipe.

Capela de Nossa Senhora da Batalha

Localização: Distrito de Santiago do Iguape

Data de criação: meados do século XIX

Monumento de relevante interesse arquitetônico, com planta constituída por nave, capela-mor e duas sacristias. Frontispício vazado por uma porta, em arco pleno, superposta por janela semelhante, flanqueada por duas tribunas.

Igreja da Santa Casa da Misericórdia

Localização: Praça Dr. Aristides Milton – Sítio Histórico de Cachoeira

Data de criação: primeira metade do século XVIII

Possui um só corredor e torre, sacristia transversal superposta pela sala da mesa e tribunas na nave e na capela-mor. Altar-mor neoclássico e altares laterais rococó. Abriga belas imagens.

10.2.2 Arquitetura Civil

Sobrado de João Adorno

Data de criação: final do século XVII

Situado à Praça D'Ajuda, na colina de onde se expandiu a cidade. Sobrado com planta estruturada em torno de um pátio interno. É subdividida em dois pavimentos por um friso e apresenta uma portada em arco superposta por balcão em concreto. Fachada enquadrada por cunhais e cornija. Sofreu modificações no século passado. Em 1986 foi restaurada para sediar o Centro de Turismo e Cultura e atualmente abriga a Biblioteca Ernesto Simões Filho.

Casa de Câmara e Cadeia

Data de criação: 1712

Prédio de interesse arquitetônico e histórico, edificado em dois pisos na Praça da Aclamação. O pavimento térreo é constituído pelas celas da cadeia e um pórtico, de onde nasce a escada de acesso ao sobrado, onde funciona a Câmara. Conserva algumas telas de

valor, como “Retrato de D. Pedro II”, de José Couto (1877), e “Primeiro passo para a Independência da Bahia”, de Antônio Parreiras (1930).

Sobrado à Praça da Aclamação, 5

Data de criação: início do século XVII

Sobrado desenvolvido em dois pavimentos. Sua frontaria apresenta, ao nível do pavimento térreo, duas portas e uma janela. Ao nível do pavimento superior, cinco janelas rasgadas em arco pleno. A fachada posterior do monumento é arrancada pela presença de uma varanda elevada com piso de madeira.

Solar Estrela

Data de criação: início do século XVIII

Sobrado desenvolvido em três níveis: loja, sobreloja e primeiro andar. No interior, o piso é de tijolo, no térreo, e assoalho nos demais níveis. Belíssimos forros em caixotões com pintura policromada de volutas e cartelas em dois salões do pavimento nobre.

Sobrado à Praça da Aclamação, 4

Data de criação: 1723

Sobrado com planta quadrada e telhado de duas águas. Apresenta um belo saguão, com escadaria em pedra, cujo patamar de acesso à sobreloja está abrindo-se para a rua, através de seteiras, e para o quintal, por janelas.

Conjunto de Sobrados da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte

Data de criação: século XVIII

Conjunto de quatro sobrados localizados no Largo D’Ajuda, que datam do século XVIII e foram reconstruídos pelo IPAC (Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural) em 1995 para sediar a Irmandade, que preserva uma tradição original local.

Sobrado à Rua Ana Néri, 2

Data de criação: metade do século XVIII

Edifício de três águas. Distribui-se em dois pavimentos mais sótão. Entre o primeiro e o segundo pavimento existe um outro parcial. Possui forro plano de madeira em todos os cômodos do andar superior, à exceção do salão de esquina. O piso do pavimento térreo é parte em tijolo, parte cimentado.

Casa à Rua Ana Néri, 4

Data de criação: meados do século XVIII

Casa popular com um sótão, de pé direito baixo, iluminado pelo frontispício. A fachada principal é vazada por uma porta e uma janela, superpostas por duas pequenas janelas.

Casa à Rua Benjamin Constant, 17

Data de criação: final do século XVIII

Residência construída sobre um terrapleno e um subsolo parcial, constituindo um apartamento autônomo. Frontispício muito simples, rompido por duas portas de acesso e quatro janelas de guilhotina. Piso assoalhado no sótão e na parte que recobre o subsolo; os demais são em lajota de barro.

Casa Natal de Ana Néri

Data de criação: meados do século XVIII

Sobrado desenvolvido em dois pavimentos mais sótão. O interior do edifício possui piso assoalhado no sótão e pavimento nobre e cimentado no térreo. Só o primeiro andar apresenta forro plano em madeira.

Sobrado à Rua Ana Néri, 10

Data de criação: meados do século XVIII

Sobrado desenvolvido em dois pavimentos mais sótão. A fachada principal, parcialmente revestida de azulejos, é emoldurada por cunhais com capitéis da ordem coríntia e cornija de dentículos. A fachada lateral é vazada por portas no térreo e janelas em guilhotina nos pavimentos superiores. O sótão é em telha-vã.

Chafariz

Data de criação: final do século XVIII

Situado à Praça Aristides Milton, é um equipamento público de abastecimento de água de relevante interesse arquitetônico. O chafariz é precedido de um pequeno átrio, elevado alguns degraus com relação à rua, onde era distribuída a água. A fachada, flanqueada por cunhais de alvenaria culminados por tocheiros, é subdividida em dois estágios por uma robusta cornija. Na parte inferior, existem sete carrancas em ferro fundido, por onde corria a água; a superior tem, em seu centro, as armas do Império.

Sobrado do Engenho Embiara

Data de criação: 1806

Situado no Distrito de Santiago do Iguape, é um sobrado de engenho, de bela arquitetura, prejudicado pelo avançado estado de arruinamento a que foi condenado; conserva, ainda, bastante de sua estrutura.

Sobrado do Engenho Campina

Data de criação: início do século XIX

Situado no Distrito de Santiago do Iguape, é um edifício desenvolvido em dois pisos. Fachadas marcadas por pilastras da estrutura autônoma. Frontispício simples: uma porta e uma janela, ao nível do térreo e quatro janelas ao nível do sobrado. Possui um átrio com guarda-corpos de ferro forjado.

Casa à Rua Benjamin Constant, 2

Data de criação: início do século XIX

Casa com planta quadrada, recoberta por telhado de três águas. Fica em terreno de forte declividade, existindo, sob seu pavimento térreo, dois outros pisos.

Mantenedor: Abrigo dos Velhos de Cachoeira

Casa do Engenho Cabonha

Data de criação: início do século XIX

Casa térrea, situada no Distrito de Santiago do Iguape, com varandas nas quatro fachadas, sustentadas por esteios de madeira de seção quadrada. Possui forro plano de madeira em todos os cômodos, com exceção da copa, cozinha e varandas – estes também são cômodos que apresentam piso de lajota de barro; todos os demais são assoalhados.

Sobrado à Praça Maciel, 13

Data de criação: início do século XIX

Sobrado com dois pavimentos. As fachadas, enquadradas por cunhais e cornijas, possuem frisos separando o térreo do primeiro andar. Ao rés do chão, existem portas de vergas retas com cantos arredondados. No pavimento superior, janelas de vergas abauladas.

Sobrado do Engenho Velho

Data de criação: meados do século XIX

Situado no Distrito de Santiago do Iguape, prejudicado pelo arruinamento do engenho anexo com o qual formava uma só unidade. Desenvolvido em dois pavimentos. Frontispício com três portas e uma janela, no térreo, e sete vãos guarnecidos de caixilheria em guilhotina, com folha cega no interior, no sobrado.

Fábrica do Engenho Vitória

Data de criação: início do século XIX

Situada no povoado de Vitória do Paraguaçu, encontra-se bastante prejudicado pelo avançado estado de arruinamento a que chegou.

Sobrado à Rua Treze de Maio, 39

Data de criação: início do século XIX

Edifício com loja, sobreloja, pavimento nobre e sótão. Fachada revestida por azulejos policromados. Possui quatro portas, ao nível do térreo, superpostas por igual número de janelas rasgadas na sobreloja e balcões no pavimento superior.

Sobrado à Rua Maestro Irineu Sacramento, 2

Data de criação: início do século XIX

Sobrado desenvolvido em dois pavimentos mais mezanino e mirante. Frontispício vazado por sete portas e por sete janelas, com guarda-corpos em serralheria.

Casa à Praça Dr. Milton, 23-A

Data de criação: início do século XIX

Arquitetura de valor principalmente histórico por estar ligada à campanha da Independência da Bahia. Possui fachada vazada por porta e duas janelas. Junto à porta, existe uma placa com os seguintes dizeres: *Urbi et orbi. Aqui se reuniram em 25/6/1822 os patriotas cachoeiranos para as primeiras cogitações da redenção nacional; cem anos após, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia rende-lhes os preitos de uma recordação imorredoura 26/6/1922.*

Sobrado à Rua Treze de Maio, 13

Data de criação: 1830

Sobrado de grandes dimensões. Possui loja e dois pavimentos superiores. Sua frontaria é rompida por dez portas e uma janela no térreo, superpostas no primeiro andar por onze janelas rasgadas, protegidas por balcões em serralheria; e igual número de janelas em guilhotina no segundo andar. Local onde o Imperador D. Pedro II, a Imperatriz Dona Tereza Cristina e seus acompanhantes ficaram hospedados na sua visita a Cachoeira, em 1859, e a Princesa Isabel com o Conde D'Eu, em 1885, quando houve a inauguração da Ponte D. Pedro II.

Sobrado à Rua Ana Néri, 47/49

Data de criação: 1833

Sobrado geminado, com dois pavimentos mais sótão. O primeiro andar e o sótão captam luz e ar através de janelas abertas nas empenas. Frontispício emoldurado por cunhais e cornija, com friso, assinalando a separação entre os dois pavimentos.

Santa Casa de Misericórdia

Praça Dr. Milton

Data de criação: meados do século XIX

Construção desenvolvida em torno de um pátio, ocupando a igreja o “quarto” direito. O hospital é desenvolvido em dois pavimentos abrigando três grandes enfermarias.

Conjunto de Casas da Santa Casa de Misericórdia

Data de criação: meados do século XIX

Conjunto de onze casas populares, situadas à Praça Aristides Milton, térreas e iguais, recobertas por um único telhado de duas águas. Plantas simples: salas de visitas abertas para a rua, corredores laterais, para onde se abrem as alcovas e salas de jantar no fundo. Cozinhas e sanitários são apêndices posteriores.

Conjunto de Sobrados da Santa Casa de Misericórdia

Data de criação: 1865

Conjunto de seis sobrados iguais, situado à Rua Durval Chagas, recoberto por um só telhado de três águas. Programa distribuído em dois níveis. A fachada dos sobrados é delimitada por condutores de águas pluviais e vazada por duas portas e uma janela no térreo e três janelas de guilhotina no sobrado.

Sobrado à Rua Benjamin Constant, 13

Data de criação: meados do século XIX

Sobrado desenvolvido em três pavimentos. Fachada principal emoldurada por cunhais e cornijas. No térreo, existem quatro portas e sete janelas e, no pavimento superior, onze janelas. O térreo possui pisos de lajota de barro e tabuado.

Sobrado à Praça da Aclamação, 2

Data de criação: 1866

Sobrado com três níveis: térreo, mezanino e primeiro andar.

Fachadas rompidas, no térreo, por portas de vergas abauladas, no mezanino, por janelas de perfil trapezoidal e, no primeiro andar, por janelas com arcos em asa de cesto, que se abrem para um balcão corrido, com gradil de ferro.

Sobrado à Rua Manuel Paula Filho, 1

Data de criação: 1873

Sobrado com dois pavimentos mais sótão. Fachadas enquadradas por cunhais e cornijas e divididas por frisos que marcam a separação dos pavimentos.

Sobrado à Rua Ana Néri, 20

Data de criação: 1883

Edifício desenvolvido em três pavimentos com mezanino entre o térreo e o primeiro andar. Fachada subdividida em três panos por pilastras e cunhais com capitéis jônicos. Merecem destaque as caixilharias com folhas cegas internas e a presença de azulejos industriais na fachada e na escadaria de acesso.

Sobrado à Rua Ana Néri, 25

Data de criação: final do século XIX

Edifício com dois pavimentos sobre a rua. A frontaria é rompida por portada, porta e duas janelas, superpostas por quatro janelas de púlpito.

Sobrado à Rua Ana Néri, 27

Data de criação: final do século XIX

Edifício com dois pavimentos mais sótão. Frontispício subdividido em três partes por pilastras que sustentam cornija e platibanda. No interior, merecem referência os balaústres da escada.

Sobrado à Rua Conselheiro Virgílio Damásio, 50

Data de criação: final do século XIX

Sobrado com dois pavimentos. Fachadas flanqueadas por cunhais. A fachada principal apresenta cinco portas superpostas por igual número de janelas rasgadas, guarnecida de guarda-copos de serralheria.

Sobrado à Rua Engenheiro Lauro de Freitas, 64

Data de criação: 1890

Sobrado com três pavimentos e duas fachadas que se continuam através de uma esquina arredondada. Ao nível térreo, estão as portas com cantos arredondados e nos andares superiores as janelas ogivais.

Casa Natal de Augusto Teixeira de Freitas

Data de criação: século XIX

Neste sobrado, desenvolvido em três pisos, nasceu Augusto Teixeira de Freitas, cachoeirano reconhecido internacionalmente como grande jurista.

Imperial Ponte Dom Pedro II

Data de criação: 1885

Ponte com interesse arquitetônico e histórico. Tem comprimento de 365,00m distribuídos em quatro vãos: dois centrais de 91,50m e dois extremos de 86,00m cada um. Sua seção transversal mede 9,50m de largura, dividida em três partes: uma central, destinada ao trânsito de trens, carroças e animais; e duas laterais, para pedestres.

Museu Regional do I.B.P.C. (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural)

Situado à Praça da Aclamação, 04, funciona em um palácio do início do século XVIII e seu acervo é constituído por peças de mobiliário de grande valor artístico.

Museu Hansen Bahia

Situado à Rua Ana Nery, 07, é fruto da doação do gravador alemão Karl Heinz Hansen, que pelo seu amor adotou o nome artístico de Hansen Bahia. O acervo constitui-se de xilogravuras e matrizes do artista.

Museu da Ordem Terceira do Carmo

Situado à Praça da Aclamação, na sacristia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, seu acervo consta basicamente de jóias, uma coleção de imagens com influências orientais, um bonito lavabo em pedra de lioz e dois grandes arcazes de jacarandá.

Museu das Alfaias

Situado na Igreja Nossa Senhora do Rosário, mostra um rico acervo com peças de ouro, prata e pedras preciosas, além de imagens dos séculos XVII e XVIII.

Fundação e Museu Hansen Bahia

Com sede à Rua Treze de Maio, 13, fruto da doação do alemão Karl Heinz Hansen, é uma instituição cultural sem fins lucrativos, destinada a colaborar no fomento da produção da arte e da cultura da região.

Karl Heinz Hansen nasceu em 1915 em Hamburgo, Alemanha, emigrou para o Brasil em 1950, onde viveu cinco anos em São Paulo. Em 1955 mudou-se para a Bahia e viveu intensamente no Pelourinho, ali retratando, através de sua arte (xilografura), a vida miserável das prostitutas. Em 1959 voltou à Alemanha, retornando à Bahia em 1966, onde se fixou definitivamente. Naturalizou-se brasileiro e adotou o nome artístico de Hansen Bahia. Residiu um longo tempo no Pelourinho, depois mudou-se para São Félix, cidade vizinha a Cachoeira, no Recôncavo Baiano, onde faleceu em 1978.

Arquivo Público Municipal

Data de criação: 1982

Funciona à Rua Benjamin Constant, 17

São órgãos mantenedores: Arquivo Público do Estado, Prefeitura Municipal de Cachoeira e Universidade Federal da Bahia.

Biblioteca Pública Municipal Ernesto Simões Filho

Data de criação: 1979

Funciona no Largo D' Ajuda s/n

Órgão mantenedor: Prefeitura Municipal de Cachoeira

Sede da Sociedade Cultural Orfêica Lira Ceciliana

Data de criação: 13/05/1870

Sede da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana

Data de criação: 10/02/1878

Estação Ferroviária

Data de criação: século XIX

Ainda trazendo as lembranças do passado, a estação ferroviária movimentava linha de trem que passa por dentro da cidade de Cachoeira e São Félix.

Mercado Municipal

Data de criação: século XX

Localizado à Praça Maciel s/n, esta notável obra foi rejeitada pelo povo, que preferia promover a feira à beira do Rio Paraguaçu.

10.3 MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EXISTENTES EM CACHOEIRA

10.3.1 O Catolicismo Cachoeirano

O viver cotidiano do cachoeirano era marcado pela religiosidade. É possível afirmar, sem correr o risco de estar exagerando, que tudo girava em torno da igreja, da figura do padre e da intercessão dos santos. A fé era levada ao extremo. Os santos eram entidades comprometidas com seus devotos, no sentido de que bastasse que um acerto não fosse eticamente cumprido e esses sofriam sanções severas, que iam do escárnio à ameaça de abandono e subestimação dos seus poderes santos, revelando nessa relação que essas figuras celestiais viviam uma relação de extrema intimidade doméstica.

Luiz Cláudio Dias do Nascimento, em sua “Dissertação de Mestrado em Antropologia Social”, UFBA (2001), afirma que o catolicismo praticado em Cachoeira era um catolicismo claustral, onde o conceito de pecado era muito presente, assim como o de céu, inferno e purgatório. A figura do santo era um modelo de retidão espiritual a quem se

recorria para suportar as intempéries da vida. Por isso a morte era vista como um fenômeno trágico, o acidente como consequência do pecado. Tudo conduzia a um controle moral e religioso.

A chegada de uma autoridade, ou falecimento de um vivente qualquer, era motivo para que os sinos badalasse horas a fio. A população identificava o *badalar de defunto* de qualquer outro; os mortos eram velados na igreja, causavam pavor, comoção. A figura do pároco se sobrepunha à da autoridade máxima e todos os acontecimentos sociais, os disse-me-disse eram levados ao seu conhecimento e por ele resolvidos. Promessas eram cumpridas cortando-se cabelos e transformando-os em perucas, que eram oferecidas a Nossa Senhora. Em épocas de cheias no Rio Paraguaçu, as igrejas acolhiam várias famílias; devotos das Almas rezavam ofício em volta de cruzeiros.

As viagens longas e demoradas eram comunicadas a Nossa Senhora do Rosário. Na festa de “coroação de Maria”, no mês de maio, crianças brancas e bem vestidas eram apresentadas como pretendentes para coroar a imagem. A criança escolhida era motivo de orgulho para os pais e motivo de inveja para os que não tiveram sua filha escolhida. O mesmo acontecia durante a festa do Divino Espírito Santo. Ter seu filho imperador era ser um privilegiado de Nossa Senhora. O catolicismo praticado em Cachoeira era uma sobrevivência de um catolicismo colonial, domesticado, festivo, em que a igreja era um espaço de representação de papéis sociais, de demonstração de poder, de dissimulação. Segundo Luiz Cláudio Dias do Nascimento, era possível identificar dois modelos de prática católica, distintos, porém complementares: um catolicismo sem conteúdo evangelizador, mas expressivamente prático, piedoso, pessoal e outro, cuja prática era um meio de dominação política.

Para que se tornem mais compreensivas essas duas formas de manifestações religiosas católicas em Cachoeira, vamos dividir a cidade em duas zonas, separadas pelo Riacho Pitanga, também conhecido como Rio Político. A primeira zona compreende a área histórica e abrangia a Igreja Matriz erigida em 1775; o Convento da Ordem Terceira do Carmo, construído em 1698; a Igreja D’Ajuda, o primeiro templo erguido em Cachoeira,

em 1674, por Gaspar Rodrigues Adorno. Essa zona era reduto de líderes políticos conservadores e escravistas.

A outra zona compreendia a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Essa igreja era reduto de políticos liberais liderados pelo advogado e deputado Prisco Paraíso, figura que se destacou em Cachoeira por sua luta pela emancipação escrava, sendo um dos responsáveis pela criação do jornal *O Abolicionista*, que circulou em Cachoeira de 1884 até 1889; o comendador português Albino Milhazes, rico exportador de fumo e padrinho do jornalista e político Ernesto Simões Filho, fundador do jornal *A Tarde*, de Salvador.

A dinâmica religiosa e sócio política cachoeirana girava em torno dessas duas facções políticas durante o século XIX até o primeiro quartel do século seguinte. Podemos assim dizer que, do ponto de vista religioso, havia os partidários de Nossa Senhora do Rosário e os partidários de Nossa Senhora da Conceição, o que equivale dizer, dos adeptos do Partido Conservador e do Partido Republicano e seu líderes. Por extensão, os partidários de Nossa Senhora do Rosário eram partidários ao mesmo tempo de Nossa Senhora d’Ajuda, Senhor dos Passos e Nossa Senhora do Amparo, esta última, com uma igreja própria erigida em 1818 num terreno baldio, pela irmandade de negros devotos seus. Já os opositores eram partidários de Santa Cecília, Nossa Senhora do Sagrado Coração de Maria, e Nosso Senhor dos Martírios, e São Benedito, as três últimas também formadas por negros.

10.3.2 Festas Religiosas, Cívicas e Profanas

A cidade brasileira mostrou-se profundamente religiosa, festeira e criativa em termos de alternativas de convivência com a tendência homogeneizante da cidade. O número de festas religiosas registradas pelos viajantes e pelos estudiosos mostra, desde sempre, uma efervescência religiosa nas cidades brasileiras, desde sua formação até o presente. No nosso caso específico, não só inexistiu esta secularização absoluta, como a religiosidade servia (e serve, ainda) de elemento de integração dos grupos e classes sociais,

que se organizavam em função da realização das procissões, festas de padroeiros, etc. As cidades do Brasil mantiveram sua religiosidade, que se manifesta(va) de modo festivo. Esse festejar religioso (e também o festejar profano) foi sem dúvida o motor da construção da sociabilidade brasileira.

No Brasil, as relações entre ritual e comportamento comunicativo são estreitas, tendo as festas, em geral, as duas finalidades. A grande maioria delas permanece sendo de caráter religioso, embora também mantenham aspectos bastante secularizados, que chegam a criar conflitos com a Igreja, pois muitas vezes a participação popular se dá mais pelo aspecto turístico, do divertimento e alegria, do que pelo aspecto religioso propriamente dito do evento. Além disso, disputas pelo controle político e econômico da festa também são freqüentes. Isso acontece tanto no catolicismo popular, intensamente praticado em cidades do interior, como é o caso de Cachoeira, como nos cultos afro-brasileiros. O aspecto comunicativo aparece não apenas no âmbito propriamente religioso, de comunicação com o sagrado, mas também nos elementos que são introduzidos nas festas. Isso tanto pode acontecer na festa religiosa, pela introdução de elementos profanos, como nas festas profanas, de elementos religiosos.

As festas de Cachoeira têm especificidades, em primeiro lugar, porque muitas delas foram transplantadas pelos colonizadores, que fizeram delas, entre outros, instrumento de inserção dos portugueses, catequização dos índios e negros e tornou menos difícil a vida num lugar estranho, com um meio ambiente desconhecido e por vezes hostil. Como não podia deixar de ser, todos acresceram à festa sua parcela de símbolos, enriquecendo-a. Para se moldar à realidade pluricultural brasileira, a festa européia foi sofrendo grandes transformações, não apenas dos aspectos mais formais, mas também de sentido, sendo uma festa ao mesmo tempo lúdica, transgressora, utópica e uma linguagem para a qual se traduziram e se traduzem, desde sempre, as expectativas populares, vindo a constituir inclusive um “modelo de” e “para” a ação popular e de organização coletiva.

Cachoeira é uma cidade impregnada de arte e cultura. Possui um conjunto arquitetônico belíssimo, cujas construções são um testemunho vivo do estilo barroco que teve, na fase áurea da sua economia, o sustentáculo necessário para se expandir.

É nesse conjunto harmônico situado à margem esquerda do Rio Paraguaçu que, no século XVI, sua gente foi privilegiada com uma cultura rica em elementos díspares, mas que desaguaram na construção de uma sociedade mística e envolvente, capaz de conviver num só espaço, respeitando-se mutuamente.

As festas cachoeiranas se constituem na riqueza histórica do Recôncavo. Além de operar como demonstrações de fé religiosa, elas contribuem para se esclarecer melhor o temperamento da sua população, que tem, em todos os eventos sócio-culturais da cidade, participação definitiva em sua realização. São elas:

Festa da Boa Morte – Uma das mais expressivas e fascinantes manifestações religiosas e culturais brasileiras, uma tradição cuja importância é ressaltada, entre outras coisas, pelo sincretismo que une elementos da religião afro-brasileira, especialmente do Candomblé, com os de uma antiga festividade cristã, a Assunção de Nossa Senhora, cujas origens remontam ao Oriente, passando por Roma no século VII, de onde se disseminou para todo o Ocidente. A festa acontece numa data móvel, na segunda quinzena de agosto e atrai todos os anos, para a cidade de Cachoeira, um grande número de visitantes entre estudiosos e turistas de diversas partes do mundo.

Segundo Luís Cláudio do Nascimento, em seu livro “A Boa Morte em Cachoeira” (1988), a devoção foi criada em Salvador, na Igreja da Barroquinha, por negros africanos que ali fundaram a Sociedade da Boa Morte, em 1823. Os negros jêjes fundaram em Cachoeira a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, sem vínculo com a Igreja Católica.

Admitindo unicamente mulheres negras alforriadas, com mais de 40 anos, em seus quadros, quando da data de fundação, a Irmandade já contou com cerca de 200 filhas, que

hoje se reduzem a poucas dezenas, tendo como objetivo único a promoção da festa no dia da Assunção de Nossa Senhora. Esta sociedade possui uma organização complexa, constando de uma Juíza, uma Provedora e uma mesa Administrativa.

As celebrações começam geralmente no dia 13 de agosto, com a Vigília do corpo de Nossa Senhora, na capela da Irmandade e, na madrugada do dia 14, o esquife é levado para a Igreja Matriz, onde se celebra uma missa de corpo presente, seguida da Procissão ou Cortejo Fúnebre acompanhada pelos devotos, predominando o “povo do candomblé”. No dia 15, dia da Assunção, acontece pela manhã a missa da Ressurreição, quando a imagem de Nossa Senhora da Glória, simbolizando a Virgem Santíssima Ressuscitada, após a missa, numa concorrida procissão percorre as principais ruas da cidade, com foguetes e vivas. Para encerrar, todos se dirigem à sede-templo para saborear as comidas que são servidas indistintamente, assim como cantar e sambar, tudo numa mistura místico-profana peculiar do sistema religioso afro.

Ritual – No primeiro dia da festa, os membros da Irmandade usam roupa branca e a procissão se efetua sob um clima silencioso. No dia posterior as saias são pretas, compondo com as batas de linho branco de bordados à mão e torso de linho bordado, utilizando muitas jóias. No ombro, longo pano preto forrado de vermelho. Animadas por um samba de roda, as irmãs saem às ruas no terceiro dia, com trajes festivos e bastante coloridos.

Festa d’Ajuda - A Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda é o primeiro templo erigido em Cachoeira. Os festejos se realizam em data móvel, no mês de novembro. Duas semanas antes do domingo da festa, faz-se o desfile do bando anunciador que sai às ruas distribuindo a programação da festa. Os membros do bando desfilam em carroças, caminhões e bicicletas, fantasiados e acompanhados das duas bandas locais.

Segundo Folheto Publicitário da BAHIATURSA, no sábado que antecede à lavagem, a população é despertada com exibições do terno do silêncio, que produz um barulho ensurdedor. No domingo à tarde, faz-se o cortejo das baianas e, em seguida,

realiza-se a lavagem do adro da igreja. Na terça-feira, após a lavagem, a população participa da levagem da lenha, ato simbólico, lembrando os tempos em que não havia luz elétrica. Na quinta-feira, dá-se a lavagem das crianças, que também ocorre de maneira simbólica, pois as crianças apenas acompanham o cortejo. Dos seus folguedos constam: Terno das Cozinheiras, composto de apresentações de músicas tradicionais e personificações de mestre-cuca e cozinheira; Terno dos Mandus, com seus personagens utilizando-se de peneiras na cabeça, na qual se prende uma saia de mulher com a barra amarrada à cintura, sendo que daí sai um paletó fechado, em cujas mangas enfia-se um pedaço de pau e os cabeçorras: uma sátira das cortes européias. Com rezas e outras manifestações religiosas, os tríduos são seqüenciados até sábado à noite. A festa encerra-se domingo, com alvorada de fogos, às 5 horas, seguida de missa. À tarde, uma grande procissão percorre as ruas centrais da cidade. Enquanto isso, os festejos no Largo d’Ajuda são animados com exibição de grupos de samba de roda, afoxés, ternos e trança-fitas.

O Ciclo da Quaresma, que começa na sexta-feira que antecede a Semana Santa com a “Procissão do Encontro”, com os andores de Nossa Senhora das Dores e Senhor dos Passos, partindo da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, responsável pelos atos litúrgicos dessa programação, percorrendo o centro da cidade por caminhos diferentes e se encontram na frente do Ginásio Santíssimo Sacramento, onde se efetua o “Sermão do Encontro”. Após, os andores retornam ao ponto de partida. No domingo de Ramos, a Igreja é palco de uma missa, seguida da Procissão de Ramos, em redor do templo. Na sexta-feira Santa realiza-se a Procissão do Senhor Morto, cujo andor parte da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, acompanhada das imagens de Nossa Senhora das Dores e de São João Evangelista. Duas jovens representam a Verônica e Madalena, que também participam do cortejo.

No sábado de Aleluia, em diversos bairros realiza-se a “Queima-de-Judas”. Neste mesmo dia sai a “Procissão da Ressurreição”, ao fim dos atos da Vigília Pascal. O andor de Cristo Ressuscitado sai da Igreja da Ordem Terceira e segue pela rua da Matriz, sendo conduzido pelos fiéis até o centro da cidade. Seu regresso é marcado pela Benção do Santíssimo Sacramento.

Festa do Divino – Data do século XVIII, sendo uma tradição de origem portuguesa, trazida pelos missionários jesuítas e primeiros colonos. Realiza-se no domingo de Pentecostes, festa móvel católica que acontece sempre cinquenta dias depois da Páscoa, em comemoração à vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Algumas semanas antes da festa, um pequeno cortejo com a coroa do imperador e a bandeira do Divino percorre as casas da cidade em busca de donativos para a festa. O principal responsável pela preparação e realização da festa é o imperador do Divino, devendo ser, ao mesmo tempo, seu maior investidor e aquele através de quem a cidade presta suas homenagens ao Espírito Santo, o Divino. Como uma espécie de representante temporário do Divino Espírito Santo, o imperador se torna objeto de todas as homenagens e deferências durante a comemoração. Por esta razão, o momento principal em toda a sucessão de momentos de festejo, que dura dias, é o dia da “Coroação do Imperador”. É o momento em que simbolicamente o Espírito Santo vem à terra, sobre o imperador do Divino ou personificado nele, como na época dos apóstolos, e em que a festa promove, num único ritual, seus dois principais atores e personagens: o imperador e o padre. E é também o momento em que a sociedade local estabelece os termos rituais da continuidade da passagem de um “ano imperial” para outro. O imperador da festa costuma ser uma criança na faixa etária de oito a 12 anos. Uma missa solene é celebrada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a qual é seguida do desfile do imperador com sua corte. A bandeira do Espírito Santo é conduzida no cortejo pelos fiéis. No passado, o imperador se dirigia à Delegacia de Polícia, onde um dos presos era posto em liberdade e, finalizando o ato simbólico, ele lançava a Bandeira do Divino sobre a cabeça do ex-condenado.

Corpus Christi – Em função da Quaresma, a sua data é móvel. O cortejo costuma ser paraninfado pela Câmara Municipal. O evento é iniciado com uma missa solene celebrada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, seguido de procissão. O andor da Custódia é conduzido pelas autoridades locais.

Festa de Cosme e Damião – Esta é uma festa tradicional de Cachoeira, estando ligada ao seu sincretismo afro-brasileiro. As comemorações são iniciadas com tríduo e, no

dia 27 de setembro, uma missa solene é celebrada às 10 horas. À tarde sai do templo a procissão acompanhada das duas filarmônicas de Cachoeira. As comemorações contam ainda com apresentação de afoxé, samba de roda e trança-fitas, etc. Em diversas residências é servido o tradicional caruru (comida de origem africana), uma das características dos festejos em louvor aos santos gêmeos.

Festa de Nossa Senhora do Rosário – A festa de Nossa Senhora do Rosário (padroeira do Município) ocorre numa data móvel da segunda quinzena de outubro. O culto é antigo e sua freguesia foi criada pelo Arcebispo Dom João Franco d'Oliveira, no ano de 1696. A Comissão Organizadora é previamente escolhida para sua preparação, havendo um mordomo responsável por cada noite de novena. No domingo da festa, a população é despertada por uma alvorada de sinos e de fogos, sendo que às 10:30 horas celebra-se a missa solene na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira. A procissão sai às 16 horas acompanhada das duas bandas de música locais, a Lira Ceciliana e a Minerva Cachoeirana.

Festa de Santa Cecília – Festa tradicional em homenagem à padroeira dos músicos, Santa Cecília, que acontece no dia 22 de novembro na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Celebra-se missa seguida de procissão acompanhada da filarmônica Lira Ceciliana, filarmônica local que tem esta denominação em homenagem à santa.

Festa de Santa Bárbara – Festa tradicional que acontece no dia 4 de dezembro na Igreja da Santa Casa de Misericórdia com celebração de missa solene. Em muitas residências é oferecido o tradicional caruru e em alguns Terreiros de Candomblé acontece muita festa.

Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte – A festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte acontece no dia 8 de dezembro com missa solene às 10 horas celebrada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte e procissão às 16 horas acompanhada das filarmônicas Lira Ceciliana e Minerva Cachoeirana.

Festa de São João – A festa de São João, de origem portuguesa, data do século XVIII e tem suas manifestações inerentes à vida rural, fato que explica o seu declínio nos grandes centros urbanos. Fogos, fogueiras, balões, costumes que na cidade são proibidos, mas que sobrevivem no interior juntamente com os outros elementos que fazem do São João uma festa de grande participação popular. Em Cachoeira, destaca-se, neste contexto, por sua grande repercussão em toda a região.

A Feira do Porto (ocasião em que os agricultores se reúnem para vender produtos juninos, na noite de 22 de junho) só existe em Cachoeira. O porquê da realização da feira à noite é atribuído à chegada de saveiros, na tarde daquele dia, os quais, outrora, traziam os fregueses para as referidas compras.

Consta dos festejos a Feira do Porto, o Tríduo, com rezas no altar armado no centro da Praça, um misto de festa popular e religiosa, com ladainhas cantadas com o acompanhamento regional. Durante os festejos, há muita queima de fogos, apresentação de quadrilhas, casamento na roça, quebra-pote, pau-de-sebo, etc.

Pelo espaço ocupado na beira do rio, o local toma um aspecto de arraial, com forró, cantadores, repentistas, bandas filarmônicas, banda de pífanos, quadrilhas, samba-de-roda, barracas de comidas e bebidas típicas (construídas com palha de ouricuri e enfeitadas de bandeirolas e balões multicoloridos).

Festa da Independência – É de grande importância para os cachoeiranos a festa da Independência, que acontece no dia 25 de junho, data Magna da cidade. Os festejos se iniciam no dia 24, à noite, com o cortejo do Caboclo, acompanhado das duas filarmônicas, saindo do bairro do Caquende para se encontrar com a Cabocla de São Félix, na praça Manoel Vitorino. No dia 25 de junho, pela manhã, celebra-se um *Te-Deum*, na Igreja Matriz. À tarde, há uma sessão solene na Câmara Municipal, ao tempo em que os estudantes e as bandas de música se reúnem na Praça da Aclamação.

Terminada a sessão, os políticos, autoridades locais e convidados seguem para a Praça da Aclamação, onde o Hino de Cachoeira é entoado pela população, seguido de desfile cívico em direção à Ponta da Calçada, local de encontro dos carros dos caboclos, que são incluídos no cortejo, e em seguida retornam a Praça da Aclamação, para uma homenagem à Estátua da Liberdade, coroada solenemente pelos participantes. O evento é seqüenciado com as execuções dos hinos nacional, estadual e municipal, encerrando o desfile cívico. No dia 27, as bandas Minerva Cachoeirana e Lira Ceciliana acompanham o cortejo da cabocla, que regressa a São Félix, finalizando as comemorações.

Além das festas religiosas e cívicas, acontecem em Cachoeira as festas caseiras denominadas “assustado”. A programação dos “assustados” é feita por um grupo que pesquisa as datas natalícias de pessoas amigas e preparam o “assustado” rateando as despesas de orquestra, das bebidas e da comida. No dia marcado, adentram pela casa escolhida, às vezes surpreendendo os “anfitriões”, com a orquestra já tocando, e as cestas com as bebidas e a comida. E ali, dançam, comem e bebem até a madrugada.

A festa reaviva as velhas tradições, reforça laços de origem e também incorpora novos elementos e anseios. O poder associativo, reiterativo, identificador e reanimador da festa fica evidente quando pensamos naquelas realizadas por imigrantes, infalivelmente, ano a ano, ou mesmo nas de grupos religiosos diversos.

10.3.3 Candomblé, uma Religião Afro-Brasileira

Durante os períodos colonial e imperial no Brasil, diversos grupos étnicos africanos foram transportados para o trabalho escravo. Do século XVI à primeira metade do século XIX, houve quatro ciclos do tráfico de escravos. Discutiremos sobre o terceiro, o ciclo da Costa da Mina e Golfo do Benin, que corresponde ao século XVIII até 1815.

A Costa da Mina ficava no litoral ocidental africano, entre as atuais Gana e Nigéria. Entre outros reinos existentes nessa região, destacava-se o reino de Allada,

grafado também como Ardres ou Ardra, e o de Uidá, Ajuda ou Ajudá, como era conhecido pelos portugueses.

Segundo Renato Silveira, em seu artigo “Uma narrativa sobre a fundação do candomblé da Barroquinha, o mais antigo terreiro baiano de Ketu” (2000), os habitantes dessa região pertenciam a um grande grupo étnico denominado adjá-ewé, que falava vários dialetos denominados ewê-fon. Vizinhos a esses reinos estavam os iorubás, a leste, e os ekans, a oeste, e os daomeanos, ao norte. O país Mina, no entanto, ficava localizado a oeste de Uidá, numa região denominada Minapopo, onde hoje se situa a cidade de Aqué, entre o Togo e o Benin.

O comércio português de escravos na Costa da Mina era, no início do século XVIII, controlado por Uidá, posto que a sua capital, Savi, se posicionava a pouca distância dos portos de embarque de escravos. Segundo nos revela Silveira, logo o comércio de escravos se tornou um bom negócio na região, resultando num clima de tensão e hostilidades, incitados por europeus, entre os vários reinos vizinhos. Assim, durante o século XVIII, a Costa da Mina se tornou um dos principais postos avançados do tráfico escravo para as Américas e Antilhas. Os pequenos e vulneráveis reinos localizados nessa região, logicamente, foram os primeiros a serem devassados; os militarmente fortes procuraram se defender ou tomar iniciativas expansionistas como forma de se proteger dos ataques que surgiam de todos os lados. Foi o caso dos daomeanos e dos iorubanos de Oyó. Em 1710 os daomeanos iniciaram a expansão do seu reino, devassando Allada em 1724. Três anos depois, Savi, o principal empório escravista da África ocidental, seguindo no sentido Norte, se apossou de várias cidades-estados. O lucrativo comércio passou daí em diante a ser controlado pelo Daomé.

Entretanto, em 1726 a fúria expansionista daomeana seria contida pelo exército do reino de Oyó. Silveira assinala que “a partir de 1826 o imenso exército iorubano, dotado de uma poderosa infantaria, de uma cavalaria de milhares de combatentes, de um esquadrão de elite com armas de fogo, atacou e devastou o reino do Dahomé sucessivas vezes, até o acordo de 1847”. Ainda que o Daomé tenha se submetido a Oyó, as escaramuças

continuaram durante todo o século. Além dos daomeanos, o reino de Oyó também se viu em constantes embates com os fulanis, que dificultavam a defesa de seus territórios mais distantes do seu império. Em 1780 os daomeanos iniciaram outra contra-ofensiva, invadindo o país Mahi e o território dos povos de fala ioruba e, em 1788-89, atacou o reino de Ketu. No final, milhares de daomeanos e iorubanos, tornados prisioneiros nessas guerras, alimentaram o tráfico de escravos para o Novo Mundo.

No Brasil, esses povos eram denominados jêjes, os da fala ewê-fon, e nagôs, os iorubanos. Os jêjes eram os povos adjás, os ayizós, os hulas, habitantes do território que compreendia a Costa da Mina propriamente dita (Uidá, Allada e Minapopo). Eram denominados jêjes também os povos do Norte: savalus e agonlins, todos localizados no país Mahi. Já os nagôs eram os iorubanos, como os povos de Oyó, Ijebu, Egbado, Ijexá, Ifé, etc. Ketu, no entanto, era um reino localizado entre as duas regiões. Segundo relatos históricos, Ketu era um dos mais antigos reinos da região ocidental africana. A sua fundação remonta ao século X e ficava localizado fronteiro com o reino de Savi, separado pelo rio Okpara, e com a federação Jêje-Mahi e o Daomé a Oeste.

As guerras entre jêjes e nagôs engendradas na região ocidental africana durante o século XVIII e meados do século seguinte transportaram para o Brasil um número significativo de líderes religiosos de várias culturas, ligados por uma origem comum. Os daomeanos, por exemplo, possuíam um complexo sistema mitológico e filosófico-religioso. Além do culto aos antepassados, que se celebrava no âmbito familiar, a vida religiosa estava caracterizada pela existência de grupos especializados de cultos, cada um deles devoto de um dos grandes grupos de deuses. Os crentes eram iniciados por sacerdotes no transcurso de um longo tempo de reclusão voluntária em um “convento” ou clausura sagrada. Outro aspecto importante é que, além do culto ao seu Deus nacional, durante as conquistas expansionistas, no século XVIII, o Daomé impôs seu culto aos conquistados, ao tempo que agregou o culto dos vencidos aos seus. O culto de Dã, a serpente píton (Oxumaré nagô), por exemplo, foi importado de Savi; o trovão hevioso, de Hevie. Sakpata/Obaluaiyé veio de Savalu, no país Mahi, enquanto que o culto de Mavu-Lissa, de Aja. As nações nagôs que tiveram seus povos escravizados no Brasil tinham

igualmente um sistema religioso semelhante e complexo. Na verdade, a origem dos jêjes quanto dos nagôs é atribuída a uma mesma entidade conhecida como Oduduá, tendo ainda como Deus supremo Olurun/Olodumaré.

Esses líderes religiosos se uniram num propósito comum de resistência anti-escravista, em que outros grupos étnicos africanos, chegados anteriormente (congos e angolas) foram incluídos. Um aspecto muito relevante que deve ser considerado é que, a partir do século XVIII, o Brasil iniciou um significativo processo de urbanização, intensificado a partir da segunda metade daquele século. Ou seja, havia uma grande concentração de negros, escravos e libertos, circulando nas ruas das grandes cidades e vilas baianas. Isso possibilitou a formação de redes de trabalho e solidariedade, intensificando a interação social, dificultada no ambiente rural. O ambiente urbano possibilitou a criação de novas estratégias de resistência, como nas irmandades religiosas, e, nelas, a inserção de elementos culturais trazidos da África, ou radicais como as insurreições e levantes, que deixaram as autoridades atentas e preocupadas na primeira metade do século XIX. Foi nesse contexto e a partir da interação social desses grupos étnicos que surgiu na cidade a formação de um complexo religioso de cunho africano denominado candomblé.

Segundo Vivaldo da Costa Lima, em “A família de santo nos candomblés jêje-nagô da Bahia: um estudo de relações intragrupais. Dissertação de mestrado, UFBA” (1977), o candomblé pode ser entendido, com reservas, como uma sobreposição de vários cultos religiosos provenientes das regiões ocidental e central africanas, organizadas coletivamente num espaço sagrado hoje denominado “terreiro”. Esses cultos religiosos matrizes se alicerçavam no culto aos ancestrais míticos, denominados orixás, para os iorubás; voduns, para os adjá-ewê; inkices, para os povos de língua bantu, e nos ancestrais sociológicos, denominados éguns, principalmente entre os iorubás e fons. Nesse sentido, o candomblé é um sistema de crenças em que o transe místico constitui o fenômeno pelo qual o devoto estabelece relação direta com a divindade (orixá, vodum, inkice), e vice-versa, através da possessão.

Segundo Juana Elbein dos Santos, em “O Nagô e a Morte” (1988), com relação aos orixás, diz que, do ponto de vista cosmológico, estes representam os poderes da natureza, os poderes primordiais; o ar, o fogo, a terra, a natureza, a civilização. Assim, cada orixá exerce um domínio sobre cada um desses elementos, dos quais os seus devotos herdam as características arquetípicas. As divindades relacionadas com o ar, por exemplo, são aqueles denominados funfun, brancos. São eles: Oxalá, Iemanjá e Nanã. Oxalá, também denominado Orixalá, Orinxalá ou Obatalá, simboliza o começo dos começos, massa de ar e massa de água, daí ser considerado o criador dos seres humanos e outras formas de vida, além dos demais orixás. É uma entidade lenta, calma, justa, mas muito perigosa, como os demais orixás funfun. O seu domínio abrange tanto o espaço celeste como o espaço telúrico.

Nanã é uma entidade feminina. Como Oxalá, Nanã está associada à criação, portanto, associada à água primordial. No mito da criação, os seres vivos foram criados através da lama e animados com o sopro divino, ofurufu, insuflado por Olorun. O Deus Supremo, então, designou Oxalá para que criasse os seres vivos e, a Nanã, a atribuição de os fazerem retornar à sua origem. Daí Nanã estar associada, também, à terra – à Lama Primordial – e à morte. Em alguns mitos, Nanã é representada com o nome de Oduduá, entidade responsável pela criação, ora representada por uma entidade única, ora, como nos mitos jêjes, pelo duplo Mawu-Lissa, representada por uma cabaça dividida ao meio, representando o céu e a terra e os princípios masculino e feminino, portanto, se constituindo numa entidade andrógina. O seu domínio, como Oxalá, é o espaço celeste e a terra.

Yemanjá está associada ao poder genitor. É uma entidade ligada ao mar e rios, como Oxum, por isso é representada por uma sereia. Em alguns mitos, ela é associada a Oxalá, como sua esposa, e mãe de todos os orixás; em outros mitos, está ligada a Xangô que, na condição de esposa de Oranian, fundador de Oyó, gerou esse orixá.

Os orixás funfun são ligados à cosmogonia e seus domínios são tanto o espaço celeste como a terra, portanto, ao nascimento e à morte, masculino e feminino. Outra

divindade feminina ligada ao nascimento, mas que não se inclui entre os orixás funfun é Oxum. Oxum é considerada uma mãe, yeyê, e está associada aos poderes mágicos, representado por um pássaro, eiyé.

Os orixás ainda são representados pelos que se posicionam do lado direito e os que se posicionam do lado esquerdo. Os orixás do lado esquerdo são os femininos, já citados (Yemanjá e Nanã) e os do lado direito são os masculinos, Ogum, Oxossi, Ossãe, Obaluaiyê, Oxumarê, Xangô e Oxalá. Ogum se associa aos mistérios das árvores, ao ferro, à civilização. É um orixá guerreiro, desbravador; Oxossi faz parte do grupo de caçadores, Odé, por excelência. Exerce domínio sobre os animais silvícolas, a caça e os vegetais comestíveis; Ossãe é o responsável pelas folhas litúrgicas, indispensáveis no culto afro-brasileiro; Obaluaiyê e Oxumarê, filhos de Nanã, juntamente com a árvore Iroko, são os orixás responsáveis pelo destino. Obaluaiyê, especificamente, é um orixá intimamente relacionado com a morte e os espíritos ancestrais, que o seguem; com a destruição do corpo somático, com as doenças. Oxumarê é representado por uma cobra mordendo a cauda, ao arco-íris, portanto, à continuidade; Xangô é um orixá representado pelo trovão, mas também representa a dinastia, a justiça; Oxalá é o orixá da criação. Foi relacionado com a devoção católica a Jesus, também filho do criador supremo e salvador dos homens na Terra. Exemplo desse sincretismo entre Jesus e Oxalá aparece numa das festas mais populares na Bahia, a lavagem da Igreja do Senhor do Bonfim.

Uma outra entidade muito importante, que se posiciona entre os orixás de direita e entre os orixás de esquerda, é Exu. Exu é a dualidade, mas também potência viva que cria o movimento, a comunicação, a continuidade, o poder criativo e contraditório e, entre muitas outras funções rituais que exerce, é o guardião do “terreiro”. Ele se comunica entre os dois planos da existência – o aiyê e o orun, e entre o plano dos vivos e dos mortos.

Segundo Juana Benistes, em seu livro “Orun Aiyê o encontro de dois mundos: sistema de relacionamento nagô-iorubá entre o céu e a terra” (2000), na mitologia jêje-nagô o ayê representa o mundo físico, onde todos os seres vivos habitam. Os habitantes do

ayê são denominados ara-ayê. O orun, por outro lado, é o mundo sobrenatural, onde habitam as divindades – orixás, ancestrais, denominados ara-orun.

Luiz Cláudio Dias do Nascimento, pesquisador da história e cultura da cidade de Cachoeira, chama a atenção para o Zôogodô Bogum Male Seja Undê, como um candomblé essencialmente rural, que está localizado na Lagoa Encantada, na Fazenda Ventura, zona rural, distante 4 km da cidade de Cachoeira, e um outro essencialmente urbano, o Ilê Kaiô Alaketu Axé Oxum.

O Zôogodô Bogum Male Seja Undê, também conhecido como Roça de Ventura, é um candomblé de “nação” jêje marrin (Mahi), de culto a Bessém, vodum que corresponde a Oxumaré, nagô. Esse candomblé foi fundado no final do século XIX, por volta, aproximadamente, de 1860, por um grupo de mulheres ligadas, em Cachoeira, à irmandade da Boa Morte, entre as quais uma africana de nome Ludovina Pessoa. A Ludovina Pessoa é atribuída também a fundação do Zôogodô Bogum Male Rundó, candomblé de mesma “nação” existente no bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador, daí porque os membros desses “terreiros” disserem que o Bogum e a Roça de Ventura “são um só terreiro”.

O Ilê Kaiô Alaketu Axé Oxum, candomblé fundado na década de 1970 pela ialorixá (mãe de santo) Galdina Silva, conhecida por Mãe Baratinha, fica localizado no Alto da Gamela s/n, bairro do Rosarinho, também em Cachoeira. Este bairro foi criado na década de 1950, por empregados das várias fábricas de charuto de Cachoeira.

A ialorixá Galdina é uma das mais velhas filhas-de-santo de Manoel Cerqueira de Amorim, conhecido como Nezinho do Portão, babalorixá do Ilê Ibsen Alaketu Axé Ogum Megegê, “terreiro” de candomblé criado em 1932 no distrito de Portão, hoje Município de Governador Mangabeira, que pertenceu a Cachoeira como “Vila de Cabeças”. Embora o nome de Manoel Cerqueira de Amorim não seja mencionado na literatura antropológica, foi uma das figuras mais proeminentes do universo religioso afro-baiano. Segundo os mais antigos membros do seu “terreiro” de candomblé, suas filhas-de-

santo “passaram pela navalha” de Mãe Menininha de Gantois, e as filhas-de-santo de Menininha “passaram pela navalha” de Nezinho do Portão. Até a década de 1970, anualmente, Mãe Menininha do Gantois participava das festas do Portão, liderando o grupo de mulheres no Lorum, que é uma guerra simbólica entre os membros da comunidade-terreiro consagradas aos orixás feminino e masculino. Ainda hoje é conservado um grande quarto denominado “quarto de Mãe Menininha”, nesse “terreiro” do Portão, com a cama, cômoda e outros pertences da iyalorixá.

Segundo a BAHIATURSA, existem muitos outros terreiros de candomblé no Município de Cachoeira, devido à forte presença do negro escravo trazido da África para o cultivo da cana-de-açúcar. Entre eles:

Denominação da Casa: Toloj Rum Pam Eum Toloy

Orixá que Governa: Azansu

Nação: Gêge

Endereço: Alto da Levada s/n

Denominação da Casa: Terreiro de Ogum de Flexa

Orixá que governa: Ogum

Nação: Angola e Caboclo

Endereço: Alto da Levada, nº 13

Denominação da Casa: Ylê Iyá Mela Kesan

Orixá que governa: Nanã

Nação: Keto

Endereço: Alto da Mangabeira s/n

Denominação da Casa: Loba Necum Filha

Orixás que governam: Ogum e Iemanjá

Nação: Nagô Vandunci

Endereço: Oiteiro do Monte s/n

Denominação da Casa: Terreiro de Iemanjá Ogunté

Orixás que governam: Iemanjá e Ogum

Nação: Nagô Vandunci

Endereço: Baixa da Oraia s/n

Denominação da Casa: Reis do Astro

Orixá que governa: Oxossi

Nação: Umbanda

Endereço: Alto da Levada, s/n

Denominação da Casa: Ilê Axé Alaketo Oxum Apará

Orixás que governam: Oxum, Oxaguian e Boiadeiro

Nação: Keto

Endereço: Linha Velha, s/n

Denominação da Casa: Ilê Alá Basá

Orixá que governa: Boiadeiro

Nação: Gira do Caboclo

Endereço: Alto do Camelo s/n

Denominação da Casa: Terreiro de Ogum de Lei

Orixá que governa: Ogum

Nação: Keto

Endereço: Sítio Belém

Denominação da Casa: Ilê Xangô Godo Dey

Orixá que governa: Xangô

Nação: Nagô

Endereço: Rua Benjamin Constant s/n

Denominação da Casa: Ilê Enci Mimo – Casa do Bem

Orixá que governa: Xangô

Nação: Nagô

Endereço: Terra Vermelha s/n

Denominação da casa: Centro do Caboclo Jeremias

Orixás que governam: Oxum e Iansã

Nação: Gira do Caboclo

Endereço: Ladeira Manoel Vitorino, 45

Denominação da Casa: Sete Flexas

Orixás que governam: Xangô e Ogum

Nação: Umbanda

Endereço: Pinguela s/n

Denominação da Casa: Ilê Alá Bassé

Orixá que governa: Iansã

Nação: Keto

Endereço: Alto da Levada s/n

Finalizando a abordagem em torno da opção do turismo para a retomada do desenvolvimento do Município de Cachoeira, convém resgatar o fato de que a trajetória desse município é, conforme ressalta Milton Santos et al. (1994), reflexo das profundas transformações do panorama global, a partir da segunda metade do século XX. A aceleração do processo de globalização da economia influenciou as políticas de desenvolvimento urbano no plano nacional, atingindo de forma negativa, e num processo paulatino e crescente, a rede urbana da Região Recôncavo Sul da Bahia, e de modo específico, do Município de Cachoeira. Face à sua antiga condição de liderança na hierarquia da região, este município foi o mais afetado, tendo sua caminhada em busca da retomada do desenvolvimento, até o presente, ocorrido de forma assistemática e com intervenções não articuladas, refletindo a própria ambigüidade do processo de globalização, conforme destaca Benko (1999). A proposta defendida neste trabalho é de

adoção do desenvolvimento com sustentabilidade, cuja temática tem expressiva relevância em todas as camadas da sociedade atual, especialmente da parte dos governantes das principais potências mundiais.

A grande questão é: como as cidades da rede urbana brasileira poderão desenvolver-se com sustentabilidade, na medida em que as mudanças decorrentes das transformações, ocorridas na dimensão espacial, tornaram-nas extremamente heterogêneas? Diante dessa questão, Milton Santos et al. (1994) chama a atenção para o processo de fragmentação, decorrente da exclusão promovida pelo viés perverso da globalização, caracterizando-o como gerador da "geografia da desigualdade", e neste trabalho tem-se como exemplo o Município de Cachoeira. A partir daí, constata-se que o caráter polarizador das intervenções do poder estatal, que balizou o desenvolvimento urbano nacional, privilegiou espaços dinâmicos, relegando a um plano extremamente secundário as áreas de baixo dinamismo ou estagnadas, como foi o caso de Cachoeira e de seu entorno. Esse fenômeno, que Benko e Lipietz (1994) denominam de reordenação da hierarquia urbana, provocou uma série de desequilíbrios regionais, influenciando inclusive nas regiões privilegiadas, como no exemplo local, afetando as periferias de Salvador e adjacências, conforme situa Pedrão (1992). Diante do exposto, a resposta da questão acima é: para as cidades que se encontram em estagnação, como é o caso de Cachoeira, o grande desafio é tornar-se cidade sustentável.

A noção de cidades sustentáveis enseja uma visão sistêmica e orgânica de um processo evolutivo, em que se busca a legitimação do paradigma da sustentabilidade a partir da qual deve-se estabelecer os referenciais para uma ação efetivamente sinérgica. Exige-se, portanto, a seleção de critérios, a adoção de estratégias, a construção de valores, atitudes e posturas institucionais, que sejam balizadoras dos instrumentos de ação e dos indicadores que devem ancorar a formulação, monitorar a implementação e avaliar os resultados das políticas urbanas em bases sustentáveis. Assim, cabe ao poder local: pensar e planejar estrategicamente o local e a região como se pensa um país, com suas múltiplas interfaces, e com equilíbrio ecológico territorial, fortalecendo a descentralização, mantendo a matriz de decisão próxima da base de sustentação e exercendo o papel mobilizador da

economia; implementar ações públicas locais, envolvendo os municípios vizinhos, que fortaleçam a integração não subordinada, eliminem ou minimizem as tensões intra e inter-regionais, privilegie o social, propicie novos arranjos políticos/financeiros/institucionais que alavanquem a infra-estrutura; articular-se organicamente com os atores sociais locais e não-locais, buscando relações de interdependência, transformando-os em sujeitos de um processo associativo que busque a inovação dos negócios, a transparência da gestão pública, e a gestão sustentável do ecossistema; pesquisar o potencial local identificando eixos críticos de ação de longo prazo, potencializando os recursos e fontes energéticas renováveis, tecnologias brandas ou ecocompatíveis e ainda as dotações existentes, fortalecendo iniciativas locais que agreguem maior valor, dentro da lógica local/global; fortalecer enquanto liderança local, através da gestão intergovernamental, da centralização nos objetivos humanos, da visão de sustentabilidade, com base em comunicação, informação, preservação e manutenção da biodiversidade existente.

Finalmente, espera-se que o turismo seja capaz de desencadear um novo processo de desenvolvimento para Cachoeira, desta feita de forma sustentável. O documento Cidades Sustentáveis - Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira (2000), conduz a uma reflexão em torno dos resultados da prática do desenvolvimento sustentável, partindo da premissa do crescer sem destruir. "Neste sentido, o desenvolvimento sustentável implica, de um lado, no crescimento do emprego, da produtividade, do nível de renda das camadas mais pobres, dos capitais (produtivo, humano e social), da informação, do conhecimento e da educação, da qualidade de vida nas cidades e no campo, e de outro lado, na redução da contaminação, do desperdício, da pobreza e das desigualdades. Os indicadores de progresso confundir-se-iam com a melhoria dos níveis de qualidade sócio-ambientais, nos espaços urbanos".

CONCLUSÃO

As profundas transformações ocorridas no cenário mundial, no último século, produziram um legado de apreciáveis mudanças no panorama urbano global, revelando, de um lado, um amplo arsenal de oportunidades e, de outro, um significativo conjunto de riscos. Esses dois extremos, de igual modo, são decorrentes da magnitude das alterações supracitadas, que de certa forma surpreendem e, como tal, desafiam a economia mundial. Nesse contexto, o processo de globalização da economia apresenta-se como pano de fundo, haja vista que seu impacto sobre a macroeconomia não pode ser desprezado, na medida em que tem efeito ambíguo, podendo ser includente, de um lado, e excludente, de outro.

Com efeito, as dimensões humanas, ambientais, sociais, econômicas e políticas que se fazem presentes no complexo processo de gestão do desenvolvimento regional e urbano, representam uma prova de competência para aqueles que têm a responsabilidade de conduzi-lo, considerando-se seu foco principal, que deve ser o elemento humano. Nesse ambiente, a dinâmica capitalista na esteira da globalização, conforme assinala Chesnais (1996), tem promovido sistemáticas intervenções no mundo contemporâneo, acirrando sobremaneira a competição não somente no plano dos negócios, como se imagina e é explorado. Essa tem sido muito mais intensa e até desleal no plano das relações interpessoais, diante da crise do emprego, da exclusão, da segregação sócio-espacial e dos problemas de âmbito psico-ambiental, refletindo-se na qualidade de vida das populações que se encontram nos espaços regionais e, de modo especial, nas aglomerações urbanas.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico brasileiro, cujo ponto de partida deu-se exatamente em paralelo às transformações citadas anteriormente, e certamente foi por elas impulsionado, trouxe profundos reflexos sobre a estrutura do país e, como tal, sobre sua rede urbana regional. Uma parte desta, no bojo do processo globalizante, e sob a égide do fordismo, experimentou elevadas taxas de crescimento no passado, tendo sido beneficiada com o viés “includente” do processo supracitado.

A outra parte, situada em áreas periféricas, e sem oferecer atrativo para a volúpia do capital, foi penalizada em decorrência dos efeitos do viés “excludente” da globalização, conforme acentuam Santos (1994) e Benko (1999).

Nesse cenário situa-se o Estado da Bahia, que, pela imposição do destino, foi a primeira porta de acesso dos portugueses quando do descobrimento do Brasil, tendo herdado, em face dessa circunstância, um complexo urbano secular de rara importância no contexto nacional, formado pela metrópole Salvador (capital do Estado) e toda a área geográfica do entorno da Baía de Todos os Santos, região denominada Recôncavo Baiano. Nessa exuberante região, pioneira na formação econômica brasileira, a partir da fertilidade de suas terras, sob os auspícios da natureza, através do Rio Paraguaçu, e da sociedade mercantil através dos portugueses, foi concebida e fortalecida a cultura da cana-de-açúcar, dando contornos ao primeiro complexo de exportação do País, segundo Darcy Ribeiro (1995). A liderança desse espaço territorial, exercida por Salvador, foi por mais de dois séculos e meio compartilhada com Cachoeira, que, como submetrópole, sediou o que Santos (1998) chamou de “primeira rede urbana a escala regional implantada nas Américas”.

Essa região, cuja principal referência econômica era o Município de Cachoeira, exerceu um papel de extrema relevância na formação da economia baiana e brasileira. Seu apogeu econômico ocorreu durante o século XIX, estendendo-se até às primeiras décadas do século XX, porém nos últimos decênios desse século, em decorrência de um conjunto de determinantes macroeconômicos que se sucederam no plano mundial, enveredou num intenso e gradual processo de decadência e como conseqüência, tem-se um quadro atual de profunda depressão sócio-econômica, agravada pela falta de dinâmica das atividades locais, da estagnação sócio-cultural e, sobretudo, de uma acentuada taxa de baixa estima demonstrada pela sua população. Como parte da rede urbana brasileira, desprovida de atratividade para o capital internacional, fragilizou-se face às conseqüências do processo excludente da globalização.

Em conseqüência desse fenômeno, verifica-se que cidades e regiões que convivem com esse quadro têm atualmente procurado discutir iniciativas viáveis à reversão da situação. Deparam-se, porém, com uma forte tendência a ações imediatistas de curto prazo, justificadas muitas vezes pelo próprio estado de desespero de dirigentes e munícipes, frente ao desemprego, à emigração crescente e à efetiva ausência de perspectivas de futuro.

“O caso Cachoeira” expressa a confirmação da tese de que a hierarquia urbana é definida por um conjunto de intervenções estruturadas que se dá através do governo, da iniciativa privada, de um outro conjunto de forças, ou ainda de uma sinergia entre esses três

agentes atuando de forma direta nos espaços e territórios, provocando uma alteração na estrutura então estabelecida. No caso específico desse município, percebe-se, a partir da análise desenvolvida ao longo deste trabalho, que ocorreu, mesmo de forma não intencional, a justaposição dos três fatores, tendo no processo de globalização da economia o elemento integrador, que efetivamente fez do município um típico exemplo da geografia da desigualdade, expressão que traduz o atual estado de Cachoeira em relação a outros centros urbanos do Estado.

O panorama atual de Cachoeira revela o estado de decadência, certamente em decorrência do equívoco do planejamento do Estado ao longo desse período, que foi excludente em relação a determinadas regiões, entre elas o Recôncavo Sul, incluindo Cachoeira, privilegiando outras que eram atrativas ao capital internacional, que naquele momento histórico exercia uma forte influência nos países em subdesenvolvimento, impondo um modelo de investimento que apenas contemplava seus interesses.

Diante da evidência dos fatos, o quadro presente revela-se extremamente desafiador e aponta para a necessidade de uma profunda mudança na postura estratégica do município, que deve envolver seus representantes na esfera política, seus dirigentes, através dos poderes constituídos, os empresários, os intelectuais e formadores de opinião, a sociedade organizada e toda a população, formando um todo sinérgico. Essa mudança não ocorre num passe de mágica, e a ambigüidade do processo de globalização permite projetá-la como ponto chave desses processos de transformação e reordenamento do espaço e do território, podendo contribuir para sua efetivação. Assim, em vez de causa, o processo globalizante passa a ser efeito de uma política de desenvolvimento geral, caracterizado pela mobilização dos agentes supracitados, de modo que se construa um ambiente de aprendizado e, sobretudo, inovador, isto é, que seja o embrião de novos arranjos locais de desenvolvimento.

Um dos grandes desafios é identificar modelos compatíveis com as atuais exigências do processo de globalização, que anulem ou minimizem seus efeitos excludentes e potencializem as oportunidades de seu viés incluyente. Nesse sentido, faz-se necessária a construção de alianças estratégicas, que permitam a inserção do município nas redes de negócios transnacionais, mesmo que isto ocorra de forma indireta. Um outro desafio é o de romper o paradigma do imediatismo, isto é, do curto prazo, em detrimento de ações

planejadas estrategicamente num horizonte de médio e longo prazo, que efetivamente caracterizem-se como sustentáveis.

Finalizando, considera-se que, não obstante o cenário atual, que projeta dificuldades nos planos econômico e social na atmosfera global, o Município de Cachoeira tem um extraordinário potencial a ser explorado, mercê de uma ação sistêmica produzida por uma ampla mobilização das forças locais. O turismo, como principal veículo de desenvolvimento sócio-econômico, prioriza os aspectos sociais, o conhecimento e a cidadania, sendo ao mesmo tempo um negócio atual e estratégico do ponto de vista da ativação econômica, caracterizando-se como um arranjo local de inovação. Uma gestão sistêmica com base em alianças estratégicas nos planos local, estadual, nacional e internacional, dentro de uma lógica de integração sinérgica, possibilitará ao município a convivência com um novo ciclo de desenvolvimento, dentro de uma visão da sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, 1996.

ANDRADE, E. S. F. As condições de participação da mulher na PEA, por diferentes categorias de escolaridade (Bahia, 1970-1980). Salvador, CRH/UFBA, 1988.

ANDRADE, E. S. F. Somando papéis sociais: trajetórias femininas e seus conflitos. Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 1992.

ATLAS NACIONAL DO BRASIL. Configuração política do espaço brasileiro. Divisão político-administrativa. IBGE, 2000.

ATLAS DO ESTADO DA BAHIA. Seplantec, 1972.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. Guia cultural da Bahia: Recôncavo. Salvador, 1997.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo, Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. Roteiro ecoturístico da Bahia – Baía de Todos os Santos. Salvador, 2000.

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Série Cadernos CAR – Perfil regional Recôncavo Sul. Salvador, 2000.

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento estratégico. Quatro cantos da Bahia. Salvador, 2001.

BAHIATURSA – Folhetos publicitários, 1998.

BAHIATURSA. Desempenho do turismo Baiano 1990 - 1999. Salvador, 2000.

BAHIATURSA. Sinopse da pesquisa de turismo receptivo – Cachoeira – Jan-Jul/2000. Salvador, Gecon, 2000.

BECKER, Dinizar F. Sustentabilidade – um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, REDES, 1996.

BELAS, Angela. Dinâmica demográfica baiana: tendências gerais e diferenciações internas. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Bahia 2000. Salvador, SEI, 1999.

BENISTES, Juana. Órun Aiyê, o encontro de dois mundos: sistema de relacionamento nagô-iorubá entre o céu e a terra. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2000.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo, Hucitec, 1999.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. As regiões ganhadoras, distritos e redes - os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras/Portugal, Celta, 1994.

BOISIER, Sérgio E. Em busca do esquivo desenvolvimento regional. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, 1996.

BOISIER, Sérgio E. Modernidad y territorio. Santiago de Chile, ILPES, 1996.

BOISIER, Sérgio E. Sociedade civil, participación, conocimiento y gestión territorial. Santiago de Chile, ILPES, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo, org. Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã Editora, 1996.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Recôncavo Sul: perfil regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador, CAR, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Recôncavo Sul: Dimensão histórico-cultural; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Salvador, CAR, 2002.

CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1980, 1991 E 2000. IBGE.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO – CONDER. Desenvolvimento integrado do Recôncavo Baiano. Salvador, CONDER, 1967.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO - CONDER. Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo: caracterização geral da problemática agropecuária do Recôncavo. Salvador, CONDER, 1973.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Regional – A necessidade de novos paradigmas. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000.

ENTREVISTAS REALIZADAS

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1989.

GOULET, D. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

JIMÉNEZ HERRERO, I. Medio ambiente y desarrollo alternativo. Gestión racional de los recursos para una sociedad perdurable. Madrid, Ed. Iepala, 1989.

LAGE, Creuza Santos. Refletindo sobre o projeto de pesquisa em Geografia. Salvador, Mestrado em Geografia/UFBA, 2002.

LAGE, Creuza Santos. Notas de aula sobre planejamento territorial. Salvador, Mestrado em Geografia/UFBA, 2002.

LIMA, Vivaldo Costa. A família de santo nos candomblés jêje-nagô da Bahia: um estudo de relações intragrupais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

LUZÓN, José Luis. Regadío y desarrollo en las regiones semiáridas latino-americanas. Barcelona, Bou Impressors, 1997.

LUZÓN, José Luis & SPÍNOLA, Noélio Dantaslé (coords). Desarrollo regional. Xarxa Temática, Medamérica, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia século XIX - uma província no Império. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de; SOTO, Floriano Alvarez; SOUZA, Ana Cristina Mendonça de. Levantamento bibliográfico sobre o Recôncavo Baiano. Salvador, Mestrado em Geografia/UFBA, 1997.

MELLO, Francisco José de. História da cidade da Cachoeira. Cachoeira, Editora Gráfica Radami, 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MONUMENTA BIB. Programa estratégico do PPA 2000-2003 (Avança Brasil): contrato de empréstimo 1200/OC-BR, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Projeto Cachoeira/BA. Salvador, UEP, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

NASCIMENTO, Luís Cláudio Dias do. Presença do candomblé na Irmandade da Boa Morte: uma investigação etnográfica sobre ritos mortuários e religiosidade afro-baiana. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PACHECO, C. A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas, Tese de Doutorado/Unicamp, 1996.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Recôncavo, uma análise social regional. Salvador, FCE/UFBA, 1992.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo, org. Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

PINTO, Luís A. Costa. Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo, org. Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA

PROJETO RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia, 1981.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Cachoeira e cachoeiranos: uma bibliografia. Cachoeira, Gráfica Sãofelista, 2001.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder & representação do Legislativo da Bahia na Segunda República. Salvador, Assembléia Legislativa, Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SANTOS, Jadson Luiz dos. Cachoeira III séculos de história e tradição. Salvador, Editora Contraste, 2001.

SANTOS, Juana Elbein dos. O nagô e a morte. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço - técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo, org. Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SANTOS, Milton; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. Território - globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, Valdir José. Opções estratégicas de desenvolvimento local: o caso do Município de Cachoeira - Ba. Dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Salvador, Salvador, 2003.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecología y desarrollo rural sostenible. Curso de Extensión Universitaria, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes (UCO). ISEC, 2000.

SILVEIRA, Renato. Iyá Nassô Oká, Babá Axipá e Bamboxê Obitikô: uma narrativa sobre a fundação do candomblé da Barroquinha, o mais antigo terreiro baiano de Ketu. Digit. Inédito, 2000.

SOUZA, Antonio Loureiro de. Notícia histórica da Cachoeira. Estudos Baianos, v. 5, Salvador, UFBA, 1972.

SOUZA, Guaraci Adeodato A. Sucessão de gerações na Bahia: reencontro de uma totalidade esquecida. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Campinas, Campinas, 1996.

SOUZA, Guaraci A. A. O processo de sucessão das gerações. Salvador, UFBA/FFCH, 1997.

SOUZA, Guaraci A. A. Tendências da emigração e imigração na Bahia. Salvador, CRH-UFBA/FINEP, 1985

SOUZA, Guaraci A. A; MURICY, Ivana T. Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia (1940-1997). Salvador, SEI, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Salvador, SEI, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Índice de desenvolvimento social da Bahia. SEI, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Anuário estatístico da Bahia. Salvador, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>

TOMASONI, Marco Antônio. Estudo da dimensão geo-ambiental – PDRS Recôncavo Sul. Salvador, 1999.

UFBA. Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira. Salvador, UFBA, 1979. 2 v.: it. Conteúdo: v. 1. Plano urbanístico de Cachoeira - v. 2. Cachoeira nos séculos XIX e XX.

UFBA. Laboratório de Estudos Ambientais e Gestão do Território – LEAGET, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Disponível em: <http://www.cpgg.ufba.br>

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo. Madrid, Ed. Pirámide, 1988.

ZORZO, Francisco Antônio. As práticas de territorialização e a formação de uma rede urbana no Brasil: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado) – CAPES, ICI, Barcelona, 1999.

ANEXOS

ANEXO A**Cópia do Termo da Criação da Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira
Encontrada no Livro da Câmara, de Fl. 3: Verso à Fl. 21, Autenticada pelo Secretário
da Câmara**

“Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de mil seiscentos e noventa e oito, nesta Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira, novamente erigida, nas casas que são de Pascoal Nunes, onde ao presente está pousando o Doutor Estevam Ferraz de Campos, seu Desembargador dos Agravos e Apelações, Crimes e Cíveis, na relação deste Estado do Brasil, aí por ele mandado, a mim Escrivão, fazer este termo, em o qual se declarou que ele, por serviço de S. M. que Deus Guarde, por bem e verdade da Portaria do Senhor Governador Capitão Geral deste dito Estado, inclusa no termo folhas duas havia vindo a este Porto da Cachoeira, onde nele, com beneplácito comum e consentimento de todos os moradores dele e mais circunvizinhos havia sentado e erigido meios de um terraplena que fica fronteiro ao porto de mar um pelourinho dos varseões de baixo, uma argola de pescoço no meio dele, com três gemas em ambas as pontas de pedra ou tijolo ao pé em devoluto ficará servindo de praça para o uso público dos moradores dela com declaração que a Casa da Câmara que se há de edificar será fabricada no mesmo território e lugar da praça da parte de terra, onde fica um altozinho, a respeito de ficar a cadeia livre de algumas inundações de água que pode haver, e para melhor se edificar a dita casa e ficar a dita praça mais livre, serão os oficiais da Câmara da Vila obrigados a mandar derrubar por serem de território da praça, como também pela mesma razão a de Manuel Fernandes de Carvalho por estarem desamarradas e fáceis de derrubar por serem de taipa de mão para cujo fim o dito Desembargador a todos os sobreditos acima mandou logo de sua parte notificar para dentro em quinze dias completos que começarão deste mesmo dia vinte e nove de janeiro, em que se lhe fez a notificação, despejarem as ditas casas e as destruam com cominação de se lhe mandarem derrubar as ditas casas às suas custas. E, outrossim, terão os mesmos camaristas muito particular cuidado de mandarem no dito lugar da praça ruar as casas que estiverem feitas, como também as que daqui em diante se houverem de edificar, de maneira que as ruas hajam de ficar cardeando diretamente e regulares para os carros que houverem de descer abaixo tenham lugar de andar sem o mínimo prejuízo das casas. E havendo respeito a que era útil e necessário ter esta dita Vila termo conveniente para melhor se poder conservar e ajudar e os moradores viverem afastados e quietos sujeitos e temidos às justiças dela, e a ela venham buscar os seus recursos

em seus pleitos e demandas, lhe deu seu termo e a esta Vila desde o rio a que se chama Subaúna por esta parte da freguesia de São Domingos com a freguesia de São Tiago, correspondente a uma e outra freguesia pelos Mulundús a buscar a Cai Quiabo, a buscar o engenho do Coronel Pedro Garcia e daí cortando pela mata que divide os caminhos entre Sergipe do Conde e São Gonçalo dos Campos da Cachoeira, cortando sempre pela dita mata dos Ouriçangas ao lugar onde mora Francisco de Barros Lobo e daí cortando pela estrada que chamam de Subaúna até chegar à passagem do Inhambupe e deste rio Inhambupe cortando direto à praia até entestar com o rio Real, cujos moradores todos que houverem de ficar e forem moradores desta demarcação e divisão que se dá termo e distrito desta Vila, viverão de hoje em diante a ela sujeitos obrigados às suas posturas e jurisdição e a ela virão propor e defender as suas causas, pleitos e demandas debaixo de se proceder contra eles por rebeldes, como melhor parecer justiça e a todos os sobreditos moradores constrangerão e obrigarão os ditos oficiais da Câmara desta Vila lhe obedeçam e venham a ela exercer os cargos em que forem eleitos e para que foram chamados, executando com eles todas as ordens que sobre eles houverem de passar”. – “E da mesma maneira os moradores da outra parte deste rio Cachoeira, que pertencem à freguesia de São Pedro, correndo para o sertão, serão, também, anexos a esta dita Vila, sem embargos de que fossem dados à divisão e demarcação da Vila de N. Sra. da Ajuda de Jaguaripe por parecer assim conveniente a ele dito Desembargador a respeito de serem os ditos moradores do Rosário, ao de na mesma manhã em que a ela vem se tornarão a voltar à sua casa, sem irem a outra a que forem dados padecerem grandes descômodos respeitos ao longe que lhes fica distante, causa que ele dito Desembargador experimentou na jornada que fez a esta Vila em cuja forma e maneira para todo tempo assim constar, do referido mandou ser feito este termo em que comigo o aqui assinou, ao que satisfaz, eu Manuel Luiz da Costa que o escrevi. Doutor Estevam Ferraz de Campos – Manuel Luiz da Costa. Primeiro Livro da Câmara, de fl. 3 verso a fl. 121. Está conforme. Secretaria da Intendência Municipal da Cidade da Cachoeira, 29 de abril de 1891. – O secretário Antônio Lopes de Carvalho Sobrinho.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

ANEXO B**Termo de Vereação do Dia 25 de Junho, Data em Que Foi Aclamada a Regência de Sua Alteza Real**

“Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte e dois, nesta Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em os Paços do Conselho e Casa da Câmara dela, onde se achavam o Dr. Juiz de Fora presidente Antônio de Cerqueira, e vereadores, o mais velho Tenente-coronel Jerônimo José Albernaz, o capitão Antônio de Castro Lima, e por ausência do Sargento-mor Francisco José de Almeida, que se acha na Bahia, veio o do ano transato Joaquim Pedreira do Couto Ferraz, com o procurador atual, o cidadão Manoel Teixeira de Freitas, para onde todos foram convocados por officio do coronel da cavalaria Miliciano José Garcia Pacheco, que se achava à frente do corpo do seu comando na praça desta Vila, para que se achassem em Câmara, onde com efeito sendo vindos e juntos em mesa de vereação, o dito ministro Presidente, vereadores e procurador, logo aí compareceu o coronel José Garcia Pacheco, efetivo, e o coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão agregado, e por eles foi dito que haviam convocado a Câmara e autoridades do distrito para o fim de que, com presidência da mesma Câmara, se aclamasse sua Alteza Real, o Senhor D. Pedro, regente, e perpétuo defensor, e protetor deste Reino do Brasil, na forma que foi aclamado na cidade do Rio de Janeiro. O que, ouvido pelo dito ministro e membros da Câmara, chegasse às janelas das praças do conselho para saber a vontade do povo e tropa, que na praça se achava postada, assim a de cavalaria, como a de milícias de infantaria com o chefe comandante Joaquim José Bacellar, e a de ordenanças presididas pelos oficiais respectivos achando-se Capitão-mor José Antônio Fiúza de Almeida na casa da Câmara. E sendo perguntado ao povo e tropa pelo procurador do Senado da Câmara Manuel Teixeira de Freitas, que se achava com o estandarte na mão se eram contentes que se aclamasse sua Alteza Real, o Senhor D. Pedro de Alcântara por Regente e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil, assim e na forma que foi aclamado na cidade do Rio de Janeiro? E logo que o povo e tropa que se achava postada na praça, foi respondido que sim. E lançando o procurador o estandarte fora das janelas, todos houveram por aclamado sua Alteza Real o Senhor D. Pedro, na forma acima dita e da mesma maneira que foi aclamado na cidade do Rio de Janeiro, dando todos muitos e repetidos vivas à sua Alteza Real com grande alegria; conservando-se esta Vila, e todo o seu distrito debaixo da sujeição e obediência das autoridades constituídas na capital da Província, logo que esta tenha aderido ao sistema da corte do Rio de Janeiro, que

acabamos de proclamar ficando esta Câmara obrigada na primeira ocasião representar a sua Alteza Real a retirada da tropa européia por ser esta, além de desnecessária, prejudicial ao sossego desta província. E de como assim se cumpriu e declararam, fiz este termo. E declaro que o Vereador que assistiu a esta conferência por empréstimo foi Joaquim Pereira do Couto Ferraz. E mais declaro que neste ato só compareceu o Capitão-mor José Antônio Fiúza de Almeida somente, não a sua tropa de ordenanças. E que esta câmara participará ao Governo civil da Província este ato de aclamação com autenticidade. E declaram mais os mesmos chefes e pessoas, que concorreram a este ato, que na representação que esta Câmara deve levar à presença de sua Alteza Real expresse a falta que houve em quase todos os habitantes desta Província de declararem sua vontade acerca da desunião pública, que se fez desta Província para com as mais deste Reino do Brasil. E assim mais declarou o Capitão-mor que posto não tivesse comparecido à festa da sua corporação por não ter sido requerido para isto, contudo se obrigava como feito se obrigou, a manter e guardar a ordem estabelecida e harmonia pública com todos os meios a seu alcance. Do que fiz este termo. Eu, Jacinto Lopes da Silva, escrivão da Câmara, escrevi e declarei – Lima - Albernaz - Castro - Pedreira - Teixeira - José Garcia de Moura Pimentel e Aragão, coronel comandante de cavalaria – Rodrigo Antônio Falcão Brandão, coronel agregado de cavalaria - o capitão-mor José Damásio Matos - o vigário Francisco Gomes dos Santos e Almeida - Fr. José de S. Jacinto Mavignier, pregador régio e examinador de três ordens militares - Padre Manoel Alves Moreira da Fonseca Guimarães - Padre Manuel José de Freitas, vigário encomendador - Manuel Jacinto Pereira de Almeida - o vigário forâneo Francisco Borges de Figueiredo – José Garcia Cavalcante de Albuquerque Aragão e mais duzentas e trinta e sete assinaturas de pessoas gradadas da Vila.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

ANEXO C**Ata da Sessão Extraordinária de 20 de Fevereiro de 1832**

“Aos vinte dias do mês fevereiro, do ano de mil oitocentos e trinta e dois, nesta Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira, e Paço da Câmara Municipal onde foram presentes os vereadores, o Capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro, e José Bernardino de Magalhães, e o Alferes João Xavier de Miranda, e sendo, também presente os suplentes o advogado Antônio Gonçalves da Rocha de Queiroz Marinho, o Capitão José Caetano Alvim e João Vicente Sapucaia, que foram avisados pelo senhor vereador Guanaes como Presidente desta Câmara em razão do atual o Tenente Luiz Ferreira da Rocha se achar fora desta mesma vila, deferiu a aqueles o dito Presidente o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que puseram suas mãos, encarregando-lhes jurassem em suas almas de bem servirem de vereadores na forma da lei. E, recebido por cada um deles o mencionado juramento, debaixo deste, assim o prometeram cumprir como lhes era encarregado, com o que houve o dito presidente por satisfeito e abaixo assinou com os mesmos vereadores e suplentes, e jurantes - Guanaes, P. – Antônio Gonçalves da Rocha de Queiroz Marinho – José Caetano Alvim – João Vicente Sapucaia. E tomando os componentes assentos, aqueles vereadores suplentes, leu-se a Ata da antecedente, que foi aprovada. por Domingos Guedes Cabral foram lidos os seguintes artigos:

Em nome de Deus Todo Poderoso que nos criou livres, e nos pôs independentes para sermos felizes, o povo da Heróica Vila da Cachoeira, seu termo e outras Vilas e lugares, e parte dos sertões contando mais de duzentos mil habitantes, reconhecendo a Pátria em perigo, e querendo salvá-la tem proclamado como de fato proclamou o governo Federal e a federação desta valorosa Província da Bahia, visto que os habitantes da nossa Capital e outros lugares, se acham oprimidos pelos portugueses, seus sequazes, e pelo Partido ruinoso do Rio de Janeiro proclamando desde já a dita Federação Imperial com absoluta união de todo o Brasil Federal que aquele mesmo direito que tiveram os fluminenses de expedir o ex-tirano D. Pedro I: o povo usa do seu direito natural, como verdadeiro soberano na crise em que se acha, e à vista do abismo que o ameaça não quer esperar por maiores delongas e formulários que devem ser perniciosos na presença das intrigas e tramóias dos aristocratas e egoístas; e para salvação geral determino do seguinte:

Art. 1º - Que esta revolução seja justa e Santa, e seus autores executores respeitados como beneméritos salvadores da Pátria: - Seus atos ficam todos legalizados.

Art. 2º - Que o Presidente atual tem cessado de o ser, e está privado de toda a autoridade, e igualmente o Comandante das Armas, e do mesmo modo, será privado de emprego, qualquer outra autoridade ou pessoa que se opuserem à Federação, e ao que aqui determinamos.

Art. 3º - Que serão desde já solos todos os presos por tentativa de Aclamação Federal de 28 de outubro do ano próximo passado e quaisquer outros antigos, e modernos por motivos políticos, sem atenção aos processos, que ficam nulos desde já.

Art. 4º - Que fique do todo morta a lei de liberdade de imprensa, até que a Assembléia provincial faça outra só contra ofensas particulares, e nunca haverá censura prévia.

Art. 5º - Que fiquem extintas para sempre as prisões em navios ou prasigangas, e a que existe será queimada em lugar aonde o povo possa ver para satisfação do público.

Art. 6º - O presidente que for eleito usará de todos os meios para bem fortificar esta Província da Bahia, com presteza, e tomará medidas para que continue abundância de víveres, e do comércio e se extinga a moeda de cobre falsa.

Art. 7º - Que fiquem extintas as leis e Exceções, e que os juízes de paz só se regulem por agora pela sua primeira lei fundamental, e não nem em casa, nem na rua pela idéia de leis preventivas. Tudo o mais fica a cargo da Assembléia provincial que reformará o Código Penal, como nos convém, abrandando as penas.

Art. 8º - Que esta Província da Bahia não admitirá nada do Rio de Janeiro, senão como Federal (salvo os pagamentos da sua quota da Dívida Pública). – Todavia, esta Província fica em perfeita paz e amizade com seus irmãos fluminenses, que se portarem como amigos assim como os de todas as Províncias, às quais chama para a Federação e pede que se reúnam para solidez do Governo Geral, e força da Nação Brasileira, para o que haverá Assembléia Geral do Império, como depois se dirá.

Art. 9º - Fica proclamado na Província da Bahia o Governo Federativo para que esta Província nos seus negócios internos e peculiares se governe independente de outro qualquer fazendo aliança com todas as outras, bem como obedecendo ao chefe principal da Federação nos negócios gerais da Nação, e marcados pela Assembléia Provincial.

Art. 11º - Fica proclamado um Inspetor para governar inteiramente as armas da Província, até que o Presidente eleito pelos colégios eleitorais nomeie o que deve ser efetivo, com Lei Regulamentar da Assembléia Provincial.

Art. 12º - Haverá na Província uma Assembléia Constituinte Legislativa Provincial, que será composta de 31 membros ou deputados para marcar os limites da Intendência da

Província, suas relações com o chefe principal da Federação. Reformar todas as Leis que se opuserem ao governo Federativo, interesses peculiares da província e fazer outras que forem convenientes, não só nos limites da diferentes autoridades, mas também, à segurança e prosperidade da Província.

Art. 13º - O Governo Provisório da Província expedirá, quanto antes, ordens para se eleger o Presidente efetivo da Província, os deputados da Assembléa Provincial, Conselho do Governo, Câmaras Municipais, e os Juizes de Paz, regulando-se para isto interinamente pela legislação existente para adotar o sistema Federativo, e marcará o dia da instalação da assembléa por esta vez somente.

Art. 14º - Desde já fica extinto o Conselho de Província, visto ser este substituído pela Assembléa Provincial.

Art. 15º - O Governo Provisório apresentará, quanto antes, um manifesto às Províncias do Império expondo-lhes os motivos que tem esta para adotar o Governo Federativo e convidando-os para que façam causa na presente mudança.

Art. 16º - O povo da Província quer reforma imediatamente na Administração Pública, especialmente no Poder Judiciário, instalando-se um Tribunal de Jurados, no crime, dentro de 30 dias, e no cível, com a possível brevidade, diminuindo-se o número de Desembargadores, e demitindo-se todos os mais empregados que forem desafetos ao Governo Federal.

Art. 17º - O povo quer que nenhum português exista armado e nem goze do Foro de Cidadão Brasileiro ativo, e que os solteiros sejam imediatamente deportados para fora do Brasil, à exceção daqueles que se quiserem empregar na lavoura ou que tenham estabelecimento por seus bens ou indústria, pois todos serão demitidos de todo e qualquer emprego civil e militar, à exceção daqueles que houverem feito relevante à Nação Brasileira, porque estes devem ser reformados com seus competentes ordenados ou soldos.

Art. 18º - O povo quer que sejam também deportados aqueles portugueses que, ainda, sendo casados foram, reconhecidamente, inimigos do Sistema Liberal Federativo do Brasil, sendo previamente presos e processados.

Art. 19º - Serão também demitidos todos os empregados conhecidamente inimigos do Sistema Liberal Federal do Brasil, sendo previamente presos e processados.

Art. 20º - Será imediatamente criado um corpo de tropa regular, na Província, sendo o seu número acomodado às possibilidades da Província, e esta tropa novamente criada, será composta de cidadãos de boa moral e paga com soldo conveniente, que será arbitrado pela Assembléa provincial, assim como a forma de recrutamento.

Art. 21º - Todos os estrangeiros de qualquer nação que sejam, serão admitidos a negociar na Província, à exceção dos portugueses que de novo vierem (salvo trazendo estabelecimento da importância), como também se admitirá algum sócio com a condição que tanto este como aqueles sejam conhecidamente muito liberais.

Art. 22º - Ficarão vedadas todas as pensões graciosas concedidas por Mercê ordinária por D. João VI, e o ex-imperador Pedro I, e brasileiros passivos com prejuízo da Fazenda Nacional, cujas Mercês só poderão ser concedidas pela Assembléia Provincial, aos brasileiros ativos e que tenham feito serviços relevantes à Pátria, mas nunca a portugueses nossos inimigos emperrados e opostos decididamente à nossa felicidade.

Art. 23º - O ex-imperador tirano do Brasil será fuzilado em qualquer parte desta Província se acaso aparecer, e a mesma pena terão os que o pretenderem admitir e o defender.

Art. 24º - O povo da Província da Bahia e grande parte da Capital, aqui reunido na sempre Heróica Vila da Cachoeira, protestam não largar as armas sem que primeiramente vejam cumpridos os artigos acima referidos, devendo os mesmos artigos ser lançados na Ata que se fizer da Aclamação da Federação, pois, como árbitro soberano de suas liberdades legais, assim o tem determinado e quer reunião Federal no campo da Honra da Heróica Vila da Cachoeira – Vinte de fevereiro de mil oitocentos e trinta e dois.

E metendo em discussão o senhor Presidente, os artigos referidos, e pedindo a palavra o senhor Vereador Alvim, disse que era muito preciso que esta Câmara fizesse convocar um Conselho dos cidadãos do Município, a fim de acertarem se eram ou não conformes os artigos oferecidos pelo cidadão Domingos Guedes Cabral, e não podendo logo o fazer por não terem comparecido pediu que se demorasse o Conselho até que se reunisse maior número de cidadãos e convocar por cartas outros muito distantes desta Vila, e mesmo porque esta Câmara não está inteirada da vontade dos mais municípios, como indica um dos artigos, o que foi unanimemente aprovado pelos demais vereadores, e mesmo por não haver lei o mandassem e o acharam coatos. Ao que declarou a tropa e o povo reunido na praça, que à vista das circunstâncias melindrosas desta Vila, e para salvação da mesma convinha nomeasse imediatamente um Governo Provisório de cinco membros, o qual foi logo aclamado pelo mesmo povo e tropa, marcando para o referido governo os senhores Capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro, o Desembargador Joaquim José Ribeiro de Magalhães, o Capitão Manuel da Paixão Bacellar e Castro, o Capitão Manuel Ferraz da Motta Pedreira e Augusto Ricardo Ferreira da Câmara, e para Inspetor Comandante da Força o Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão; e logo pediram à Câmara oficiasse aos ditos senhores para virem tomar posse e se expedir os competentes Offícios, à exceção do senhor Presidente por se achar

presente e aceitar. E pedindo a palavra, o senhor Presidente disse que, tendo-se retirado para fora da Vila, o atual Juiz de Paz, o Capitão Francisco Antônio Fernandes Pereira, deixando-a ao desamparo, era necessário que esta Câmara oficiasse ao suplente José Ribeiro Pereira Guimarães para tomar conta do mesmo Juízo, a fim de dar as providências necessárias a bem da pública tranqüilidade. O que sendo aprovado pela Câmara, e oficiando-se ao dito Juiz suplente, participara moléstia, e por isto privado de exercer tal emprego; e porque competisse ao alferes João Xavier de Miranda, em razão de os anteriores a esta se acharem alguns doentes, e outros fora desta Vila, como foi informada a Câmara, o Presidente desta deferiu àquele Miranda o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles, em que pôs sua mão direita, encarregando-lhe jurasse de bem servir o emprego de vereador, aliás de Juiz suplente, no impedimento do atual na forma da Lei. E recebido por ele o mencionado juramento, assim o prometeu cumprir como lhe era encarregado com o que houve o dito Presidente por satisfeito, e abaixo assinou com o dito Juiz suplente e jurante. – Guanaes, P. – João Xavier Miranda. E por esta forma houve o senhor Presidente por satisfeito, a sessão foi fechada. E para constar mandou lavrar esta Ata em que abaixo com a Câmara e eu, Joaquim da Silva e Almeida, secretário, escrevi. – Bernardo Miguel Guanaes Mineiro, P. – José Castro Alvim – José Bernardino de Magalhães – João Vicente Sapucaia – Antônio Gonçalves da Rocha de Queiroz Marinho – João Xavier de Miranda.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

ANEXO D**Ata do Dia 26 de Fevereiro de 1832**

“Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e trinta e dois, nesta Vila de N. Sra. do Rosário do Porto da Cachoeira, e Paço da Câmara Municipal, onde foram vindos o Presidente Tenente Coronel Luiz Ferreira da Rocha, os vereadores Coronel Joaquim José Bacellar e Castro, o Cônego Anselmo Dias Rocha, o Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão, e Miguel José Marques Guimarães, e sendo reunidos, disse o Presidente, que convocou esta reunião da Câmara, extraordinária, a fim de assistir ao Te-déum, que os bons brasileiros e cachoeiranos, amantes da causa pública, solenizam na Igreja Matriz desta Vila, em ação de graças ao Todo Poderoso pelos benefícios que a Providência faz de livrá-los da guerra civil a que estavam expostos pela facção revoltante, que ocupou esta mesma Vila, nos dias 19 e 23 do corrente, visto terem requisitado a ele Presidente a referida reunião da Câmara para o fim exposto. O que, sendo aprovado pela Câmara, dirigiu-se esta precedida do estandarte Imperial, pelo Senhor vereador Miguel José Marques Guimarães, para a Igreja Matriz a fim de assistir ao Te-déum, onde, depois de solenizada, e voltando à Câmara para os Paços do Conselho, e na porta da igreja, a tropa se achava postada, por esta foram dadas descargas de fogo, de alegria, depois das quais, vivas à religião, à Constituição, ao nosso Imperador D. Pedro II, à Assembléia Legislativa, e também vivas de alegria que foram com grande entusiasmo correspondidos pela tropa e povo. E para constar, mandou a Câmara lavrar a presente, que a assinou eu, Joaquim da Silva e Almeida, secretário, a escrevi. – Luiz Ferreira da Rocha, P. – Joaquim José Bacellar e Castro – Anselmo Dias Rocha – Rodrigo Antônio Falcão Brandão – Miguel José Marques Guimarães.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

ANEXO E**Lei de 13 de Março de 1837 – N° 43**

“Francisco de Souza Paraíso, Presidente da Província da Bahia, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - As Vilas de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e a de Nossa Senhora da Purificação, ficam elevadas à categoria de Cidade, com a denominação de “Heróica” Cidade da Cachoeira, e “Leal” Cidade de Santo Amaro: e gozarão dos foros e prerrogativas competentes às demais cidades do Império.

Art. 2º - O dia 25 de Junho será de festividade nacional no Município da “Heróica” Cidade da Cachoeira, segundo despacho dos Tribunais, e fazendo todas as outras demonstrações públicas de regozijo, que se praticam em dias de tais festividades.

Art. 3º - Ficam sem vigor quaisquer disposições em contrário. Mando, portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr. Palácio do Governo da Bahia, 13 de março de 1837, décimo sexto da Independência e do Império.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

ANEXO F**Decreto N° 68.045, de 13 de Janeiro de 1971**

“Art. 1º - Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade da Cachoeira, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º - Na área do Monumento Nacional da Cachoeira, aplicar-se-á regime especial de proteção, nos termos do Tombamento determinado no artigo primeiro deste Decreto.

Art. 3º - O Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso dos órgãos competentes e Fundações do Estado da Bahia e do Município interessado, adoção do plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos da Cachoeira, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e territórios adjacentes.

Parágrafo Único – Para atender às necessidades prementes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do bairro histórico, e bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas da Cachoeira, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área da cidade, poderá ser instituída uma fundação ou organizada uma Sociedade Civil com personalidade jurídica.

Art. 4º - Os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral do Interior das Minas e Energia e dos Transportes, na esfera de suas atribuições, orientarão a elaboração de projetos, visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do Município, prestando-lhe o concurso e a assistência a que fizerem jus.

Art. 5º - O Ministério da Indústria e Comércio, pelo Conselho Nacional de Turismo, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo em benefício do Monumento Nacional da Cachoeira.

Art. 6º - O Ministério da Educação e Cultura pelo Conselho Federal de Cultura, incluirá no programa nacional de cultura, as medidas complementares de assistência e incentivos decorrentes da salvaguarda, valorização e difusão dos bens contidos no núcleo histórico da Cachoeira.

Art. 7º - Nas propostas orçamentais para os futuros exercícios, serão incluídos, de acordo com os critérios adotados nos planejamentos das despesas da administração federal, as

dotações que devem atender ao custeio das medidas indicadas neste Decreto, inclusive com obras de restauração previstas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional.

Art. 8º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1971 – 150º da Independência e 83º da República.

Emílio Garrastazu Médici, Mário David Andreazza, Jarbas G. Passarinho, Marcus Vinícius de Moraes, Antônio Dias Leite Jr., João Paulo Reis Veloso e João Costa Cavalcante.”

Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Distribuição da Cobertura Vegetal - Região Recôncavo Sul - 1999
- Tabela 2. População Urbana Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 1980 - 2000
- Tabela 3. Grau de Urbanização dos Municípios por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 1980 - 2000
- Tabela 4. Participação Relativa da População Urbana das Regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 1980 - 2000
- Tabela 5. Participação Relativa da População Rural das Regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 1980 - 2000
- Tabela 6. População Residente Urbana e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 7. Grau de Urbanização dos Municípios por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 8. População Residente Rural e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 9. Participação Relativa da População Rural dos Municípios da Região por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 10. População Total Urbana e Rural e Taxa de Urbanização Segundo os Municípios Região Recôncavo Sul - 2000
- Tabela 11. População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual - Estado da Bahia - 2000
- Tabela 12. Taxa de Fecundidade Total e Esperança de Vida ao Nascer - Nordeste e Bahia - 1940 - 1997
- Tabela 13. População Total, Área e Densidade Demográfica por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 2000
- Tabela 14. População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 2000
- Tabela 15. Participação Relativa da População Total das Regiões no Total do Estado por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Regiões Econômicas - 1980 - 2000

- Tabela 16. População Total e Área por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 17. População Residente Total e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 18. Participação Relativa da População Total dos Municípios no Total da Região por Ordem Decrescente em 2000 - Bahia - Recôncavo Sul - 1980 - 2000
- Tabela 19. Emigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Emigração em Cada Década - Bahia - 1940 - 1980
- Tabela 20. Imigração Acumulada Até a Data do Censo e Estimativa de Imigração em Cada Década - Bahia - 1940 - 1980
- Tabela 21. Saldos Migratórios Acumulados por Sexo e Saldos Migratórios da Década Bahia - 1940 - 1980
- Tabela 22. Taxas de Crescimento Total e Crescimento Vegetativo - Bahia - 1950 - 1980
- Tabela 23. Distribuição da População Residente por Grupo de Idade e Taxa Média Geométrica de Crescimento Médio Anual - Bahia - 1980 - 2000
- Tabela 24. Razão de Sexo da População Total - Bahia - 1991 - 2000
- Tabela 25. Razão de Sexo da População Urbana - Bahia - 1991 - 2000
- Tabela 26. Razão de Sexo da População Rural - Bahia - 1991 - 2000
- Tabela 27. Distribuição das Populações Masculina e Feminina do Estado por Grandes Grupos Etários - Bahia - 1991 - 2000
- Tabela 28. Distribuição da População por Faixa Etária - Região Recôncavo Sul - Bahia - 1980/1991/1996
- Tabela 29. Distribuição da População por Sexo - Região Recôncavo Sul - Bahia - 1980/1991/1996
- Tabela 30. Índice de Desenvolvimento Econômico da Região Recôncavo Sul em Relação aos Municípios Baianos Segundo seus Componentes, por Ordem Decrescente - 2000
- Tabela 31. Consumo de Energia Elétrica Segundo a Categoria e a Taxa Geométrica Anual de Crescimento - Região Recôncavo Sul - 1993 - 1997
- Tabela 32. Consumo Total de Energia Elétrica - Região Recôncavo Sul - 2000
- Tabela 33. Relação das Rodovias - Região Recôncavo Sul

- Tabela 34. Distribuição dos Estabelecimentos por Nível de Ensino - Região Recôncavo Sul 1997
- Tabela 35. Evolução dos Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa - Região Recôncavo Sul - 1993 - 1997
- Tabela 36. Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino por Nível e Localização - Região Recôncavo Sul - 1993 - 1997
- Tabela 37. Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino por Localização e Dependência Administrativa - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 38. Número de Estabelecimentos de Ensino que Ministram o Ensino Fundamental Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 39. Distribuição dos Docentes por Dependência Administrativa e Nível de Ensino Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 40. Relação Aluno/Professor por Nível de Ensino - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 41. População Escolar por Nível de Ensino - Região Recôncavo Sul - 1993-1997
- Tabela 42. Ensino Fundamental: Movimento Escolar e Localização - Região Recôncavo Sul - 1996
- Tabela 43. Taxa de Cobertura Vacinal na População com Menos de 1 Ano - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 44. Taxa de Cobertura Vacinal na População com Mais de 1 Ano - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 45. Doses de Vacinas Aplicadas em Grupos com Mais de 1 Ano e por Subespaço - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 46. Tipo de Vacina Aplicada por Subespaço - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 47. Principais Causas de Óbitos em Menores de 1 Ano - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 48. Óbitos Segundo a Faixa Etária - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 49. Principais Causas da Mortalidade Geral - Região Recôncavo Sul - 1997
- Tabela 50. Índice de Desenvolvimento Social da Região Recôncavo Sul em Relação aos Municípios Baianos Segundo seus Componentes, por Ordem Decrescente - 2000

- Tabela 51. População Residente, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica - Município de Cachoeira - 1950 - 2000
- Tabela 52. Faixa de Idade da População Residente - Município de Cachoeira - 1970 - 2000
- Tabela 53. Domicílios Particulares por Localização - Município de Cachoeira - 1980 - 2000
- Tabela 54. Estabelecimentos, Professores e Alunos Matriculados Segundo a Especificação - Município de Cachoeira - 1986 - 2000
- Tabela 55. Taxas de Analfabetismo por Faixa Etária Residente - Município de Cachoeira - 2000
- Tabela 56. Taxas de Aprovação, Reprovação e Desistência - Município de Cachoeira - 2000
- Tabela 57. Estabelecimentos de Saúde por Espécie - Município de Cachoeira - 1980 - 2001
- Tabela 58. Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos de Saúde - Município de Cachoeira - 1992 - 2001
- Tabela 59. Óbitos de Residentes Menores de 1 Ano de Idade - Município de Cachoeira - 1980 - 2001
- Tabela 60. Óbitos de Residentes Segundo as Causas - Município de Cachoeira - 1980 - 2001
- Tabela 61. Efetivo dos Principais Rebanhos - Município de Cachoeira - 1980 - 2000
- Tabela 62. Produção de Principais Derivados de Origem Animal - Município de Cachoeira - 1980 - 2000
- Tabela 63. Principais Setores Econômicos - Estabelecimentos e Pessoal Ocupado - Município de Cachoeira - 1985 - 2000
- Tabela 64. Principais Setores Econômicos - Pessoal Ocupado e Renda Média em Salários Mínimos - Município de Cachoeira - 1997 - 2001
- Tabela 65. Utilização de Saneamento Básico e Rede D'água pela População - Município de Cachoeira - 2001
- Tabela 66. Consumidores de Energia Elétrica por Classe - Município de Cachoeira - 1980 - 2000
- Tabela 67. Consumo de Energia Elétrica por Classe - Município de Cachoeira - 1980 - 2000

Tabela 68. Principais Linhas Interurbanas e Empresas Exploradoras - Município de Cachoeira - 2000

Tabela 69. Telefones em Serviço - Município de Cachoeira - 1990 - 2000

Tabela 70. Receitas Orçamentárias do Município - Município de Cachoeira - 1998 - 2000

Tabela 71. Despesas Realizadas no Município - Município de Cachoeira - 1998 - 2000

Tabela 72. Transferências Federais e Estaduais - Município de Cachoeira - 1998

Tabela 73. Composição das Receitas Tributárias do Município - Município de Cachoeira 1998

Tabela 74. Transferências Federais e Estaduais - Município de Cachoeira - 1999

Tabela 75. Composição das Receitas Tributárias do Município - Município de Cachoeira - 1999

Tabela 76. Transferências Federais e Estaduais - Município de Cachoeira - 2000

Tabela 77. Composição das Receitas Tributárias do Município - Município de Cachoeira 2000

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Localização da Área de Estudo
- Figura 2. Regiões Econômicas da Bahia
- Figura 3. Localização do Município de Cachoeira na Baía de Todos os Santos
- Figura 4. Municípios do Recôncavo Sul
- Figura 5. Baía de Todos os Santos
- Figura 6. Carta Geológica da Baía de Todos os Santos
- Figura 7. Carta dos Sedimentos da Baía de Todos os Santos
- Figura 8. Bacias Hidrográficas da Baía de Todos os Santos
- Figura 9. Climatização de Precipitação
- Figura 10. Rio Paraguaçu
- Figura 11. Pluviosidade da Bacia de Drenagem do Rio Paraguaçu
- Figura 12. Crescimento Demográfico da População Urbana por Município –
Região Recôncavo Sul - 1980-2000
- Figura 13. Crescimento Demográfico da População Rural por Município –
Região Recôncavo Sul - 1980-2000
- Figura 14. Crescimento Demográfico da População Total por Região Econômica -
Bahia - 1980 - 2000
- Figura 15. População Total por Região Econômica - Bahia - 2000
- Figura 16. Crescimento Demográfico da População Total por Município - RRS - 1980 - 2000
- Figura 17. Pirâmide Etária da População Total - Bahia - 1940
- Figura 18. Pirâmide Etária da População Total - Bahia - 1970
- Figura 19. Pirâmide Etária da População Total - Bahia - 1980
- Figura 20. Pirâmide Etária da População Total - Bahia - 1991
- Figura 21. Pirâmide Etária da População Total - Bahia - 2000
- Figura 22. Pirâmide Etária da População Urbana - Bahia - 1980
- Figura 23. Pirâmide Etária da População Urbana - Bahia - 1991
- Figura 24. Pirâmide Etária da População Urbana - Bahia - 2000
- Figura 25. Pirâmide Etária da População Rural - Bahia - 1980

Figura 26. Pirâmide Etária da População Rural - Bahia - 1991

Figura 27. Pirâmide Etária da População Rural - Bahia - 2000

Figura 28. Composição por Idade e Gênero da População Total - RRS - 1980

Figura 29. Composição por Idade e Gênero da População Total - RRS - 1991

Figura 30. Composição por Idade e Gênero da População Total - RRS - 1996

Figura 31. Índice de Desenvolvimento Econômico Segundo as Regiões Econômicas
Bahia - 2000

Figura 32. Índice de Desenvolvimento Econômico - RRS - 2000

Figura 33. Índice de Desenvolvimento Econômico Segundo as Regiões Econômicas
Bahia - 2000

Figura 34. Índice de Desenvolvimento Social - RRS - 2000

Figura 35. Localização do Município de Cachoeira

Figura 36. Situação em 1827

Figura 37. Situação em 1889

Figura 38. Situação em 1940

Figura 39. Situação em 2000

Figura 40. Município de Cachoeira

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Subespecialização da Região Recôncavo Sul

Quadro 2. Domínios, Regiões e Unidades Geomorfológicas do Recôncavo Sul

Quadro 3. Estações Fluviométricas das Bacias de Drenagem de Afluentes da BTS

Quadro 4. Caracterização Geo-ambiental dos Subespaços do Recôncavo Sul

Quadro 5. Área, Distância, Coordenadas Geográficas e Altitude da Sede

Quadro 6. Condições Climáticas de Cachoeira